

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PROTOCOLO N.º 1160  
FLS. N.º 145  
Em 4 de *fev.* de 1976

19 *72*

*057*

*vol 5*



# Superior Tribunal Militar *97*

N.º *39 236*

*Postado da Guanabara*  
Relator: Sr. Ministro

*Alm. P. Salgado*  
Revisor: Sr. Ministro

*Alm. J. Monteiro*

APELANTE: A PROCURADORIA MILITAR DA 2ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA  
1ª CJM

APELADA : A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Au  
ditoria do Exército da 1ª CJM, de 19 de janeiro de  
1971, que, desclassificando o crime atribuído a ADAL  
BERTO TIMÓTEO DA SILVA, AFONSO GELSO NOGUEIRA MONTEI  
RO, BENEDITO DE CARVALHO, FRANCISCO ALVES DA COSTA, /  
FRANCISCO GOMES FILHO, FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTA  
GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA, GLAUCO DA ROCHA FROTA, /  
HUMBERTO ALVES CAMPELO, JOSÉ ALBUQUERQUE SALES, LUIZ  
GUILHARDINE, MARIA SEGOVIA JACOBSEN, MIGUEL BATISTA/  
DOS SANTOS, ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISI  
ER, SALOMÃO MALINA e WALDIR GOMES DOS SANTOS para o  
artigo 36 do DL 314/67, declarou extinta a punibili  
dade, pela prescrição da ação penal.

## AUTUAÇÃO

Aos *10* dias do mês de *abril* de 19 *72*

o Superior Tribunal Militar, fez a presente autuação.

Pelo Sr. Diretor Geral

GR TRIBUNAL MILITAR  
ROLIVO

*Alm. Braga*

Oficial Judiciário

19 69

# JUSTIÇA MILITAR

2ª AUDITORIA DA 1ª REGIÃO MILITAR

N.º 7.735

23740-A

AUDITOR

ESCRIVÃO

DR MILTON FIUZA

MILTON GOMES GUIMARÃES

Acusados: ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA e outros

Incurso nas sanções previstas no art. 21, do Decreto-Lei nº 314, de 13/3/67.

## AUTUAÇÃO

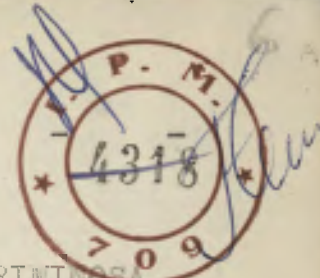
Aos vinte e seis (26) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969), nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu cartório, autuo o presente processo que adiante se segue; do que, para constar, favro este termo.

*Milton Gomes Guimarães*  
Escrivão

PROTÓCOLO

-7 ABR 12 05 22 01556

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
SECRETARIA



IMPLICAÇÕES LEGAIS DA ATIVIDADE CRIMINOSA  
DO INDICIADO NOS TERRENOS DA SUBVERSÃO E  
DA CORRUPÇÃO.

*W* 23741

O indiciado cometeu vários crimes capitulados na lei que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, outros que dizem respeito à Lei Eleitoral, e outros que estão capitulados no Código Penal Comum, ligados à corrupção.

Serão tratados aqui, em primeiro lugar, os crimes / que atentam contra o Estado e a Ordem Política e Social.

O artigo 2º, inciso III da Lei Federal 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, arrola como crime, entre outras formas sucessivas de tipicidade:

"Tentar mudar a Ordem Política ou Social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de organização de caráter internacional."

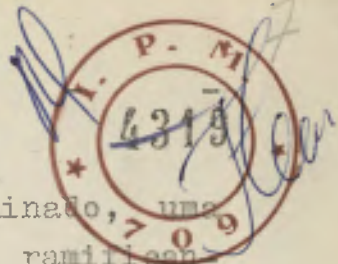
Ressalta desde logo, que a expressão legal - "organização" - é a mais ampla possível, abrangendo partido político, associação, clube, legalizado ou clandestino, subterrâneo ou ostensivo, desde que de caráter internacional.

Os elementos do crime são, portanto: a tentativa de mudança da Ordem Política e Social, a ajuda ou o subsídio de uma organização, e que essa organização seja de caráter internacional. Por outras palavras, o que a lei pune é a participação, a cumplicidade, a aliança de quem quer que seja, a uma organização de caráter internacional, que vise a tentativa de mudança da Ordem Política e Social estabelecida na Constituição.

Esse crime, no caso do Partido Comunista, se apresenta sob a forma continuada. Procuremos caracterizá-lo fazendo um rápido retrospecto histórico.

O Diário Oficial nº 81, de 7 de abril de 1922, pag. 6.977, publicou o Extrato de Estatutos do Partido Comunista do Brasil, cujo artigo 1º diz:

23742



"Fica fundada por tempo indeterminado, sociedade civil, no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título "Centro do Partido Comunista do Brasil", mas que será chamada "Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista."

Em 1933, o Partido Comunista do Brasil, tentou, mas não conseguiu legalizar-se.

O Congresso Extraordinário realizado em 1934, alterou esse Estatuto, passando o seu artigo 1º a ter a seguinte redação:

"Fica fundada por tempo indeterminado, uma sociedade civil no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título "Centro do Partido Comunista do Brasil", mas que será chamado Partido Comunista do Brasil."

Foi escamoteada pela primeira vez, a filiação à Internacional Comunista.

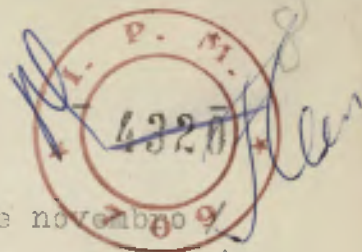
Em 1935, Luiz Carlos Prestes foi eleito Membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista, com Stalin, Thorez, Dimitrov etc.

Em 1935, também existiram as Frentes Populares recomendadas no VII Congresso Internacional Comunista, existiu a Aliança Nacional Libertadora, e existiu a Intentona de Novembro, da qual alguns já se esqueceram.

Em setembro de 1945, o Partido Comunista do Brasil, pelo seu Secretário Geral, requereu o registro provisório ao Egrégio Superior Tribunal Eleitoral, juntando a reforma de Estatutos operada em agosto de 1945, e o Programa do Partido, que obteve parecer favorável do então Procurador Geral e hoje Ministro do Colégio Supremo Tribunal Federal, Ministro Hahnemann Guimarães, por entender satisfeitas as exigências anteriores. Assim, a Resolução / 285, de 27 de outubro de 1945, baseada no voto do Professor Sampaio Dória, (Diário da Justiça, Seção II, de 2 de fevereiro de 1946), concedeu o Registro Provisório do Partido, sob a lírica e fantasiosa ilusão de que:

"O comunismo no Brasil se apresenta com substância diferente, qual um neo-comunismo que consagra e exalta os princípios democráticos e os direitos do homem."

23743



Finalmente, pela Resolução 324, de 10 de novembro de 1945, aparentemente esquecidos de novembro de 1935, / os ilustres componentes do Tribunal Eleitoral concederam o Registro Definitivo do Partido Comunista do Brasil.

Essa euforia durou pouco, porque em 1946, já se iniciava o processo de cancelamento desse Registro, sendo / arroladas entre as acusações, a de existir prova de que o PCB tinha dois Estatutos: um, que fôra registrado "... pour épater les bourgeois", e outro, de 13 de novembro / de 1945, ou sejam três depois de obtido o Registro Definitivo, que era realmente o Estatuto vigente, pelo qual se regia o Partido, apesar de conter o apelido de "Projeto de Reforma de Estatutos."

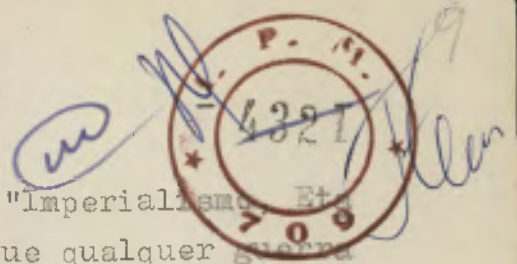
O processo terminou pelo cancelamento do Registro / do PCB, de acôrdo com a Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, havendo ficado assinalado, entre outros indícios e provas, que se tratava de uma organização internacional, mera filial de outra estrangeira, acentuando-se as circunstâncias da sua bandeira, vermelha, dos seus símbolos e foice e o martelo, pertencentes à Rússia, e do seu nome, "do Brasil", motivo pelo qual, em 1961, para dissimular e tentar novamente a legalização, passou a denominar-se "Partido Comunista Brasileiro."

Assinale-se aliás, que o primeiro Estatuto declarava tratar-se de "Seção Brasileira da Internacional Comunista".

Sempre foi portanto, internacional, e se não fôsse / internacional e filiado à URSS, não seria comunista, tanto que Thorez, na França, referindo-se a Stálin, em relação a todos os Secretários Gerais dos Partidos Comunistas do Mundo, o chamava de "notre chef à tous", e Luiz Carlos Prestes, ao tempo em que foi Senador da República e Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil, declarou por várias vezes, inclusive solenemente no Senado Federal, que no caso de uma guerra imperialista do Brasil / com a Rússia, lutaria contra o Brasil e a favor da URSS.

Não se tratava de uma fanfarronada às avessas, como pode parecer, mas de séria orientação bolchevista.

A palavra "imperialista", é empregada pelos comunistas como sinônimo de "capitalista", bastando vêr o pró -



prio título de umadas obras de Lenine, "Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo", de modo que qualquer guerra de um país capitalista contra um país bolchevista, é considerada pelos comunistas, como "guerra imperialista", e nessa oportunidade deve funcionar o mandamento contido / no Manifesto de 1848: "O operário não tem Pátria". "Proletários de todos os países, uní-vos".

Essa circunstância sempre ocorreu em tôdas as nações. Assim, por exemplo, na França, o Partido Comunista surgiu em 1920, da cisão do Partido Socialista e se constituiu como Seção da III Internacional Comunista, criada em Moscou em 1919. Os Partidos aderentes à Internacional Comunista deveriam adotar as 21 condições de Moscou e foram aceitas pelo Partido Francês no Congresso de Tours, como integrantes dos seus Estatutos, cujo artigo 2º estabelecia:

"As decisões da IC, são aplicadas imediatamente, pelo Partido, ainda quando se torne necessário rever os Estatutos nacionais."

O Congresso de Paris, por sua vez, em 1922, aprovou a moção segundo a qual:

"O Partido se considera como uma Seção de / um só e grande Partido Comunista Mundial, sob / a proteção da primeira revolução proletária // triunfante."

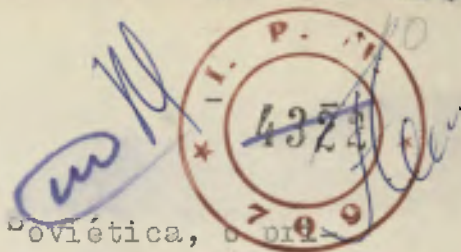
O que aconteceu ontem continua sendo a cartilha de hoje.

Assim, Luiz Carlos Prestes, em 1956, afirmava no // "Jornal do Povo", de Belo Horizonte:

"Nosso Partido é um Partido da Classe Operária. Somos internacionalistas. Estamos ligados por tôdas as fibras de nosso ser, aos trabalhadores e oprimidos de todos os países, contra / os exploradores de todos os povos."

.....  
 "Reafirmamos com orgulho - como assinala o Projeto de Resolução - nossa tradição de fidelidade ao internacionalismo proletário, de // apoio firme e ativo à União Soviética e de - mais países do campo socialista. Reconhecemos

23745



no Partido Comunista da União Soviética, o primeiro Partido que dirigiu a construção do socialismo e dirige a construção do comunismo."

Mais recentemente, em maio de 1963, na revista "Problemas da Paz e do Socialismo", o mesmo Luiz Carlos Prestes afirma:

"Procuramos desenvolver as tradições de luta nacional libertadora e anti-fascista travada pela gloriosa Aliança Nacional Libertadora em ... 1935. Em nosso Partido, levantamos bem alto sua conhecida tradição de fidelidade inabalável à União Soviética e à unidade do movimento comunista mundial, tendo por base o internacionalismo proletário e o marxismo-leninismo."

E ainda em agosto de 1965, em entrevista ao jornal francês "Nouvelles du Monde", o mesmo Luiz Carlos Prestes, finalizando suas declarações dizia assim:

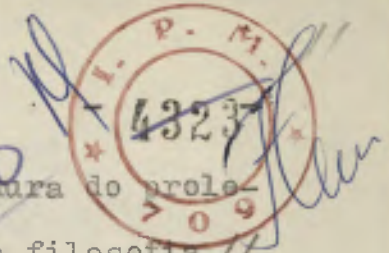
"O Comitê Central também aprovou a Declaração da reunião consultiva dos 19 Partidos Comunistas trabalhistas de março último em Moscou, e exprime seu apoio e sua colaboração a tudo o // que será feito para o reforço da unidade do movimento comunistas internacional."

As "Teses para a Discussão" do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, publicadas em suplemento ao jornal "Novos Rumos" de março a abril de 1964, igualmente esclarecem:

"Fiel à sua tradição, o PCB se encontra fraternalmente ligado ao movimento operário internacional, com o qual possui em comum a teoria / marxista-leninista, os ideais comunistas e a vitoriosa experiência acumulada em glorioso passado de lutas."

O Partido Comunista, portanto, quer ao tempo em que usava a denominação "Comunista do Brasil", quer depois // que passou a intitular-se de "Comunista Brasileiro", sempre foi internacional, sempre manteve a constante de sua fidelidade ao marxismo-leninismo e sempre foi subordinado a Rússia, mantendo o propósito, o desígnio, a obstinação de tentar mudar a ordem política e social estabeleci-

23746



da nas Constituições, para implantar a ditadura do proletariado sob a orientação da URSS e segundo a filosofia marxista-leninista. E isso já o demonstramos amplamente na parte introdutória do Relatório dêste IPM.

Não existe a menor dúvida de que o método comunista / não exclui a luta armada.

Basta lembrar novembro de 1935 e comparar com as "Teses para Discussão", já referidas, e publicadas em março / e abril de 1964:

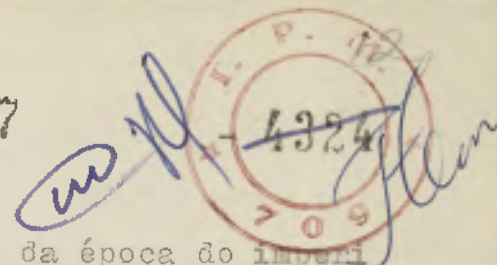
"A luta armada, neste caso, surgirá como exigência da própria luta de massas e se combinará a outras formas de luta na cidade e no campo, / sem desprezar as mínimas possibilidades de atuação aberta e legal que ainda existam sob o domínio da reação.

A experiência já demonstrou que, no Brasil, podem se dar bruscas reviravoltas na situação / política, que venham a exigir rápidas mudanças / de tática. Ao ter em vista a possibilidade de realização da revolução pelo caminho pacífico, a frente nacionalista e democrática acumula forças, que precisam estar política e ideologicamente preparadas a fim de mudar de tática e empregar a luta armada, se as circunstâncias impuserem a necessidade do caminho não pacífico para a conquista do poder revolucionário."

Em 1945, a "Tribuna Popular" de 28 de junho, publicava o Projeto de Reforma dos Estatutos do Partido Comunista do Brasil (naquela época, o Partido Comunista se chamava, "do Brasil"), e o seu artigo 2º estabelecia:

"O Partido Comunista do Brasil, vanguarda política da classe operária é um só todo organizado, coeso pela disciplina consciente, igualmente obrigatória para todos os membros do Partido, e tem como objetivo superior, organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro / dos princípios do marxismo-leninismo".

Stalin, na sua obra "Fundamentos do Leninismo", explica, com a sua autoridade, o que é leninismo:



"O leninismo é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária, ou mais exatamente: o leninismo é a teoria e a tática da revolução proletária em geral e a tática da ditadura do proletariado em particular."

.....  
"Não é o leninismo a síntese da experiência/ do movimento revolucionário de todos os países? Os fundamentos da teoria do leninismo não têm / valor e não são obrigatórios para os partidos / proletários de todos os países? Lenine não ti - nha razão quando dizia que o bolchevismo pode / servir de modelo para todos? Não teria Lenine / razão quando falava de significação internacio - nal do Poder Soviético e dos fundamentos da teo - ria e da tática bolchevista?"

O Manifesto Comunista de Marx e Engels de 1848 pro - clamava:

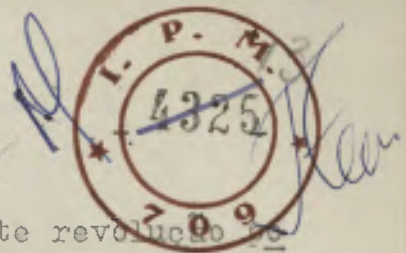
"Os comunistas não se rebaixam a dissimular/ os seus projetos. Proclamam abertamente que os seus propósitos não podem ser alcançados senão/ pela derrocada violenta das condições sociais / existentes. Tremam as classes dirigentes ante a revolução comunista! Os proletários não têm na - da que perder, a não ser as suas cadeias. Têm / um mundo que ganhar."

O citado Stalin continua explicando:

"O fundamental do Leninismo é a ditadura do proletariado, então o leninismo é a teoria in - ternacional dos proletários de todos os países e serve e é obrigatório para todos os países sem exceção, incluindo os países desenvolvidos do/ ponto de vista capitalista."

Ainda Stalin continua:

"Esse é o caráter interior e o sentido funda - mental da revolução proletária. Pode-se acaso , realizar uma reconstrução tão radical a partir/ da velha ordem burguesa sem uma revolução vio - lenta, sem a ditadura do proletariado? Evidente



mente não. Acreditar que semelhante revolução se  
de ser levada pacificamente, sem ultrapassar os  
quadros da democracia burguesa adaptada à domina-  
ção da burguesia, significa que, quem nisso acre-  
dita, enlouqueceu e perdeu o senso comum ou está  
renegando cínica e abertamente a revolução prole-  
tária!

.....  
"A libertação da classe oprimida é impossível  
não só sem a revolução violenta como também sem  
a destruição do aparelho estatal criado pela //  
classe dominante."

Encaremos o conceito do crime continuado que é o apli-  
cável ao caso.

O artigo 66 do Código Penal Militar, estabelece no §  
2º:

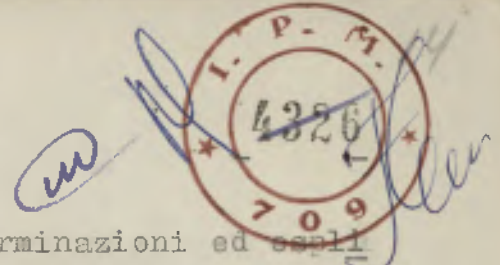
"Quando o agente, mediante mais de uma ação /  
ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma  
espécie, e, pelas condições de tempo, lugar, ma-  
neira de execução e outras semelhantes, devem os  
subsequentes ser havidos como continuação do pri-  
meiro, impõe-se-lhe a pena de um só dos crimes, /  
se idênticas, ou a mais grave se diversas, aumen-  
tada, em qualquer caso, de um sexto a dois ter-  
ços."

MANZINE, comentando e explicando a teoria do crime //  
continuado, esclarece:

"L'istituto del reato continuato è fondato, /  
indiscutibilmente, sopra una finzione giuridica.  
Ed invero, in esso troviamo, da un lato, più "vi-  
olazioni della stessa disposizione di legge" co-  
messe "con più azioni od omissioni", e quindi //  
più fatti costituenti altrettanti reati (consu-  
mati o tentati); dall'altro, si nota un elemento  
comune a tutti codesti reati, il "medesimo diseg-  
no criminoso", che guida tutte le singole mani-  
festazioni di attività.

Vi è dunque pluralità di fatti-reati, e non sol-  
tanto di titoli di reato; e questi reati sono //  
riuniti non già dall'unicità dell'elemento psi-  
chico richiesto per ciascun reato (chè anzi si//

23749



presuppone trattarsi de determinazioni ed appli-  
cazioni plurime di volontà delittuosa), bensì  
da um quid, la cui indagine è di regola ritenu-  
ta superflua nel diritto penale: dal "medesimo/  
disegno criminoso".

MANZINI - Vincenzo - Diritto Penale - Trattato-  
Vol. II, pág. 632.

Os crimes dos comunistas, filiados ou não ao Partido  
Comunista, sempre tiveram o mesmo desígnio, que é mudar/  
a ordem política e social, estabelecer a ditadura do pro-  
letariado, filiada a URSS, e segundo a doutrina marxista-  
leninista.

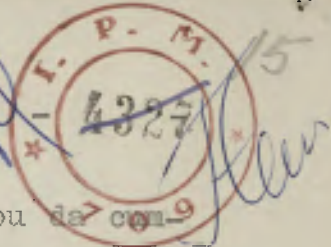
Se o crime continuado se constitui de várias viola-  
ções sucessivas da norma penal, ligadas entre si pelo mes-  
mo desígnio criminoso, podemos encontrar partícipes e cún-  
plices em todo êsse iter criminis, que tenham participado  
de uma ou várias ações ou omissões, sem ter participado /  
de outras, mórmente quando êsse desígnio criminoso se ca-  
racteriza por um programa claro, determinado e conhecido,  
como o programa do Partido Comunista, e se estendem no //  
tempo, desde a fundação do Partido até hoje.

A adesão, a aliança ao Partido em qualquer de suas /  
fases, caracteriza a participação.

O artigo 33 do Código Penal Militar declara:

"Quem, de qualquer modo, concorre para o cri-  
me, incide nas penas a êle cominadas."

Estando como está comprovado, que o Partido Comunis-  
ta tenta permanente e continuamente mudar a ordem polí-  
tica e social estabelecida na Constituição, e que o refe-  
rido Partido é uma organização de caráter internacional ,  
cuja finalidade fundamental é exatamente esta, quem de //  
qualquer forma concerta ajuda com o Partido Comunista, e/ou  
a êle se alia, ou se associa, está concorrendo para a ten-  
tativa de mudança da ordem política e social do País, que  
é o objetivo permanente do Partido Comunista, pouco impor-  
tando que ingresse ou figure em seus quadros ou fique ape-  
nas como aliado, recebendo dêle ou dando a êle colaboração,  
e mantendo com êle o intercâmbio moral, material, psicoló-  
gico e técnico, e está incurso nas sanções do artigo 2º ,  
inciso III da Lei 1.802, c/C artigo 33 do Código Penal Mi-  
litar.



A Lei não exige que o ato da participação ou da plicidade, seja também típico, isto é, que o co-autor ou cúmplice pratique também materialmente o ato vedado pela norma penal, mas que coopere de qualquer forma para que o agente principal o faça.

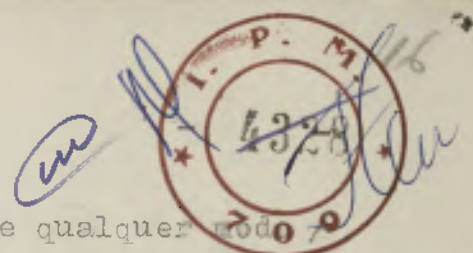
Essa exigência, até em alguns casos seria impossível. Assim, por exemplo, quando a lei estabelece: matar/ alguém, pena de 6 a 20 anos, tratando-se de crime instantâneo, e sendo apenas uma vítima, um sujeito passivo do crime, em geral, apenas um agente executa o ato material de matar, desfechando o tiro, dando a facada, e assim // por diante. Os demais eventuais co-autores, partícipes, cúmplices, todos igualados pela lei, concorrem para o // crime, praticando ações ou omissões que, apreciadas isoladamente, via de regra seriam irrelevantes perante a // Lei Penal, e que se tornam valorizadas pela antijuridicidade da ação do agente principal, à qual estão ligados / pelo nexu moral, chamando a vítima para o lugar do encontro fatídico, instigando o agente do crime a praticá-lo, fornecendo-lhe os meios, aconselhando-o, deixando uma // porta aberta para que o criminoso entre na residência do ofendido, transmitindo um falso recado telefônico, ou simplesmente deixando de dar um verdadeiro, e assim por diante. Não são apenas partícipes os que agarram a vítima, subjagam-na ou amarram-na para que o agente principal a eviscere ou contra ela descarregue uma arma de fogo.

São partícipes, todos os que participam.

Veja-se o que esclarece ilustre professor de São Paulo:

"Na co-delinquência eventual, há a participação de mais de uma pessoa para a prática do crime, sem que tôdas, no entanto, tenham cometido atos previstas como típicos na descrição/ legal da norma penal.

Matar alguém, é figura típica, pois o artigo 121 do Código Penal, impõe uma sanção penal a quem realiza a ação de matar. Mandar matar, no entanto, não é figura típica prevista em // nenhuma descrição. Em tal caso, porém, o que / não executa a ação de matar (o chamado processo executivo do delito de homicídio), pode ser punido em virtude do que vem previsto no arti-



go 25 do Código Penal: quem de qualquer modo concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas. O concurso de alguém não se realiza, portanto, de forma diretamente típica. Basta que concorra de qualquer modo para a prática de um crime para que a sua conduta, embora atípica, se torne delituosa. Diz a Doutrina, por isso, que a norma do artigo 25, realiza a tipificação indireta ou mediata da conduta, em virtude de enquadramento de subordinação ampliada. É a norma de extensão do artigo 25 do Código Penal, ao tornar relevante para o direito penal qualquer modo de conduta, que transforma em típica uma conduta de per si atípica. Vê-se pois, que no concurso eventual, ao lado de uma conduta principal ou típica, outra ou outras existem que se tornam típicas por extensão ou enquadramento mediato."

FREDERICO MARQUES - José - Estudos de Direito/ Processual Penal - pag. 153/4.

O artigo 25 do Código Penal Comum, é igual ao artigo 33 do Código Penal Militar.

O elemento moral da participação está perfeitamente estudado pelo principal autor do Código Penal Comum, o autor do Projeto do futuro Código Penal, Ministro Nelson Hungria:

"Já não se exige, como na antiga doutrina, um "acôrdo prévio", um pactum sceleris, ou mesmo um instantâneo entendimento recíproco entre os concorrentes: a precedência de uma combinação ou de um ajuste é circunstância que excede os requisitos da participação criminosa.

Suficiente é a voluntária adesão de uma // atividade a outra, pouco importante que seja / ignorada ou até mesmo recusada por quem a recebe."

NELSON HUNGRIA - Comentários ao Código Penal - Vol I Tomo II - pag. 408.

O Partido Comunista Brasileiro, tenta pelos seus dirigentes, responsáveis, membros e partícipes, continuada

e permanentemente, mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição, e é uma organização de caráter internacional. Quem, segundo o ensinamento de Nelson Hungria, adere voluntariamente a sua atividade, à do Partido, como o fêz o Sr. FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, é co-autor, é partícipe daqueles, no crime previsto no artigo 2º, inciso II da Lei 1.802 c/c artigo 33 do Código Penal Militar, tal como explica o Professor Frederico Marques.

O Ministro Francisco Campos, em sua Exposição de Motivos que acompanha o Código Penal Comum, assim pontifica:

"Para a teoria monística, finalmente, o crime é sempre único e indivisível, tanto no caso de unidade de autoria, quanto no de co-participação. É o sistema do Código Italiano. Os vários atos convergem para uma operação única./ Se o crime é inseparável do ponto de vista material ou técnico, também o é do ponto de vista jurídico. Foi esta a teoria adotada pelo // projeto."

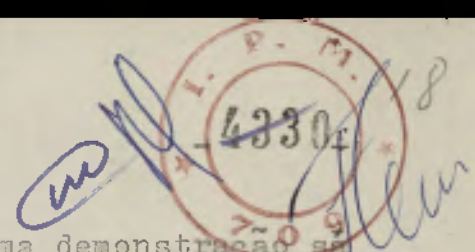
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - Código Penal.

Não se diga que o Partido Comunista foi extinto no Brasil, porque isso seria uma ingenuidade refutada pelos fatos e importaria em confundir existência fática e legalização dessa existência. Já demonstramos a luz de imensa documentação que o Partido continua atuando mesmo na clandestinidade.

O Partido Comunista foi fundado no Brasil, em 1922, e somente foi registrado em 1945, para ter o seu registro cancelado em 1947, e tanto existiu antes, como depois da cassação do registro, e tanto foi clandestino durante o período do seu registro, como fora dêle, pois no efêmero período de legalidade, manteve subrepticiamente/ um segundo Estatuto por onde se regia, como ao tempo em que não tinha registro, já que o seu programa sempre foi o Manifesto Comunista de 1848.

Não se alegue também que somente seria criminosa // uma ação semelhante à repetição de novembro de 1935, mediante insurreição armada, chacina, mortes, assassinatos

23753



etc., porque somente assim, teríamos uma demonstração sa-  
duca da inequívocidade dos atos que importassem na tenta-  
tiva de mudança da ordem política e social, estabelecida  
na Constituição, não só porque a teoria da inequívocidade  
dos atos de tentativa já foi arquivada há muitos anos, e  
repelida pelo nosso Código Penal, tanto Comum como Mili-  
tar, mas ainda porque a lei não usa expressões supérflu-  
as, e quando entende ser essa circunstância necessária ,  
expressamente o declara, como no artigo 5º da Lei 1.802,  
ao arrolar como crime punível com a pena de 3 a 10 anos /  
de reclusão, "tentar DIRETAMENTE E POR FATO, mudar por  
meios violentos a Constituição, no todo ou em parte, ou  
a forma de governo por ela estabelecida."

Verifica-se portanto, que a lei, sábiamente distin-  
gue os dois casos, exigindo que a tentativa de mudança /  
da Constituição por meios violentos, seja marcada DIRETA  
MENTE POR FATO, quando se tratar de mudança da Carta Mag-  
na ou da forma de governo, sem implicações de ajuda ou  
subsídio de caráter internacional e sem visar a mudança/  
da ordem política e social, estabelecendo também pena re-  
lativamente branda, de 3 a 10 anos de reclusão.

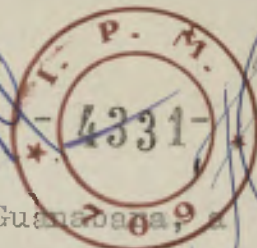
Estabelece a mesma lei, ao contrário, pena grave de  
15 a 30 anos de reclusão, e NÃO EXIGE o requisito DIRETA  
MENTE E POR FATO, quando se tratar de tentativa de mudan-  
ça da ordem política e social com auxílio ou subsídio de  
organização de caráter internacional, por já ser êsse //  
elemento implícito e inerente ao Partido Comunista, e pe-  
la evidente maior periculosidade do agente ligado a uma  
organização de caráter internacional.

A efetiva ajuda do Partido Comunista Brasileiro ao  
Sr. FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, por ocasião de sua candida-  
tura ao cargo de Governador do Estado da Guanabara está/  
sobejamente provada, e ocorreu sob as mais variadas e //  
reiteradas formas: Propaganda em rádio e televisão, comi-  
cios públicos, cartazes, agitações, trabalho de rua, pre-  
gações em portas de fábricas, favelas, etc.

O Ministro Juracy Magalhães, quando ocupava a Pasta  
da Justiça, e após as eleições, constatou e proclamou //  
que:

"Sabe, porém, o Governo, que apesar de seu/

23754



esfôrço, não foi possível evitar na Guiana, a participação de elementos comprometidos com a subversão e a corrupção no resultado das urnas."

A Resolução Política do PCB, de maio de 1965, firmou:

"Ao participar das campanhas eleitorais, devem os comunistas ter em vista que elas se tornam, no processo de sua realização, um meio para aglutinar fôrças contra a ditadura, desmascará-la diante das massas, conquistar postos que sirvam para combatê-las e, afinal derrotá-la."

A participação do Partido Comunista nas eleições, estava dentro da orientação de cúpula do Partido, como um dos objetivos a alcançar no seu desideratum de mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição, atendendo naturalmente ao tipo peculiar de moral comunista:

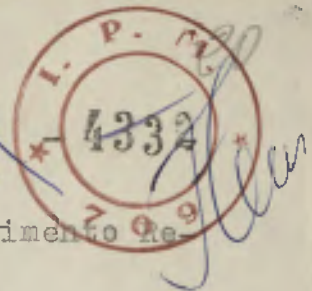
"Il faut que nous soyons résolus a n'import/ quel sacrifice, et même au besoin à pratiquer / tout ce qui est possible: ruses, artifices, méthodes ilegales; prêts à taire et a dissimuler ce qui est la verité; bref, c'est des interêts/ de la lutte des classes que nous déduisons no - tre morale."

LENINE - Sur la Religion, pag. 75 - nota 1.

O Serviço Nacional de Informações comunicou ao Encarregado dêste IPM, que no dia 12 de setembro de 1965, o Comitê Estadual do PCB/GB se reuniu para debater vários pontos entre os quais a comunicação de que o Partido havia / feito um acôrdo com o candidato NEGRÃO DE LIMA, em virtude do qual o PCB apoiaria a sua candidatura e receberia / entre outras coisas, cem milhões de cruzeiros em dinheiro, dez caminhonetas equipadas e quatro caminhões, sendo que naquela data, já haviam sido entregues dez milhões de cruzeiros, por conta dos cem milhões.

O Centro de Informações da Marinha, em outro documento refere o acôrdo NEGRÃO DE LIMA X PCB, mencionando a // substancial ajuda de NEGRÃO DE LIMA que já havia entregue os dez milhões de cruzeiros, dez caminhonetas e quatro caminhões equipados, conferindo perfeitamente com o informe do SNI, esclarecendo que tal ajuda muito possibilitou a / reestruturação do Partido Comunista no Território Nacio -

23755



nal; visando a desmoralização e a rutura do Movimento Revolucionário de 31 de março.

A participação de Roland Corbisier, Maria Segóvia Jacobsen, Antonio Pereira da Silva Filho, Antonio Modesto / da Silveira, José Montenegro de Lima, Sônia Brandão de // Brandão, Givaldo Pereira de Siqueira, Salomão Malina, entre outros comunistas militantes, na campanha e na residência de NEGRÃO DE LIMA, está testemunhada e confessada/exaustivamente neste Inquérito, sem falar em Valério Konder, a cuja residência foi NEGRÃO DE LIMA acompanhado de Roland Corbisier, e com quem também debateu problemas de sua candidatura, com Luthero Vargas e Amaral Peixoto, na casa de Yara Vargas.

O trabalho de Maria Segóvia, simultaneamente na célula comunista Guevara, no Comitê de Edna Lott, na Avenida/Rio Branco, com material de propaganda e meios de transporte fornecidos pelo Comitê Central da Rua Frei Caneca, é bem uma amostra do entrelaçamento da atividade comunista com o então candidato e hoje Governador NEGRÃO DE LIMA.

O artigo 9º da Lei 1.802, Lei de Segurança Nacional, estabelece também entre outras formas sucessivas de crime a que comina a pena de reclusão de 2 a 5 anos:

"Fazer funcionar, ainda sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação/ legalmente suspenso."

O conlúio do Partido Comunista Brasileiro com o Sr - NEGRÃO DE LIMA, facilitou, ajudou, cooperou, concorreu para o funcionamento desse Partido, pelo fornecimento de // dinheiro, de caminhonetas e de caminhões, além de ensejar oportunidade, pretexto, e fornecer material de propaganda, ceder horário fornecido pela Justiça Eleitoral, para que militantes em células comunistas fizessem a sua pregação/subversiva pela televisão, como aconteceu com Maria Segóvia, e esse funcionamento era o que estava no plano do // PCB.

"Ao participar das campanhas eleitorais, devem os comunistas ter em vista que elas se tornam no processo de sua realização, um meio para aglutinar forças contra a ditadura, desmascará-la diante das massas, conquistar postos que sirvam para combatê-las e, afinal, derrotá-las!"

23756



O mesmo consagrado autor MANZINI, já citado, referindo-se a crime de tipicidade idêntica no Código Penal Italiano, assim esclarece:

"Ricostituiscano, quindi, l'associazione, tanto coloro che attuano un'iniziativa determinante la rinascita dell'associazione, quanto quelli // che, avendo o non avendo fatto parte dell'associazione disciolta, entrano come soci nell'associazione nuova nel momento della sua ricostituzione e successivamente, conoscendo l'antecedente scioglimento. Costoro, invero, quantunque non abbiano avuto iniziative, concorrono alla nuova vita dell'associazione, violando scientemente l'ordine di scioglimento."

MANZINI - Vincenzo - Diritto Penale - Trattato - Vol. IV -pág. 343-Edição 1950.

É fato que o indiciado procurou burlar as investigações do IPM tanto que determinou a confecção de uma nova / relação dos comitês eleitorais da campanha, eliminando // aqueles suspeitos de infiltração comunista.

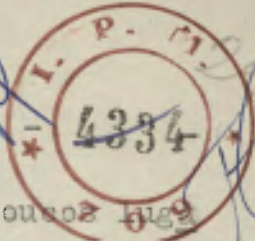
E, vencedor nas eleições, como candidato dos comunistas, o Sr. NEGRÃO DE LIMA, continuou executando a segunda / parte do programa a que se traçou o Partido Comunista:

"... Conquistar postos que sirvam para combatê-la (a Democracia, que para os comunistas é ditadura) e, afinal derrotá-la."

Assim, o Sr. NEGRÃO DE LIMA já iniciou a fase retributiva do acôrdo, colocando comunistas notórios em pontos // chaves da Administração e do Govêrno do Estado, como Luiz / Alberto Bahia, chefe do Gabinete Civil, Antonio José Chediak, como assessor do Govêrno, Hildebrando Monteiro Maranhão, na Secretaria de Saúde, e assim por diante.

Por outro lado, a Secretaria de Segurança do Estado, subordinada ao Governador, "arrefeceu" a repressão às atividades dos seus aliados comunistas, como acentua o próprio SMI:

"Dentro de poucos dias, ainda dando continuação à sua campanha de finanças, deverá o PCB lançar entre os comunistas a venda de "bonus", os quais estão sendo impressos no Rio de Janeiro // (GB). A maioria do material interno está sendo /



também impresso neste Estado, um dos poucos lugares onde o Partido conta com "mais chance e liberdade" para tal, onde inclusive, é impresso a "Fôlha da Semana", órgão legal e oficial do PCB!

O Centro de Informações da Marinha também detetou a infiltração do PCB no Governo da Guanabara, em virtude do acôrdo NEGRÃO DE LIMA, versus Partido Comunista:

"Com a assunção do Governo do Estado da Guanabara por parte do Sr. NEGRÃO DE LIMA, o Partido Comunista Brasileiro, Seção da Guanabara, sempre que possível, e dentro das condições que a situação permite, vem exigindo o cumprimento dos acôrds eleitorais formados por ocasião da campanha para as eleições de outubro de 1965."

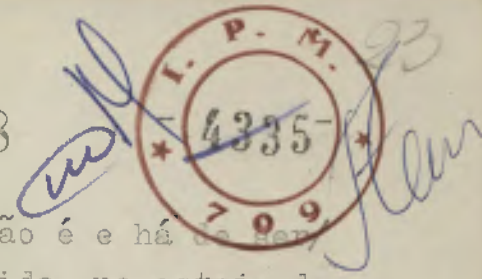
Em consequência desses acôrds, alguns elementos do Partido, simpatizantes e aliados, estão sendo propostos a assumirem posições na Administração Estadual e até mesmo Federal."

Além desses casos de "omissão", o DOPS da GB alegou / não poder abrir inquérito para apurar atividades do Partido Comunista no Setor Estudantil, porque necessitaria de uma Delegação de Poderes do Ministro da Justiça, em face / da Lei 5.010, que criou a Justiça Federal de 1ª Instância, o que constitui um argumento infantil, pois a Justiça Federal de 1ª Instância, ainda não está instalada, e o Ato Complementar nº 2, determina que até que esses Juizes Federais e seus funcionários sejam nomeados e empossados, a competência para processar e julgar os crimes a ela atribuídos, continuará sendo a anterior.

Além disso, a Polícia, todos os dias processa infratores da Lei Delegada nº 4, e manda os processos e os réus / para a Justiça Militar, que também é Justiça Federal, sem encontrar qualquer dificuldade para tanto, não havendo razão alguma para o pretendido problema de competência, que não serve sequer para encobrir o embuste de não processar / comunistas como incursos na Lei de Segurança Nacional, por serem aliados do Governador.

A argumentação de que o Partido Comunista não estaria suspenso mas extinto, não tem a mínima procedência, como / já foi salientado, e além disso, seria uma distinção juridicamente irrelevante, pois se é crime, pôr em funcionamento um Partido ou Associação que esteja momentânea e transi

23758



tòriamente suspensa, por muito maior razão é e há de ser crime, o mesmo comportamento com um Partido que esteja definitivamente extinto por fôrça de Lei.

Não se trata de uma conduta lícita que escape por entre os espaços livres da descontinuidade da lei penal, // mas de um comportamento progressivo, de maior periculosidade, já que o conceito de "definitivamente extinto" contém necessariamente o de "provisòriamente suspenso", /// acrescentando-se ainda que não há lei que extinga um Partido, uma Associação ou uma idéia, mas apenas que a marginalize, que a afaste da legalidade.

O caso particular do Partido Comunista, demonstra // que êle existe no Brasil desde 1922 até hoje, e somente fruiu existência legal no período de 1945 a 1947, quando teve o seu registro cancelado pela Justiça Eleitoral.

Em novembro de 1935, tal como em 31 de março de 1964, o Partido Comunista não estava registrado, não estava legalizado. No entanto, para evitar-se a repetição de 1935, foi necessária a Revolução de 1964.

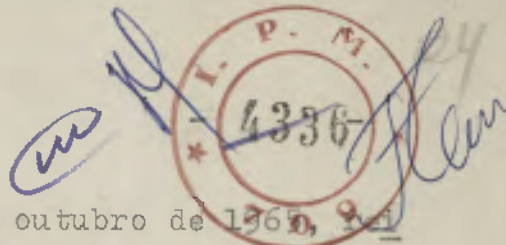
São do Ato Institucional, de 9 de abril, as seguintes palavras elucidativas:

"Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que, deliberadamente, se dispunha a bolchevizar o País."

"Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restauração no Brasil, da ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas."

Está portanto afirmado pelo Poder da Revolução, que o Partido Comunista Brasileiro, existe, funciona, e pôs em perigo, tão atual as Instituições, que foi necessário um Movimento da envergadura do realizado em 31 de março, para impedir-se que houvesse a repetição de novembro de 1935, de vez que "os processos constitucionais não funcionaram."

23759



O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1968, 24  
terou:

"A Revolução é um movimento que veio da inspi-  
ração do povo brasileiro, para atender às suas as  
pirações mais legítimas e erradicar uma situação/  
de um governo que afundava o País na corrupção e  
na subversão."

"A Revolução está viva e não retrocede".

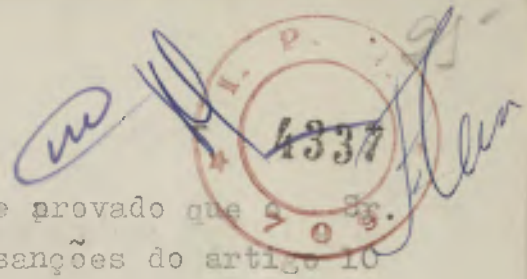
"Agitadores de vários matizes e elementos da  
situação eliminada teimam, entretanto, em se va-  
ler do fato de haver ela reduzido a curto tempo o  
seu período de indispensável restrição a certas /  
garantias constitucionais e já ameaçam e desafi-  
am a própria ordem revolucionária, precisamente /  
no momento em que esta, atenta aos problemas admi  
nistrativos, procura colocar o povo na prática e  
na disciplina do exercício democrático."

A Lei 1.802, ainda define como crime no seu artigo 10:

"Ajudar com serviços ou donativos, ostensiva /  
ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequí-  
voca a qualquer entidade reconstituída ou em fun  
cionamento, na forma do artigo anterior (que te-  
nha sido dissolvida por disposição legal)."

Está exhaustivamente comprovado que o indiciado FRANCIS-  
CO NEGRÃO DE LIMA, não só recebeu o apoio da máquina comu-  
nista, como também, comprou êsse apoio a peso de ouro, medi-  
ante ajuda efetiva, com donativos em dinheiro, no valor de  
cem milhões de cruzeiros, dos quais os primeiros dez milhões  
foram reconhecidos e confirmados por mais de uma fonte de /  
informação, como ainda com o fornecimento de dez caminhone-  
tas e quatro caminhões, todos equipados para o serviço de  
propaganda, além de material adequado, disponibilidade de  
Rádio e Televisão, e principalmente, cobertura legal para o  
funcionamento do Partido Comunista ao ensêjo e sob a prote-  
ção da propaganda política de candidato legalmente registra-  
do, estando também cumprindo outra parte do acôrdo, consis-  
tente em nomeações de pessoas conhecidas como notórios mili-  
tantes comunistas e ativistas, para pontos importantes do /  
Governo e da Administração do Estado, além do relaxamento /  
re pressão das atividades comunistas pela sua Secretaria //  
própria.

23760



Está portanto, também sobejamente provado que FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA incidiu nas sanções do artigo 10 da Lei 1.802.

O artigo 66 do Código Penal Militar estabelece:

"Quando o criminoso, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas em que haja incorrido."

É o chamado concurso material de crimes.

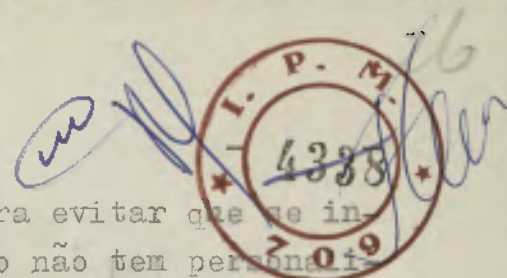
Está assim, o indiciado, incurso nas sanções dos crimes previstos no artigo 2º, inciso III da Lei 1.802, c/c / artigo 33 do Código Penal Militar, e artigos 9º e 10º da / mesma Lei 1.802, tudo c/c o artigo 66, § 2º e 66, caput do citado Código Penal Militar, sem prejuízo dos crimes comuns na forma do artigo 39 da Lei 1.802.

São circunstâncias agravantes contra o indiciado, as previstas no artigo 34, letras "a" e "b" e seu parágrafo / único de vêz que o Sr FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA é Governador do Estado, o Partido Comunista é organização de caráter internacional, e o próprio indiciado, além de bacharel em direito e Procurador aposentado, foi um dos signatários da Lei 1.802, como Ministro da Justiça, tratando-se portanto, de pessoa presumidamente do maior discernimento na matéria.

Além disso, a continuidade dos seus crimes, remonta a 1955, quando naquela época, se associou aos comunistas e forneceu-lhes dinheiro para obter-lhes o apoio na campanha presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira, em não / estando prescrito o crime, não há como deixar de apreciar / aqueles fatos que demonstram não ter sido o atual conlúio, uma situação isolada, ao arrepio da personalidade do delin / quente, mas ao contrário, uma seqüência lógica de uma criminalidade que já se tornou habitual pela impunidade dos atos anteriores.

Além dos aspectos criminais e políticos, atentatórios à Lei de Segurança (Lei 1.802/53), o indiciado FRANCISCO / NEGRÃO DE LIMA, eleito com o apoio do Partido Comunista, / em virtude de acôrdo bilateral, incidiu em vários dispositivos da Lei nº 4 738 de 15 de julho de 1965, que estabelece novos casos de inelegibilidades.

23761



Antes de tudo convém acentuar, para evitar que se insista na alegação de que o voto secreto não tem personalidade política, que o importante e decisivo apoio do Partido Comunista não é representado pelos votos de seus quadros efetivos cujos número propalam ser irrisório. O que tem realmente expressão é o trabalho dos comunistas do PC que, / por meio de uma propaganda sistemática e demagógica, da infiltração em todos os setores, principalmente nas classes / e entidades numerosas, que denominam "massas", da manipulação dessas massas, conseguem multiplicar dezenas de vezes, ou mesmo centenas delas, o valor numérico de seus efetivos. Isto sem considerar os efeitos sobre a Segurança Nacional.

Ora, a Constituição Federal, no Art 141 § 13, veda a organização e o registro e o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático.

A essa altura, existirá alguém que discuta a questão / de ser ou não ser o Partido Comunista uma entidade contrária ao regime democrático? Então, quem se associa a êle, / facilitando, propiciando, aproveitando, incentivando o seu funcionamento ilegal, está, sem dúvida nenhuma, ferindo // frontalmente os princípios da Carta Magna.

Mas, busquemos na Lei, o enquadramento do crime eleitoral.

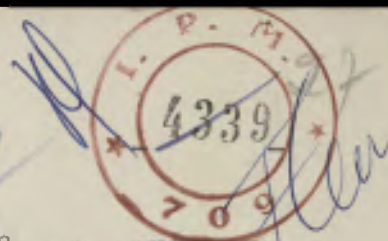
A Emenda Constitucional nº 14, de 13 de junho de ... 1965, que dispõe sobre inelegibilidades, atribui à Lei Especial, o estabelecimento de novas inelegibilidades, fundadas na necessidade da preservação do regime democrático, fazendo remissão ao Art 141, § 3º da Constituição.

A Lei nº 4738, de 15 de julho de 1965, estabelece, na letra "a" do inciso I do Art 1º, serem inelegíveis para // Presidente e Vice-Presidente da República:

"os que participem da organização ou do funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos / e na garantia dos direitos fundamentais do homem" (Art 141, § 13 da Constituição Federal).

Por outro lado a letra "b", desse mesmo artigo e inciso, estabelece como sendo também inelegíveis:

23762



"os que pública ou ostensivamente façam parte ou sejam adeptos de partido cujo registro tenha sido cassado, com fundamento no Art. 141, § 13 da Constituição Federal."

A inelegibilidade de governador ou vice-governador é encarada na letra "e" do inciso II, do Art 1º, da citada Lei, que estabelece como inelegíveis para tais funções:

"no que lhes fôr aplicável, por identidade de situação, os inelegíveis que se referem as alíneas "a" a "t" do número I deste artigo."

Aplicam-se, dest'arte, para governador, às mesmas restrições que para Presidente ou Vice-Presidente, como é perfeitamente lógico.

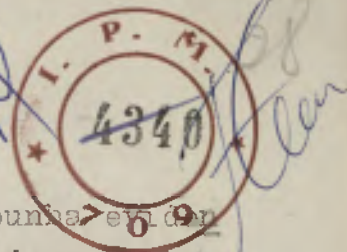
A participação de NEGRÃO DE LIMA no funcionamento do Partido Comunista foi amplamente comprovada neste autos // quando se tratou da incidência da Lei de Segurança. É perfeitamente dispensável rememorar-se essa inculpação.

Comprovado o enquadramento do indiciado na letra "a" do inciso I do Art 1º da Lei 4.738/65, supérfluo se tornaria enquadrá-lo na letra "b" do mesmo inciso. Mas nem desta escapa o indiciado, por que, ao se associar ao PC investiu-se da condição de adepto do mesmo.

Não se confunda "adepto" da ideologia marxista-leninista, com "adepto" do Partido Comunista. A Lei se refere à segunda. E são duas coisas distintas. Pode-se ser uma delas, sem ser outra. O adepto do Partido, é aquele que adere ao Partido. A adesão do indiciado ao Partido nessa fase da sua campanha eleitoral é comprovada, não apenas pelas gestões do acôrdo, mas também pelas manifestações públicas, inclusive pela adoção dos "slogans" que o PC preconizava (anistia, redemocratização, união das "fôrças populares",/ terrorismo intelectual, etc). É ainda revelada pelas facilidades que o indiciado proporcionou ao PC, dando-lhe dinheiro, materiais e viaturas. Nem lhe faltou a solidariedade ao prêso político do PC VALÉRIO KONDER, expressa sob a forma de visita à família deste.

Foi nessas condições adepto público e ostensivo do // PCB.

Poderá alguém levantar a questão de que o Tribunal // Eleitoral aceitou a sua candidatura e contra isso não hou-



ve objeções prévias. Na realidade, ninguém dispunha verdadeiramente dos recursos e da autoridade investigatória como o IPM do Partido Comunista. Este, entretanto, recorreu, como era de seu dever, às autoridades às quais se achava subordinado, como se pode verificar neste Relatório, lendo os Ofícios que este Encarregado emitiu na oportunidade.

E não se limitou a isto, como também tentou uma denúncia pública, com a permissão devida, mas que lhe foi obstada à última hora, como se vê descrito no seguinte texto:

"Diante desta situação dirigimo-nos ao Cmt do I Exército solicitando permissão para apresentar à imprensa uma denúncia pública de todos êsses / fatos, a fim de que o povo comparecesse às urnas, esclarecido do que se estava passando e consciente do que poderia ocorrer. Obtida a permissão // das autoridades militares, preparamos a entrevista coletiva que, no momento de sua execução, teve de ser suspensa em virtude de ordens superiores."

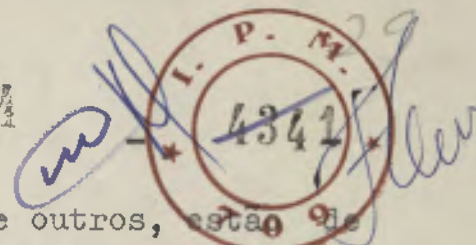
Após as eleições enviamos às autoridades circunstanciado Relatório que consta, por cópia, deste autos e cujos / efeitos desconhecemos até o presente.

A delinquência do indiciado não se limita todavia aos aspectos de subversão e de crime eleitoral. Há também graves atentados no que diz respeito à corrupção.

O artigo 317 do Código Penal Comum, e o artigo 232 do Código Penal Militar, capitulam o crime de Corrupção Passiva do seguinte modo:

"Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, // vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal // vantagem."

As inúmeras vantagens aceitas pelo indiciado FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, antes de assumir o cargo de Governador, mas em razão dele, provenientes de bicheiros e exploradores / de lenocínio, a quantidade de dinheiro entregue pelo marginal conhecido pelo vulgo de "LIMA DOS HOTÉIS", (só de uma vez, dez milhões de cruzeiros), a aliança do Sr. NEGRÃO DE LIMA ao "bicheiro" Euclides Pannar, vulgo "CHINA CABEÇA //



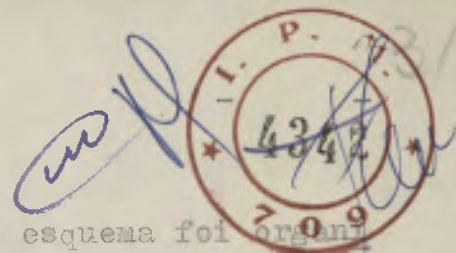
BRANCA", ao "bicheiro" vulgo "TOTONHO" e outros, esta de tal forma irretorquivelmente comprovadas neste Inquérito, com documentos, depoimentos, confissões e até com fotografias, que cobrem de vergonha o mais insensível dos homens.

Os quadros demonstrativos dos Comitês Eleitorais, apresentam êstes exemplos edificantes: "Comitê Centro - Nome - Totonho - Rua Marquês de Sapucaí 168 - Banqueiro" - Falta dizer que o "banqueiro", é da contravenção do jôgo de bicho, e que o enderêço é da "fortaleza" da contravenção. - "Comitê Praça da Bandeira - Rua Barão de Iguatemi 26 - Praça da Bandeira - Direção de Euclides Pallar". Falta esclarecer que o "Pallar" é um artifício para encobrir o nome verdadeiro de "Pannar", porque os fichários da Polícia sendo organizados pelo sobrenome, permitiriam uma resposta maliciosa dizendo nada constar com êsse nome, e que o Pallard, é o mesmo Pannar, vulgo "CHINA DA CABEÇA BRANCA" e que o enderêço, onde aliás o indiciado compareceu por várias vezes, sendo até em uma delas recebido com pétalas de rosas, é uma "fortaleza" de contravenção.

Está também comprovado que o indiciado até se comprometeu a colocar na Delegacia de Costumes, encarregada, principalmente da repressão à contravenção do jôgo e ao lenocínio, um delegado "à feição" dos criminosos e marginais, em contra prestação de ajuda recebida.

Essa promessa, e muito menos a sua realização, eram inteiramente dispensáveis para a caracterização do crime de corrupção passiva, constituindo êsses fatos, as agravantes de que tratam os §§ 1º e 2º do artigo 317 do Código Penal Comum e 232 do Código Penal Militar.

A realidade porém está diante dos olhos de todos. A contravenção, lenocínio, o tráfico de entorpecentes campeiam no Estado, com uma desenvoltura inusitada. O esquama montado pela Secretaria de Segurança, consistiu em colocar na Delegacia de Costumes e de Jogos, e nas Delegacias de Polícia do Centro da Cidade, onde o jôgo e o lenocínio são, mais intensos, os delegados de mais triste e justificada fama no campo da corrupção.



O Inquérito também comprova que esse esquema foi organizado em virtude de conchavos entre os próprios contraventores, o Governador e Deputados, sendo que a intimidade entre todos chegou a tal ponto que, por ocasião da calamidade das enchentes de verão dêste ano, o marginal "LIMA DOS HOTÉIS" foi recebido em Palácio pelo próprio Governador, que depois de aceitar vultoso cheque, resolveu devolvê-lo ao interessado, a conselho de seu chefe da Casa Civil.

Esses fatos, além de constituírem o crime de corrupção passiva, tipificam também, crime de responsabilidade, previsto nos incisos 6 e 7 do artigo 9º, c/c artigo 74 da Lei/1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade.

Esses recebimentos de dinheiro e de vantagens ainda // constituem o crime de enriquecimento ilícito de que trata a lei 3.502, que estabelece na letra "a" do parágrafo único / do artigo 4º:

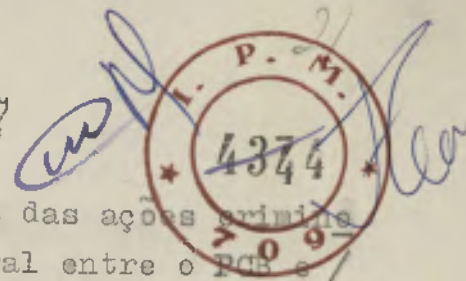
"É igualmente enriquecimento ilícito o que resultar de: Tolerância ou autorização ou ordem verbal, escrita ou tácita, para a exploração de jogos de azar ou de lenocínio."

O indiciado não é, porém, um iniciante nos assuntos de corrupção eleitoral e administrativa. A sua gestão na antiga Prefeitura do Distrito Federal em 1958 foi marcada por grandes acusações que a imprensa noticiou amplamente, conforme se pode verificar na documentação que faz parte destes autos. (Docs nº NL 201 a NL 212, fls de 17328 a 17353, Vol nº 72).

No Relatório que apresentamos às autoridades militares focalizamos o caso da nomeação e aposentadoria de NEGRÃO / DE LIMA com "mais de 35 anos de serviço", o que constitui / um verdadeiro escândalo público, porque jamais poderia em 1964, ter atingido aquele tempo de serviço. (Veja-se as folhas 4218 e 4219 dêste Relatório).

O indiciado acostumou-se, desde a sua mocidade, ao ambiente das facilidades de barganha, à ética flexível / que a corrupção imprime nas personalidades moldadas pelas / nomeações indevidas, pelo favoritismo das amizades e dos parentes, daqueles que encontram sempre apoio em tôdas as correntes políticas dominantes. É o que se depreende do pró





20. Outros indiciados, co-participantes das ações crimina-  
sas relacionadas ao conlúio eleitoral entre o PCB e  
NEGRÃO DE LIMA:

As considerações exaustivas que apresentamos no pre-  
sente Relatório, relativo ao indiciado FRANCISCO NEGRÃO /  
DE LIMA, evidenciam o dever de incluir, na lista dos indi-  
ciados neste IPM, os nomes de várias pessoas que de modo/  
consciente, definido e claro, se acumpliciaram nas ativi-  
dades ligadas ao conlúio eleitoral entre o PCB e o atual/  
governador da Guanabara.

Relacionaremos a seguir essas pessoas, sintetizando  
as suas incriminações principais, que poderão, em pormeno-  
res, ser analisadas no Relatório precedente.

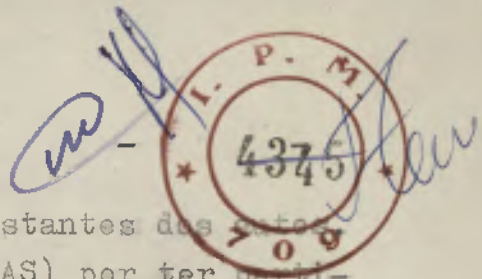
- a. LUTHERO SARMANHO VARGAS que, como Presidente do  
PTB, representou o seu Partido em tôdas as nego-  
ciações com o indiciado NEGRÃO DE LIMA e com o  
PCB, participou da campanha eleitoral de NEGRÃO/  
DE LIMA com o PCB, em comícios onde se proclamou  
aliado do PCB (comício do MEYER), e em reuniões //  
com VALÉRIO KONDER, para indicação de TEIXEIRA /  
LOTT e de outros candidatos; marcou, providenci-  
ou e compareceu a reuniões com líderes comunis-/  
tas, uma das quais em casa de IARA VARGAS, sendo  
partícipe em crimes contra a Segurança Nacional,  
com NEGRÃO DE LIMA, a quem se associou para pos-  
terior repartição de cargos públicos de chefia /  
na administração do Estado.

Êsses fatos estão minuciosamente descritos no  
corpo deste Relatório, particularmente no ítem /  
denominado:

"Os entendimentos entre LUTHERO VARGAS e o //  
PCB". (Ver também NL 146, fls 17320, Vol 72.)

- b. AUGUSTO DO AMARAL PEIXOTO- por ter, como Presi-/  
dente do PSD, representado o seu Partido nas ne-  
gociações com o indiciado, o PTB e o PCB, inclu-  
sive participando da reunião em casa de IARA VAR-  
GAS; por ter, como chefe de Partido a que perten-  
cia o indiciado NEGRÃO DE LIMA, concordado com o  
esquema criminoso do candidato de seu Partido e  
até mesmo participado dêsse esquema.

A presença dêsse indiciado nessas negociações  
foi assinalada nos depoimentos de LUTHERO VARGAS,



- NEGRÃO DE LIMA e de outros, constantes dos
- c. IARA VARGAS (ou IARA LOPES VARGAS) por ter participado ativamente da trama criminosa e da aliança PCB-NEGRÃO DE LIMA, proporcionando até uma reunião em sua residência, entre o indiciado NEGRÃO DE LIMA e os Presidentes do PSD e do PTB, com o representante nacional do PCB, para debate das condições do apoio do PCB ao indiciado NEGRÃO DE LIMA, apoio êste que veio posteriormente a consumar-se.
- d. EDNA MARILIA LOTT DE MORAES COSTA - por ter chefiado Comitê Eleitoral, integrado por ativistas / do Partido Comunista, prestando-se, desta forma, a ações de funcionamento dêsse Partido ilegal e // clandestino.

Esse fato encontra-se descrito em pormenores / no ítem:

"A infiltração do PCB na Campanha Eleitoral". /

Nêle se verifica que a Sra. EDNA LOTT organizou um Comitê Eleitoral Pró Negrão de Lima, na Avenida Rio Branco nº 157 - 2º andar, (Comitê dos Trabalhadores) onde foram assinalados comunistas / fichados, integrantes do PCB, como MARIA SEGÓVIA / JACOBSEN, ANTONIO PEREIRA DA SILVA FILHO, ANTONIO MODESTO DE OLIVEIRA, JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA, APOLONIO ARAUJO, e outros. Esse Comitê foi uma espécie de centro diretor do PCB na campanha eleitoral.

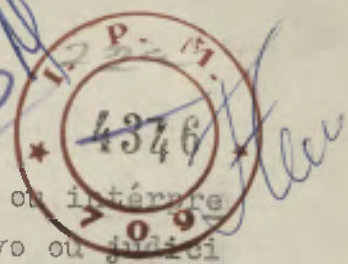
Também se verifica que o Comitê dos Trabalhadores deu dinheiro, material de propaganda, camionetes e outros recursos aos comunistas, inclusive / pertencentes a outros Comitês, como o dos Metalúrgicos. (Ver NL 144, Fls/7317/2-72 e NL 145, Fls/7319, Vol 72.)

- e. RUBENS CARDOSO DE MACEDO - por ter, como testemunha no IPM, faltado comprovadamente a verdade. Essa conclusão decorre da arareação feita entre o indiciado e o Ten Cel JOSÉ IRACY BRANDÃO PEREIRA, conforme consta do ítem intitulado:

"Contribuições financeiras de contraventores e exploradores do lenocínio".

Está assim o indiciado enquadrado no artigo nº 258 do Código Penal Militar que assim reza:

"Fazer afirmação falha ou negar ou calar a ver



dade como testemunha perito, tradutor ou intérprete em processo policial, administrativo ou judicial, militar".

Além disso, está incurso como co-autor e intermediário no crime de corrupção ativa previsto nos artigos 333 do Código Penal Civil e 233 do Código Penal Militar, juntamente com os indivíduos conhecidos pelos vulgos de "LIMA DOS HOTÉIS" e de "CHINA CABEÇA BRANCA", aos quais se associou intimamente na campanha eleitoral como depois dela, inclusive nos episódios de entrega de importâncias a NEGRÃO DE LIMA. (Ver NL 144, Fls/173/17, Vol 72)

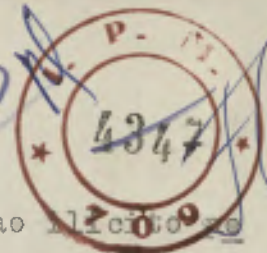
f. MARCIO DE MELO FRANCO ALVES, atual Secretário de Finanças do Estado. Forneceu, como responsável // pelas finanças da campanha eleitoral, recursos em dinheiro e materiais a elementos do PCB. Com esses recursos, o Partido Comunista pôde funcionar efetivamente na propaganda eleitoral de NEGRÃO DE LIMA.

Também está incurso no crime de corrupção passiva, previsto no artigo 232 do Código Penal Militar e 317 do Código Penal Comum, por ter recebido, por indicação de NEGRÃO DE LIMA, dinheiro das // mãos do explorador do lenocício conhecido pelo // vulgo de LIMA DOS HOTÉIS, antes do indiciado NEGRÃO DE LIMA ser Governador, mas em razão daquele cargo, do qual era ele candidato, contribuição // que foi oferecida para "amolecer" a repressão ao ilícito penal de que vive o ofertante da vantagem.

g. GUILHERME ROMANO- por ter, como responsável pelo Comitê Central, permitido a comunistas o livre // trânsito nêsse Comitê, fornecendo-lhes recursos // financeiros e materiais que permitiram a essa organização clandestina e ilegal, funcionar efetivamente na propaganda eleitoral de NEGRÃO DE LIMA.

h. JOÃO BATISTA DE LIMA, conhecido pela alcunha de // "LIMA DOS HOTÉIS", está incurso em crime de corrupção ativa previsto nos artigos 233 do Código // Penal Militar e 333 do Código Penal Civil, por // ter ofertado importâncias vultosas ao indiciado // FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, como candidato e como // governador do Estado, a títulos diversos, mas com

23770

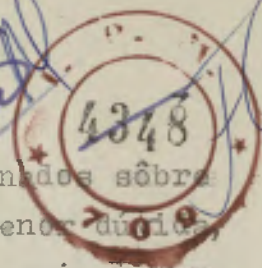


o objetivo de "amolecer" a repressão ao ilícito penal que criminosamente explora, como monopolista / da maior rede de hotéis de lenocínio do Estado da Guanabara.

Esses fatos estão minuciosamente descritos neste Relatório no item intitulado:

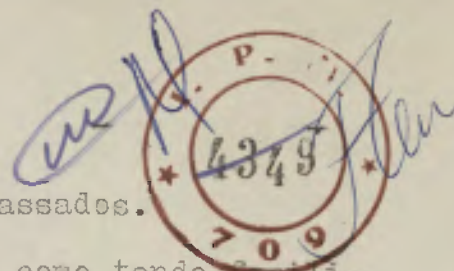
"Contribuições financeiras de contraventores e exploradores do lenocínio".

- i. EUCLIDES PANNAR (Vulgo CHINA DA CABEÇA BRANCA), conhecido banqueiro do jogo-de-bicho, incurso no crime previsto nos Artigos 233 do CPM e 333 do CPI // por ter apoiado material e financeiramente a campanha eleitoral do indiciado NEGRÃO DE LIMA, instalando inclusive um Comitê Eleitoral em prédio onde pratica o ilícito penal do jogo proibido, exigindo como compensação, a nomeação de pessoa de sua influência para chefiar a Delegacia encarregada da repressão, tudo com a exclusiva finalidade de atenuar a ação legal contra os crimes que é praticante / e interessado.
- j. VALÉRIO REGIS KONDER, GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA, ORESTES TIMBAÚBA RODRIGUES e MARIA SEGÓVIA JACOBSEN já são indiciados neste IPM, como membros ativos do Partido Comunista.

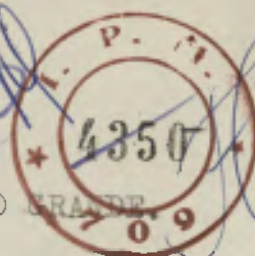


Além dos indiciados anteriormente mencionados sobre cujas implicações não tem este Encarregado a menor dúvida, desejamos citar as seguintes pessoas sobre as quais pesam sérias acusações fundadas nas incriminações e nas provas/ constantes dos autos, mas que, em virtude do término deste IPM, não puderam ser nêle ouvidas ou ter a sua culpabilidade precisamente determinada, pelo que solicitamos a abertura de novos IPMs, ou novas investigações, a fim de ser consumada, com a necessária profundidade, a apuração/ dos fatos, como exige a Lei:-

- 1) ALFREDO TRANJAN- Deputado estadual, propagandista da candidatura de NEGRÃO DE LIMA. Acusado de ligações com comunistas, como Diretor do jornal "FOLHA DA SEMANA", apontado // como órgão oficial e legal do Partido Comunista Brasileiro. (Doc nº NL 11, fls nº 16814, Vol nº 69, Doc nº NL 83, fls nº 16951, Vol nº 71) e NL 144 Fls 17316 Vol 72)
- 2) ALVARO AMERICANO- citado como tendo realizado negócio irregular, baseado no tráfico de influência, na compra de andares de um edifício da firma "DE PAOLI", sito na Avenida Rio Branco, esquina de Sete de Setembro, o que também constitui enriquecimento ilícito previsto no Artigo 3º c/c o Artigo 2º letra c da Lei 3.502 de 21/XII/1958.
- 3) ANAXILIO EVANGELISTA BARBOSA- citado como comunista ferroviário, um dos cabos eleitorais/ de NEGRÃO DE LIMA.
- 4) ANTONIO JOSÉ CHEDIK- acusado de elemento esquerdista, assinante do Manifesto dos Intelectuais, infiltrado com LUIZ ALBERTO BAHIA na administração estadual.
- 5) ANTONIO ROSARIO FARINELLI- contraventor conhecido e fichado na Polícia, cabo eleitoral de NEGRÃO DE LIMA, tendo instalado um Comitê Eleitoral em sua "fortaleza", para a campanha/ eleitoral desse indiciado.
- 6) DALTON OTTATI XAVIER- trabalho no Comitê Central da Campanha Eleitoral de NEGRÃO DE LIMA, tendo fornecido material de propaganda //



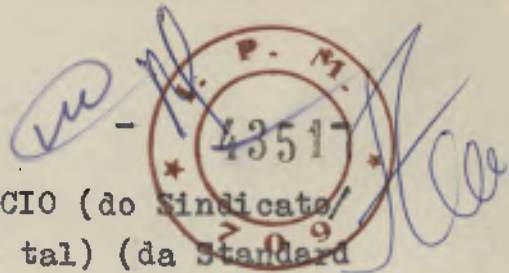
- eleitoral a comunistas e cassados.
- 7) EDGARD PIRES DE SÁ- citado como tendo recebido ajuda do cabo ANSELMO, na Delegacia onde este se achava prêso.
  - 8) EUCLIDES CARVALHO DE OLIVEIRA- forneceu recursos financeiros para a campanha eleitoral de NEGRÃO DE LIMA, sendo por isso recompensado / com importante cargo no Banco do Estado da Guanabara.
  - 9) FRANCISCO PAOLO- citado como agitador comunista e cabo eleitoral de NEGRÃO DE LIMA.
  - 10) HILDEBRANDO MARINHO MONTEIRO- com antecedentes comunistas no fichário da DOPS, nomeado / Secretário de Saúde do Estado da Guanabara, / por influência de LUIZ ALBERTO BAHIA.
  - 11) JOÃO BATISTA STÁVOLA- militar reformado pelo Ato Institucional nº 1, encarregado da Seção / de Transporte do Comitê Eleitoral de NEGRÃO / DE LIMA e citado como tendo fornecido viaturas a comunistas para a propaganda.
  - 12) JOÃO FARIA- acusado de tendências comunistas, e como, encarregado da distribuição de material do Comitê Eleitoral de NEGRÃO DE LIMA, suspeito de ter fornecido meios de propaganda a comunistas notórios.
  - 13) LUIZ ALBERTO BAHIA- elemento de antecedentes / comunistas, já prêso duas vezes como tal, infiltrado no Governo Estadual tendo sido nomeado Chefe da Casa Civil do Governo Estadual, / por influências ainda desconhecidas. Era, antes da Revolução, um dos sustentáculos da linha esquerdista do Correio da Manhã. É citado como um dos responsáveis pela atual penetração comunista em Favelas na Guanabara.
  - 14) MARIO CESAR- Delegado, citado como de tendências comunistas, titular da 6a. Delegacia Distrital e como conivente com a contravenção do jogo-de-bicho no Estado.
  - 15) MAURICIO CALDEIRA DE ALVARENGA- citado como / um dos elementos que articulou a ligação com / comunistas e cassados, como cabo eleitoral de



NEGRÃO DE LIMA na região de CAMPO GRANDE.

- 16) OLAVO DE CAMPOS PINTO- citado como comunista e diretor do Departamento de Polícia Especializada. Envolvido na fuga do cabo Anselmo. É também citado como conivente com o jôgo-de-bicho e o lenocínio, participando das vantagens daí decorrentes.
- 17) PAULO RIBEIRO- Deputado Estadual de tendências esquerdistas, citado como vinculado por troca de favores na administração do Estado, ao indiciado NEGRÃO DE LIMA. Foi um dos subscritores do famigerado Manifesto dos Intelectuais. *(Ver Doc. Fls 14307 Vol 59)*
- 18) SAMY JORGE- Deputado Estadual, citado como tendo distribuído material de propaganda a comunistas no Comitê Central de NEGRÃO DE LIMA e como um dos postulantes da nomeação do Delegado de Costumes da Guanabara, como recompensa de favores prestados ao candidato na campanha eleitoral.
- 19) VICENTE CHINELLI- Banqueiro de jôgo-de-bicho, citado como um dos maiores contribuintes financeiros para a campanha eleitoral de NEGRÃO DE LIMA, em troca do "anolecimento" da repressão à contravenção por ordem do indiciado.
- 20) VICENTE ROMÃO DE SOUZA- citado como comunista notório e protegido por LUIZ ALBERTO BAHIA e ALFREDO TRANJAN na agitação em favelas da Guanabara.
- 21) APOLONIO ARAUJO- chefiou o Comitê Comunista dos Metalúrgicos, participado intensamente da campanha eleitoral, recebeu de NEGRÃO DE LIMA a quantia de 2.200.000 de cruzeiros, e de EDNA LOTT a quantia de 100.000 cruzeiros.

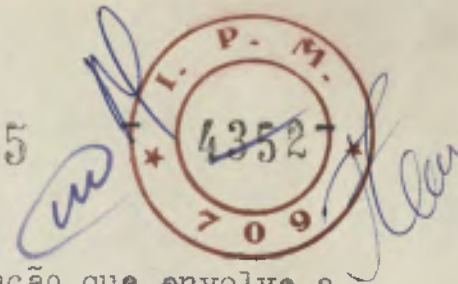
Juntamente com este elemento, estão comprometidas as seguintes pessoas do citado Comitê, de cuja diretoria e funcionamento participaram SEVERINO SANGUINETI; RANULFO MOTA, (da Estamparia São José); JUVAL GONÇALVES // (da Fábrica de Parafusos Águia); EFIGENIO RODRIGUES PATRÍCIO DOS SANTOS (da Federal de /



Fundição); GERALDO SEIXAS PATRICIO (do Sindicato dos Metalúrgicos) e OSWALDO (de tal) (da Standard Electric).

- 22) VELINDA MAURICIO DA FONSECA- facilitou a instalação e o funcionamento do Comitê Comunista dos Metalúrgicos, proporcionando-lhe o prédio e permitindo a infiltração dos elementos marxistas-leninistas no Comitê de que era responsável.
- 23) LUIZ GONZAGA PRADO FERREIRA DA GAMA- Deputado Estadual responsável pelo Comitê Eleitoral pró- NEGRÃO DE LIMA, no qual os comunistas do Comitê dos Metalúrgicos realizavam reuniões e debates.
- 24) ARMANDO MASCARENHAS- Secretário Estadual de Economia, Presidente da COCEA e da COPEG, citado como responsável por graves fatos na administração das referidas organizações, evidenciando-se crimes de peculato e irregularidades na administração de bens públicos.

23775



21. Considerações finais.

Encerremos aqui esta longa incriminação que envolve a pessoa de FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA, indiciado neste Inquérito, como associado e cúmplice do Partido Comunista Brasileiro. Este cidadão exerce hoje as funções de Governador do Estado da Guanabara, posto a que ascendeu com a ajuda do PCB/ e onde seguramente constituir-se-à como um elemento proveitoso para os objetivos dessa entidade internacional.

Ao apresentar êsse Relatório, incluindo no corpo do IPM que dirigimos, não nos podemos furtar ao insopitável anseio de lembrar, respeitosa e, a todos os juizes e autoridades, chamadas a opinar e decidir nêsse rumoroso caso, / que não se julgará apenas uma pessoa ou apenas um fato, aspectos insignificantes e transitórios na História.

O que se vai decidir é também a validade dos princípios de moralização dos costumes políticos e de contenção das atividades subversivas do comunismo internacional em nosso País, princípios que foram revigorados pela Revolução de 31 de março de 1964.

O que se vai decidir é também se a democracia brasileira tem, na sua estrutura política e social, as forças internas, vigorosas e pujantes, capazes de garantir a sobrevivência das instituições nacionais, punindo as tentativas // subreptícias que se prevalecem das brechas da legalidade e dos escusos conciliábulos para extravasar manifestações de vícios incorrigíveis, trazendo para esta Nação a idéia amesquinhadora de que jamais se pode liberar das lideranças espúrias.

Desejamos que os veneráveis juizes, que irão compul-sar êstes autos, pressintam que nêles se acha contida a alma viva do entusiasmo revigorante dos patriotas sinceros, in conformados com o processo rotineiro da política de bastidores que se prevalece de alianças marcadas pela corrupção, do tráfico de influência, do comércio clandestino de apoios // eleitorais, e que transformou as eleições em um mercado escandaloso no qual se negociam votos e futuros cargos na base de compensações financeiras, muitas vezes aviltradas por criminosas origens.

Isto é o que se vai também decidir aqui. O indiciado/ é o símbolo de uma mentalidade a erradicar. Violou as leis/ e criminosamente atingiu um dos maiores postos do País, desafiando a força da Justiça e o espírito de sobrevivência / da ordem democrática nacional.

Ferdinando de Carvalho

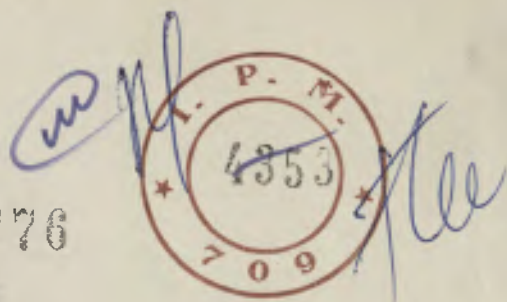
47

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23776



FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTTA

Qualificação: Francisco Walter de Souza Motta, com 48/anos de idade, filho de Antonio de Souza Motta e de Ana Correia de Souza, casado, brasileiro, natural de Magê, Estado do Rio de Janeiro, comerciante, residente / na Rua 24 de Maio, nº 325, Guanabara.

Este indiciado destacou-se no âmbito do Partido Comu- / nista Brasileiro, como militante do Comitê Estadual do Estado / do Rio. Pertenceu ao Setor de Finanças. Teve papel importante / também no Setor Cultural do Partido, no preparo de militantes / comunistas, através de aulas de doutrinação marxista proferi- / das em curso mandado ministrar pelo P.C.B.

Essa sua situação de relêvo nos meios comunistas foi / comprovada pelo fato de ter sido convidado para visitar países da Cortina-de-Ferro como a URSS e a Tchecoslováquia.

Cooperou financeiramente como o P.C.B. através de pe- / quenas lojas, que possuía e que serviam de fonte de renda ao / Partido.

Esteve prêso diversas vêzes por atividades subversivas.

Foi candidato a deputado federal pelo Estado do Rio, a / apresentado por Prestes nas eleições de 1950.

São feitas contra êste indiciado as acusações que se / seguem.

Militante comunista desde 1946 quando ingressou no Par / tido, permaneceu ativo mesmo após a ilegalidade, ligado a cam / panhas eleitorais. Foi um dos dirigentes comunistas no <sup>E</sup>stado / do Rio, sendo componente do Comitê <sup>E</sup>stadual.

Nessa organização, foi responsável pelas finanças do / Partido, atuando ativamente nêsse sentido conforme confessou o / indiciado em seu depoimento (Doc. nº 1728, fls. 17754, Vol. nú- / mero 76). Essas acusações podem ainda ser comprovadas pelo / depoimento de LINDOLPHO HILL, respondendo à pergunta que lhe / foi feita sôbre reuniões do Comitê Estadual do Estado do Rio:

"Respondeu afirmativamente, esclarecendo mais que / das reuniões que participara conforme afirmou, se / realizavam em sua maioria nas salas números cento e cinco e quatrocentos e três do <sup>E</sup>difício AJAX, situa / do à Rua Almirante Tefé, número seiscentos e trinta

e dois, em Niterói e nessas reuniões sempre se encontravam presentes os seguintes dirigentes do Partido naquele Estado, isto é, do Estado do Rio de Janeiro, a saber... e FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTTA que ocupava como principal encarregado das finanças do Partido naquele Estado (Tesoureiro)... (Doc. nº 1727, fls. 13574, Vol. nº 85).

Essas mesmas acusações, são corroboradas nos depoimentos de WALTER GONÇALVES (Doc. nº 2035, fls. 15.100, Vol. nº 62) e de ANÉSIO DIAS FREITAS (Doc. nº 1718, fls. 1322574, Vol. nº 34).

Mas o indiciado teve também papel preponderante nos setores/cultural do Partido conforme podemos constatar no depoimento de FLORIANO PEIXOTO SOARES, quando a certa altura afirma:

"Uma vez estruturado (em uma Organização de Base - é nosso o esclarecimento) foi (o depoente) escolhido para tirar um curso de capacitação política, que teve a duração de sete dias e que foi levado a efeito na Sede da Associação Feminina Fluminense, e recorda-se que as aulas foram ministradas por ... inclusive FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTTA, fora outros que não se recorda no momento e assim a Organização de Base acima referida exerceu atividade até o ano de mil novecentos e sessenta." (Doc. Nº 1717, fls. 12407, Vol. nº 50).

Sua participação nas rendas do Partido nos é dada pelo fato de que o indiciado possuía pequenas lojas explorando o ramo de retalhos, de onde determinadas quantias eram revertidas em benefício do P.C.B. Entre essas lojas pode-se citar um box na Rua Barão do Amazonas (Mercado), uma na Engenhoca e outra em localidade de Rio Bonito (R.J.). (Depoimento do indiciado - Doc. nº 1728, fls. 17755, Vol. nº 76).

Foi candidato a deputado federal no Estado do Rio, lançado pelo Comunistas em 1950, como podemos comprovar não só pelo seu próprio depoimento e pelo de OSWALDO JOSÉ VICENTE de onde extraímos:

"Contudo o Partido, mesmo assim, lançou a candidatura de FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTTA e ... a deputados sem que os mesmos tivessem oportunidade de ser eleitos" (Doc. nº 1723, fls. 14204, Vol. nº 58).

Sua visita à União Soviética e Tchecoslováquia, é uma prova cabal de seu prestígio no seio do Partido. De seu depoimento já referido acima extraímos:

23778

*ma*  
P. M.  
43553  
*Hen*

"Respondeu que anualmente o govêrno Soviético envia convites para personalidades brasileiras, para visitar a Rússia e outros países Socialistas; o convite do depoente lhe foi transmitido pelo Sr. RUBENS WAN DERLEY. A viagem foi feita com tôda a estadia e des pesas pagas pelo Govêrno Soviético. O transporte é feito em aviões a jato e algumas vêzes de ônibus. O depoente visitou as seguintes regiões principais: / Moscou (15 dias), AZERBADJÃO (5 dias) LENIGRADO ( 5 dias), IRKURSK (5 dias) CHECOESLOVÁQUIA (5 dias) e PARIS (4 dias). A viagem foi inteiramente de turis mo. Os participantes receberam além de tôdas as des pesas gratuitas, um auxílio de 100 (cem) Rublos.../ (sic) (Doc. nº 1728, fls. 17455, Vol. nº 76).

As atividades subversivas do indiciado foram motivo pa ra que diversas vêzes fôsse prêso particularmente no Estado do Rio. (Doc. nº 285, 17448, Vol. nº 76) e Doc. 2050 17452, Vol. nº 76).

*Fernando de Carvalho*  
*al*

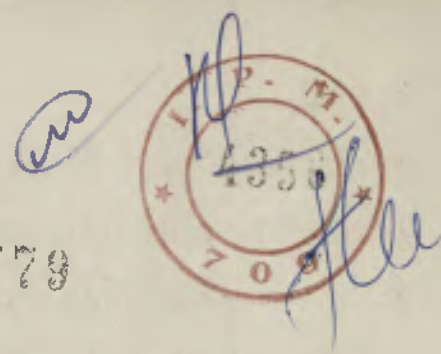
48

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23779



FUED SAAD

Qualificação:- Fued Saad, com 54 anos de idade, filho de Felício Saad e Amália Saad, casado, naturalidade ignorada, médico de residência ignorada.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Integrava o Comitê Estadual de São Paulo, sendo considerado um dos importantes teóricos do Partido no Estado, a quem era atribuída a orientação dos cursos de marxismo-leninismo.

Na qualidade de membro do Comitê Estadual, prestava assistência a Comitê Municipal em suas reuniões. Esteve foragido após o Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964.

Sintetizemos o que se argúi contra este indiciado.

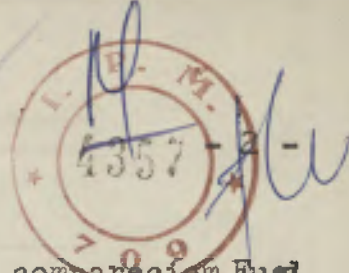
Em setembro de 1956, FUED SAAD, juntamente com outros dirigentes do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo, concertou com políticos entendimentos junto a industriais para apoio financeiro à "Campanha da Imprensa Popular", dirigida pelo PCB (Doc. nº 1950, Vol. nº 48 Fls 11807)

Foi um dos principais orientadores dos "cursos de capacitação política", isto é, cursos da doutrina marxista-leninista do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo. (Doc. nº 246, Vol. 39 Fls 9714).

A assistência que, na qualidade de dirigente do Comitê Estadual de São Paulo, prestava ao Comitê Municipal encontra-se comprovada no depoimento de Luiz Rodrigues Corvo, que declara ao responder pergunta específica:

"... que, vez por outra, apesar das constantes diver--

23780



divergências de Santos com São Paulo, compareciam Fued Saad e Ramiro Luchesi." (Doc. nº 1722, fls. 19292 Vol. nº 85).

Importante comprovação de que êste indiciado era membro do Comitê Estadual do PCB/SP e de que era elemento que exercia atividade em prol do Partido, além da acima relatada, é o manuscrito de sua lavra sôbre sugestões que apresentou às "Teses para Discussão" do VI Congresso do Partido que se realizaria em 1964, as quais foram distribuídas aos membros dirigentes do P.C.B. em todo o país em meados de 1963 para apresentação de emendas, conforme norma do Partido. (Doc. nº 732, Vol. nº 76 Fls 17765)

Em princípio de 1965, êste indiciado foi, juntamente com outros antigos dirigentes do Comitê Estadual de São Paulo, afastado de cargos de direção neste Comitê, conforme declara Luiz Rodrigues Corvo em seu depoimento já citado:

"... Pelo debate que ouvi (refere-se à reunião efetuada pelo Comitê Estadual naquela data - é o nosso o esclarecimento), entretanto, penso que dessa reunião deve ter surgido uma orientação capaz de transformar os comunistas numa corrente de opinião que não oferecerá perigos para a democracia. Soube, posteriormente - já que não participei de tôda a reunião, por não querer continuar no movimento - que o "grupo jovem" vencera em tôda a linha, afastando a "velha guarda"... Saad ..., etc., dos órgãos de contrôle."

Êste fato está, também, relatado no documento nº 352, Vol. nº 40 Fls 9858)

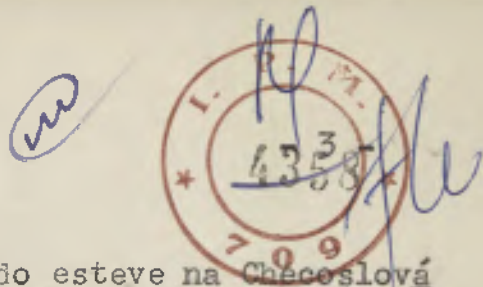
As Cadernetas de Prestes contêm várias referências a êste indiciado e o Relatório do Inquérito instaurado pelo DOPS/SP a respeito dessas cadernetas apresentou circunstanciado registro das atividades partidárias dêste indiciado.

Faremos alusão a alguns dêstes registros. Assim na Caderneta nº 1, pag. 150 lemos a seguinte anotação de LUIZ CARLOS PRESTES:

"Saad - viajar ao Rio e preparar ida a Praga".

Realmente, Saad, de <sup>40</sup>acôrdo com os registros do DOPS de São

23781



São Paulo, constante do Relatório mencionado esteve na Chécoslováquia em 1 962 ou início de 1 963.

A Caderneta nº 3 (pag. 118) <sup>(Vol 124)</sup> indica a presença de Saad em uma reunião do PCB, a 20 de novembro de 1 962.

A Caderneta nº 11 (pag. 38) <sup>(Vol 132)</sup> apresenta um relato de Saad sobre uma revista possivelmente a "Problemas da Paz e do Socialismo". Fala também na entrevista de Krushov com Raul Castro. Diz a anotação:

"Saad- Não aprovam o novo orçamento.

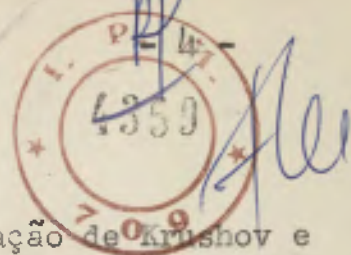
Ou diminuir a tiragem ou fazer seleção dos artigos que devem ser publicados na Revista. Viagem a Moscou. A posição do Brasil nos Congressos está dando oportunidade a que os chineses explorem. Acharam bom o artigo sobre Cuba que permitiu trabalhar com os PPCC da A.L. Também boa a Resolução da Conferência. Conversa de Kruchev/ Raul Castro. O primeiro criticou a política que realizam com o P.C.B. - Castro respondeu que eles se apoiam em tôdas as forças progressistas. Mikoiam não conseguiu pleno acôrdo com os cubanos."

O importante dêsse relato de Saad é a referência a conversação de Krushev com Raul Castro, irmão de Fidel Castro, na qual o primeiro critica a política que os partidos da América Latina realizam com o PCB. Isto nos mostra como os problemas do comunista neste Continente são motivos de deliberação em Moscou.

O nome do indiciado aparece em outras anotações nas Cadernetas de Prestes como nas páginas 42, 80, 106 e 130 da Caderneta nº 11, nas páginas 76, 79 e 81 da Caderneta nº 15, nas páginas 10 e 48 da Caderneta nº 16 e nas páginas 15 e 24 da Caderneta nº 18. <sup>(Vol 132)</sup> <sup>(Vol 136)</sup>

A anotação da página nº 106 da Caderneta nº 11 é o relato da Viagem de Saad, abrangendo 18 páginas. Por essa anotação verifica-se que Saad esteve em Moscou, estudou a situação de vários partidos comunistas asiáticos, falou com Pedro Mota Lima e trouxe a incumbência para que o PCB sugerisse três novos elementos para a

23782



a Rádio de Pekim.

Na página 110, há nova referência a conversação de Krushov e Raul Castro sobre o P.C.B.

As numerosas anotações de Prestes relativas a Saad demons — tram não apenas a atividade partidária dêste elemento como indicam a consideração que a êle dispensa Luiz Carlos Prestes. Está foragido.

Intimado a depor em edital publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1965, não compareceu.

*Fernando de Castro/60*  
*cel*

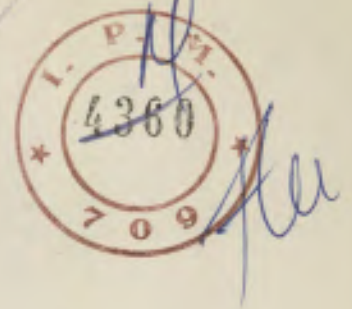
49

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

23783

IPM/709



GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS

Qualificação: Geraldo Rodrigues dos Santos, com 43 anos de idade, filho de Honorato Rodrigues dos Santos e Joaquina M. Teodoro, casado, natural de São José do Rio Preto, São Paulo, portuário com residência ignorada.

Este indiciado é elemento notório da cúpula do Partido Comunista Brasileiro.

Suas atividades de militante comunista não se limitaram ao âmbito regional, onde atingiu a direção estadual de São Paulo, mas chegou a ter caráter nacional como integrante do Comitê Central do P.C.B.

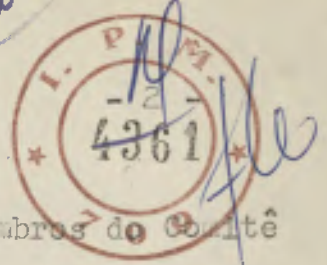
Antigo trabalhador da Cia. Docas de Santos, exercia no Partido atividades ligadas principalmente ao setor sindical. Apesar de seu baixo nível intelectual, seu valor para o Partido pode bem ser avaliado pelo curso de capacitação política realizado na União Soviética e por sua participação como delegado no XXII Congresso do PCUS, ocasião em que chegou a entrevistar-se com o Secretariado daquele Partido, juntamente com outros representantes latino-americanos.

Caracterizemos a posição deste indiciado como membro do P.C.B.

É citado como integrante do Comitê Central do P.C.B. nos seguintes documentos:

Doc. nº 14, Vol. nº 87, <sup>Fls 19824)</sup>, depoimento prestado ao DFSP por Nery Reis de Almeida, membro suplente do Comitê Central do PCB, que o aponta como um dos integrantes da Comissão Executiva do CC/PCB;

Doc. nº 231, Vol. nº 39, <sup>Fls 9703)</sup>, relação de membros do Comitê Central do PCB, apreendida no Comitê Estadual do Ceará;



Doc. nº 402, Vol. nº 24 <sup>Fls 6095)</sup>, relação de membros do Comitê Central do PCB, extraída de documento do Partido em 17 de março de 1964;

Doc. nº 451, Vol. nº 40 <sup>Fls 9988)</sup>, relação de membros da Comissão Executiva do CC/PCB, conforme levantamento da estruturação do Partido procedido pelo DFSP;

Doc. nº 1124, Vol. nº 42 <sup>Fls 10551)</sup>, relação de membros do CC/PCB, conforme documento apreendido pelo DOPS/GB no escritório de Luiz Carlos Prestes, situado na Travessa Francisco Serrador, nº 90, sala 1402, nesta Capital;

Doc. nº 1462, Vol. nº 43 <sup>Fls 10806)</sup>, que se refere inclusive à importância que este indiciado percebia mensalmente do Comitê Central como funcionário do partido.

Por outro lado, sua situação como membro do Comitê Estadual do PCB de São Paulo é referida nos seguintes documentos:

Doc. nº 453, Vol. nº 40 <sup>Fls 10009)</sup>, em que este indiciado é apontado como Secretário de Agitação e Propaganda do CE/SP;

Doc. nº 1462, Vol. nº 43 <sup>Fls 10806)</sup>, que se refere inclusive à importância que este indiciado percebia mensalmente do CE/SP na qualidade de funcionário do Partido.

Comprovemos, agora, as atividades de militante comunista deste indiciado como membro do Comitê Central.

Em 26 de outubro de 1962, participou de uma reunião da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB, efetuada neste Estado, a qual teve como finalidade dar balanço na situação política face à crise internacional decorrente do bloqueio de Cuba por forças navais norte-americanas (Doc. nº 64, Vol. nº 38 <sup>Fls 9510)</sup>).

Nos dias 17 e 18 de novembro de 1962, compareceu às reuniões efetuadas pelo Comitê Estadual da Guanabara na qualidade de delegado do Comitê Central (Doc. nº 453, Vol. nº 40 <sup>Fls 10009)</sup>).

Em 16 de março de 1964, compareceu a reunião da Comissão Executiva do Comitê Central, realizada neste Estado, no escritório de Luiz Carlos Prestes, a qual teve por fim a análise da situação política nacional em decorrência do comício efetuado em 13 de março

23785

de 1 964 na Central do Brasil (Doc. nº 149, Vol. nº 39 Fls 9567)

Em 17 de janeiro de 1 964, participou de reunião da Comissão Executiva com o Secretariado do PCB, ocasião em que interveio nos debates, conforme o seguinte resumo da reunião apreendido no escritório do militante comunista Marco Antônio Tavares Coelho:

"Congresso Latino-Americano. Uruguai e Chile... (ilegível); argentinos e cubanos intransigentes. A 22, reunião comunistas em BH. Cêrca de 200 delegados virão, inclusive Europa."

Esta intervenção do indiciado refere-se ao Iº Congresso da CUTAL, patrocinado pela Federação Sindical Mundial, que se realizaria em Belo Horizonte mas que, em virtude de reação democrática, foi realizado em Brasília. (Doc. nº 974, Vol. nº 42 Fls 10547)

No período de 5 a 19 de maio de 1 963, participou da reunião do Comitê Central do PCB quando foi reestruturada a Comissão Executiva e o Secretariado do Partido, tendo êste indiciado permanecido como integrante da Comissão Executiva. (Doc. nº 1597, Vol. nº 43 Fls 10816)

Há, ainda, uma referência importante ao indiciado em manuscrito apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes que é o rascunho da Ata da XI Reunião do CC/PCB, efetuada em novembro de 1 963, no qual consta:

"... a esta reunião deixaram de comparecer...  
Geraldo",

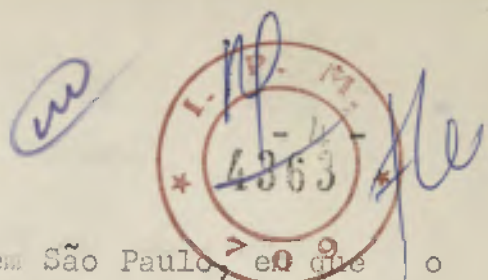
nome por que o indiciado é mencionado no Partido (Doc. nº 698, Vol. nº 41 Fls 10238)

As atividades dêste indiciado como membro do CE/SP podem ser constatadas através dos seguintes documentos:

Doc. nº 304, Vol. nº 89 Fls 15056, que se refere à participação dêste indiciado, juntamente com outros notórios comunistas de São Paulo, em reunião realizada na União Geral dos Trabalhadores dêste Estado para a programação do PCB para as comemorações do 1º de Maio de 1 955.

Doc. nº 1312, Vol. nº 37 Fls 9335, que se refere à conferência

23786



estadual do PCB/SP, em Fevereiro de 1965, em São Paulo, em que o indiciado foi alijado da direção do Partido neste Estado. (Doc. nº 1312, Vol. nº 37 Fls 9335)

Além disso, os seguintes fatos devem ser considerados na incriminação de Geraldo Rodrigues dos Santos:

Em Dezembro de 1949, quando era Tesoureiro da Associação Beneficente dos Empregados da Cia. Docas de Santos foi indiciado em inquérito por exercer atividades subversivas (Doc. nº 204, Volume nº 37 Fls 9176)

Em 1953, viajou para a União Soviética, onde permaneceu 17 meses, ocasião em que tirou o curso de capacitação política, conforme declara Lindolpho Hill em seu depoimento a este inquérito. (Documento nº 1727, Vol. nº 55 Fls 13569)

Por último, tem seu nome constando de uma relação de localização de militantes comunistas da região do ABC, em São Paulo, os quais constituíam um "batalhão" (Doc. nº 1153, Vol. nº 37 Fls 9249)

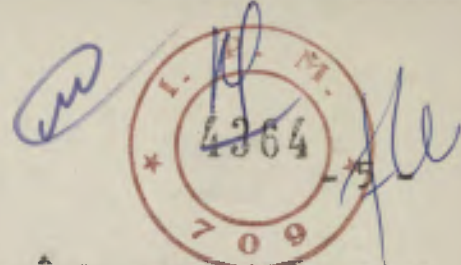
Os registros existentes nas Cadernetas de Prestes colocam este indiciado em grande evidência. São tão numerosas essas anotações que seria o caso de transcrevê-las, na totalidade. O prontuário as registra integralmente.

(Vol 122)

Na Caderneta nº 1, página 20, Geraldo Rodrigues dos Santos é citado como elemento do Comitê Central do PCB. Já na página 1, o indiciado intervém como um dos autores do documento em discussão. Nas folhas 106, 136 e 138 Geraldo é citado em assuntos importantes do interesse da política do PCB. Na folha 176, Geraldo manifesta-se sobre problema da orla marítima, setor sindical.

(Vol 124)

Na Caderneta nº 3, fls. 1, há uma referência sobre Geraldo em ligação com o CGT, demonstrando a subordinação deste ao PCB. Seguem-se registros sobre o indiciado nas fls. 45, 54 e 55 da mesma Caderneta. Mas a anotação da fl. 74 é importante. Nela vemos a ação do PCB manipulando em seu proveito as greves políticas. Diz o registro:



"14) Geraldo - Estou de acôrdo com o informe que confirma o acêrto da linha do P. - Ainda não caracteriza a reforma agrária. Quem introduz o capitalismo no campo são os bancos - sôbre a greve política de 5/VII. Já na greve de 14/IX não tivemos o mesmo êxito. Não há entusiasmo pa ra a greve política. O trabalhador não sente a necessidade de lutar por um gov.nac.e democ.O problema do plebiscito não é discutido."

Na fôlha 109 novo registro de Geraldo, e mais adiante na fôlha 130, lemos:

"13) Geraldo - Reclama um balanço critico e au tocrítico de nossa própria atividade. Do V Congresso para cá houve avanço no trabalho do P. na prática da frente única. Na política ext.al guns camaradas só vêm aspectos positivos dessa política. Disto decorre um apôio incondicional a Goulart. Quanto ao salário mínimo ficamos à espera de que Jango ou Pinheiro Neto, que decretem o salário mínimo.

A greve dos engenheiros mostra a radicaliza ção das massas. Também o balé do Municipal. Pe de o plano da CEx para a campanha do plebiscito".

Essa anotação revela a influência do Partido nas decisões políticas do governo Goulart e demonstra a influência de Geraldo R odrigues dos Santos.

Na fls. 165 e 186, encontramos nova intervenção do indiciado sôbre o trabalho sindical do Partido.

Na Caderneta nº 4, <sup>(vol 125)</sup> fôlha 4, Geraldo é convocado para uma reunião do Comitê Central. Na fôlha 121 há uma longa intervenção do indiciado sôbre o movimento grevista. Na fôlha 147, Geraldo faz importante sugestão para a ação partidária, inclusive sôbre o trabalho de educação.

<sup>(vol 126)</sup> Na Caderneta nº 5, na fl. 37 encontramos uma referência sôbre Geraldo e a inclusão de Bazileu na Delegação do PCB para o XXII Congresso de Moscou. Na fôlha 50, há uma informação de Geraldo sôbre Jover Telles e uma caravana ao Rio Grande do Sul. Nas fôlhas 66, 76, 77 e 80, novas referências inclusive à candidatura de Geral do a deputado federal. Na fôlha 81, Geraldo fala sôbre a necessidade de incluir Agostinho Dias dos Santos na Seção Sindical do PCB e sôbre a missão dêste ao Nordeste na greve dos estivadores. Na fôlha 99, ainda outra referência ao indiciado.

<sup>(vol 127)</sup> Na Caderneta nº 6, encontramos anotações sôbre GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS nas fôlhas 119, 138, 148 e 174. Referem-se a

23788

variadas atividades partidárias que abrangem os setores da agitação e propaganda e das finanças do Partido. Sente-se a intensa atividade política do indiciado que foi candidato a deputado federal pelo PTB.

(vol 128)

Na Caderneta nº 7, podemos extrair registros sobre o indiciado nas folhas 73 e 129. Nesta encontramos a seguinte afirmativa interessante:

"Já contribuimos para o suicídio de Getúlio -- agora vamos dizer que a queda de JQ - foi por culpa nossa."

(vol 129)

A Caderneta nº 8 é também fértil de anotações sobre GERALDO RODRIGUES. Este está citado nas folhas 13,30, 51,54 e 140. A anotação das folhas 13 e 140 são bem características, denunciando a ação do Partido na agitação em variados setores. Transcrevamo-las:

"pg 13 - Dá idéia de que não saíram lutas em S. Paulo por causa da fraqueza política dos comunistas. Não basta, no entanto, a força dos comunistas no movimento operário. Há outras cousas. Dá idéia também que luta é só greve. Temos que levar em conta certos objetivos. Há uma grande dose de voluntarismo entre nós, pensamos que podemos fazer o que quiser.

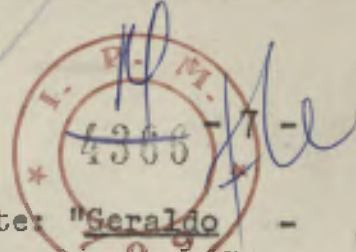
Há expontaneísmo em nossa atividade, não cuidamos da elevação do nível ideológico do P. Se não vamos descarregar nas bases a culpa dos erros. Ver o trabalho nas empresas: O que o CC queria é que se explicasse melhor os aspectos positivos da política externa de JQ - Chegar a uma caracterização, a uma análise de classe do governo do JQ através do exame da situação econômica-financeira.

- Em São Paulo temos muitas debilidades, mas não chegar à conclusão de que houvesse vacilações na aplicação da linha. Não é justo e não vai ajudar. Levar em conta que tanto o P. como as massas diante da renúncia de JQ houve perplexidade.

- O governo de Jango é melhor que o de JQ. Aquê le é conciliador e êste era reacionário. Mário quer saber porque essa diferença entre os dois governos - Políticamente não interessa ao Partido modificar nossa caracterização do governo de JQ. Quanto à vacilação na aplicação da linha, como está não ajuda".

"fls.140 - De uma reunião da Comissão Executi-

23789



va de 4-IV-63 tira-se o seguinte: "Geraldo - Desemprêgo já começa a ter certa repercussão. Ford propôs trabalhar apenas 3 dias por semana. Já dispensaram 300 operários. Precisamos desmascarar a "Aliança Brasileira para o Progresso"- participação de Peri Bevilacqua. Ascensão das lutas de massas - camponeses - Luta da Cosipa conseguida a destituição do diretor. Sargentos estão cada vez mais radicais. Greve em Cumbica contra alimentação, negam-se a apresentar-se para inquérito. Luta do PTB de São Paulo contra Almino - Revogação da portaria que proíbe a existencia da CGT - Merece uma discussão e um ativo nacional. Situação da direção do P. em São Paulo - uma insensibilidade das direções. CM de São Paulo não está à altura das necessidades. É o mesmo no CE".

Na Caderneta nº 9, GERALDO é citado nas fôlhas 49,51,53, 110,123 e 185. Nesta última Prestes anota os nomes de GERALDO RODRIGUES e de MÁRIO SCHEMBERG para deputados. Na Caderneta nº 10 o indiciado aparece também em varias citações nas fôlhas 88, 112 e 113, onde se decide a ida ao Chile de Dante Pelacani e Roberto Morena e outros e outros assuntos de importância na política partidária.

Na Caderneta nº 11, o indiciado é citado nas fôlhas 14, 45,78,131 e 140. Surgem referências a um caso interno com GERALDO RODRIGUES. AGOSTINHO DIAS propõe a substituição de GERALDO por IVAN RAMOS RIBEIRO como responsável pelo Setor Sindical. Essa proposta parece não ter sido aprovada, pois GERALDO surge depois ainda em atividades sindicais.

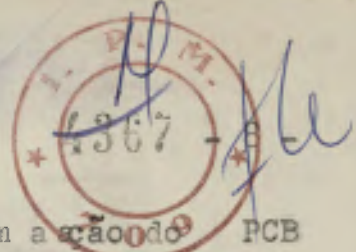
Na Caderneta nº 12, na fôlha 11, GERALDO se manifesta contra a candidatura de RIO BRANCO PARANHOS e favorável à de RAFAEL MARTINELLI para suplente a senador pela Guanabara.

Outras anotações na mesma Caderneta são encontradas nas fôlhas 51, 59 e 134, onde são discutidos assuntos partidários em várias reuniões.

Na Caderneta nº 13, o indiciado aparece nas fôlhas 14,58, 70, 90,97 e 137.

Na Caderneta nº 14, há anotações sobre êle nas fôlhas 65, 96,114,148 e 159. A segunda demonstra as ligações entre Jango e o PCB. Diz ela:

"Inf.de Geraldo - falar c/Jango a respeito de nosso apoio a Barbosa Lima Sobrinho. - Santiago propõe um movimento de resistência democrática com sua participação. - Atos de maior repercussão na luta por um gov nac. e democrático.- Reunir os membros da CEx que estão em São Paulo". 51



As anotações das fôlhas 148 e 159 mostram a ação do PCB no movimento grevista em todo o país. Assim transcrevamo-la:

"De uma reunião da CEx., realizada em 8-VII-62, tira-se o seguinte: "Geraldo - Pararam = Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Guanabara, Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte (cidade industrial), Estado do Rio, Vitória, Paranaguá, Ytajaí. - Marchamos agora para marchar para um embrião central sindical".

"Fl.159 - Segue-se a transcrição do informe: "Geraldo - A preparação da greve foi entregue ao espontaneísmo e sem nenhum controle. Comício na Sé que não se realiza.

- Como coordenar o mov. op. com as outras frentes de luta - intelectuais, mulheres. - Quanto aos estudantes - disse o Moacir - estão em férias e não se pode nem pensar nêles. Vamos entrar agora no quadro da luta salarial.

Os estivadores marcaram greve para 18/VII - levantar agora a luta pela revisão do nível de salário mínimo. Existem condições para uma convenção nacionalista - preparação do Congresso de Libertação - Dar maior ênfase ao desmascaramento do Parlamento".

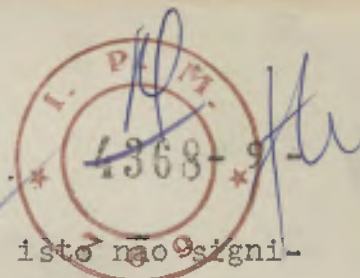
Na Caderneta nº 15, <sup>(Vol 136)</sup> o indiciado é citado nas fôlhas 16, 20, 47, 95 e 145.

Na Caderneta nº 16 <sup>(Vol 137)</sup> seu nome aparece nas fôlhas 15, 46, 76, 83, 99, 101, 104, 115 e 162. É intensa a atividade partidária de GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS. Os assuntos que debate ou em que interfere demonstram a influência política do PCB na vida nacional.

Na Caderneta nº 17, <sup>(Vol 138)</sup> GERALDO aparece em citações nas fôlhas 17, 91, 107, 119, 153 e 157.

A da fôlha nº 107 é outra demonstração da tremenda atividade dos comunistas no desencadeamento de greves. Diz esta citação:

"De uma reunião da CEx, de 27-III-62, tira-se o seguinte: "Geraldo - Devemos aproveitar a oportunidade para examinarmos do ponto de vista autocrítico da maneira por que enfrentamos as lutas de massas. Faço uma proposta concreta - uma reunião do Secretariado com o Pacheco a respeito do movimento dos estivadores. - Houve ilusões de classes mesmo entre os dirigentes que chegavam a dizer: se não fôsse a reação a greve seria vitoriosa. Falava-se em greve geral entre numerosos dirigentes. A massa de



sejava a aprovação da lei, mas isto não significa que já estivesse disposta a lutar pela aprovação da lei. Surgiu uma tendência a fazer greve com meia propaganda. Outra tendência é no sentido de parar as fábricas sob a pressão de piquetes de greve. Em S. Paulo ainda predomina algumas concepções que vamos precisar combater. Luta parece que é só greve. E greve deve ser greve geral. A tendência de que toda ação deve ser greve geral. Não temos conhecimento nem das empresas que pagam abono de Natal. - A classe operária não sair com sentimento de derrota". (Vol 139)

Na Caderneta nº 18, o indiciado é citado nas folhas 10, 138 e 153. Esta última é uma indicação da influência do PCUS no PCB:

"De uma reunião com o título de "Discussão", tirou-se o seguinte: "7. Geraldo - Prestígio do nosso P. - Atrasou muito a chegada de Pres -- tes. No caso da Albânia, penso que alguns camaradas incorrem em erro. A Declaração dos 81 reclama as soluções bilaterais, mas o PCUS esgotou seus recursos, para entendimentos com o PAT. Interessante aqui uma questão - ou caímos de um lado ou de outro. Antigamente aceitávamos, digo, não aceitávamos nem a decisão de um Congresso do PCUS. Acho que devemos tomar uma posição clara. O CC devia tomar".

Finalizaremos aqui esta incriminação de um dos mais ativos e eficiente militantes e dirigentes do PCB. A personalidade de GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS é típica no movimento comunista em nosso País.

O indiciado encontra-se foragido, embora constantes informes denunciem que a sua ação persiste na clandestinidade.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 28 de Setembro de 1965, não compareceu.

*Fernando de Castro*  
*al*

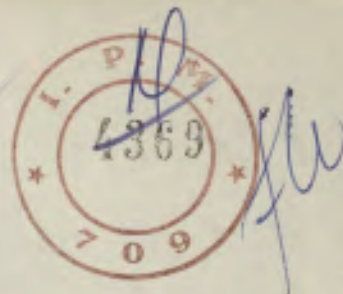
50  
11/2

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23792



GILBERTO DE OLIVEIRA AZEVÊDO

Qualificação: Gilberto de Oliveira Azevêdo, com 38 anos de idade, filho de Faustino Júlio Leite de Azevêdo e de Alcina de Oliveira Azevêdo, casado, pernambucano, bancário, residente à rua Visconde de Góyana, 143, Boa Vista, Olinda, Pernambuco.

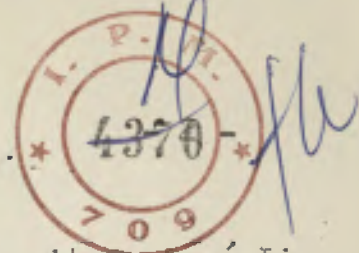
Este indiciado era membro do Comitê Estadual de Pernambuco, do Partido Comunista Brasileiro e prestou serviços ao Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco desde sua criação, chegando a ser vice-presidente dessa entidade. Apoiado pelos comunistas, foi eleito deputado estadual pelo Estado de Pernambuco, em 1962. (Doc.nº 1348, fls. 13303, Vol. nº 54).

De suas atividades no Comitê Estadual de Pernambuco, sabe-se, pelo depoimento de José Lira Alves Sobrinho que o indiciado foi eleito em 1959:

"Em julho de mil novecentos e cinquenta e nove, participou, também, de uma conferência regional, que contou também com a presença de dirigentes do Partido nesta região, especialmente os companheiros do Comitê Municipal de Recife, em que o assunto principal dos debates, foi a homologação da candidatura do Doutor Miguel Arraes a prefeito da cidade de Recife. Nessa conferência, foi modificada, isto é, reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco, que passou a desenvolver suas atividades, assim constituído:... Gilberto Azevêdo, ... que formavam a Comissão Executiva."

O indiciado continuou integrando o Comitê Estadual daquê-

23793



daquêle Estado, ainda de acôrdo com o depoimento do citado José Lira Alves Sobrinho:

"... e já no fim do ano de mil novecentos e sessenta e dois, foi realizado um outro pleno ampliado para um balanço da campanha eleitoral... Ainda nesse pleno foi reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco, quando foi extinta a Comissão Executiva, passando a funcionar somente um Secretariado, sem sofrer solução de continuidade, quanto ao número de efetivos, passando então nessa data em diante o Comitê Estadual, a funcionar com a seguinte constituição: Membros efetivos:... Gilberto de Oliveira Azevêdo ... (Doc. nº 1348, fls. 13310, Vol. nº 54 ).

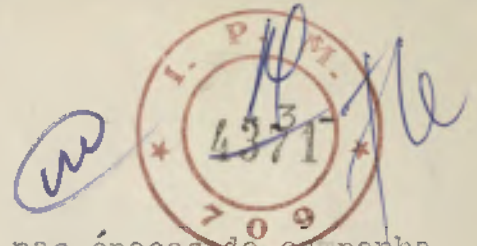
No Comitê Estadual, o indiciado trabalhava na Comissão Sindical, conforme consta no citado depoimento:

"... prosseguiu-se na luta pela reforma de base e nesse ínterim o depoente foi designado para trabalhar na Comissão Sindical do Comitê Estadual, que era dirigida por José Raimundo da Silva e da qual ainda faziam parte: Gilberto de Oliveira Azevêdo..." (Doc. 1348, fls. 13312 Vol. nº 54 ).

O indiciado atuou no movimento sindical em Pernambuco. Ocupou vários cargos na COSINTRA - Conselho Sindical dos Trabalhadores em Pernambuco e também no Sindicato dos Bancários e Federação dos Bancários. Teve o apoio dos comunistas para eleição a deputado estadual pelo Estado de Pernambuco. Eleito, foi o porta-voz das reivindicações políticas do Partido na Tribuna da Assembléia. O próprio indiciado faz estas afirmações em depoimento prestado a êste inquérito. Quando lhe foi perguntado sobre suas relações com o Partido Comunista Brasileiro, declara:

"que a partir do início de sua atuação no movimento sindical sempre se comprometeu, inclusive

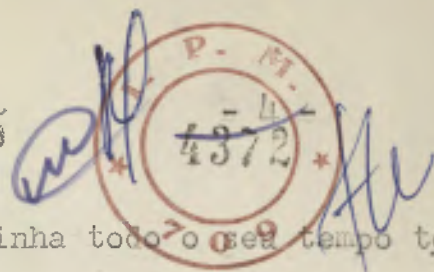
23794



"inclusive publicamente, nas épocas de campanha eleitoral-sindical dos bancários a não fazer discriminação de caráter político, partidário, filosófico, ou religioso, sempre que em jogo os interesses de sua categoria profissional e visando a unidade interna da classe bancária; que, coerente com esse compromisso que é a sua convicção, manteve contato com elementos de quem se dizia serem comunistas; que freqüentou inúmeras vezes, a redação do jornal dos comunistas " A HORA", onde ia dar opiniões sobre o movimento sindical que serviriam para influir no noticiário ou nas opiniões expostas pelos diretores da aquele jornal; que a partir de mil novecentos e sessenta e dois, passou a discutir também questões de ordem política, uma vez que sua candidatura a deputado estadual por indicação de seus colegas de profissão, em convenção ampla, realizada no Teatro Santa Izabel, fôra apoiada pelos responsáveis por aquêle jornal que passou a fazer propaganda de sua candidatura, a qual também era feita por comunistas nos comícios eleitorais; que o depoente concordou em participar, principalmente depois de eleito, de reuniões com uma comissão afim de discutir questões políticas estaduais; que os compromissos do depoente ao aceitar este apoio foram de interpretar da Tribuna da Assembléia Legislativa, as opiniões que fossem fruto dessas discussões, quando com elas concordasse; que no caso de discordância o depoente as transmitiria da tribuna da Assembléia, informando tratar-se de opinião dos comunistas."

Mais adiante:

"que as reuniões com essa comissão foram raras,



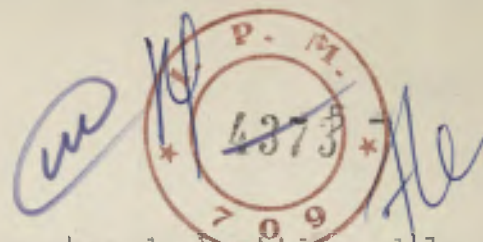
"raras, pois o depoente tinha todo o seu tempo tomado não só pela sua atividade parlamentar, como, e principalmente, pela sua atividade sindical, no Sindicato dos Bancários, na Federação dos Bancários e no COSINTRA, Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco, um espécie de C.G.T. estadual" (Doc. nº 1346, fls. 17813, Vol. nº 76).

Em seguida, o indiciado, em seu depoimento, cita as pessoas que constituíam essa comissão com quem mantinha contatos, todos dirigentes comunistas indiciados neste inquérito:

"que quanto a essas pessoas com quem mantinha contatos na redação do jornal, o depoente não precisa se havia uma constituição permanente, mas pode adiantar que além do senhor David Capistrano participavam, ora uns ora outros os senhores Irineu Ferreira, José Leite Filho e mais raramente o senhor Gregório Bezerra." (Doc. nº 1346, fls. 17818 Vol. nº 76).

O apoio dado ao indiciado pelos comunistas em sua campanha eleitoral, conforme êle próprio adianta em seu depoimento, como já vimos, na realidade foi decisão do Comitê Estadual de Pernambuco, em junho de 1962. E os nomes citados pelo indiciado como membros dessa comissão, não eram outros senão os nomeados pelo Comitê Estadual de Pernambuco para promover entendimentos políticos, em nome do P.C.B., tendo em vista as eleições daquele ano. É o que se deduz, do depoimento de José Lira Alves Sobrinho:

"... Assim, em junho de mil novecentos e sessenta e dois, foi realizado um pleno ampliado para debater o assunto acima referido e como resultado desse pleno, que teve lugar, ora na sede do Partido Trabalhista do Brasil, Seção de Pernambuco, ora no Partido Social Trabalhista, seção de Pernambuco, que contou com a presença de to-



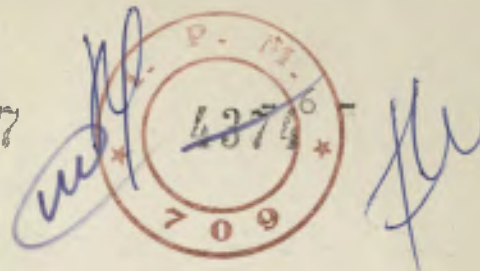
"todos os quadros dirigentes do Partido e delegações dos Comitês Municipais do interior do Estado, foi a aprovação do lançamento da candidatura do Dr. Miguel Arraes a Governador do Estado de Pernambuco para concorrer ao pleito daquele ano. Após essa decisão, foi criada uma comissão composta de David Capistrano da Costa, José Leite Filho, Amaro Valentim do Nascimento, Gregório Lourenço Bezerra e Irineu José Ferreira, para comunicar oficialmente ao Dr. Miguel Arraes o lançamento de sua candidatura ao governo do Estado (.....). Em reuniões posteriores, fruto de entendimentos levados a efeito pela comissão acima referida, o Partido Comunista // // // // //, seção de Pernambuco, decidiu ainda apoiar as candidaturas de... Gilberto de Oliveira Azevêdo..., para deputados estaduais." (Doc. nº 1348, fls. 13303, Vol. nº 54).

O Partido Comunista em Pernambuco realmente se empenhou para que os candidatos apoiados fôssem eleitos. Um dos membros da comissão já citada foi encarregado de formar um grupo de trabalho, que se empenharia na campanha eleitoral do indiciado. É o que fica comprovado, pelo exame de um manuscrito apreendido de David Capistrano da Costa; outro membro da citada comissão, sob o título: "Plano da Campanha eleitoral de nossos candidatos a deputados estaduais e federais." Neste plano consta o nome do indiciado acima de uma lista dos municípios de sua influência eleitoral. A seguir, a observação:

"Trabalhará com Gilberto a seguinte equipe sob a responsabilidade do cam Irineu, que formará um Grupo de Trabalho(.....)" Esse GT criará comitês eleitorais próprios nos municípios e nas zonas da capital" (Doc. nº 1316, fls. 16173, Vol. nº 66).

Em seu depoimento, o indiciado declara:

23797



declara:

"que no Consintra o depoente era secretário, passando depois a vice-presidente da Comissão Executiva." (Doc. nº 1346, fls. 17817, Vol. número 76).

É fora de dúvidas que o CONSINTRA era o órgão oficial do Partido Comunista funcionando em caráter legal junto aos sindicatos.

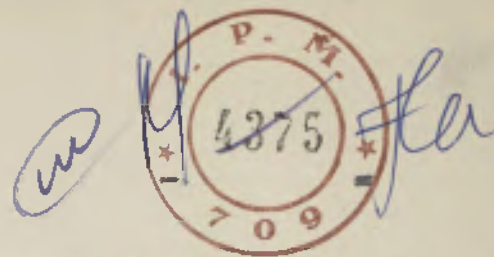
É o indiciado Pedro Torres quem afirma, em seu depoimento:

"Perguntado se na qualidade de delegado de seu sindicato manteve contato com o Partido na cidade de Recife, Respondeu afirmativamente, sendo que as atividades eram feitas através do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA), órgão do Partido que funcionava em caráter legal, o qual era dirigido por Gilberto de Oliveira Azevêdo..." (Doc. nº 1721, fls. 14455, Vol. número 59).

E José Lira Alves Sobrinho, em seu depoimento, confirma:

"... Após a posse do Dr. Miguel Arraes no governo do Estado, criou-se comissões para um melhor desenvolvimento das atividades do Partido (....), uma organização de base na Secretaria Assistente e em seguida a fração do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco (CONSINTRA), que era composta de Gilberto Azevêdo (.....) e através dessa entidade, o Partido tinha a oportunidade de conduzir os trabalhadores sindicalizados através de suas entidades de classes, assim, sempre que havia condições, se promoviam greves, principalmente aquelas de natureza política, através do CONSINTRA, o Partido conseguia ajuda de custo, passagens aéreas para o sul do país, para companheiros que deveriam participar, isoladamente, ou em forma de delegação, de

23798



"de congressos, e encontros sindicais nacionais, cujas ajudas de passagens eram fornecidas pelo governo através da Secretaria Assistente..."

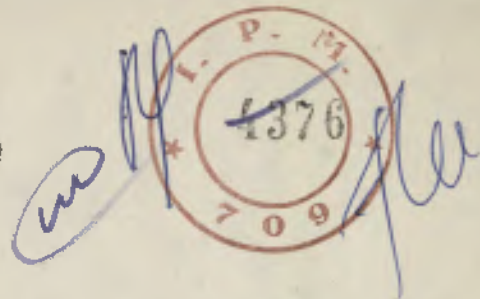
(Doc nº 1348, fls 13311, Vol nº 54).

Gilberto Azevedo é um dos mais atuantes elementos do Comitê Estadual de Pernambuco. Depondo neste IPM não negou a sua condição de comunista, integrante do PCB.

*Fernando de Azevedo*  
*cel*

23799

GILVAN QUEIROZ DA ROCHA



Qualificação: Não foi qualificado neste I.P.M.

Este indiciado era um dos importantes dirigentes do Partido Operário e Revolucionário Trotskista.

Assim, era membro do Comitê Central, do Comitê Regional do Nordeste e do Comitê Estadual da Paraíba.

Foi, em 1963, neste Estado, um dos fundadores da "Vanguarda Proletária", grupo de ação revolucionária baseada no Marxismo-leninismo, o qual logo após sua criação foi absorvido pelo PORT, então organizado, apenas, em São Paulo, passando assim a atuar no Nordeste.

Militante ativo, participou de numerosas reuniões ou "plenários" do Partido, nos três setores em que atuou, antes de 31 de março de 1964 e após a institucionalização do Movimento Revolucionário.

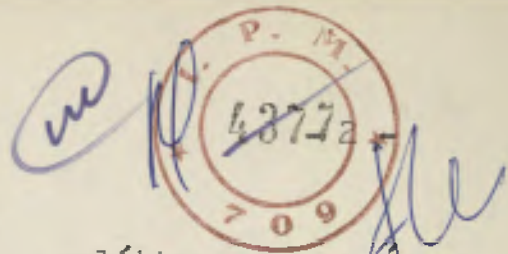
Contra este indiciado são arguidas as seguintes acusações:

Foi um dos fundadores da "Vanguarda Proletária" e um de seus principais dirigentes.

Vejamos o que se encontra a respeito no depoimento de Martinho Leal Campos:

"... no princípio de 1963, conheceu Gilvan Queiroz da Rocha do qual passou a receber as primeiras instruções relativas à política e, logo depois, passou a tomar parte em debates de natureza política em geral que se faziam através de um grupo de nível político semelhante ao do depoente e, dentre os companheiros com quem se debatiam os assuntos, recorda-se de ... e o próprio Gilvan que ali representava, por oca

23800



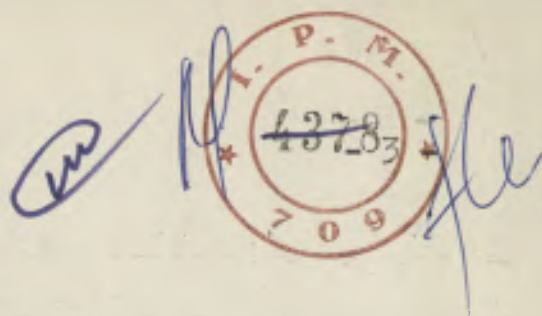
"sião das discussões, um mentor político; que, após ou-  
tras reuniões, resultou na criação de um grupo denomi-  
nado "Vanguarda Proletária"; que esta não tinha no i-  
nício programa de ação. contudo, seus componentes pro-  
curavam desenvolver certa atividade de natureza polí-  
tica, através de movimento de catequese, procurando a-  
dotar o marxismo-leninismo e, como não havia material  
literário, sôbre movimentos de esquerda, foi programa-  
do que se adotasse as instruções contidas no livro  
"Guerra e Guerrilhas" de "Che" Guevara e um outro de  
Mao-Tse-Tung, visando com essa tendência poder, em fu-  
turo não muito distante, adotar, uma linha revolucio-  
nária baseada no marxismo-leninismo." (Doc. nº 45, fls.  
13831, Vol. nº 56).

Em seguida, Martinho Leal Campos relata os contatos estabele-  
cidos por Gilvan Queiroz da Rocha com um grupo idêntico que exis-  
tia em Recife; diz da reunião conjunta de seus dirigentes com vis-  
tas à formação de um órgão de direção para o Nordeste; fala da re-  
solução de o movimento passar a chamar-se de "Vanguarda Leninista",  
de programa de ação para os setores operário, estudantil, camponês  
e intelectual e, finalmente, da eleição da comissão executiva da  
"Vanguarda", em que Gilvan Queiroz da Rocha figura como um dos  
eleitos.

Vejamos como Martinho Leal Campos refere-se à absorção da  
"Vanguarda" pelo Partido Operário e Revolucionário Trotskista e ao  
indiciado Gilvan Queiroz da Rocha através da ação de elemento de  
direção do Partido enviado ao Nordeste:

"...rumou para João Pessoa onde promoveu uma reunião  
da qual participaram ... Gilvan Queiroz da Rocha... a  
fim de debater o assunto da destituição da "Vanguar-  
da Leninista" e a incorporação de seus integrantes ao  
Partido Trotskista, resultando após os debates desti-  
tuir-se a "Vanguarda" e todos os companheiros passa-  
ram a atuar no referido Partido..." (Doc. nº 45, fls.

23801



"fls. 13833, Vol. nº 56 ).

Assim, êste indiciado passou a fazer parte integrante do Partido Trotskista.

Vejamos as comprovações dêste fato.

Reportemo-nos, ainda, ao depoimento de Martinho Leal Campos. Logo após referir-se à incorporação da "Vanguarda Leninista" ao PORT, declara:

"...ficando decidido,,então, que os dirigentes da "Vanguarda" em João Pessoa passariam, daquela data em diante, a compor o Comitê Estadual do referido Partido — do." (Doc. nº 45, fls. 13833, Vol. nº 56 ).

Mais adiante diz:

"... que o depoente tomou conhecimento que o Comitê Regional do Nordeste do Partido Operário e Revolucionário Trotskista, a quem o Comitê Estadual da Paraíba estava subordinado, era dirigido por ... e Gilvan Queiroz da Rocha."

Em outro trecho, declara ao referir-se ao Iº Congresso Nacional do Partido Trotskista efetuado em São Paulo em fevereiro de 1964:

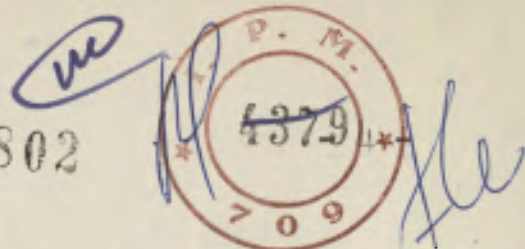
"... que, nêsse Congresso, foi reestruturado o Comitê Central do Partido, através de uma eleição e os companheiros... Gilvan Queiroz da Rocha ... haviam sido eleitos como membros do referido Comitê Central." (Documento nº 45, fls. 13837, Vol. nº 56 ).

Fica, dêsse modo, clara a integração dêste indiciado no Partido Trotskista, em seus três escalões — estadual, regional e nacional.

Há outros depoimentos que confirmam as declarações de Martinho Leal Campos, como o de Ayberê Ferreira de Sá (Doc. nº 35, fls. 7759, 7765, 7766, Vol. nº 31 ), Pedro Makovsky Chemachuk (Doc. nºs. 42, fls. 7787, 7792, 7793, e 43, fls. 19947, Vol. nº 88 ) e Mery Medeiros da Silva (Doc. nºs. 36, fls. 13894 e 1369, fls. 13892, Vol. nº 56 ).

As atividades de Gilvan Queiroz da Rocha como militante do

23802



do Partido Trotskista acham-se, abundantemente, descritas nos depoimentos de Martinho Leal Campos, Ayberê Ferreira de Sá e Pedro Makovsky Chemachuk, tanto no setor estadual, como no regional e nacional. Limitar-nos-emos a algumas.

Transcreveremos do depoimento de Martinho Leal Campos importante missão atribuída pelo Partido a Gilvan Queiroz da Rocha, tendo em vista à prisão de dirigentes do Partido empenhados em agitação subversiva em Também, município de Pernambuco:

"...e, como resultado dessa reunião, ficou decidida a ida dos companheiros Gilvan Queiroz da Rocha... ao município de Serinhaém, com o objetivo de promoverem greves de caráter político, em solidariedade aos presos políticos..." (Doc. nº 45, fls. 13835, Vol. nº 56).

A êste fato se referem Ayberê Ferreira de Sá (Doc. nº 35, fls. 7757, Vol. nº 31) e Pedro Makovsky Chemachuk (Doc. nº 43, fls. 19938, Vol. nº 58).

Outra atividade digna de relêvo foi sua participação no Iº Congresso Nacional do Partido, efetuada em São Paulo, em fevereiro de 1964, como um dos representantes do Comitê Regional do Nordeste.

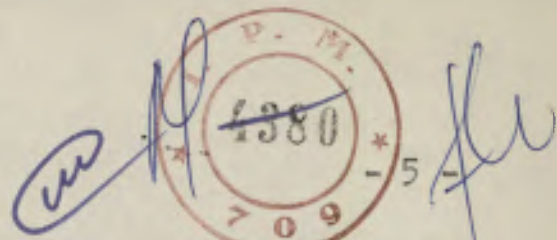
Martinho Leal Campos declara êste fato (Doc. nº 45, fls. 13836 Vol. nº 56), bem como Ayberê Ferreira de Sá (Doc. nº 35, fls. 7758, Vol. nº 31) e Pedro Makovsky Chemachuk (Doc. nº 42, fls. 7786, Vol. nº 31).

Abordemos outra atividade, esta após institucionalizado o Movimento Revolucionário de março de 1964,

Diz e respeito Ayberê Ferreira de Sá, referindo-se à reunião promovida pelo Comitê Regional do Nordeste em agosto de 1964:

"... e, como resultado dos debates, decidiu-se divulgar um outro boletim com o mesmo título de "Resistência", cuja tarefa coube aos companheiros Gilvan Queiroz da Rocha e... que redigiram o citado boletim e se encarregaram da sua impressão, que apesar de estar datado da segunda quinzena de agosto, somente veio

23803



a ser distribuído no mês de setembro." (Doc. nº 35, fls. 7769, Volume nº 56).

Este mesmo fato se acha declarado no depoimento de Pedro Makovsky Chemachuk (Doc. nº 43, fls. 19947, Vol. nº 88).

Para concluir, mostremos a ligação estabelecida por este indiciado com as "Ligas Camponesas", citando Pedro Makovsky Chemachuk

"... que os membros do Comitê Regional do Nordeste promoviam uma série de trabalhos, através das organizações chamadas Ligas Camponesas, mesmo porque havia necessidade de conquistar-se a massa do campo e, nessa época, funcionava um grupo do Partido na cidade de João Pessoa, que tinha como responsáveis principais, no comando da organização ali existente, apenas, o companheiro Gilvan Queiroz da Rocha e dois outros companheiros..." (Doc. nº 43, fls. 19943, Vol. nº 88).

A este mesmo fato se refere Ayberê Ferreira de Sá (Doc. nº 35, fls. 7764, Vol. nº 56).

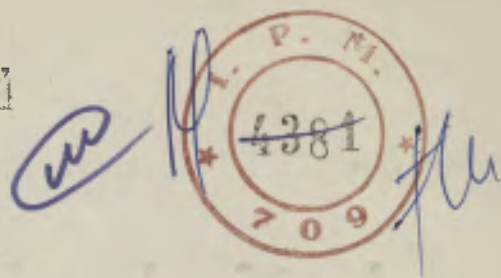
O prontuário repleto de registros sobre esse indiciado reflete a sua atividade como elemento perigoso da ala trotskista do movimento comunista no Brasil.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1966, não compareceu.

*Fernando de Carvalho*  
*al*

23861

MINISTÉRIO DA GUERRA  
I EXÉRCITO  
IPM/709



GIOCONDO GERBASI ALVES DIAS

Giocondo Gerbasi Alves Dias, com sessenta e dois anos de idade, filho de Antônio Alves Dias, e de Ana Maria Alves Dias, casado, natural de São Salvador, Estado da Bahia, residente em Natal, Rio Grande do Norte.

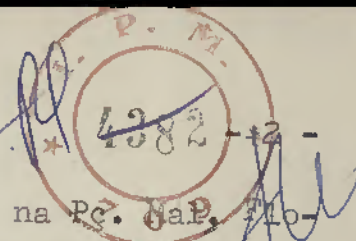
Êste indiciado, um dos mais destacados dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, onde integrava o Comitê Central, órgão de direção mais elevado no Partido, desde há muitos anos, exerce atividades comunistas.

Em consequência de uma participação na intentona comunista de 1935 como Cabo no 21º BC, foi prêso e recolhido à Casa de Detenção de Natal, R.G. do Norte, em maio de 1936, por atividades subversivas naquele Estado. (DOC 2089 - vol 76 Fls 10850) condenado a 8 anos de reclusão. A sua incessante militância do PCB é comprovada também através da carta apreendida no escritório de Prestes, e dirigida a Giocondo Alves Dias pelo dirigente do Comitê Central Agliberto Vieira de Azevedo, em maio de 1960, em que eram tratados interesses partidários, tais como atuação de dirigente comunistas, realização de conferências, e ligações políticas com outros Partidos. (DOC 961 - vol 30 Fls 7652)

E mesmo teor apresenta a carta apreendida no escritório de Marco Antônio, membro do Comitê Central, escrita em 19 1960, e dirigida a Giocondo Alves Dias por um dirigente do // Partido Comunista em Santa Catarina (DOC 942 - vol 37 Fls 9141)

O depoimento de José Américo de Moraes comprova a qualidade do indiciado, de membro da direção central do Partido Comunista Brasileiro, no trecho que transcrevemos à seguir: " ... a residência do próprio sr. Luiz Carlos Prestes, situada na rua Dois de Fevereiro nº 188, no bairro de Botafogo, em derêgo em que o depoente permaneceu até o primeiro dia de janeiro de 1961, data em que viajou para a União Soviética..., que durante o período de sua permanência na residência do sr. Luiz Carlos Prestes, teve oportunidade de conhecer alguns quadros dirigentes do Comitê Central como, por exemplo: ..., Giocondo Alves Dias. (DOC 16 - Fl 2 - vol 27 Fls 6632 ).

Na qualidade de membro do Comitê Central, compareceu à reunião deste órgão realizada nos dias 27, 28 e 29 de dezem



bro de 1961, na sala 303 do Edifício Glória, na R. SaP. Floriano 35, para apreciar o informe da delegação brasileira que participou do XXII Congresso do PCUS, em dezembro de 1961, em Moscou. (DOC 60 - vol 38 Fls 9503.)

A participação do indiciado no Comitê Central do PCB é comprovada ainda no trecho que transcrevemos do depoimento de outro dirigente comunista, Sival de Oliveira Bambirra:

"Mais ou menos em julho de 1962, tendo em vista as eleições para senador, deputados estaduais e federais..., o Comitê Estadual (de Minas Gerais - é nosso o esclarecimento) voltou a reunir-se... A reunião acima referida foi levada a efeito no escritório da sucursal do jornal "Novos Rumos" nesta capital, e em relação à assistência dada pelo Comitê Central às reuniões do Comitê Estadual de Minas Gerais, eram feitas através de..., Giocondo Alves Dias, ... (DOC 1720 - F14866, vol 61 ).

Membro do Comitê Central, participou das sessões da XI Reunião do Comitê Central do PCB, em novembro de 1963, tomando parte na discussão das teses que serviriam ao projetado VI Congresso do Partido, como prova a documentação apreendida no escritório de Luiz C. Prestes contendo a anotação manuscrita das intervenções em relação aos diversos pontos debatidos. / (DOC 698 - vol 41<sup>Fls 10247</sup>, e 715 - vol 76 Fls 17858)

Comprovamos a ligação partidária efetiva de Giocondo G. Alves Dias com o dirigente máximo do comunismo no Brasil, Prestes, no texto da carta dirigida a este último por um militante comunista da Bahia, José Pinheiro Tolentino, que ao tratar de assuntos de interesse do Partido, pede a Prestes transmitir um recado para o indiciado, Giocondo Alves Dias. A carta foi encontrada na sede do Comitê Central do PCB. (DOC 926 - vol 2 (Fls 5481))

Da carta assinada por um membro do Comitê Estadual do R. G. Norte, Luiz Maranhão, em 7 Nov 63, ao membro do Comitê Central, Antônio Ribeiro Granja, depreende-se a importância do indiciado no movimento comunista, pelo teor da correspondência, que trata de assuntos de interesse do PCB. (DOC 919 - vol 35 Fls 8680)

O documento 402 - vol 24<sup>Fls 6095</sup>, apreendido do PCB em 17 / MAR 64 aponta-o como pertencente ao Comitê Central do Partido.

A importância de sua atuação no Comitê Central levou-o também a exercer funções na Comissão Executiva desse órgão, como se infere do depoimento de Nery Reis de Almeida, no trecho adiante: "... que o golpe revolucionário apanhou-o de surpresa, acreditando também que ao Partido; que esperavam um golpe, mas estavam convencidos que os seus autores seriam /

derrotados ... que o movimento estudantil e camponês não atuaram eficientemente; que a Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro compunha-se dos seguintes elementos: ..., / Giocondo Dias, (DOC 14 - Fl. <sup>19824</sup> vol 87 ).

Corrobora tal afirmação o DOC 149 - vol <sup>Fls 9567</sup> 39 trazendo o relato da reunião da Comissão Executiva do PCB, no dia 16 / de março de 1964, para apreciar a situação política do momento, da qual participou o indiciado.

Em documento apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes, contendo relação de importantes dirigentes comunistas, encontramos o nome do indiciado (DOC 1124 - vol 42 Fls 10551) e anotações manuscritas da sua intervenção na discussão de alguns pontos de uma reunião do Secretariado do Comitê Central do PCB (DOC 972 - vol 42 Fls. 19544). Ainda, em documento apreendido no Comitê Estadual do PCB, no Ceará, o indiciado é relacionado / como componente do Comitê Central do PCB (DOC 231 - vol 39 Fls 9703)

É imenso o número de citações sobre GIOCONDO ALVES / DIAS nas cadernetas de PRESTES, mais de uma centena. Isso demonstra a sua influência e atividade.

Lendo êsses registros que constam, em sua maioria do prontuário do indiciado, vemos que GIOCONDO é elemento de sólida formação ideológica. É o que revelam as suas críticas e o fato de ser o autor de varios documentos do Partido:

Ele mesmo diz.

"Acato as críticas à CE e ao CC. Vou fazer auto-crítica. Sou responsável pelo documento." (Caderneta nº 1, <sup>Vol 122</sup> fôlha 12).

A sua concepção do Partido é essencialmente leninista:

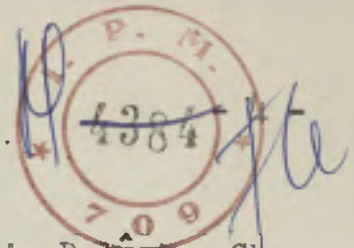
"Precisamos de revolucionários profissionais. Pessoas capazes que se orgulhem de sua qualidade de revolucionários profissionais, de pessoas que dediquem tôdas sua vida, suas atividades, seu talento, seu pretígio à vida do Partido. Como partido revolucionário tôda nossa atividade tem dois aspectos: legal e ilegal." (Caderneta nº 1, <sup>(Vol 122)</sup> fôlha 79)

As Cadernetas de Prestes demonstram também que o indiciado representou o PCB em viagem ao estrangeiro.

Lemos na Caderneta nº 17 fôlha 149. <sup>(Vol 138)</sup>

"Dias - Sobre sua viagem ao exterior. Visitou Volgograd, Leningrad, Polônia onde ficou 8 dias. Dois dias em Praga - êles nos ajudaram em todos os negócios. Na RDA, / ficou 8 dias."

23807



E mais adiante:

"Dias - Inf. sôbre sua viagem URSS, RDA, Polônia, Checoslováquia. Os soviéticos acham que Prestes deve ir a Cuba."

O papel saliente de GIOCONDO DIAS na cúpula do PCB é evidente em seu alentado prontuário. A sua periculosidade / principal se liga, não apenas a seu constante e renitente ativismo comunista, como também a sua característica de mentor ideológico da política do Partido.

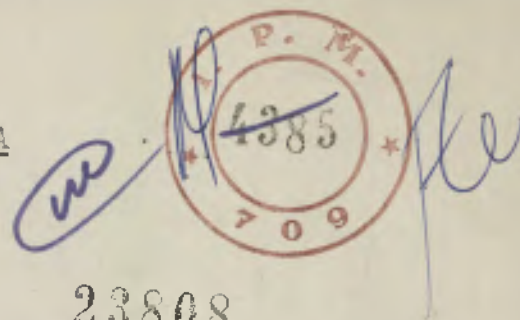
Convocado para depor no IPM pelo Diário Oficial de 28 Set 65, não compareceu.

*Ferdinando de Castro*  
*cel*

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



23808

GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA

Qualificação: Givaldo Pereira de Siqueira, com 31 anos de idade, filho de Hermenegildo Lima de Siqueira e Maria Pereira de Siqueira, estado civil ignorado, natural de Conceição de Piancó, Estado da Paraíba, Advogado, de residência ignorada.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Integrava o Comitê Estadual da Guanabara, como membro do setor de "Agitação e Propaganda".

Nessa qualidade compareceu frequentemente a reuniões de "Organizações de Base" do Partido, nas quais prestava assistência.

Desde os tempos de estudante de Direito era reconhecido como ativo militante comunista e, já nessa época, fazia parte do setor estudantil do Partido.

Registram-se inúmeros comparecimentos deste indiciado a reuniões do P.C.B. na Guanabara.

Contra este indiciado são argúidas as seguintes acusações:

Como membro do Comitê Universitário do PCB/GB, prestou em Abril de 1962, assistência à "Organização de Base" da Faculdade Nacional de Filosofia, conforme declara em seu depoimento Horácio Monteiro, ao referir-se aos quadros dirigentes do Comitê Estadual que prestavam assistência àquela Organização:

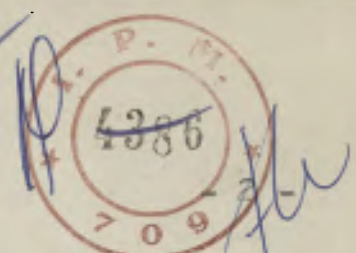
"... no início das atividades do depoente, ali comparecia na qualidade de assistente, representando o Comitê dos Universitários, Givaldo Pereira de Siqueira e, posteriormente..." Doc. nº 2016, fls. 3865, Vol. nº 15 ).

Pouco antes, isto é, em Fevereiro de 1962, realizava-se a VIIª Conferência Regional do PCB da Guanabara, quando se processou reestruturação nos quadros dirigentes do Comitê Estadual, tendo sido este indiciado eleito membro efetivo. (Doc. nº 225, fls. 5943, Vol. nº 23 ).

Aliás sua condição de membro efetivo do Comitê Estadual da Guanabara é, também, referida no Doc. nº 451, fls. 9989, Vol. nº 40 .

Nesse mesmo documento, há outra referência a seu res--

23809



respeito sobre sua participação à Reuniões Plenárias do Comitê Estadual da Guanabara efetuadas, nos dias 17 e 18 de Novembro de 1962, no Edifício Santos Vahlis, em que foram tratados "Informe Político do Comitê Central" e "Informe de Organização do Comitê Central", sendo, ainda, designada a delegação do Comitê Estadual para representar a Guanabara na Conferência Nacional que se realizou em São Paulo no mesmo mês, da qual este indiciado fêz parte.

Registra-se outra participação deste indiciado à reunião do Comitê Estadual da Guanabara efetuada, em 2 de setembro de 1964, após a institucionalização do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, cuja ordem do dia constou dos seguintes tópicos: situação política, organização e resoluções e entre estas decidiu-se reorganizar o Secretariado e estabelecer comissões para dinamizar sua atuação, cabendo a este indiciado compor a "Comissão de Agitação". (Doc.nº 48, fls. 9452, Vol.nº 38).

Ainda neste mesmo ano de 1964, em Dezembro, GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA participou de reunião em Itaguaí, Estado do Rio, promovida pela direção do Comitê Estadual da Guanabara para debate de documento do Comitê Central intitulado "Esquema para Discussão do Comitê Central" a respeito da posição adotada pelo Partido em relação à Revolução de Março de 1964. (Doc. nº 373, fls. 5985, Vol.nº 23).

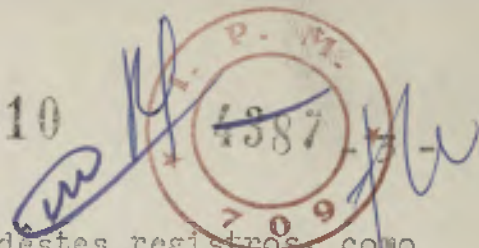
Regista-se, ainda, outra participação deste indiciado à Reunião do Comitê Estadual da Guanabara efetuada, em 25 de Março de 1965, para "balanço das atividades partidárias e resoluções" e dentre estas ressaltam-se: "Amplio apoio ao manifesto dos intelectuais", "Apoio a luta no Viet-Nam", "Intensificação de solidariedade aos prêso políticos" e "Plano de construção do Partido". (Doc.nº 366, fls. 5981, Vol.nº 23).

Para concluir, registremos a atuação deste indiciado na última campanha eleitoral na Guanabara, na qualidade de membro do "setor de Agitação do C.E."

Assim, compareceu como "Assistente do Comitê Estadual" ao "Ativo do Setor Estudantil" realizado em 21 de agosto de 1965, cuja finalidade foi debater assuntos daquela campanha. O indiciado em apreço orientou o trabalho a ser desenvolvido pelo setor estudantil naquela campanha eleitoral. (Doc.nº 1747, fls. 6515, Vol. nº 25).

São numerosas as anotações que se encontram nas Cadernetas de Prestes sobre GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA. Encontramo-las por exemplo na Caderneta nº 1 (fls. 82, 97 e 119), na Caderneta nº 3 (fls. 53, 72, 65 e 94), na Caderneta nº 10 (fls. 166 e 183).

Essas anotações que constam do prontuário do indiciado registram principalmente intervenções do indiciado em reuniões de



cúpula do P.C.B. Não somente pelo número destes registros, como também pelas opiniões consignadas, depreende-se que GIVALDO é um elemento de sólido prestígio na direção comunista estadual da Guanabara.

As suas opiniões são inteligentes e revelam uma tática arguta. Manifesta-se pela greve geral como a "única forma de pressão das massas." e põe em dúvida o acerto da política do Partido. É o seguinte o registro a respeito: (Caderneta nº 3, fls. 72)

"GIVALDO deixa de ver que a burguesia é conciliadora por excelência - A conciliação é uma política da burguesia. Coloca a greve geral como única forma de pressão de massas. GIVALDO chega à conclusão de que a orientação ou a linha política está errada, porque não temos êxito em SP e no RGSUL."

A sua intervenção registrada na fls. 65, da mesma Caderneta é longa e demonstra a consideração de Prestes pelas opiniões de GIVALDO.

Nas fls. 94, GIVALDO reafirma os seus conceitos particularmente no que se refere à política eleitoral, e à política de construção, que parecem ser as suas especialidades.

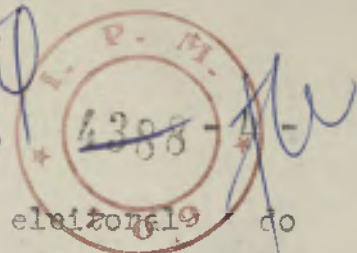
Diz êle:

"a) GIVALDO - debilidade do Doc = Diz o que deve ser e não deve ser - Temos aí um vasto material para construir o P. - Surgem numerosos grupos de esquerda. Construimos P. de maneira muito isolada, sem nos aproveitarmos das imensas possibilidades existentes. Líderes sindicais podem ajudar na construção ao P. - Os parlamentares, advogados do P., etc. podem dar assistência às massas. - Os planos de construção do P. ficam no papel. Todo o P. atuou de casa em casa nas eleições. Não sabemos fazer cabos eleitorais. Temos pressa. Queremos logo decisões políticas nas organizações de massas. Não compreendo a política de concentração. Palestras s/org de base que não se realizaram. Quanto à estrutura do P. quero fazer uma proposta - Monopólicia elaboração dos doc do P. - Manter uma tribuna de debates em NR - que a direção abra discussão s/certos problemas, isto facilita a colaboração."

O prontuário de GIVALDO é fértil de informes e informações sobre suas atividades, o que demonstra ser êste indiciado um dos elementos mais atuantes do PCB na Guanabara.

Recentemente o seu nome esteve em foco pois foi citado

23811



como um dos elementos que estabeleceram o acôrdo eleitoral do PCB com Negrão de Lima para as eleições de Governador neste Estado (Ver a incriminação de FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA) (Ar 112 e 113)

GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA encontra-se foragido.

*Ferdinand de Castro  
cel*

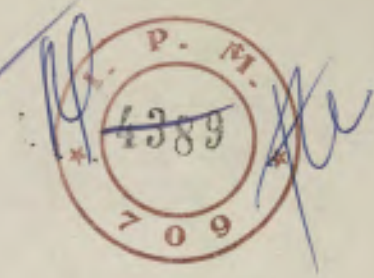
54

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23812



GLAUCO DA ROCHA FROTA

Qualificação: Não foi qualificado neste IPM.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Integrava o Comitê Estadual da Guanabara na qualidade de membro efetivo.

Considerado "estudante profissional" do PCB, desenvolveu atuação junto do "setor secundarista" do Comitê Estadual.

Argui-se contra este indiciado o seguinte:

Membro dirigente do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro na Guanabara, conforme Doc nº 224, Vol. 39 Fls. 9691)

Esta condição de GLAUCO FROTA encontra-se registrada em outro documento, este de nº 451, Fls. 9989 <sup>Vol. 40</sup>, que se refere, também, à sua situação de "estudante profissional do Partido".

Outro documento refere-se a este indiciado e diz respeito a sua articulação no trabalho de agitação e propaganda do Partido na Guanabara. Por este documento observa-se que o Partido considerava-o importante elemento naquele setor, pois incumbia-o de reestruturar "Organizações de Base" e "Comitês Distritais" do Partido com militantes de sua confiança (Doc nº 445, Vol. 24 Fls. 6211)

O trabalho que este indiciado desenvolveu nesse setor encontra-se evidenciado no Doc nº 1322, Vol. 24 Fls. <sup>6491</sup> de sua própria lavra, o qual se refere ao "plano de construção do Partido" e diretrizes/que estabeleceu para os setores de Finanças e Educação de Organização de Base do Partido Comunista Brasileiro.

Intimado a depor neste IPM por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, deixou de comparecer.

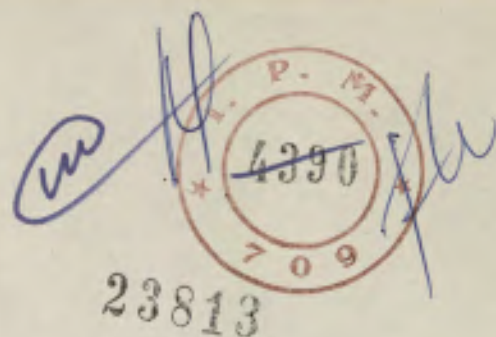
Ferdinando de Carvalho  
Cel

53 114  
2

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA

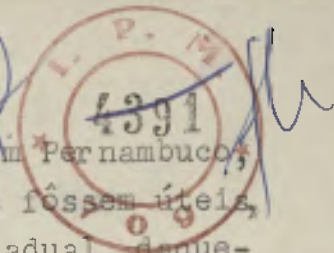
Gregório Lourenço Bezerra, com sessenta e cinco anos de idade - filho de Lourenço Bezerra e de Belarmina Maria da Conceição, casado, natural de Pernambuco, marceneiro, residente na rua Metódio Maranhão nº 416, Jardim São Paulo - Recife.

Este indiciado foi um dos principais líderes do comunismo no Nordeste do país.

Sua atuação no Partido Comunista Brasileiro localizou-se no Comitê Estadual de Pernambuco, principalmente, embora tenha agido em outros estados da federação. Em mil novecentos e trinta e cinco, aparece como organizador da Comissão "Anti-mil" da Aliança Nacional Libertadora de Recife, que se destinava a efetuar intensa propaganda vermelha no seio do Exército. Deflagrada a intentona comunista foi um dos mais exaltados líderes, tendo assassinado um oficial e ferido dois outros militares no quartel do CPOR em Recife. Processado, foi condenado a vinte e seis anos e seis meses de reclusão. Em abril de mil novecentos e quarenta e cinco, beneficiado pela anistia, foi pôsto em liberdade, seguindo para Recife onde, com outros companheiros, reorganizou o Comitê Estadual de Pernambuco. O PCB estava, então, em período de existência legal no quadro político nacional. Por isso, foi eleito nêsse mesmo ano, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco e dois anos após, teve seu mandato cassado por ocasião do fechamento do Partido Comunista Brasileiro. Em mil novecentos e quarenta e oito foi prêso sob a acusação de ter incendiado o quartel do Quinze Regimento de Infantaria, em João Pessoa. Foi absolvido no ano seguinte, afastou-se então de Pernambuco, temendo ser novamente prêso. Em mil novecentos e cinquenta e um, aparece no interior de Goiás, percorrendo-o, a instruir e rearticular elementos comunistas, distribuindo revistas e jornais de propaganda marxista.

São êsses os seus principais antecedentes, constan-tes de seu prontuário, na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (Doc 1.338 Vol 76FLB 17890)

As recentes atividades do indiciado, do ano de mil novecentos e cinquenta e oito a sessenta e quatro, quando foram cassados os direitos políticos, caracterizam-se por inten-



sa atividade partidária nas campanhas políticas em Pernambuco, pela eleição de elementos comunistas, ou que lhes fôsse úteis, seguindo a orientação determinada pelo Comitê Estadual daquele Estado, ao qual pertencia. É o que veremos a seguir.

Na campanha eleitoral de mil novecentos e cinquenta e oito, o indiciado foi recptador, pelo PCB, de um dinheiro que lhe entregou Cid Sampaio, em troca do apôio do partido àquele candidato, depois eleito Governador de Pernambuco. É o que consta no depoimento de Cícero Targino Dantas:

" que, quando da campanha eleitoral de mil novecentos e cinquenta e oito... o depoente teve conhecimento através de David Capistrano e José Leite, isso quando de uma discordância havida na prisão de David Capistrano... de que o Dr Cid havia feito um acôrdo com o Partido Comunista de obter o apôio de mesmo em pról de sua candidatura, através do dinheiro, cujo acôrdo havia sido feito quando de um jantar oferecido pela família de Cid Sampaio em sua residência no Monteiro, ao líder / comunista Gregório Bezerra; que o depoente não sabe quem compareceu ao ágape além de Gregório Bezerra ... " (Doc 19 Fl 15980 Vol 65 )

Em julho de mil novecentos e cinquenta e nove os comunistas em Recife, decidiram, em Conferência do Comitê Regional de Pernambuco, apoiar o candidato Miguel Arraes à Prefeitura de Recife. Na mesma ocasião, foi reestruturado o Comitê, tendo sido o indiciado eleito membro efetivo. É o que consta no depoimento de José Lira Alves Sobrinho:

" em julho de mil novecentos e cinquenta e nove, participou também, de uma conferência regional, que contou com a presença dos dirigentes do Partido dessa região, especialmente os companheiros do Comitê Municipal de Recife, em que o assunto principal dos debates foi a homologação da candidatura do Dr Miguel Arraes a prefeito da cidade do Recife. Nessa conferência, foi reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco, que passou a desenvolver suas atividades assim constituído: ..... membros efetivos:..... Gregório Lourenço Bezerra..." (Doc 1348, Fl 13303 Vol 54 )

Eleito o prefeito apoiado pelos comunistas, trataram êstes de elaborar uma carta reivindicatória s Miguel Arraes. Isso foi feito em Abril de mil novecentos e sessenta, em reunião do Comitê Regional do Estado e Municipal de Recife. A essa reunião participou o indiciado. A reivindicação mais importante foi a criação do Movimento de Cultura Popular, que visava a doutrinação marxista dos alunos, de acôrdo com o depoimento da testemunha Alvaro da Costa Lima:

"... Em abril de mil novecentos e sessenta, os quadros dirigentes do Comitê Regional e do Comitê Municipal do Recife promoveram uma reunião, em um galpão do liceu de Artes

e Offícios de Recife, com o objetivo de dar um balanço na situação política do município da capital pernambucana e elaborar uma carta reivindicatória para ser enviada ao Prefeito Miguel / Arraes de Alencar, e dentre os itens dessa carta apresentada ao Governo municipal, teve grande destaque a criação do Movimento de Cultura Popular para alfabetização de menores e adultos, que visava o recrutamento eleitoral e politização marxista dos alunos. Participaram dessas reuniões, dentre estes, os seguintes quadros dirigentes do Comitê Regional:.....Gregório Bezerra.."  
(Doc 2054 Fl 4100 Vol 16 )

Em março deste mesmo ano, portanto no mês anterior ao da reunião supra citada, o indiciado esteve no exterior, a visitar países socialistas.

A viagem foi descrita pelo indiciado em carta de Pekim à sua filha, datada de dezesseis de Março de mil novecentos e sessenta, com referencias elogiosas do sistema de vida nos países visitados, Tchecoslováquia, Rússia e China. Pelos contactos mantidos antes de sua viagem com líderes comunistas do Nordeste, como David Capistrano, Amaro Valentim e com o próprio Prestes, a quem o indiciado se refere como "velho", e de quem afirma, recebeu "boas instruções", se depreende que a viagem tinha importância para o Partido. Senão vejamos alguns trechos desta carta:

"No aeroporto, recebi as visitas de despedidas dos camaradas David Capistrano, Valentim e ....."

O aeroporto a que o indiciado se refere é o de Recife. A seguir, ele descreve sua vinda ao Rio, para o contacto com Prestes, visar o passaporte, ligar-se à "turma" e tomar outras providências:

" O avião partiu na hora certa e chegou ao Rio no horário. Era tarde, só tomei contacto com a turma à noite, no dia seguinte, domingo comecei a agir, inclusive junto ao "velho", para visar o passaporte e conseguir o atestado de vacina, que trouxe do Recife. Felizmente, apesar de ser domingo de carnaval, às 15 hs. estava tudo pronto. Assisti da televisão o Carnaval e na Segunda conversei muito com o "velho" de quem recebi boas instruções, almoçamos juntos em família, e na terça-feira, dia 2, às 17 horas tomamos o avião com escala em Recife, Dakar, Madrid e Paris, onde chegamos às 21 horas" (Doc 1342 Vol 76 Fls 17896 )

Na Campanha política das eleições para governador de Pernambuco em mil novecentos e sessenta e dois, o Partido Comunista decide apoiar a candidatura de Miguel Arraes, que também vinha servindo às suas finalidades como prefeito. Gregório Bezerra teve nesta campanha um papel destacado, tendo sido eleito inicialmente para compôr uma comissão que comunicaria a Mi-

4  
 /  
 guel Arraes o lançamento de sua candidatura ao Governo do Estado e providenciaria o apóio do candidato por outras "ações políticas em forma de frente única", de acôrdo com o depoimento de José Lira Alves Sobrinho:

" Em junho de mil novecentos e sessenta e dois, foi realizado um pleno ampliado.... e como resultado desse pleno... que contou com a presença de todos os quadros dirigentes do Partido e delegações de comitês municipais do interior do estado, foi a aprovação do lançamento da candidatura do Dr Miguel Arraes a Governador do Estado de Pernambuco para concorrer ao pleito de Outubro daquêle ano. Após essa decisão, foi criada uma comissão composta de Gregório Lourenço Bezerra para comunicar oficialmente ao Dr Miguel Arraes, o lançamento de sua candidatura ao Governo do Estado, assim como promover entendimentos com outras facções de grupos políticos para, em forma de frente única, apoiar aquêle candidato."

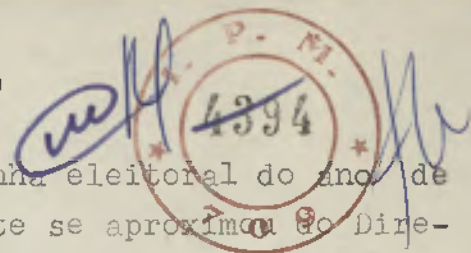
Mais adiante:

" Acertado finalmente todos os entendimentos e conchaves políticos para o apóio às candidaturas acima referidas e homologadas numa sessão solene levada à efeito no Teatro do Parque, fundou-se em seguida o comitê estadual pró-candidatura / do Dr Miguel Arraes para o govêrno do Estado, que tinha por principais dirigentes.....Gregório Bezerra."

A atividade do indiciado no pleito, como vimos, foi grande. A campanha encetada pelo Partido teve pleno sucesso, e provavelmente isso tenha contribuído para que o indiciado, por ocasião da eleição do novo secretariado do Comitê estadual, fôsse eleito um de seus membros, em outro pleno realizado com o fim de proceder o balanço da campanha eleitoral. Estes fatos são descritos pelo mesmo José Lira Tavares em seu depoimento:

"... e já no fim do ano de mil novecentos e sessenta e dois, foi realizado um outro pleno ampliado para um balanço da campanha eleitoral..... servindo de regozijo o fato de haverem sido eleitos todos os candidatos apoiados pelo Partido e, como era natural, verificou-se ainda que o Partido saiu-se bastante fortalecido com o resultado do pleito. Ainda nêsse pleno foi reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco.... passando a funcionar somente um secretariado sem sofrer solução de continuidade quanto ao número de efetivos, passando então nessa data em diante o Comitê Estadual a funcionar com a seguinte constituição: ..... Gregório Lourenço Bezerra... que formaram o Novo Secretariado". (Doc 1348 Fl 13308 Vol 54 )

Existem outras comprovações das atividades do indiciado junto ao Comitê Estadual no setor político. José Reis de Barros, em seu depoimento disse que:



"... por ocasião da campanha eleitoral do ano de 1962, para o Governo do Estado, o depoente se aproximou do Diretório Central da campanha do Sr Miguel Arraes, visando obter algumas vantagens, participando dos trabalhos da referida campanha, entretanto ali não foi bem recebido pelo fato dos principais responsáveis daquele setor de propaganda política ser dirigido por Gregório Bezerra .... e vários outros dirigentes do Partido Comunista Brasileiro- Seção de Pernambuco" (Doc 618 Fl 786 Vol 31)

Um documento comprometedor que confirma a atividade do indiciado na campanha de Miguel Arraes para Governador, como de grande interêsse aos objetivos do Partido em Pernambuco, é a carta de Francisco Antônio Leivas Otero a Marco Antônio Tavares Coelho, da qual a seguir trancrevemos um trecho:

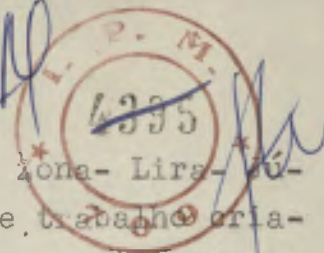
"... Para o meu aturdimento notei que aqui a maioria dos nossos companheiros não compreendem o grande valor para o Partido da vitória de Arraes nas próximas eleições. Apesar de líderes como David, Irineu, Gregório e Hiram se dedicarem e fazem um esforço sôbre-humano para que não nos escape esta grande oportunidade para a construção do nosso Partido no Nordeste, assim mesmo êstes se encontram meio desorientados e um grande número dos demais companheiros parecem pequenos burgueses, impressionados sômente com a administração do prefeito, preocupando-se / com melhorias como escolas, estradas e outras futilidades, fugindo ao verdadeiro objetivo do nosso idealismo!" (Doc 262 Vol 31 Fls 7804)

Gilberto de Oliveira Azevêdo também em seu depoimento declara que, apoiado pelos comunistas como candidato a Deputado Estadual em Pernambuco, recebeu a ajuda do indiciado que lhe fazia a propaganda nos comícios:

"... que foi escolhido como candidato a deputado estadual pelos bancários, tendo recebido o apôio de órgão dos comunistas, representado pela publicidade que era feita do seu nome pelo jornal "AHORA" e pela propaganda em comícios que líderes / comunistas como Gregório Bezerra e David Capistrano dêle fizeram!" (Doc 1346 Fl 17817 Vol 76)

Outro documento que comprova o trabalho do indiciado na campanha eleitoral de mil novecentos e sessenta e dois em pró da eleição dos candidatos apoiados pelo Partido Comunista, é o "Plano da Campanha eleitoral de nossos candidatos a deputados estaduais e federais", elaborado por seu companheiro David Capistrano da Costa. Neste plano, cabia ao indiciado a missão de, integrando um GT (grupo de trabalho) criar comitês eleitorais nos municípios e na capital. É o que vemos em um certo trecho dêste documento:

"Trabalhará com David a seguinte equipe sob a responsabilidade do camarada Gregório, formando um grupo de traba -



lho: Gregório- Joaquim Alves- Grinaldo- Um da 5ª Zona- Lira- Júlia- Adalgisa- Líana- Dedé- David-. Esse grupo de trabalho criará comitês eleitorais próprios nos municípios e nas zonas eleitorais da capital!

Mais adiante, a zona distribuída ao indiciado:

"Gregório- Zona Central de Vitória em diante".

(Doc 1316 Fl <sup>16172</sup><sub>16179</sub> Vol 66)

Deflagrado o movimento revolucionário de mil novecentos e sessenta e quatro, o indiciado se empenhou, junto com outros companheiros, na firme determinação de defender o Governo Miguel Arraes, mediante a organização de resistência armada. A preparação desta resistência foi feita em uma reunião, à qual compareceu José Lira Alves Sobrinho que a descreve dizendo...

"que à noite de primeiro de Abril o depoente ainda tomou parte em uma reunião, juntamente com.... Gregório Lourenço Bezerra... com a finalidade de debater a preparação de um movimento de resistência em favor do governo do Dr Miguel Arraes de Alencar. Assim, após alguns debates sobre o assunto, decidiu-se enviar companheiros para o interior do Estado a fim de organizar uma reação à mão armada, seguindo Gregório Bezerra com essa finalidade, para os municípios de Escada, Ribeirão e Palmares..!"  
(doc 1348 Fl 13312 Vol 54)

Finalmente, o próprio indiciado, em seu depoimento, / considera-se e o responsável pelo movimento comunista em Pernambuco que participou ativamente nas campanhas políticas em benefício do comunismo:

" Perguntado se, considerando que o depoente era um dos principais líderes do movimento comunista nêsse Estado, poderia mencionar outras personalidades também de destaque nêsse movimento, respondeu que se considera como o único responsável pelo movimento comunista no Estado de Pernambuco!"

Em seguida:

" que até mil novecentos e cinquenta e sete, por se achar sob ameaça de nova prisão, o depoente manteve-se na clandestinidade. Após essa época, regressando a Pernambuco, participou ativamente do movimento comunista nas campanhas políticas apoiadas por êsse movimento. " (Doc 1347 Vol 76 Fls 17910)

*Fernando de Carvalho*  
*cel*

56  
23819MINISTÉRIO DA GUERRAI EXÉRCITO

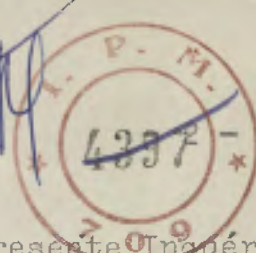
IPM/709

HÉRCULES CORREIA DOS REIS

Hércules Correia dos Reis, com 36 anos de idade, filho de Jorge Correia dos Reis e de Maria dos Reis, casado, brasileiro, natural de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santos, industriário têxtil, de enderêço ignorado.

O incriminado foi antigo ativista vermelho. Dos autos dêste IPM, constam informações suas desde 1945, ano em que entrou para o Partido Comunista. A partir de 1951, suas atividades orientaram-se para os meios sindicais, particularmente no setor têxtil, chegando mesmo a participar como delegado da II Conferência Sindical dos Trabalhadores Cariocas. Nesse mesmo ano, promoveu agitação na Fábrica de Tecidos "Vitória Régia", sabotando a produção e impedindo seus colegas de fazerem serviços extraordinários. Passou também a se utilizar da imprensa escrita e fala da para fazer propaganda comunista. Em 1957, respondeu processo por terem sido encontrados em sua residência, livros de propaganda e doutrinação marxista bem como instruções do Partido Comunista visando a promoção de greves e de outras manifestações enquadradas nos objetivos revolucionários vermelhos. Fêz vários cursos de capacitação política, patrocinados pelo Partido, no Brasil e no exterior. Participou, como dirigente, de inúmeras entidades e organizações de finalidades subversivas, tais como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), além de ser dirigente ativo do Comitê Estadual da Guanabara e do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Foi deputado estadual pela Guanabara, na legenda do PTB, apoiado pelo PCB, seguindo, portanto, orientação e diretrizes comunistas. Em março de 1964, participou intensamente do movimento subversivo que envolveu marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro.

23820



Com fundamento na documentação do presente Inquérito, são feitas as seguintes acusações contra Hércules Correia dos Reis.

Foi dirigente nacional do Partido Comunista Brasileiro, tendo, como tal, se destacado.

Comprovando esta acusação, iniciamos por citar uma relação manuscrita, apreendida no Comitê Estadual do PCB no Ceará.

Dessa relação, que esclarece em seu cabeçalho serem membro efetivos daquele organismo os assinalados com um "x", consta, na segunda coluna: "X-36-Hércules - Rio". (Doc 231, fls 9702, Vol 39).

Já nos escritórios de Marco Antônio Tavares Coelho, também foi apreendida uma relação de dirigentes centrais do Partido, onde aparece o nome do indiciado, nas folhas "B" e "C" sendo que na primeira delas, segue-se um sinal, correspondente ao mesmo, nas colunas referentes a "convocação para o CC" e "Resolução CC". (Doc 1124, fls 10553 Vol 42).

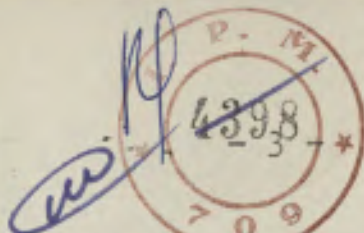
O documento nº 60 (Fls 9503 Vol 38), dá-nos informações sobre a participação de Hércules Correia dos Reis, como membro, numa reunião do Comitê Central do Partido, na Praça Marechal Floriano, nº 35/303, Edifício Glória, no período de 27 a 29 de dezembro de 1961, para debater assuntos importantes do Partido.

A situação de integrante do Comitê Central é confirmada da mesma maneira, através do Doc 402 (Fls 6095 Vol 24).

No Estado da Guanabara, esteve o indiciado em grande evidência, principalmente se levarmos em conta o fato de ter sido um deputado de movimentada atuação política e dirigente do Comitê Estadual. Em seus escritórios, pois êle os possuía vários, processavam-se reuniões da Comissão Executiva do Comitê Central, onde eram planejadas greves e agitações. Em suas declarações (Doc 14, fls 19819 Vol 87) Nery Reis de Almeida, em se referindo ao escritório eleitoral do indiciado, assegura que:

"Hércules Correia também realizava ali reuniões da Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista e que reuniões políticas de Hércules Correia eram feitas também naquele escritório, bem como as tarefas eleitorais e sindicais, agitação comunista e luta pelas Reformas de Base e também greves" (Fls 3). Da folha 8,

23821



do documento em lixe, extraímos: "o Comitê Estadual da Guanabara compunha-se de .... Hércules Correia". (Fls 9989 Vol 40)

O documento de número 451, também o qualifica entre outros, como membro efetivo do Comitê Estadual deste Estado (fls 3) pois na reestruturação havida no Partido, no âmbito estadual, Hércules Correia dos Reis foi eleito como tal, por ocasião da VII Conferência Regional do Partido na Guanabara, levada a efeito em fins de fevereiro de 1962. (Doc 225, fls 5943 Vol 23 ).

Na Assembléia Legislativa da Guanabara como deputado comunista que era, prestou assistência política e orientava a Fração Parlamentar Comunista nela existente, bem como contribuía financeiramente para o Partido. (Doc 625, fls 10170, Vol 41 ). Aliás nas Cadernetas de Prestes, a de nº 13, <sup>v. 134</sup> fô-lhas 33, este líder vermelho escreve:

"Hércules é incontrolável - Só entrega 1/3 de seus subsídios que é de 150.000,00 ".

Valendo-se ainda de sua condição de membro do Legislativo Carioca, como também da de dirigente do CPOS, e CGT, como podemos afiançar através de documentos como o já citado depoimento de Nery Reis de Almeida (Doc 14, fls 19822 Vol 87 ), e também Doc nº 48, fls 9415 Vol 38 , incitou movimento subversivo, greves e agitação, inclusive tentando por meios anti democráticos, fazer pressão sobre o Congresso para que fôsem votadas as célebres Reformas de Base preconizadas pelo Governo Goulart.

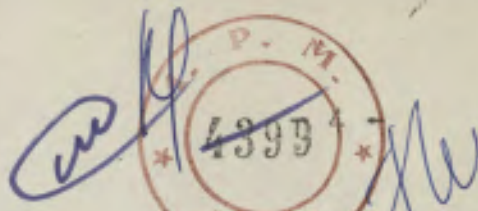
Oswaldo Pacheco da Silva em suas declarações foi incisivo:

"Em agosto de 1963, diz o depoente, tomou parte em uma passeata sobre Brasília, para pressionar o Congresso Nacional a votar as Reformas de Base. Além do marginado, (Nery, esclarecemos) compunham a mesma, os comunistas.... Hércules Correia". (Doc 1057, fls 19919 Vol 88 ).

Para ratificar essa afirmação, vem em auxílio Dante Pelacani, não menos notório e ativo comunista, quando em seu depoimento às fôlhas 6, repete a mesma assertiva. (Doc 987, fls 11909 vol 48 ).

Prova insofismável da ação subversiva deste indiciado, nos é fornecida pelo documento 161 (fls 5905 Vol 23 ), onde fica comprovada sua participação em um comício, no qual

23822



dirigiu palavras de incitamento à greve, por parte dos operários de uma fábrica de tecidos. Nesta oportunidade enalteceu a indisciplina dos sargentos que haviam sido punidos por se terem manifestado politicamente a favor da Reforma Agrária.

Esse fato ocorreu no dia 15 de março de 1963, na rua Almirante Mariat em frente à Diretoria Geral de Intendência do Exército. (Doc 161, fls 5905, vol 23).

Em seu sempre presente objetivo de tumultuar a ordem e estimular a indisciplina, para atingir os propósitos da política partidária por ele esposada, tomou parte ativa como dirigente do Partido Comunista e do CGT, na famigerada Rebelião dos Marinheiros, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos neste Estado em março de 1964. Nery Reis de Almeida ainda em seu depoimento assegura

"que na chamada Rebelião dos Marinheiros, que se achavam asilados no Sindicato dos Metalúrgicos, o representante do Partido Comunista foi o deputado Hércules Correia que concomitantemente representava o CGT". Linhas abaixo, o depoente reafirma que: "O CGT era orientado por Hércules Correia." (Doc 14, fls 19822, vol 87).

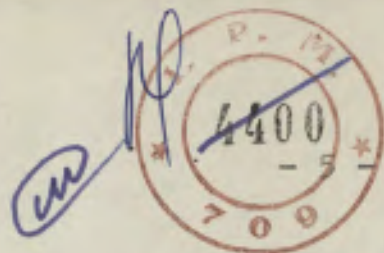
Mas o trabalho realizado por Hércules Correia dos Reis, consoante com o objetivo a que se propôs seguir estendeu-se amplamente atingindo inúmeras frentes e setores da vida política nacional.

Assim, assumiu, digo, assinou manifestos conclamando o povo e as classes em geral a se fazerem representar no encontro tipicamente comunista como o Forum Mundial da Juventude que deveria realizar-se em Moscou (URSS) em Julho de 1961. (Doc 570, fls 10120, Vol 41).

Em Março de 1963, integrou a Comissão Diretora dos Trabalhos do Congresso de Solidariedade a Cuba, onde foi feita ampla propaganda subversiva e que por não ter obtido permissão das autoridades cariocas, realizou-se no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói (RJ) no dia 22 de mês e ano acima referidos. (Doc 423, fls 8407, Vol 33).

Na qualidade de representante do CPOS voltou o indicado a assinar panfleto convocatório para o célebre comício da Central, ocorrido em 13 de março de 1964, já às vésperas da Revolução. (Dls 157, fls 5904A vol)23)

23823



Hércules Correia dos Reis teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional de abril de 1964.

Nas Cadernetas de Prestes existem numerosas citações do indiciado, demonstrando a sua constante participação em reuniões partidárias.

A atuação ostensiva de HÉRCULES CORREIA DOS REIS no CGT, onde era voz dominante, e nas manifestações grevistas, revelam o indiciado como um perigoso homem de ação, agitador contumaz, autoritário e violento.

O prontuário do indiciado é um frio testemunho de suas intensas atividades.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, não compareceu.

*Ferdinando de Carvalho*  
cel

57 114

23824

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



HIRAN DE LIMA PEREIRA

Qualificação: Hiran de Lima Pereira, com 47 anos de idade, filho de Hilarino Amâncio Pereira e Maria Marieta de Lima Pereira, casado, natural de Caicó, Rio Grande do Norte, jornalista, residente na rua Imperial, nº 101, Recife, Pernambuco.

Êste indiciado era um dos dirigentes nacionais do Partido Comunista Brasileiro, pois pertencia ao Comitê Central do P.C.B.

Militante em Pernambuco, era também membro do Comitê Estadual do PCB nesse Estado e um dos dirigentes do COSINTRA (Conselho Sindical de Trabalhadores), frente legal do Partido Comunista.

Esteve prêso algumas vêzes por prática de atividades subversivas:

Contra HIRAN DE LIMA PEREIRA são arguídas as seguintes acusações:

membro dirigente do Partido Comunista Brasileiro.

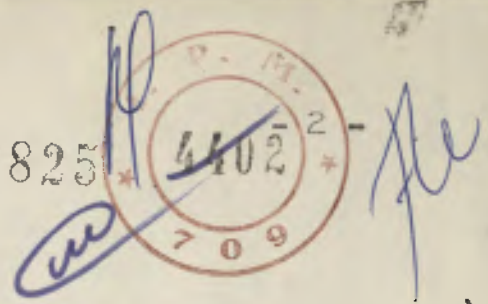
No Doc. nº 1124, ~~Fls.~~ <sup>Vol 42</sup> nº 10553 que é uma relação de membros do Comitê Central do P.C.B., apreendida no escritório de Marco Antônio Tavares Coelho nesta cidade, êste indiciado é citado como Hiran, nome por que era conhecido no Partido.

Da mesma forma é referido em documento apreendido na residência do chefe comunista cearense, Anibal Bonavides, como um dos membros efetivos do Comitê Central (Doc. nº 231, Vol. nº 39 Fls. 9702

Sobre êsse aspeto, há ainda o Doc. nº 53, fls. 8283, Vol. 33 nº --- que, igualmente, apresenta Hiran de Lima Pereira como um dos integrantes do Comitê Central.

Em 1 956, foi reestruturado o então denominado Comitê Regional de Pernambuco, sendo êste indiciado eleito membro efetivo e designado para exercer no Secretariado as funções de Tesoureiro (Do-

23825



(Documento nº 167, Vol. nº 37 Fls 9173)

Cícero Targino Dantas em seu depoimento ao referir-se à reunião do Comitê Estadual de Pernambuco, efetuada em 1 962, para, entre outros assuntos, reestruturar o Comitê, declara:

"... que, processada a eleição, ficou constituída a seguinte organização:... e como suplentes-Hiran de Lima Pereira..." (Doc. nº 19, fls. 15976, Vol. nº 65).

Vejamos as atividades dêste indiciado como dirigente do P.C.B.

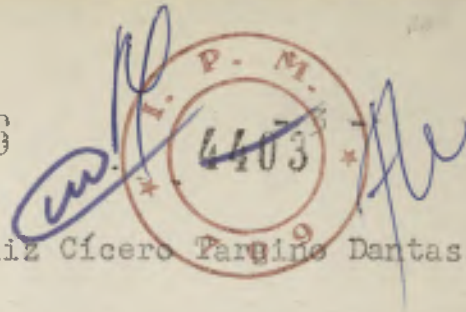
Participou de reunião do Comitê Central, efetuada após o Vº Congresso do P.C.B., em setembro de 1 960, em que se debateu a extinção da "União da Juventude Comunista" e a conseqüente criação de "Organizações de Base" estudantis controladas diretamente pelo Partido através dos Comitês Estaduais. Sua intervenção nessa reunião se acha registrada em documento manuscrito apreendido no escritório de Marco Antônio Tavares Coelho nesta cidade (Doc. nº 946, fls. 10529, Vol. nº 42).

Nêsse mesmo ano, empenhou-se como dirigente estadual do P.C.B. em campanha para angariar fundos que custeassem a delegação pernambucana ao VII Congresso da Juventude (Doc. nº 986, fls. 11870, Vol. nº 48).

A atividade exercida por êste indiciado como dirigente do PCB em Pernambuco, por ocasião da campanha eleitoral de Miguel Arraes ao govêrno do Estado, acha-se referida em carta que Francisco Antônio Leivas Otero, destacado pelo Comitê Central para observar a situação do Partido nesse Estado, dirigiu a Marco Antônio Tavares Coelho, cujo trecho elucidativo é o seguinte:

"... Apesar de líderes como ... e Hiran se dedicarem a fazer um esforço sôbre-humano para que não nos escape esta grande oportunidade para a construção de nosso Partido no Nordeste, assim mesmo..." (Doc. nº 262, fls. 7804, Vol. nº 31).

Participou do "pleno ampliado" realizado pelo Comitê Esta-



Estadual de Pernambuco, em 1 962, conforme diz Cícero Fergino Dantas em seu depoimento:

"... que nesse mesmo ano de 1 962 participou de um "pleno ampliado" do Comitê Estadual de Pernambuco, na residência do professor Eduardo Lima, em Porto da Madeira, o qual tinha por objetivo as eleições para reestruturação do referido Comitê, a que compareceram os seguintes militantes:... Hiran de Lima Pereira... (Doc. número 19, fls. 15976, Vol. nº 65 ).

Ainda dignos de registro são os seguintes fatos sobre HIRAN PEREIRA:

Em seu depoimento, Pedro Torres declara, referindo-se a contato que manteve em Recife com o Partido Comunista na qualidade de líder sindical:

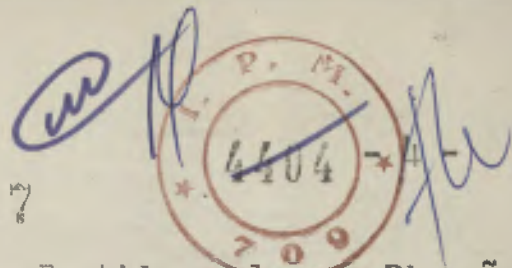
"... sendo que as atividades eram feitas através do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (COSINTRA), órgão do Partido que funcionava em caráter legal e que era dirigido por ... Hiran de Lima Pereira..." (Doc. nº 1721, fls. 14455, Vol. nº 59 ).

Por fim, já após o Movimento Revolucionário de Março de 1 964, este indiciado coordenou em Pernambuco um "manifesto de intelectuais" contra o governo constituído. (Doc. nº 481, fls. 7851, Vol. nº 31 ).

Nas Cadernetas de Prestes existem algumas anotações interessantes sobre HIRAN. Assim na Caderneta nº <sup>v. 122</sup> 1, fôlha 69 existe o seguinte registro:

"Política de Organização - HIRAN - Elogia a intervenção de odm, como esforço p<sup>a</sup> encontrar uma política de organização - Transfere a Pernambuco as críticas de Marighela. Os l<sup>es</sup>. secretários dos CCBE procuram imitar a Prestes. Os comunistas nos cargos de governo precisam

23827



ser controlados pelo Partido, pela sua Direção."

O ponto a focalizar dessa intervenção é o que se refere aos "comunistas nos cargos de govêrno" que devem ser controlados pelo Partido. É uma prova nítida da infiltração partidária nos postos mais elevados da administração nacional.

Na fôlha 90 da Caderneta nº 2, encontramos uma referência à Frente de Libertação Nacional e ao seu contrôle pelo PCB.

Diz a anotação:

"Discussão - Em 28/XI/62 - 19) HIRAM - Uma Conferência de Nordestinos aqui em São Paulo é como um Congresso latino-americano em Nova Iorque. Pe de subvenção ao transporte marítimo para minorar o sofrimento do NE. Não trazemos maior contribuição a respeito dos prós e contra de uma participação no govêrno. Penso que no essencial foi justo e positivo. Arrais foi eleito com 25 mil votos de diferença e, agora, com 40 votos de diferença só em Recife. Se as eleições constituem um caminho devemos lutar pela reforma da lei eleitoral. E isto não reformismo. Em S. Paulo houve sectarismo no voto em branco. Votar em Ib p<sup>a</sup> ficar junto c/a classe operária. A vitória eleitoral agora em Pernambuco teve sua origem em 1958. Reconhece que os resultados eleitorais foram muito pequenos em Pernambuco. Quanto à FLN é uma etiqueta. A FLN dispõe de grandes líderes mas é cedo p<sup>a</sup> estruturar o movimento."

Depois de outra pequena anotação na fôlha 184 da mesma Caderneta, vamos encontrar na Caderneta nº 7, outro registro interessante que serve para assinalar o contato de Miguel Arraes com o Partido Comunista através de Davi Capistrano. É o seguinte o texto referido:

"Caderneta nº 7 - fôlha 53 - Secretariado - 30 de IX de 61 - HIRAM - Diz que não há autocritica do CR e do CEx Estadual. Acomodamo-nos. Capi

*Handwritten initials*  
P. P.  
44055  
709

23828

não faz autocrítica de sua posição e prisão -  
2º ponto - Nota da CEx - HIRAM - Concorda com  
Mario - há reboque - Condensamento de Capi e  
não se cumprem as decisões tomadas contra Ca-  
pi. Único contato do P. com Arraes é através de  
Capi. Há concepção na Prefeitura e não sabe até  
onde Arraes é culpado. Hiram quer sair do CEx e  
pode ir p<sup>a</sup> o CM do Recife. - Há crise na CEx em  
vista do choque Capi x Hiram."

Na Caderneta nº 2, Fl. 48, registra Prestes a intervenção de  
<sup>(vol 123)</sup>  
Gregório Bezerra no Comitê Estadual de Pernambuco referindo-se a HI-  
RAM PEREIRA.

Está, por conseguinte, caracterizada a atividade do indíci-  
do em altos órgãos da direção do P.C.B.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de  
28 de setembro de 1965, não compareceu.

*Fernando de Camargo*  
*al*

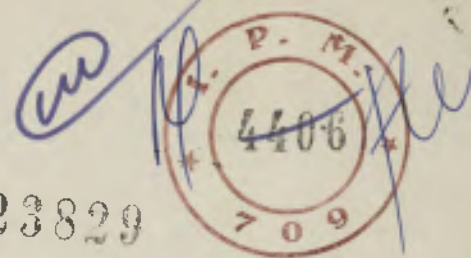
5

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23829



HUMBERTO ALVES CAMPELO

Qualificação:- Com 58 anos de idade, filho de Waldivino Alves Campelo e Benta Maria da Conceição, casado, natural do Estado do Ceará, foguista, residente na rua Ipalmeri nº 125, Guanabara (vulgo CEARÁ).

Este indiciado era um dos dirigentes do Comitê Regional Marítimo, organização do Partido Comunista Brasileiro, que atuava na // Guanabara e Estado do Rio de Janeiro junto à classe dos marítimos / de modo geral.

Sua eleição para esse Comitê ocorreu em 1960, como membro / de sua Comissão Executiva, ocasião em que, também, foi designado para integrar o Secretariado.

Como membro do CRM prestou assistência à "Organização de Base" a ele subordinada.

As seguintes acusações são apresentadas contra HUMBERTO CAMPELO:

Era membro efetivo do Comitê Regional Marítimo.

Sobre esse fato, encontra-se no depoimento de Armando Maia ao referir-se à conferência do C.R.M. efetuada em 1960 e preparatória do V Congresso do PCB:

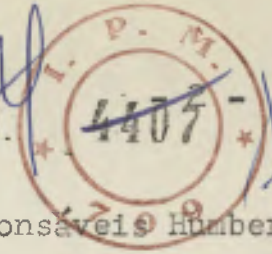
"... e, para finalizar, foram escolhidos por eleição os dirigentes que deveriam compor o Comitê Regional Marítimo que ficou assim constituído: Comissão Executiva....HUMBERTO CAMPELO..." (Doc nº 2021, fls 11619, vol 47 ).

Mais adiante, declara:

"... Dentre esses companheiros foi escolhido um Secretariado que passou a funcionar com a seguinte constituição... Humberto Campelo..."

Em outro trecho, diz ainda Armando Maia:

"... O CRM exercia essas atividades partidárias no setor da orla marítima através de algumas comissões auxiliares, assim especificadas:..comissão de finanças

*W.H.*  *J.R.*

comissão de finanças tinha como responsáveis Humberto Campelo e .1." 23830

Esses fatos são confirmados por Pedro Torres em seu depoimento. (Doc. nº 1721, fls. 14456, Vol. nº 59), bem como pelos Documentos nºs. 451, fls. 9990 <sup>Vol 40</sup> e 108, ~~Fls.~~ nº 5871 (Vol 23)

Passemos às atividades exercidas por este indiciado como membro do Comitê Regional Marítimo.

No depoimento de Pedro Torres encontra-se a seguinte citação ao referir-se à "organização de base" que atuava junto ao Sindicato Nacional de Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos:

"... E por ocasião das reuniões da organização de base acima referida recebia assistência do Comitê Regional Marítimo através de... e Humberto Campelo". Doc. nº 1721, fls. 14456, Vol. nº 59).

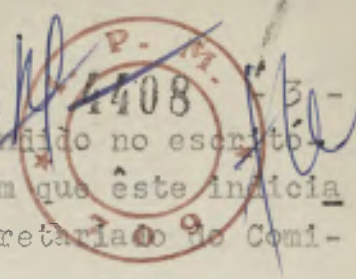
Ainda no depoimento de Pedro Torres há referência sobre doutrinação comunista e recolhimento de numerário que fazia para o C.R.M. (Doc. nº 1721, fls. 14454, Vol. nº 59).

Em fevereiro de 1962, este indiciado compareceu a uma reunião do Comitê Regional Marítimo, efetuada na sede do jornal "Orla Marítima", a que estiveram presentes delegados de tôdas as "organizações de base" que atuavam no setor marítimo (Doc. nº 92, Vol. nº 26 Fls 5856)

Consoante documento manuscrito apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes, nesta capital, Humberto Campelo tomou parte em uma reunião do Secretariado do C.R.M., quando efetuou a seguinte intervenção:

"Têm encontradodificuldade em realizar o trabalho da frente única. Organizaram FMP do setor marítimo. Está funcionando, reunindo e fazendo atos. Tratam êstes da construção naval e marinha mercante. Dificuldade para a frente única é no concernente à unidade e luta. As bases e massas em vez de fazerem pressão de baixo querem as reivindicações pelos entendimentos de cima." (Doc. nº 690, Vol. nº 24 Fls 6343)

23831



Há outro documento manuscrito, também apreendido no escritório de Prestes, a respeito de reunião do C.P.M. em que este indiciado fez pequena intervenção sobre a atuação do Secretariado do Comitê Central (Doc nº 695, fls 6347, Vol 24).

Em 22 de novembro de 1963, realizou-se nesta cidade a 11ª reunião do Comitê Central do PCB, a que este indiciado compareceu como um dos representantes do Comitê Regional Marítimo, conforme documento manuscrito apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes (Doc. nº 698, fls 10247, Vol 41).

Por fim, em Abril de 1965, após institucionalizado o Movimento Revolucionário de 31 de março, Humberto Campelo compareceu a uma reunião de elementos do PCB, cuja finalidade foi discutir a adoção da linha revolucionária preconizada pela China Comunista, de molde a que o Partido Comunista combata frontalmente o governo constituído (Doc. nº 968, fls 6487 Vol 25)

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, não compareceu.

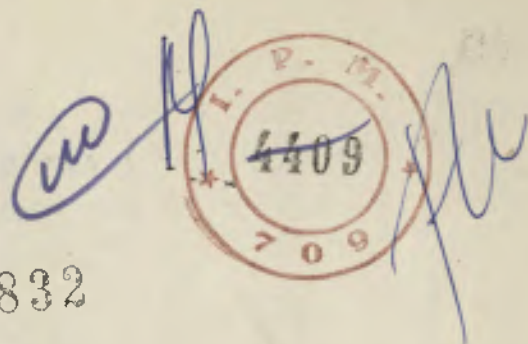
*Fernando de Carvalho*  
*al*

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23832



HUMBERTO DE LUCENA LOPES

Qualificação: Humberto de Lucena Lopes, com 56 anos de idade, filho de João Floriano Lopes e de Maria Lila de Lucena Lopes, casado, natural do Ceará, jornalista, residente na Travessa Caldeira Castelo Branco, 522-Belém do Pará.

A este indiciado coube importante atuação no movimento comunista brasileiro, tendo sido membro integrante do Comitê Central do P.C.B. e exercido sua atividade principalmente no Pará, onde, em Belém, atuou com notoriedade na direção do Comitê Estadual desse Partido.

Tais atividades são comprovadas por documentação apreendida inclusive do partido comunista.

Dêste modo, uma cópia das "resoluções" do Comitê Central do PCB em reunião em Março de 1961, aponta-o como tendo sido eleito ali para adaptar a "organização regional dos marítimos" à nova organização do partido à partir de então (Doc. nº 1250, Vol. nº 43 Fls 10744)

Outro documento apreendido no C.E. do Pará contém seu nome como membro do Comitê Central do PCB (Doc. nº 231, Fls 9702 Vol 39)

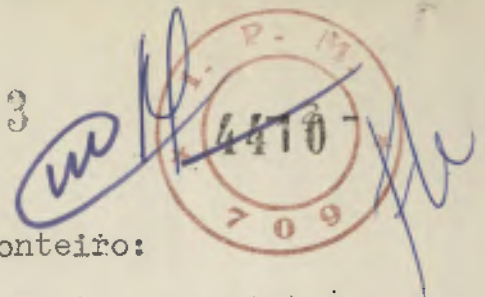
O Doc. nº 53, Vol. nº 33 Fls 8284, comprova também a sua condição de membro do Comitê Central do PCB.

O exercício de atividades comunistas dêste indiciado em Belém é comprovada pelos depoimentos dos quais trascrevemos os trechos que se seguem.

Depoimento de Raimundo Serrão de Castro Sobrinho:

"Perguntado se sabia que o referido Humberto Lucena Lopes era dirigente do partido no Pará, respondeu que êsse fato era público e notório em Belém" (Doc. nº 1656, fls. 2859 Vol. nº 12).

23833



Depoimento de Benedito Wilfrido Monteiro:

"Perguntado quais os elementos comunistas que pro-  
moveram os primeiros contatos, nessa época  
(1964 - é nosso o esclarecimento) com o depoente,  
respondeu que os primeiros elementos, que  
se diziam representantes do Partido Comunista  
Brasileiro, seção do Pará, e que mantiveram  
os primeiros contatos com o depoente foram Hum-  
berto de Lucena Lopes, ..." (Doc. nº 1659, fls.  
2869, Vol. nº 12 ).

Depoimento de Newton Soares Inocêncio:

"Perguntado se recorda-se quais os quadros diri-  
gentes que compunham o Comitê Estadual do Pará  
até o período da Revolução de Março de 1964, res-  
pondeu que, até aquela data, recorda-se apenas  
de Humberto de Lucena Lopes, ..." (Doc. nº 1655,  
fls. 2855, Vol. nº 12 ).

Comprovam ainda os mesmos fatos os Docs. nºs. <sup>(Fls 7447)</sup> 3 e 448, Fls

7453 Vol 30

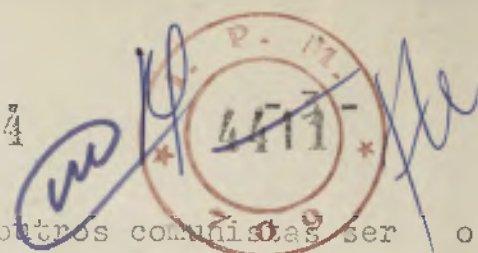
Sobre as atividades do indiciado no Estado do Pará, é in-  
teressante transcrever o Doc. nº 1671, fls. <sup>7467</sup> 7473, Vol. nº 30, rela-  
tivo ao mesmo e firmado pela 2ª Seção do E.M. da 8ª R.M:

"O comunista Humberto de Lucena Lopes era, e con-  
tinua a ser, o principal dirigente do PC no Es-  
tado do Pará. É o secretário Geral do PC em  
Belém e consta ser o 3º secretário da Direção  
Nacional." Em solução ao pedido contido no Of-  
Circ. nº 1/IP/709, está escrito o seguinte:

"Outra organização é a seguinte: a) Chefe - Hum-  
berto de Lucena Lopes (em Recife)".

"Veio para Belém há alguns anos atrás a fim de  
organizar e dirigir o partido. Mantinha um es-  
critório no Edifício Vesúvio, onde distribuía o  
jornal "Novos Rumos" e demais propaganda comu--

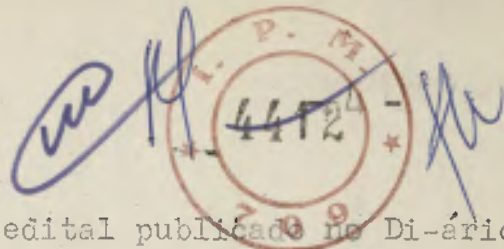
23834



"comunista. Afirmou a outros comunistas ser o 3º secretário do Comitê Central do PCB, e nessa qualidade viajou várias vezes para o Sul para tomar parte em reuniões da Direção Nacional. Sua esposa Gilvanete é sua eficiente auxiliar, pertencendo à ala feminina do PC. Foi prêso na noite de 31 Mar 64, juntamente com outros notórios comunistas, na batida realizada na séde da UAP, onde estavam reunidos estudantes e dirigentes comunistas. Ficou prêso vários meses, e está indiciado nos IPM do Maj Alacid da Silva Nunes, e Cap-Ten Francisco de Assis Castelo Branco. Confessou no IPM do Maj Alacid ser membro do PC. Durante a sua prisão, Da. Gilvanete estabeleceu contactos com membros do partido. Assim que foi posto em liberdade continuou trabalhando na reorganização do PC, contudo, últimamente está relativamente retraído, face ao golpe desferido contra o PC em Pernambuco, com que êle mantinha ligações. No início da Revolução foi apreendida a sua caderneta de endereços, contendo nomes de militantes, civis e militares, em todo o Brasil. Esta caderneta esteve alguns dias na 2a Div/EME. Dados de identificação - Humberto de Lucena Lopes, 53 anos, filho de João Floriano Lopes e Da. Maria de Lucena Lopes, natural do Ceará, jornalista, residente à Travessa Caldeira Castelo Branco nº 1708, Casa 5, (vila Carlota), em Belém. Mudou-se para Recife, onde permanece ativo."

Sôbre o indiciado existem numerosas anotações nas Cadernetas de Prestes que denunciam evidentemente a grande atividade do mesmo. Refere-se a várias reuniões onde LUCENA intervêm de modo firme e desembaraçado.

23835



Intimado a depor neste IPM por edital publicado no Di-ário  
Oficial de 28 de setembro de 1965, deixou de compa-  
recer.

*Ferdinando de Carvalho*  
*al*

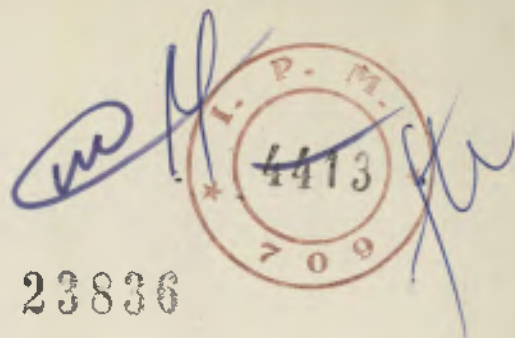
60

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

23836



HUMBERTO ROCHA DE AZEVEDO

Qualificação: Humberto Rocha de Azevedo, com 39 anos de idade, filho de Pedro Teixeira de Azevedo e Clélia da Rocha Azevedo, solteiro, natural de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, profissão - ladrilheiro, e residente na Rua Itaperuna nº 147, Niterói, Rio de Janeiro. (vulgo Hermes)

Este indiciado é militante ativo dos quadros dirigentes do Partido Comunista Brasileiro.

Sua atuação compreendeu o âmbito municipal, estadual e nacional, pois integrou o Comitê Municipal da cidade de Friburgo, o Comitê Estadual do Rio de Janeiro e o Comitê Central do P.C.B.

Além disso sua influência é constatada pela assistência que prestava, como representante do Comitê Central, a Organizações de Base do Partido e por sua participação na comissão do CC encarregada da elaboração de normas para o VI Congresso do PCB.

Caracterizemos, inicialmente, a posição deste indiciado como membro do PCB nas três áreas em que atuava, municipal, estadual e nacional.

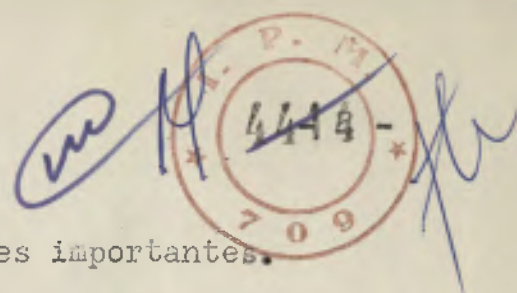
Em depoimento prestado a este I.P.M, à propósito de Conferência Extraordinária Regional do CE/RJ, realizada em meados de 1960, declara Oswaldo José Vicente:

"... O Comitê Municipal de Friburgo, com duas organizações de base, era dirigido por... e Hermes" (Doc. nº 1723, ~~Fds.~~ nº 14224 Vol 58)

Hermes era o nome por que, também, era conhecido no Partido o indiciado Humberto Rocha Azevedo, conforme veremos adiante.

Sobre sua posição no âmbito estadual do Partido, no depoimen

23837



depoimento supramencionado há duas citações importantes.

A primeira refere-se à constituição do CE/RJ no ano de 1960:

"... a Comissão de Organização era dirigida por Francisco Guimarães Ximenes e contava com o auxílio do depoente e de outro companheiro conhecido pelo nome de Hermes."

A segunda diz respeito à constituição da Comissão Executiva do CE/RJ no ano de 1962:

"... Comissão Executiva: ... Hermes".

Outro depoimento, o de Walter Gonçalves na parte em que se refere à Conferência Regional do CE/RJ, efetuada em 1962, para eleição de novos dirigentes estaduais do PCB, confirma o depoimento de Oswaldo José Vicente:

"... e eleição para escolha dos novos quadros dirigentes do Comitê Regional do Rio de Janeiro que, se não lhe falha a memória, ficou assim constituído: Comissão Executiva... Humberto Rocha de Azevedo..." (Doc. nº 2035, Vol. nº 62 Fls 15095)

Finalmente, sobre sua posição no âmbito nacional do PCB, há um documento apreendido na residência de Elson Costa, a propósito da 7ª Reunião Extraordinária do Comitê Central, realizada no período de 24 a 26/jan/63:

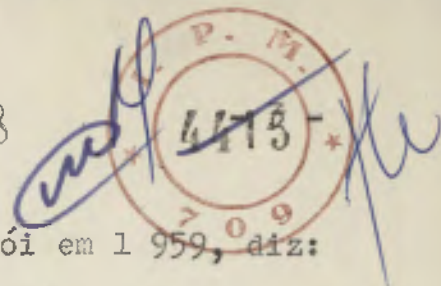
"... 2) Sobre o VI Congresso do Partido:... b) Comissão para elaboração das normas de realização do Congresso, inclusive da discussão na imprensa partidária — composta dos seguintes membros: ... e Hermes." (Doc. nº 1875, Vol. nº 44 Fls 10987)

Sobre o mesmo assunto, também, se reporta Ivan Ramos Ribeiro, em depoimento prestado ao DOPS de Pernambuco (Doc. nº 1614, Volume nº 77 Fls 18072)

Passemos à caracterização das atividades deste indiciado, inicialmente, como membro do Comitê Estadual do Rio de Janeiro.

Assim, Walter Gonçalves no depoimento já citado ao referir-se ao quadro dirigente do PCB/RJ que prestava assistência à Organi

23838



Organização de Base dos ferroviários de Niterói em 1959, diz:

"Era Humberto Rocha Azevedo, conhecido também por Humberto, Chico ou Hermes." (Fls 15095 Vol 62)

Ainda como assistente do CE a reuniões de Organização de Base de Ferroviários da Leopoldina no Estado do Rio, encontramos no depoimento de Herval Arueira o seguinte:

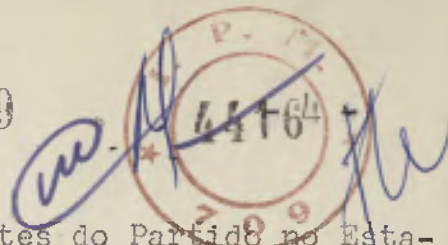
"no ano de 1959, a convite de Jacyr da Silva Barbetto ingressou no P.C.B., estruturando-se, logo em seguida, em uma organização de base com atuação no setor dos ferroviários na cidade de Campos, de cujo organismo partidário faziam parte o depoente, Jacyr da Silva Barbetto, José Rodrigues, conhecido por José Galego, e Amaro Maciel Rangel, sendo que as reuniões da organização acima referida eram sempre realizadas na residência de Jacyr da Silva Barbetto e contava com a presença de Humberto Rocha de Azevedo, na qualidade de quadro dirigente do Partido que ali comparecia com objetivo de dar assistência aos trabalhos..." (Doc. nº 2014, Vol. nº 14 Fls 3543)

Do depoimento de Walter Gonçalves à propósito da conferência do CE/RJ, efetuada em 1962, extrai-se o seguinte:

"... esclarecendo, todavia, que, apesar de organicamente não ser subordinado ao CE/RJ, foi convidado, em meados de 1962, por Humberto Rocha de Azevedo, conhecido também por Humberto, Chico ou Hermes, para participar de uma conferência do CE/RJ, seu direito a voto, a qual teve lugar na Associação Fluminense Feminina e que contou com a presença de cem membros do Partido em todo o Estado e, dentre os presentes, o depoente recorda-se de ... Humberto Rocha de Azevedo..." (Doc. nº 2035, Vol. nº 62). (Fls. 15.095)

Por fim, no depoimento de Lindolpho Hill, à propósito de reuniões do CE/RJ no ano de 1963, lê-se:

"... e nessas reuniões sempre se encontravam presentes



presentes os seguintes dirigentes do Partido no Estado do Rio de Janeiro... Humberto Rocha de Azevedo..."

(Doc. nº 1727, Vol. nº 55) Fls 13574

Caracterizemos, finalmente, as atividades de HUMBERTO ROCHA DE AZEVEDO como membro de Comitê Central do P.C.B.

Sobre a conferência do Comitê dos Ferroviários da Leopoldina na Guanabara realizada em 1960, Comitê êsse subordinado diretamente ao Comitê Central, tê-se no depoimento de Herval Arueira:

"contou com a presença de trinta membros do PCB, do setor ferroviário da Leopoldina e, na qualidade de assistente do Comitê Central, estiveram presentes... e Humberto Rocha de Azevedo que, também, exercia atividades no Comitê Regional do Rio de Janeiro". (Doc. nº 2014, Vol. nº 14 Fls 3544)

Outro depoimento, êste de Inácio José da Gama Medeiros, corrobora o de Herval Arueira à propósito da assistência prestada pelo Comitê Central ao Comitê dos Ferroviários da Leopoldina na Guanabara no ano de 1960:

"... os assistentes do CC que prestavam essa assistência eram... e Humberto Rocha de Azevedo". (Doc. número 2036, Vol. nº 52 Fls 12804)

Porém a atuação dêste indiciado estendeu-se a outro Estado.

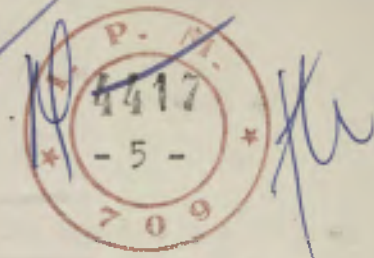
Assim, vemo-lo como assistente do Comitê Central na Conferência do Comitê dos Ferroviários da Leopoldina no Estado do Rio, efetuada em Macaé no ano de 1960, conforme declara Jacyr da Silva Barbeta (Doc. nº 2034, Vol. nº 52 Fls 12914)

Completemos o levantamento das atividades dêste indiciado como membro do Comitê Central, reportando-nos mais uma vez ao depoimento de Walter Gonçalves sobre a mesma conferência dos ferroviários em Macaé:

"... a assistência do Comitê Central foi representada por.... e Humberto Rocha de Azevedo, conhecido também por Humberto, Chico ou Hermes."

Concluiremos a incriminação dêste indiciado referindo-nos ao

23840



ao seu prontuário fornecido pelo DOPS do Estado do Rio de Janeiro o qual regista quatro prisões por atividades subversivas (Doc. nº 1960, Vol. nº 27 Fls (7978))

As atividades que mencionamos de HUMBERTO ROCHA DE AZEVEDO, as suas frequentes autuações e prisões por atividades subversivas constantes demonstram que êste indiciado é um ativo e perigoso militante do Partido Comunista Brasileiro.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 8 de novembro de 1965, não compareceu.

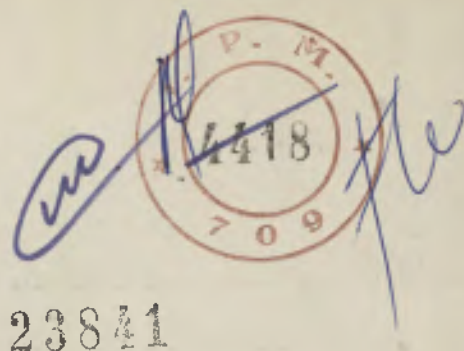
*Fernando de Carvalho*  
*al*

61

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



IRINEU JOSÉ FERREIRA

Qualificação: Irineu José Ferreira, com 50 anos de idade, filho de Manoel André Ferreira e de Ana Maria da Conceição, casado, jornalista, natural de Recife, Pernambuco, de residência ignorada.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Militante de Pernambuco, integrava o Comitê Estadual do Partido, sendo um de seus mais proeminentes membros.

Exerceu saliente papel na campanha eleitoral de 1962, tendo sido um dos dirigentes da campanha do ex-governador Miguel Arraes.

Como membro do Comitê Estadual prestava assistência a "Organizações de Base" e "Comitê Municipal do Partido.

Contra este indiciado arguí-se os seguintes fatos:

Membro do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco.

O registro mais antigo a este respeito data de 1956, quando se procedeu à reestruturação do então chamado Comitê Regional de Pernambuco, de que fêz parte este indiciado. (Doc. nº 167, Vol. nº 37 Fls 9173)

Em julho de 1959, novamente IRINEU FERREIRA integra o Comitê Estadual do P.C.B. Vejamos o que diz a respeito José Lira Alves Sobrinho em seu depoimento ao referir-se à conferência regional realizada em julho de 1959 para homologação da candidatura Miguel Arraes à Prefeitura do Recife e eleição de novos membros do C.E.:

"Nessa conferência foi modificada, isto é, reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco que passou a desenvolver suas atividades assim constituído:... Irineu José Ferreira..." (Doc. nº 1348, fls. 13303, Vol. nº 54).

Em 1 960, êste indiciado ainda era membro do Comitê Estadual do P.C.B. em Pernambuco, conforme se vê mais adiante (fls.17) no depoimento acima citado.

Em fins de 1 962, realizou-se um "pleno ampliado" do Comitê Estadual de Pernambuco para balanço da campanha eleitoral e reestruturação do Comitê, sendo IRINEU JOSÉ FERREIRA eleito para o Secretariado. A êste respeito diz José Lira Alves Sobrinho no mesmo depoimento:

"Ainda nesse pleno foi reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco, quando foi extinta a Comissão Executiva, passando a funcionar sômente um Secretariado, sem sofrer solução de continuidade, quanto ao número de efetivos, passando então, dessa data em diante, o Comitê Estadual, a funcionar com a seguinte constituição:... e Irineu José Ferreira que formavam o novo Secretariado".

Êste fato é confirmado por Cícero Targino Dantas em seu depoimento, acrescentando que a função de Irineu José Ferreira era de Secretário da Propaganda. (Doc. nº 19, fls. 15977, Vol. nº 65).

Outro fato que se argúi contra êste indiciado é sua participação em reuniões ou "plenos" do P.C.B.

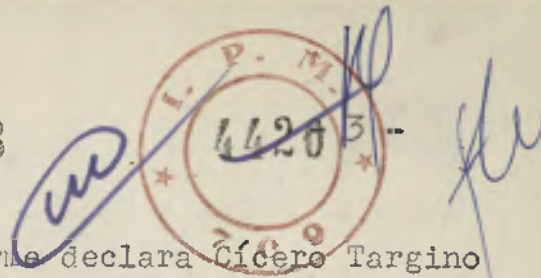
A êsse respeito declara José Lira Alves Sobrinho:

"... participar da Conferência Estadual pró IVº Congresso, a qual teve lugar durante o mês de julho de 1954, na cidade de Recife, da qual o depoente recorda-se terem participado os seguintes militantes:... Irineu José Ferreira (Doc. nº 1 348, fls. 13297, Vol. nº 54).

Mais adiante, fls. 17, do mesmo depoimento lê-se:

"... apesar de não ter participado da Conferência Estadual pró Vº Congresso, veio a saber que foram escolhidos cinco companheiros do Comitê Estadual para, na qualidade de delegados regionais, participar dêsse Congresso, a saber: ... Irineu José Ferreira...".

Participou, igualmente, no ano de 1 962, de "pleno ampliado" do Comitê Estadual de Pernambuco, cujo objetivo foi a reestrutura-



reestruturação do Comitê Estadual, conforme declara Cícero Targino Dantas nas fls. 4 do depoimento já citado.

Outro fato que arrolamos contra êste indiciado é sua participação, como um dos principais dirigentes, destacados pelo Comitê Estadual, para a direção da campanha eleitoral de Miguel Arraes em 1962. Vejamos o que diz a respeito José Lira Alves Sobrinho no depoimento já citado. Depois de enumerar os candidatos lançados pelo PCB à governança do Estado, à senatoria e à deputação federal e estadual, declara:

"Acertados, finalmente, todos os entendimentos e com chavos políticos para apoio às candidaturas acima referidas e homologadas numa sessão solene levada a efeito no Teatro do Parque, fundou-se, em seguida, o Comitê Estadual pró-candidatura do Dr. Miguel Arraes ao Governo do Estado, que tinha como principais dirigentes... Irineu José Ferreira..."

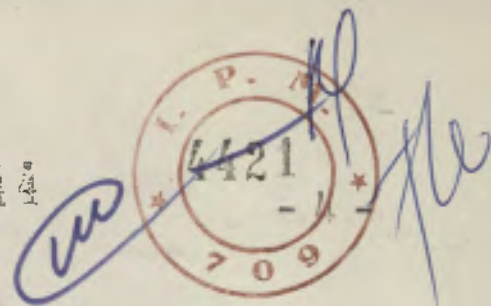
Outro trecho interessante a êsse respeito lê-se no mesmo depoimento:

"Após essa decisão (a do lançamento da candidatura Miguel Arraes - é o nosso esclarecimento), foi criada uma comissão composta de ... e Irineu José Ferreira para comunicar oficialmente ao Dr. Miguel Arraes o lançamento de sua candidatura ao governo do Estado, assim como, promover entendimentos com outras facções de grupos políticos para, em forma de "frente única", apoiar aquele candidato."

Fica, assim, positivado o papel saliente exercido por êste indiciado na coordenação e apoio por outras forças políticas da candidatura Miguel Arraes, papel que executou no exercício de mandato do Partido Comunista Brasileiro.

Sobre a atuação de IRINEU FERREIRA nessa campanha eleitoral como dirigente estadual do PCB há, ainda, outra prova importante a assinalar. É um manuscrito de autoria de Davi Capistrano, chefe do PCB em Pernambuco, intitulado "Plano da campanha eleitoral de nos-

23844



nossos candidatos a deputados estaduais e federais", no qual aparecê Irineu José Ferreira encarregado de um "grupo de trabalho", cuja atribuição era formar comitês eleitorais em municípios e algumas zonas de Recife. (Doc. nº 1316, fls. 16173, Vol. nº 66 ).

Apontemos outro fato contra êste indiciado: assistência que prestava, como dirigente estadual do PCB em Pernambuco, ao Comitê Municipal de Recife. Êste fato encontra-se relatado no depoimento de José Pedro da Cruz, referindo-se às eleições procedidas no Comitê Municipal do Recife em Outubro de 1963 e às reuniões por êste órgão efetuadas subsequentemente. (Doc. nº 1179, fls. 13373, Volume nº 54 ).

Digna de registro nesta incriminação é ainda, sôbre o indiciado, a citação na carta dirigida a Marco Antônio Tavares Coelho, um dos dirigentes nacionais do PCB, pelo seu "camarada" Francisco Antônio Leivas Otero, também da direção nacional do Partido, na qual êste analisa a situação política pernambucana nos pródromos das eleições de 1962, destacando o papel de Irineu José Ferreira nessa campanha eleitoral. (Doc. nº 262, fls. 7504, Vol. nº 31 ).

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1966, não compareceu.

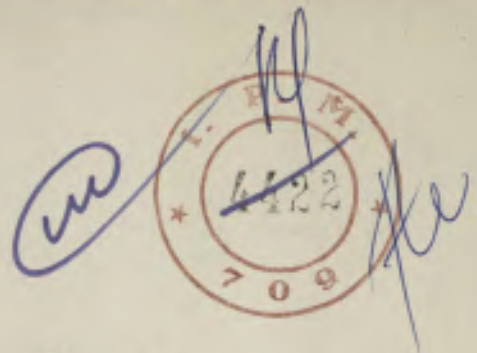
*Ferdinando de Souza*  
*al*

62

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



IVAN RAMOS RIBEIRO

23845

Qualificação: Ivan Ramos Ribeiro, com 55 anos de idade, filho de Alfredo Augusto Ribeiro Júnior e de Beliza Ramos Ribeiro, brasileiro, da cidade de São Carlos, Estado de S. Paulo, aviador, residente à rua Souza Lima 121/ / 1101 GB.

Este indiciado é, pode-se afirmar, um dos elementos exponeciais do Partido Comunista Brasileiro. Comunista confesso, / com uma ampla atividade exercida em benefício do Partido, torna-se até difícil, um breve resumo, fazer uma exposição de sua atuação. Ex-oficial do Exército, foi um dos chefes do levante comunista na Escola de Aviação Militar, em 1935. Devido a este fato, foi prêsso, julgado e condenado a pena de nove anos de reclusão, pena que posteriormente foi reduzida. Pôsto em liberdade em Outubro de 1941, passou logo a trabalhar na realização de seus ideais comunistas. Já em 1945 encontrámo-lo membro do Comitê Central do PCB e candidato a deputado federal pelo referido Partido, então na legalidade, pelo Estado do Amazonas, não tendo conseguido eleger-se. Em 1959 participou ativamente de campanha eleitoral em / Belem do Pará, sem a menor preocupação de esconder sua filiação ideológica comunista mas, ao contrário, fazendo declaração pública de sua condição de comunista, em afrontosa atitude ao regime legal do país, já então não aceitando o PCB na organização política nacional. Sua filiação ao Partido Comunista, agora uma organização política ilegal, é atestado pelo fato de que no "Pleno do Comitê Central do PCB," realizado no período de 1 a 9 de março de 1961, é novamente reeleito para o referido Comitê. Neste / mesmo ano é reconhecido como tendo realizado uma série de palestras sôbre "Marxismo Leninismo" na séde do Comitê Estadual do PCB em São Paulo.

Ainda neste ano, em outubro, como membro do Comitê Central do PCB, foi um dos delegados brasileiros a comparecer ao / XIII Congresso do Partido Comunista, realizado em Moscou. Em 25 de março de 1962, em solenidade comemorativa do 40º aniversário do PCB realizado em Niteroi, foi um dos oradores. Em dezembro / deste mesmo ano é identificado como tendo se reunido com outros comunistas, inclusive estrangeiros, a fim de debaterem um progra

ma de ação a ser aplicado no VIII Congresso de Educadores Latino-Americanos, Congresso êsse organizado pelos Partidos Comunistas Latino-Americanos. Em agosto de 1963 êste indiciado, chefiando uma delegação do PCB, chega a Belgrado. Uma agência da Iugoslávia anunciou nessa ocasião que o indiciado é membro do Comitê Executivo do PCB. Vamos constatar ainda a presença deste indiciado infiltrado na União dos Servidores Públicos, exercendo aí seu trabalho de subversão, que, como pode-se observar é amplo e variado, tendo atuado nos mais diversos setores da vida nacional. Com a vitória da Revolução de Março de 1964 teve o indiciado os seus direitos políticos suspensos em virtude de sua notória participação no processo subversivo em andamento no país.

Na documentação coligida neste IPM este indiciado é fartamente citado, como consequência de sua ampla e variada atividade. Dessa massa de documentos podemos selecionar os seguintes, para comprovar sua atuação subversiva.

Em 1942 foi prêso no Rio em virtude de distúrbios ali ocorridos. (DOC nº 496 Vol. 77 e DOC nº 1394 Vol. 77) (Fls 18027) (Fls 18058)

Em 1946 atuou largamente no Maranhão, Pará e Amazonas organizando Comitês Estaduais (DOC nº 1394 Vol. 77 e DOC nº 1929 Vol. 77 - (Fls 18025) (Fls 18055)

Em 1948 foi encarregado de organizar os Quadros do PCB / em S. Paulo. Também foi detido nesse Estado quando dava os últimos retoques no plano de levar à greve todos os trabalhadores / dos Serviços Públicos Urbanos na Capital do Estado. (DOC nº 469 Vol. 77 e (DOC nº 1394 Vol. 77). No ano seguinte, tomou parte em agitações verificadas no Estado do Paraná (DOC nº 469 Vol. 77 e DOC nº 1394 Vol. 77). No ano de 1951 constata-se que êste indiciado fêz aliciamento comunista de militares em Minas Gerais, bem como propaganda subversiva no interior do Estado (DOC nº 2072 Vol. 77) (Fls 18027) (Fls 18058) (Fls 18021) (Fls 18031)

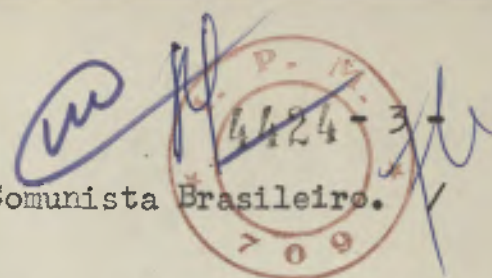
Em julho deste mesmo ano tomou parte ativa no conflito verificado na cidade de Uberlândia em Minas Gerais (DOC nº 1394 Vol. 77) (Fls 18059)

No ano seguinte, 1952, atuou em Recife no sentido de realizar um levante comunista no Nordeste. (DOC nº 2072 Vol. 77). Já em 1953 o nome deste indiciado aparece publicado no jornal comunista "A Tribuna" por haver sido eleito membro do Conselho Mundial de Paz, organização reconhecidamente comunista. (DOC nº 469 Vol. 77 e DOC nº 1394 Vol. 77) (Fls 18027) (Fls 18058)

Em 1954, foi êste indiciado encarregado por Pres-tes de organizar o chamado Exército da Frente Democrática de Libertação Nacional (DOC nº 2072 Vol. 77) (Fls 18033)

Em 1960 êste indiciado / foi reeleito para membro do Comitê Central do PCB. (DOC nº 453 - Vol. 40) (Fls 10005)

Em 1961 foi reconhecido como dirigente do Comitê Execu-



tivo para assuntos militares do Partido Comunista Brasileiro. (DOC nº 78 vol 39). (Fls 9841)

Em 1962 êste indiciado, confirmando sua importante posição no Partido, foi o elemento destacado para representar o Comitê Central do PCB no VII Congresso Estadual do PCB, realizado no Rio Grande do Sul. Foi êle escolhido para orador na sessão solene de encerramento da Conferência. (DOC nº 469 vol 77) DOC nº 1394 vol 77, (Fls 18309) DOC 1581 vol 77). (Fls 18021) (Fls 18064)

Em julho deste mesmo ano assinou, como "membro fundador", o pedido de registro do Partido Comunista Brasileiro ao Superior Tribunal Eleitoral (DOC nº 1581 vol 77). (Fls 18064) No ano de 1963 encontramos êste indiciado comparecendo a reuniões da Frente Parlamentar Nacionalista, quando ficou decidido a formação da Frente Militar de Libertação Nacional, a ser constituída por Sargentos e Cabos da Ativa das Forças Armadas, Polícia e Corpo de Bombeiro da Guanabara. (DOC nº 1581 vol 77 e DOC nº 1394 vol 77). (Fls 18064) (Fls 18059) Além das citações retro mencionadas, o nome dêste indiciado aparece fartamente em numerosos documentos apreendidos em organizações do Partido. Dentre êles, selecionamos os seguintes: Documento manuscrito apreendido no Comitê Estadual do Partido no Ceará, onde aparece o nome do indiciado como membro do Comitê Central do P.C.B. (DOC nº 231 vol 39). (Fls 9801) Manuscrito original encontrado no escritório de Prestes contendo anotações sôbre reunião do Secretariado; é citado o nome deste indiciado. (DOC nº 691 vol 41). (Fls 10233) Manuscrito original contendo intervenções dos membros do Comitê Central sôbre a dissolução da UJC (União da Juventude Comunista), entidade que / havia se mostrado rebelde ao Comitê Central. Êste documento, apreendido no escritório do comunista Marco Antônio Tavares Coelho, registra as intervenções de vários componentes do Comitê Central, dentre êles o indiciado. Fica então estabelecida a substituição DE UJC por outras organizações, como as Organizações de Base das Universidades, mais dóceis ao Comitê Central (DOC nº 946 vol 42). (Fls 10533) Manuscrito encontrado também no Escritório de Marco Antônio Tavares Coelho; aparece novamente o nome do indiciado. (DOC nº 974 vol 42). (Fls 10548) Documento apreendido ainda no Escritório de Marco Antônio, contendo relação de membros do Comitê Central, inclusive o indiciado, com comissões designadas e indicações de comparecimento a reuniões. (DOC nº 1124 vol 42). (Fls 10551) Cópia de manuscrito apreendido na / residência de Elson Costa, aparecendo o nome dêste indiciado. / (DOC nº 1887 vol 29). (Fls 1378) Cópia de carta de Geraldo Rocha a David, / tratando de uma Conferência Rural e citando o nome dêste indiciado como do Comitê Nacional (DOC nº 1860 vol 51). (Fls 12566) Documento apreendido no escritório de Prestes em que o indiciado aparece abordando o problema da Imprensa do Partido. (DOC nº 739 vol 66). (Fls 16117)

Manuscrito original apreendido no Escritório de Prestes: em intervenção de Marco Antônio é citado o indiciado. (DOC nº 713 vol 86) (Fls 19444)

Nos depoimentos existentes neste Inquérito que especificamente comprovam a condição subversiva do indiciado, podemos destacar os seguintes, a começar pelo do próprio indiciado. Este declarou " ... que, há longos anos atua como comunista e particularmente nos últimos sete ou oito anos, guiando-se pela orientação geral dos comunistas brasileiros, lutou que fôsse reconhecido o direito à organização legal dos comunistas como Partido Político, tendo neste sentido desempenhado um papel dirigente do qual assume inteira responsabilidade. (DOC nº 2074 fls 1 vol 71) (Fls 18043) 71"

Noutro depoimento, acrescenta o indiciado " ... como é público e notório, desde há muitos anos, é comunista, do que assume plena e inteira responsabilidade". Mais à frente, afirma de maneira perentória: " ... acha que, se é comunista, admite a implantação do regime comunista no Brasil". (DOC nº 2073 fls 1 vol 71) (Fls 18076) 71).

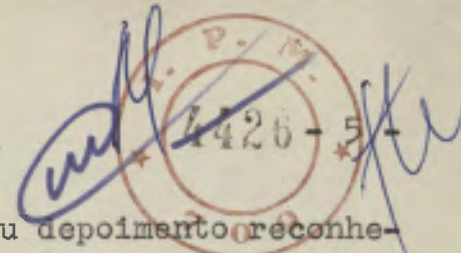
WALTER CONÇALVES, referindo-se à Conferência do Comitê Estadual do Estado do Rio, realizada em meados de 1962, declarou o seguinte: " ... e, referindo-se a representação do Comitê Central, para dar assistência a essa Conferência, recorda-se apenas IVAN RAMOS RIBEIRO". (DOC nº 2035 fls 6 vol 62) (Fls 15100)

OSVALDO JOSÉ VICENTE, referindo-se ao 4º Congresso do PC B no seu depoimento, diz: " ... participaram do mesmo cerca de oitenta quadros dirigentes, não somente membros do Comitê Central, como Delegados representantes dos Estados da Federação e dentre os participantes do referido Conclave, recorda-se de ... IVAN RAMOS RIBEIRO...". (DOC nº 1723 fls 12 vol 58) (Fls 14209) (Fls 1423)

FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTA em seu depoimento, disse o seguinte: "Perguntado sobre elementos dirigentes do movimento comunista brasileiro que tenham realizado palestras e conferências sobre doutrinação comunista, digo, palestras sindicais, sobre movimentos nacionalistas, economia nacional e outros assuntos, respondeu que se recorda apenas de alguns dentre eles IVAN RAMOS RIBEIRO...". (DOC nº 1728 fls 2 vol 58) (Doc 1728 Fls 17155 Vol 76) (Fls 14209)

Podemos ainda acrescentar que este indiciado é abundantemente citado nas Cadernetas de Prestes, sendo suas opiniões muito acatadas pela direção do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro.

O seu volumoso prontuário nos mostra que tem sido um dos



mais ativos membros da cúpula do PCB. Em seu depoimento reconheceu como expressão de pensamento dos Comunistas uma série de documentos editados pelo PCB e que se referem de modo ostensivo a êsse Partido e à sua orientação política marxista-leninista, como os seguintes:

- "Os Comunistas dirigem-se à Nação (Mar 1958)
- "Resolução Política de Convenção Nacional dos Comunistas" (1961)
- "Programa e Estatutos do PCB"
- "Resolução Política dos Comunistas" (Dez 1962)

Sabe-se que colaborou intensamente na feitura desses documentos como o atestam as Cadernetas de Prestes onde é citado / em mais de 100 registros, cuja reprodução seria evidentemente ociosa.

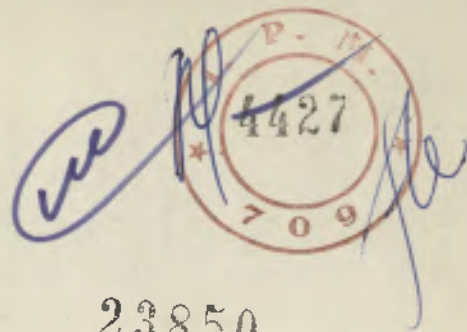
*Fernando de Castro  
al*

63

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



23850

IVO CARNEIRO VALENÇA

Qualificação: Com 45 anos de idade, filho de Alcides de Araújo Valença e de Maria Pertedigna Valença, Comerciarrio, Casado, Natural de Recife - Pernambuco e Residente à Estrada de Bolem, 1506 Aptº 8. Residência atual: Edifício Ouro, Aptº 22 - Boa Vista - Recife.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Militante de Recife, Pernambuco, regista-se dêste indiciado a condição de dirigente estadual até o ano de 1962.

Em Janeiro de 1956, foi preso em Recife, juntamente com outros companheiros, na séde do então denominado Comitê Regional de Pernambuco, em consequência de uma operação efetuada pela polícia pernambucana.

Vejamos o que se arguiu contra êste indiciado.

Em julho de 1954, participou da Conferência Estadual preparatória para o IV Congresso do P.C.B., efetuado em setembro daquele ano no Recife. Sobre isto, diz José Lira Alves Sobrinho em seu depoimento:

"... participar da conferência estadual pró IVº Congresso, à qual teve lugar durante o mês de julho do ano de 1954, na cidade de Recife, da qual o depoente recorda-se terem participado os seguintes militantes: ... Ivo Carneiro Valença..." (Doc. nº 1348, fls. 13298 Vol. nº 54).

No dia 6 de janeiro de 1956, ocorreu sua prisão, juntamente com outros companheiros do Partido. Sobre êste fato há o Doc. nº 782, Fls. nº 7911 Vol 321, apreendido no escritório de Marco Antônio Tava

res Coelho, nesta cidade, o qual é um relatório do membro do Comitê Central enviado, especialmente, ao Recife para obter informações a respeito, pois o acontecimento revestiu-se de gravidade, visto como foi varejada a sede do Comitê Regional e apreendida tôda a documentação.

Em meados de 1965, procedeu-se a uma reestruturação do Comitê Regional de Pernambuco, em cujos novos quadros figurou este indiciado. (Doc nº 167, Vol 37 Fols 9173)

A ligação de IVO VALENÇA com notórios comunistas de Pernambuco pode ser verificada no Doc nº 986, fls 11870 Vol 48.

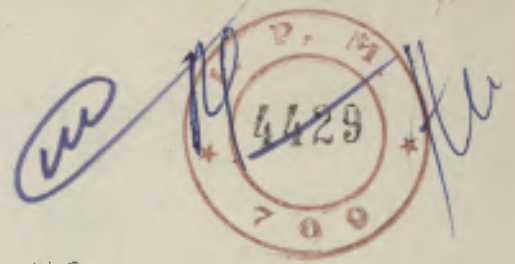
Para concluir, vejamos o que diz, a respeito dêste indiciado, Cícero Targino Dantas. Em seu depoimento, declara:

"... nêsse mesmo ano de 1962 participou de um Pleno Ampliado do Comitê Estadual de Pernambuco, na residência / do professor Eduardo Lima, em Pôrto Da Madeira, o qual / tinha por objetivo as eleições para reestruturação do referido Comitê, a que compareceram os seguintes militantes:....Ivo Valença...".(Doc 19, fls 15976, Vol 65).

O indiciado é considerado em PERNAMBUCO como um dos mais renitentes e ativos elementos do PCB naquele Estado. Encontra-se foragido.

Intimado a depôr por edital publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1966, deixou de comparecer.

*Fernando de Carvalho*  
cel

MINISTÉRIO DA GUERRAI EXÉRCITOIPM/709

23852

JACOB GORENDER

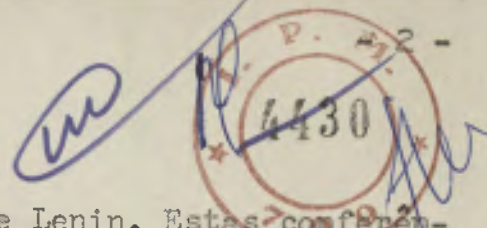
Jacob Gorenader, com 43 anos de idade, filho de Natan Gorenader e Ana Gorenader, natural da Bahia, jornalista residente na rua Moncôrvo Filho, nº 49 - GB.

Este indiciado foi dos mais destacados membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Utilizou sua capacidade intelectual em Benefício do movimento comunista no Brasil. Propagandista entusiasta da doutrina marxista-leninista, procurou divulgá-la no Brasil inteiro. Com êsse objetivo, promoveu conferências em vários Estados da Federação e foi colaborador intenso de vários jornais comunistas que circularam no Brasil nos últimos vinte anos. Por sua atividade, galgou rapidamente cargos de direção no PCB e foi considerado um dos principais teóricos do mesmo. Atingiu tal prestígio na cúpula do Partido Comunista Brasileiro que, na preparação para o VI Congresso do PCB, que se realizaria em mil novecentos e sessenta e quatro, o indiciado foi eleito para a "Comissão de Elaboração de teses para Discussão", uma equipe destinada a selecionar os assuntos a serem debatidos no VI Congresso.

Já no ano de mil novecentos e cinquenta e quatro o indiciado ministrava Curso de Capacitação Política no Rio de Janeiro. Sinval Bambirra que frequentou êste curso, declara em seu depoimento que o indiciado ministrou algumas aulas no mesmo:

"...Entre os meses de Abril e Maio de 1955 .... participou de outro curso de capacitação política, num período de trinta dias, curso êste denominado "Curso Stalin" que foi levado a efeito na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara... sendo que dêsse "Curso Stalin", recorda-se que um dos elementos que ministrou algumas aulas, chama-se Jacob Gorenader ..." (Doc 1720 fls 14862/01-61)

Mais tarde, no ano de mil novecentos e sessenta e um o indiciado pronunciou uma série de conferências nos salões da Universidade do Rio Grande do Sul. "A conferência trazia em seu bôjo a estrutura do Partido Comunista, valendo-se de teorias fi



losóficas baseadas nas de Marx, Engels e Lenin. Estas conferências foram uma iniciação ao comunismo, um curso para formação de Comunistas; segundo informe da Secretaria de Segurança Pública daquele Estado.

No ano seguinte, em Agosto de mil novecentos e sessenta e dois, o indiciado proferiu uma outra série de conferências, desta vez nas cidades do interior do Estado, como Santa Maria, Pelotas, Rio Grande e Caxias do Sul, sempre difundindo a filosofia marxista. (Doc 2093 Vol 77 Fls 18101)

Nesta mesma época, o indiciado fazia funcionar um curso sobre "O Marxismo e a realidade Brasileira", que teve o patrocínio do Instituto Riograndense de Difusão Cultural, naquele Estado. (Doc 1393 fl 16334 Vol 66)

Este programa de propaganda comunista desenvolvido pelo indiciado emanava da direção do Partido Comunista Brasileiro.

A comprovação disto é um documento apreendido do Partido, pelo Departamento de Vigilância Social do Estado de Minas Gerais na Sede mineira do jornal Novos Rumos, intitulado Plano de Educação. Dentre várias programações para o primeiro semestre do ano de 1963, encontramos uma atribuída ao indiciado:

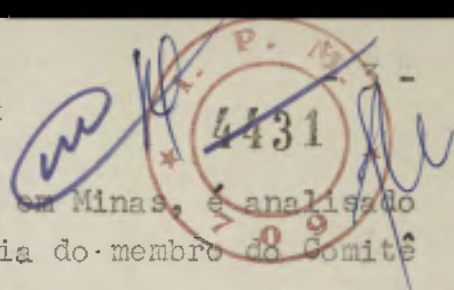
"...A C. Ed (Comissão de Educação - o esclarecimento é nosso) realizará um Curso de Filosofia sob a direção de Gorender no mês de Abril" (Doc. 1786 Vol 28 Fls 7213)

Outro documento apreendido no escritório de Elson Costa 1º Secretário do CE de Minas Gerais, trata do problema de Educação no Partido Comunista e novamente Gorender tem papel de destaque, desta vez para atuação no Estado de Minas Gerais:

"Educação - Curso 9 aulas. "Marxismo Leninismo, filosofia humanista de nossa época" - na Secretaria de Saúde - por Gorender - 230 alunos - frequência média de 200 - atingiu setores intelectuais próximos ao P - Curso de Didática, por Gorender - 11 alunos dirigentes do CE (Comitê Estadual - o esclarecimento é nosso)."

Destacamos a importância da tarefa que coube ao indiciado, ou seja, a de aperfeiçoamento dos dirigentes estaduais de Minas Gerais. (Doc 1819 Vol 29 Fls 7277)

A comprovação de que o Curso planejado: "O Marxismo com a filosofia humanista de nosso tempo" realmente funcionou, é o certificado de Frequência de um de seus alunos, apreendido em Minas Gerais, com a assinatura do professor Jacob Gorender. (Doc 2094 Vol 77 Fls 18103)



O resultado da tarefa de Gorender em Minas, é analisado em outro documento apreendido na residência do membro do Comitê Estadual Elson Costa, do qual destacamos:

"Trabalho de Educação - Curso - Marxismo-leninismo, filosofia humanista de nossa época" - Com 230 alunos inscritos e frequência de 200 alunos. Atingiu setores do P. e boa parte de intelectuais próximos do P. Houve uma frequência média permanente, constituindo um grande fator de êxito a sua realização na Secretaria do Governo!..

Foi patrocinado pela "Sociedade de Antropologia de Minas Gerais" - Curso de Didática - Realizado pela Jacob com a participação de 11 dirigentes do CE para a formação de professores - Out 63" (Doc 1902 Vol 29 fols 7436)

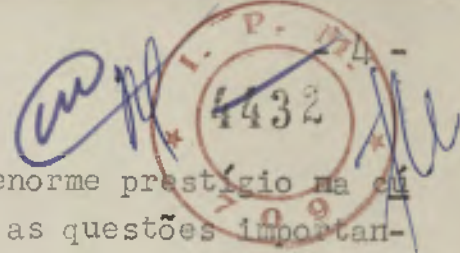
Gorender realmente atuava em diversos setores do PCB. O comunista Nery Reis de Almeida declara que, antes do movimento revolucionário de 1964, êle proferia conferência na sede do jornal "Orla Marítima", na Guanabara, palestras que "se basearam na tática dos comunistas frente ao governo de João Goulart ou em problemas de Coexistência Pacífica" (Doc 14 fl 19824 Vol 87).

A atividade do indiciado se desenvolveu também em Estados do Nordeste do país: Edgar Santino do Espírito Santo, comunista de Recife, declara que Jacob Gorender em fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro pronunciara conferência no Comitê Distrital do Pôrto, órgão do Partido Comunista em Recife, que no mês de fevereiro foi convidado todo o Comitê Distrital do Pôrto para assistir uma conferência ... proferida por Jacob Gorender, membro do Comitê Central, da qual teve oportunidade de participar ..." (Doc 1176 fl 12087 Vol 49).

Analisemos agora as atividades do indiciado como dirigente do Partido Comunista Brasileiro e membro do Comitê Central

No ano de 1954, o indiciado foi um dos dirigentes do PCB que participaram do IV Congresso do Partido, realizado em S. Paulo. É o comunista OSWALDO JOSÉ VICENTE que disse, ao ser perguntado sôbre quais os companheiros que participaram dêsse IV Congresso:

"... que participaram do mesmo cêrca de 80 (oitenta) quadros dirigentes não sômente membros do Comitê Central, como delegados representantes dos Estados da Federação e dentre os participantes do referido conclave, recorda-se de ... Jacob Gorender ... (Doc 1723 fl 14209 Vol 58).



Ultimamente o indiciado grangeou enorme prestígio na cúpula do PCB, a ponto de aparecer em tôdas as questões importantes debatidas nas reuniões do Comitê Central. Em janeiro de mil novecentos e sessenta e três, em uma reunião do Comitê Central, em que se debatia a organização para o VI Congresso do PCB, que se realizaria em 1964, uma das Resoluções foi a sua designação para, em comissão, elaborar as teses para Discussão junto a oito destacados membros do Comitê Central. (Doc 1875 Vol 44 Fls 10987)

E o indiciado levou a sério a tarefa que recebeu nessa reunião. De fato, em fevereiro do mesmo ano, já enviava a Elson Costa uma colaboração, procurando se desencumbrir da missão que recebeu. O documento comprovante é uma carta de Gorender a Elson Costa:

"Rio, 27 fev 63 - Meu caro Elson - Envio-lhe o projeto de estudo sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. O trabalho que lhe envio, é demasiado longo e analítico, não tendo, assim seguido creio, a forma que deverão assumir as teses. Mas este trabalho, uma vez discutido e a perfeicionado, poderá servir, êle mesmo de base para redação das teses, além de vir a ser publicado como documento de fundamentação às teses.". (Doc 1161 Vol 77 Fls 18100)

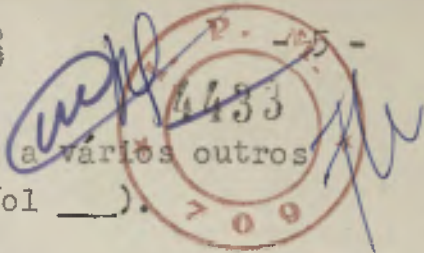
Em novembro deste mesmo ano, 1963, o indiciado compareceu a uma reunião do Comitê Central. A Ata desta reunião, manuscrito, apreendida no escritório de Luiz Carlos Prestes nos certifica da atividade do indiciado nesta reunião, em que discutiu e debateu os assuntos em pauta junto a seus companheiros. (Doc. 698 Vol 41 <sup>Fls 10242</sup> e Doc 710 Vol 77 Fls 18112)

Nesta reunião, o indiciado recebeu a missão de, como integrante da Comissão de Teses fazer parte da Comissão Executiva do projeto de Teses para Discussão (Doc 699 e 1859 Vol 44 Fls 10927) <sup>(Fls 10249 Vol 41)</sup>

O indiciado participou de uma reunião do Comitê Central neste mesmo ano, em que foi pôsto em debate a extinção da UJC, (União da Juventude Comunista). Em documento apreendido no escritório de outro dirigente do Comitê Central do PCB Marco Antônio Tavares Coelho, consta a sua intervenção (Doc 946 fl 10535 Vol 42).

Além de todos estes documentos que comprometem o indiciado como dirigente do Partido Comunista Brasileiro e membro do Comitê Central, em outro documento apreendido no escritório do citado Marco Antônio Tavares Coelho, encontramos uma relação que, certamente se destinava ao registro de alguma atividade par

tidária onde se lê o nome do indiciado junto a vários outros membros do Comitê Central do PCB (Doc 1124 Vol \_\_\_\_).



Jacob Gorender é inúmeras vezes citado nas Cadernetas de Prestes, o que demonstra ser na cúpula do PC elemento assíduo a reuniões partidárias. Entre essas referências, salientamos as constantes das Cadernetas nº 13, <sup>Vol 134</sup> página 42 e Caderneta nº 14, página 156, onde se leem, respectivamente os textos:

"Mensagem ao Congresso do PC Uruguaio. Jacob via jará 4ª feira"

"Jacob - (delegado fraternal ao Congresso do PC Uruguaio", o que demonstra ter sido o indiciado, representante do PCB, em Montevideú no Congresso de PC do Uruguái em 1962.

Na caderneta nº 14 <sup>(Vol 135)</sup> a fôlha 177, lemos uma intervenção do indiciado que demonstra o seu espírito de comunista violento:

"Não é fácil para mim intervir mas quero dar uma opinião - legalidade constitucional - palavra de ordem que devemos retirar rigorosamente agora. Quem pode dar o golpe agora é o Jango. Legalidade é o Parlamento, que é profundamente reacionário. "Ampliar a luta". Levar os camponeses a lutar pela terra. Dar uma forma organizada à toma da de víveres," etc.

Gorender preconiza organizar o saque. Essa sua intervenção é surpreendente pela simplicidade com que encara a ação violenta.

Cremos que estamos diante de um comunista de grande capacidade de inteligência, convicção ideológica e de ação.

Jacob Gorender é também considerado como um dos intelectuais do PCB, e a sua atividade neste setor aparece através de conferências e cursos que ministra como se pode verificar nos documentos de seu próprio prontuário.

Foi intimado a depor pelo Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, não tendo cumprido a determinação.

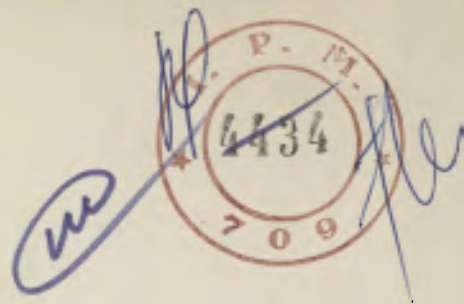
Fernando de Castro  
cd

65 114

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JAIME DE AMORIM MIRANDA

23857

Qualificação: Jaime de Amorim Miranda, com 43 anos de idade, filho de Manoel Simplicio de Miranda e Hermé Amorim de Miranda, natural de Maceió, Alagoas, advogado, residente na Rua Elísio de Carvalho nº 43, Maceió, Alagoas.

Este indiciado é elemento importante do Partido Comunista Brasileiro a cujos quadros dirigentes pertenceu como membro do Comitê Central e do Comitê Estadual de Alagoas.

Sua atuação de militante comunista pode ser ajuizada por dois fatos notórios: foi o Secretário de Massas do Comitê Estadual, setor dos mais importantes do Comitê pelo controle e arregimentação que exerce sobre todas as organizações, legais ou ilegais, controladas pelo Partido; além disso, era o diretor do jornal comunista "A Voz do Povo", editado em Maceió, porta-voz do Partido no Estado.

Candidato a deputado estadual nas eleições de 1962, não logrou eleger-se, mantendo-se na condição de suplente, tendo tido seu mandato cassado em 1964 por ato da Assembléia Legislativa de Alagoas.

Caracterizemos sua posição como membro dirigente do P.C.B.

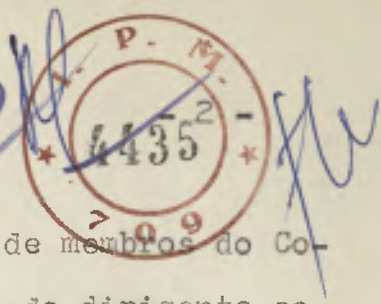
Assim, este indiciado é citado como integrante do Comitê Central nos seguintes documentos:

Doc. nº 47, Vol. nº <sup>Fls 9408)</sup> 38: relação de membros do Comitê Central extraída de documento do Partido;

Doc. nº 53, Vol. nº <sup>Fls 8284)</sup> 33: relatório sobre a organização do PCB elaborado pelo DOPS/RJ, em que seu nome figura na relação do Comitê Central;

Doc. nº 231, Vol. nº <sup>Fls 9702)</sup> 39: relação de membro do Comitê Central apreendida no Comitê Estadual do Ceará;

23858



Doc. nº 1124, Vol. nº 42 <sup>Fls 10551</sup>: relação de membros do Comitê Central apreendida no escritório do dirigente comunista Marco Antônio Tavares Coelho, nesta Capital.

Como dirigente do Comitê Estadual de Alagoas figura nos seguintes documentos:

Doc. nº 235, Vol. nº 20 <sup>Fls 5066</sup>: que o aponta em 1962 como Secretário de Massas do Comitê Estadual;

Doc. nº 951, Vol. nº 20 <sup>Fls 5135</sup>: relatório sobre a situação do P.C.B. em Alagoas, elaborado em 1960 por membro do Comitê Central em visita àquele Estado e apreendido, nesta cidade, no escritório de Marco Antônio Tavares Coelho, no qual Jaime Amorim Miranda é mencionado como 1º Secretário do Comitê Regional de Alagoas e ligado ao trabalho político de cúpula do Partido;

Doc. nº 1348, Vol. nº 54 <sup>Fls 13290</sup>: depoimento de José Lira Alves Sobrinho que o inclui entre os dirigentes do Comitê Estadual já no ano de 1946.

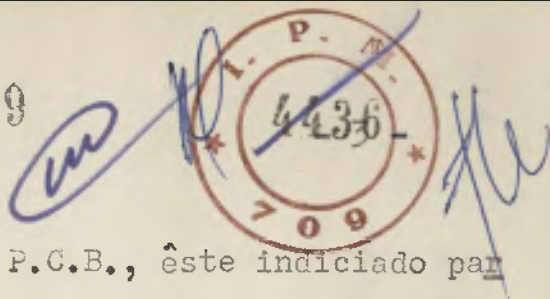
Passemos à caracterização de suas atividades de dirigente do P.C.B.

Em agosto de 1953, desenvolveu nos Estados de Goiás, Paraná, Alagoas e Pernambuco atividades subversivas como membro do Comitê Central do P.C.B., o que redundou em sua prisão neste último Estado por autoridades militares (Doc. nº 2142, Vol. nº 77 <sup>Fls. 18139</sup>)

Participou de reunião do Comitê Central, efetuada após o V Congresso do PCB em setembro de 1960, em que se debateu a extinção da União da Juventude Comunista e a conseqüente criação de organizações de base estudantis controladas diretamente pelo Partido. Sua intervenção, assim como as dos demais participantes da reunião, acha-se em documento apreendido no escritório de Marco Antônio Tavares Coelho, nesta cidade (Doc. nº 946, Vol. nº 42 <sup>Fls 10535</sup>)

Em meados de 1961, recebeu em Maceió a Mario Alves de Souza Vieira, notório elemento da cúpula do PCB, para informá-lo da situação do Partido em Alagoas. (Doc. nº 1617, Vol. nº 86 <sup>Fls 19554</sup>)

Em novembro de 1963, por ocasião da XI Reunião do Comitê Cen



Central, preparatória do VI Congresso do P.C.B., êste indiciado participou dos debates apreciando as teses distribuídas para aquêlê Congresso. Transcrevamos partes de sua intervenção, cujo manuscrito foi apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes, nesta Capital:

"As diretrizes da Comissão de Teses abordam as questões essenciais dos debates do VI Congresso. Eu estudei, li, recebi em tempo."

Mais adiante diz:

"O problema internacional deveria ser abordado mais aprofundadamente. O problema da guerra e paz devia ser mais cuidado. As divergências do movimento comunista internacional exigem que o CC tome algumas posições."

Em outro trecho diz:

"Há uma análise da luta antiimperialista. O que fêz a Aliança para o Progresso em Alagoas? Êles apoiam os govêrnos entreguistas dos Estados. Nas teses não se dão elementos para apreciar o agravamento das contradições com a Aliança para o Progresso."

Conclui da seguinte forma:

"Reafirmo que o CC deve meditar bem sôbre o rumo que deve tomar o debate do VI Congresso. Há uma luta ideológica muito grande no Partido e devemos confiar na sabedoria coletiva do Partido. O VI Congresso vai derrotar as tendências esquerdistas. São Paulo deve ter um grande acêrvo de experiências de aplicação da política de frente única." (Doc. nº 700, Vol. nº 77 Fls. 18142)

Finalmente, em 5 de março de 1964, êste indiciado reuniu-se com o secretariado do Comitê Central, informando-o da situação em Pernambuco, o que fêz certamente como observador do C.C. O texto de sua informação, contida em manuscrito apreendido no escritório de Marco Antônio Tavares Coelho nesta cidade é o seguinte:

"Em Pernambuco tudo quanto é carreirista toma iniciativa de promover comícios em defesa... (ilegível), etc., a-

aproveitando a liberdade, mas a direção do Partido não toma uma iniciativa sequer. A direção não toma o presente dos movimentos de massa. Exemplo: Congresso dos Ferroviários, onde não foi nenhum dirigente". (Doc nº 972, Vol 142) 4437  
44  
10945

Concluiremos a incriminação de Jaime Amorim Miranda apresentando seus antecedentes criminais que remontam ao ano de 1953, quando foi condenado a 1 (um) ano de reclusão como incurso no art. 3º, inciso 25, com atenuante do artigo 18, tudo do Decreto-Lei número 431, de 18 de maio de 1938, por sentença do Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Maceió, Alagoas. (Doc nºs 1915 e 1925, Vol 131 e 132 e 137) Fls 10945

Sobre essa condenação é interessante acrescentar que sua prisão se efetivou em Recife por autoridades militares que investigaram, na oportunidade, as atividades subversivas que desenvolvia no Nordeste como membro do Comitê Central, fato abordado nas fls. 4435, ~~in~~ 21-~~no~~, desta incriminação.

As anotações existentes nas Cadernetas de Prestes sobre o indiciado versam em sua maioria sobre intervenções do mesmo em conferências e debates partidários. De qualquer sorte exprimem a consideração de Prestes por seus conceitos, que revelam inteligência e tirocínio político-partidário.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, deixou de comparecer.

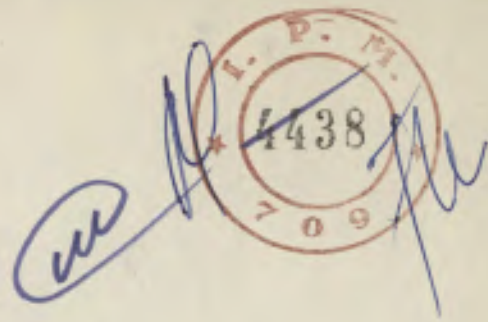
*Ferdinando de Carvalho*  
*al*

66  
114

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JOÃO ADELINO SUSSELA

23861

Qualificação: João Adelino Sussela, com 43 anos de idade, filho de Benjamin Sussela e Virgínia Ricardone Sussela, casado, natural de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, jornalista, residência desconhecida.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Militante do Rio Grande do Sul, era um dos mais importantes membros do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul.

Exerceu papel saliente na VIIª Conferência Estadual efetuada pelo P.C.B. do Rio Grande em 1962.

Vejamos o que se argúi contra este indiciado.

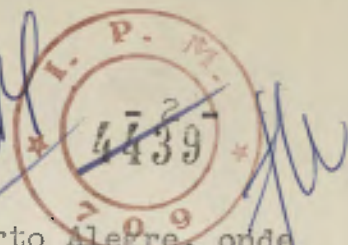
Membro do Comitê Estadual do P.C.B. do Rio Grande do Sul.

O Doc. nº 358, Vol. nº 36 <sup>Fls 8853)</sup>, que é o levantamento da organização do PCB no Rio Grande, aponta este indiciado como membro da Comissão Estadual e do Secretariado do Comitê Estadual, onde exercia a função de Secretário de Organização.

Outro documento, este o de nº 1117, Vol. nº 36 <sup>Fls 8958)</sup>, confirma sua posição no Comitê Estadual do P.C.B. do Rio Grande, considerando-o um "homem-chave" do Partido em razão de sua função de Secretário de Organização.

Outro fato de importância que se apresenta contra este indiciado é o trabalho que desenvolveu, na qualidade de dirigente estadual do PCB, durante o VII Congresso Estadual do Partido efetuado em Porto Alegre no período de 27 a 29 de maio de 1962. Como membro do Secretariado coube-lhe encargo importante na preparação e condução dos trabalhos do Congresso, durante o qual foi reeleito para o mesmo cargo. (Doc. nº 1400, Vol. nº 36 <sup>Fls 9007)</sup>).

Em dezembro de 1962, este indiciado tomou parte em uma



uma reunião da denominada "Base do Centro" em Porto Alegre, onde o Comitê Estadual promovia seus encontros, cuja finalidade foi a organização no Estado do "Encontro Nacional de Solidariedade a Cuba e de Defesa do Princípio de Auto-Determinação dos Povos", promovido pelo Partido Comunista Brasileiro e "organizações legais" deste Partido. Nessa reunião projetou-se, também, um "Encontro Nacional dos Camponeses", igualmente, dirigido e organizado pelo P.C.B. Este indiciado foi escolhido como um dos dirigentes destas campanhas (Doc. nº 1393, fls. 16335, Vol. nº 66).

Para concluir, citaríamos o Doc. nº 1124, Vol. nº 10.553/42, que é uma relação de dirigentes comunistas apreendida no escritório de Marco Antônio Tavares Coelho, nesta cidade, na qual este indiciado está relacionado.

As Cadernetas de Prestes mencionam este indiciado doze vezes: Caderneta nº <sup>(Vol 122)</sup> 1-pag. 53; nº <sup>(Vol 123)</sup> 2, pag. 168; nº <sup>(Vol 124)</sup> 3, pags. 4-5-19-24-34; nº <sup>(Vol 128)</sup> 7, pag. 59; nº <sup>(Vol 134)</sup> 13-pags. 121-134; e nº <sup>(Vol 139)</sup> 18, pags. 28 e 171.

Essas anotações referem-se em sua maior parte a intervenções do indiciado em conferências.

O seu nome é escrito geralmente como Sousella.

O fato de ser suplente do CC indica a importância de sua posição.

Em seu registro na Caderneta nº <sup>(Vol 123)</sup> 2 (pag. 168), refere-se a Brizola e defende-o:

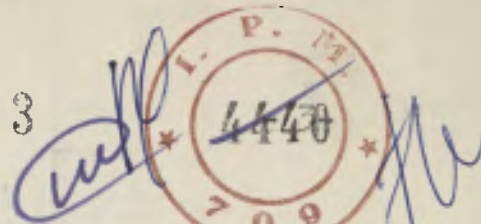
"A massa gosta da linguagem de Brizola. Sou acusado de brizolismo, mas fui o único que escrevi um artigo criticando o Brizola que não foi publicado e cuja explicação não aceito."

Na Caderneta nº <sup>(Vol 134)</sup> 13, pag. 134, Prestes fez uma anotação que denuncia a ligação de Sussela com o P.C. Uruguaio:

"telegrama para Sousella s/Congresso do PC Uruguaio."

Este registro é um indício importante de que o indiciado faça o intercâmbio com o Partido Comunista do país vizinho.

23863



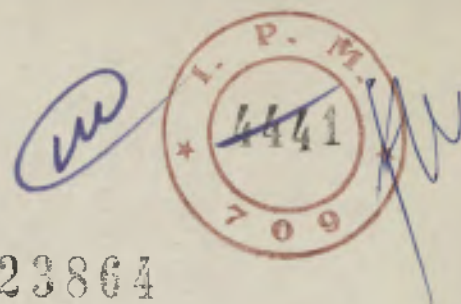
Intimado a depor neste I.P.M. por edital publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1966, deixou de comparecer.

*Fernando de Azevedo*  
*Cel*

67

MINISTÉRIO DA GUERRA  
I EXÉRCITO  
IPM/709

23864



JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROSO

João Amazonas de Souza Pedroso, com 54 anos de idade, filho de João de Souza Pedroso e Reimunda Leal Pedroso, solteiro, natural de Belém Pará, comerciante, residente na rua Romualdo de Seixas, nº 584, \_\_\_\_\_

Antigo militante do Partido Comunista do Brasil (atualmente Partido Comunista Brasileiro), João Amazonas tornaria-se um de seus mais importantes líderes e figuraria, até o ano de 1960, como a segunda pessoa do PC, quando dele seria afastado por divergência de orientação política e viria a fundar, com outros companheiros dissidentes, uma nova organização marxista que recebeu a denominação de Partido Comunista do Brasil.

O registro de suas atividades de militante marxista / remontam ao ano de 1935. Na famigerada intentona comunista, atuou, em Belém do Pará, como agente de ligação dos insurretos, o que lhe acarretaria a prisão em 1937.

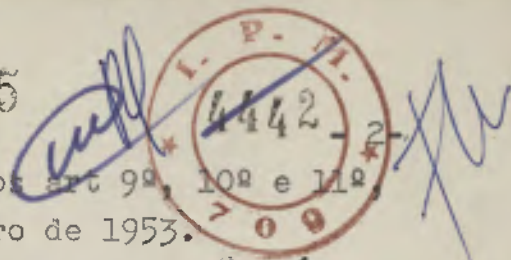
Três anos depois, ainda naquele Estado, voltaria a ser prêso e processado por atividades subversivas, sendo condenado a dois anos de reclusão. Todavia, não cumpriria integralmente essa pena, pois lograria evadir-se da prisão em agosto / de 1941, refugiando-se no Rio de Janeiro, onde passaria a atuar na clandestinidade até a concessão da anistia geral.

Em dezembro de 1945, juntamente com outro companheiro, representou o PCB na Convenção dos Partidos Comunistas da América Latina realizada em Santiago do Chile.

Com a legalização concedida ao Partido Comunista após a 2ª guerra mundial, agora eleito Deputado Federal na Constituinte de 1946.

Com a cassação do registro do Partido Comunista, retornou João Amazonas ao trabalho clandestino e, em 1950, participou, com outros notórios dirigentes comunistas brasileiros, / de atividades subversivas desencadeadas pelo Partido Comunista da Bolívia na cidade de Cochabamba.

Em junho de 1951, teve sua prisão preventiva decretada pelo Juiz da 3ª Vara Criminal do então Distrito Federal e,



em 1954, foi processado como incurso nos arts 9º, 10º e 11º, letra A, da Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953.

Ainda assim, em 1953, viajou para a União Soviética, onde frequentou curso de educação política.

Retornando ao Brasil, passou João Amazonas a atuar no Estado do Rio Grande do Sul, em meados de 1957, após revogada a ordem de prisão preventiva contra êle existente. No ano seguinte, foi eleito membro do Comitê Regional do PCB e designado para compor o secretariado na qualidade de Secretário Político e, já em 1959, galgou a posição de 1º Secretário.

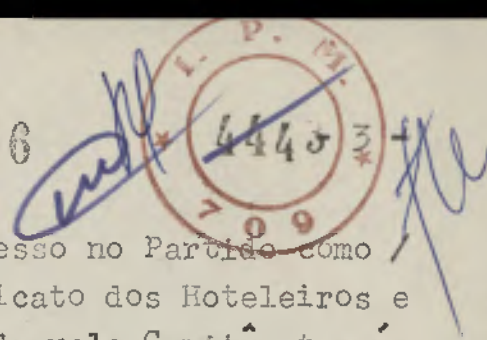
João Amazonas, durante essa longa militança nos quadros do PCB, atuou quase sempre em sua direção nacional, como membro do Comitê Central ou da Comissão Executiva, tendo exercido no Secretariado do Partido as funções de Secretário de Massas e Sindical, a que o habilitara o estudo e a prática dos problemas específicos, possibilitando-lhe a publicação de obras de legislação trabalhista inspiradas na doutrina marxista-leninista. Nestas condições, não poderia ser pequena sua influência sobre as classes trabalhadoras, como bem revelam os registros sobre o papel que desempenhou de coordenador e incitador de greves. A eficiência de sua atuação nesse setor, aliás, fê-lo membro do Comitê Executivo da Federação Sindical Mundial e, no Brasil, fundador do movimento unificador dos Trabalhadores.

A imensa e eficaz fôlha de serviços de João Amazonas no PCB, encerra-se em Setembro de 1960, quando ao ensejo do V Congresso, é afastado dos quadros de direção política então ratificada, passando, a partir de dezembro de 1961, a militar no Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Todos êsses fatos encontram-se, suficientemente, descritos nos prontuários dêste indiciado (DOC nºs 1392 e 2086).  
 Fls 18169 e 1816, vol 77)  
 Caracterizemos a posição de João Amazonas como ex-membro do Partido Comunista Brasileiro, à vista de outros documentos insertos nos autos dêste inquérito.

Assim, no período compreendido entre 1940 e 1942, integra o Comitê Estadual do Pará, segundo depõe Raimundo Serrão de Castro Sobrinho ao referir-se à sua composição naquela época: "...no período de 1940 e 1942, o depoente, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a dois anos de prisão, esteve prêso com outros elementos do PC, como..., João Amazonas..., quando o depoente veio a saber que..., João Amazonas e... pertenciam ao Comitê Estadual...". (DOC nº 1656, fls 2859, vol 12).

Nessa mesma ocasião, João Amazonas já integrava o Comitê Central do PCB, conforme se verifica no depoimento de /



José Ferreira, referindo-se ao seu ingresso no Partido como membro da "Organização de Base" do Sindicato dos Hoteleiros e aos contatos que manteve com elementos daquele Comitê através do então Comitê Metropolitano, a que sua "OB" se ligara diretamente: "...Recorda-se, ainda, o depoente, de ter participado de várias palestras, conferências, etc, promovidas pela direção do Comitê acima referido, em que teve oportunidade de / conhecer alguns dirigentes nacionais do PCB, dentre os quais se recorda de ... João Amazonas..." (DOC nº 2013, fls <sup>3643</sup> 14 ).

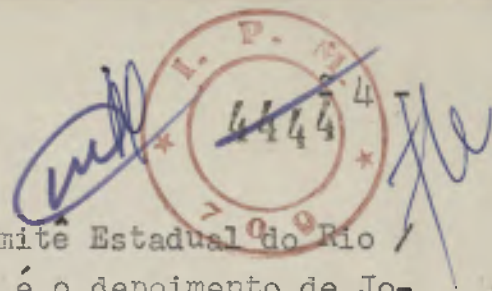
Referindo-se ao seu ingresso, em 1948, no Comitê Estadual do PCB pernambucano, José Lira Alves Sobrinho cita João Amazonas como dirigente nacional desse Partido. Transcrevêmo-lo: "...e, em agosto desse mesmo ano, face a sua responsabilidade de líder com valores do Partido, foi incluído como quadro dirigente do Comitê Estadual de Pernambuco, fato que se / verificou por intermédio de João Amazonas, que na época esteve em Recife, como assistente do Comitê Central do Partido." (DOC nº 1348, fls 13291 , vol 54 ).

Em 1953, João Amazonas esteve na União Soviética, juntamente com outros dirigentes nacionais, onde frequentou curso de educação política. Assim, declara a respeito Lindolpho Hill em seu depoimento: "... que lá (na União Soviética, refere-se anteriormente --é nosso o esclarecimento) permaneceu durante cerca de dezessete meses, como componente da delegação composta das seguintes pessoas: João Amazonas, ..." (DOC nº 15, fls <sup>13565</sup> e nº 1727, fls 13569 vol 55 ). Sobre o mesmo fato, encontramos citação no Doc nº 156, fls 9578 vol 39 .)

De regresso ao Brasil, em 1954, João Amazonas participou do IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, conforme se verifica no depoimento de Oswaldo José Vicente: "... que participaram do mesmo cerca de oitenta quadros dirigentes, / não somente membros do Comitê Central, como representantes / dos Estados da Federação, dentre os quais se recorda de ... / João Amazonas ..." (DOC nº 1723, fls 14208 vol 58 ). Em seguida, Oswaldo José Vicente fala da eleição então processada, quando João Amazonas foi reeleito membro do Comitê Central.

Durante extenso movimento grevista ocorrido em São Paulo, em Outubro de 1957, João Amazonas foi um dos dirigentes nacionais que se deslocaram para a capital paulista a fim de prestar assistência àquêle movimento. (DOC nº 1169, fls 9270 / vol 37 ).

Dois são os registros de que dispomos sobre as ativi-



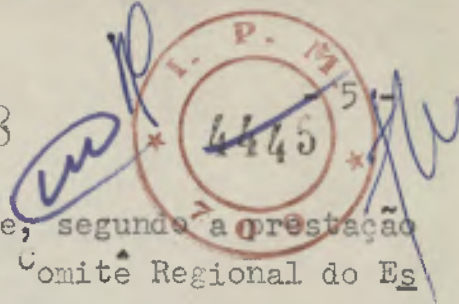
dades dêste indiciado como membro do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul em 1959. O primeiro dêles é o depoimento de José Lucas Alves Filho ao referir-se à assistência que dirigentes estaduais do PCB prestavam às reuniões da "Organização de Base" dos aeroviários" "... por ocasião dessas reuniões, compareciam na qualidade de assistentes, aliás quadros dirigentes do Partido neste estado, João Amazonas, ...". (DOC nº 1710, fls 33/bvol 54); o segundo, é o Doc nº 1391, fls 11032 e, vol 45, que se refere a reuniões de dirigentes estaduais do PCB na sede do jornal "A Tribuna", órgão oficial do Partido no Rio Grande.

O V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado em setembro de 1960, ratificou a diretriz política, anteriormente adotada, a que se convencionou chamar de "linha pacífica". Nessa ocasião, todos os elementos, que vinham discordando dessa orientação, foram afastados dos cargos de direção, tendo sido a partir de agosto de 1961, gradativamente, expulsos do Partido.

Esta fase crítica por que passou o Partido Comunista Brasileiro, encontra-se, abundantemente, mencionada nos autos dêste IPM, através de inúmeros depoimentos. Todos êles, entretanto, elidem o primeiro ato (a exclusão dos quadros de direção dos elementos dissidentes), referindo-se apenas à expulsão como ocorrida no ano de 1960.

João Amazonas, um dos mais preeminentes dissidentes, foi, assim, ao ensejo do V Congresso, afastado dos quadros de direção e, em Dezembro de 1961, teve consubstanciada sua expulsão do PCB, conforme tornou público o jornal "Novos Rumos", em seu número 151, relativo ao período 29 de Dezembro de 1961 a 4 de janeiro de 1962.

Passemos à comprovação dêsses fatos. Assim, no documento intitulado "Inteivenção Especial sôbre a Unidade do Partido, as Divergências, a Luta Ideológica e o Auto-Partido", fruto da VII Conferência do PCB do Rio Grande do Sul, efetuada em Maio de 1962, lê-se: "... Nos primeiros tempos, o caminho traçado pelo V Congresso do PCB teve que ser aplicado num ambiente de resistência por aquêles que se opunham às novas concepções e se apegavam aos velhos métodos e às velhas concepções. Contra o nôvo caminho se aferraram alguns que foram da simples resistência até se constituírem no grupo anti-partido como João Amazonas, ... e outros. (DOC nº 1735, fls 9094 vol 36); e do depoimento de Oswaldo José Vicente extrai-se o seguinte trecho: "... Quanto ao V Congresso, realizado no segundo semes-



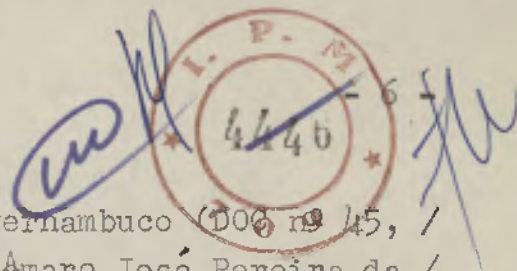
tre de 1960, ... esclarece o depoente que, segundo a prestação de contas dos delegados participantes do Comitê Regional do Estado do Rio, após os debates de praxe, foi ratificada a linha política pacífica, aprovação de teses, bem como informes e documentos outros apresentados naquele conclave, sendo que nessa ocasião foram expulsos do Comitê Central do PCB ... e João Amazonas ..." (DOC nº 1723, fls/4219 vol 58 ). Corroboram esta declaração: Aníbal Fernandes Bonavides (DOC nº 1215, fls/5600 vol 64 ), Pedro Tôrres (DOC nº 1721, fls/4458 vol 59 ), / Herval Arueira (DOC nº 2014, fls/3546 vol 14 ), Armando Maia (DOC nº 2021, fls/11621 vol 47 ), Jacyr da Silva Barbeta (DOC nº 2034, fls/12915 vol 52 ) e Walter Gonçalves (DOC nº 2035, / fls/15097 vol 62 ).

Após sua expulsão do PCB, João Amazonas, juntamente / com outros dissidentes, fundou o Partido Comunista do Brasil.

Reportemo-nos à VII Conferência do PCB do Rio Grande do Sul, em cujos quadros este indiciado militou até setembro de 1960, na qualidade de 1º Secretário. No documento intitulado "Contribuição para os debates preparatórios da VII Conferência Estadual," lê-se: "... Ideologicamente, a atividade do Partido nestes vinte meses tem sido relativamente produtiva, particularmente do ponto de vista da luta interna. Já é sabido e conhecido de todos que aproveitando-se dos erros, debilidades, falhas e tendências direitistas existentes em nossas / fileiras, um grupo de companheiros que, a princípio estavam ajudando o Partido com suas divergências no terreno sadio e indispensável da luta de opiniões, começaram a passar do âmbito da luta de princípios, deslocando-se abertamente para um trabalho desagregador e anti-partidário, constituindo-se num grupo fracionista organizado, que serve de fato aos inimigos do comunismo e da emancipação econômica do Brasil. Dêsse grupo, que no Rio Grande do Sul não tem expressão, destacam-se entre outros João Amazonas (já expulso) e ..." (DOC nº 1433, fls/9053 vol 36 ).

O movimento dissidente do PCB, que se estendeu a quase todos os Estados da Federação, sob a direção de João Amazonas, ligou-se às organizações mais extremadas do comunismo no Brasil, desenvolvendo atividades subversivas mais nefastas à ordem legal vigente que os próprios comunistas ortodoxos. / Dêsse modo, vemo-lo no Nordeste ligar-se às Ligas Camponesas de Francisco Julião e ao Partido Operário e Revolucionário / Trotskista, conforme se verifica no depoimento de Martinho X

23809



Leal Campos, membro d'êste Partido em Pernambuco (DOC nº 45, / fls 13835 vol 55 ). A auto-crítica de Amaro José Pereira da / Silva, membro do Partido Comunista do Brasil em Pernambuco, / datada em 11 de Agosto de 1965 e apreendida pelo DOPS d'êsse Estado, fala-nos, também, da ação de João Amazonas no Nordes- te (DOC nº 1695, fls 11411 vol 46 ). Ainda sôbre o caráter / revolucionário que João Amazonas e seu grupo imprimiu ao PC / do B é interessante o estudo do Doc nº <sup>7010352</sup> 870, vol 41, que / analisa a situação do comunismo em geral, no Brasil, durante o mês de Abril de 1963.

Nos moldes do PCB, o Partido Comunista do Brasil, rea- lizou em Maio de 1965, em São Paulo, uma reunião do Comitê / Central, que contou com a presença de João Amazonas e que / teve por objetivo reestruturar sua composição. (DOC nº 1606, fls 10819 vol 43 ).

Intimado a depor por edital publicado no D.O. de 28 / de Set de 65, não compareceu.

*Fernando de Castro*  
*cel*

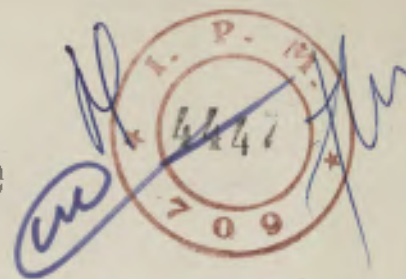
68

MINISTÉRIO DA GUERRA

I. EXÉRCITO

IPM/709

23870



JOÃO BATISTA VASCONCELOS TÔRRES

Qualificação:- Filho de ROSALVO MARTINS TÔRRES e / ZÉLIA DE VASCONCELOS ROSA TÔRRES, idade ignorada, / Estado Civil - ignorado, Naturalidade - ignorada, / Profissão - Advogado - Senador e Residente à Rua Pe reira Nunes nº 140 (Tel:-46-47)-, Niterói - RJ.

Acusa-se neste IPM o indiciado JOÃO BATISTA VASCONCELOS TÔRRES/ de ter, na qualidade de deputado federal e senador da República, se associado ao Partido Comunista, inclusive em manifestações ostensi- vas, prestigiando a organização ilegal e clandestina, proporcionan- do-lhe cobertura e assegurando-lhe condições para sua expansão.

Essas atividades, evidentemente relacionadas com manobras polí- ticas de finalidades eleitoreiras, revelam que o indiciado, insensí- aos altos interêsses da preservação da ordem política e social vi- gente, não hesitava em promover manifestações demagógicas, condena- das pela interdição que a Lei impõe ao funcionamento de Partidos // dissolvidos ou extintos, como é o caso do PCB.

Vários documentos demonstram que o indiciado mantinha relações com comunistas notórios no Estado do Rio.

Assim no Doc 543 seu nome consta entre as pessoas que manti-// nham ligações com os comunistas MAELSON CORREA GUIMARÃES, JOSÉ MA-// RIA DE NORONHA e MARCILIO COSTA, conforme telegramas do indiciado / encontrados no Sindicato de Operários Navais de Angra dos Reis(Doc. 543, fls nº 8451 Vol. nº 33).

Em seu prontuário no DOPS do Estado do Rio de Janeiro consta // que VASCONCELOS TÔRRES era contribuinte do Partido Comunista. (Doc. 255, Fls. 18197, Vol. nº 77).

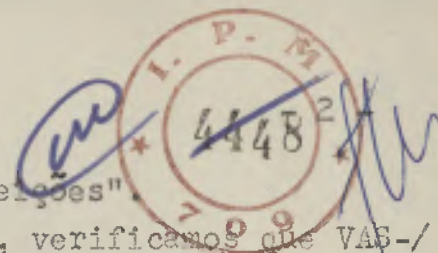
E as suas relações com o PC foram manifestas, claras, ostensivas.

O jornal comunista NOVOS RUMOS, em seu número 163 de 30 de mar- ço a 5 de abril de 1962, estampa a figura do indiciado discursando na comemoração do 40º aniversário do PCB, no Estádio Caio Martins. Lê-se abaixo da fotografia o seguinte:

"LEGALIDADE

O deputado Vasconcelos Tôrres classifica de crime ig- norar o PCB. Classificou de hipócritas os que atacam o Partido e procuram os comunistas às vésperas das / eleições. Foi um dos oradores mais aplaudidos".

Dessas palavras se deduz que o indiciado, não se julgando "cri- minoso, nem hipócrita", é dos que não "ignoram o PCB" e "não o ata-



ca, nem o procura somente às vésperas das eleições".

No amplo noticiário dessa festa vermelha, verificamos que VASCONCELOS TÔRRES fez parte da mesa ao lado de LUIZ CARLOS PRESTES, / RUBEM VANDERLEI, ABEL CHERMONT, ALVARO VENTURA, IVAN RAMOS RIBEIRO, PEDRO MOTTA LIMA, ROBERTO MORENA, AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA, MÁRIO ALVES, HÉRCULES CORREIA e outros numerosos comunistas notórios, indiciados neste IPM.

Sobre o seu discurso, declara o jornal referido:

"Ocupou a Tribuna, depois, o deputado federal VASCONCELOS TÔRRES, que iniciou declarando que fala êle e os comunistas, uma linguagem comum. Elogiando a atuação do Partido, afirma que "não é possível, hoje, esquecer-se a história do Brasil ignorando a figura de Luiz Carlos Prestes, grande comandante que nunca desertou".

Criticou acerbamente os políticos que combatem o Partido e que "hipòcritamente, às vésperas das eleições, procuram o apoio dos comunistas".

#### LEGENDA COM 40 ANOS

Acrescentou o deputado Vasconcelos Tôrres que "o PCB é a única legenda, no Brasil que tem 40 anos de vida ininterrupta". E afirmou que nem todos os parlamentares poderiam comparecer àquela festa, a não ser os que como êle, e os deputados Saturnino Braga e Tenório Cavalcanti, haviam votado contra o parlamentarismo, pela restrição à remessa de lucros e lutavam pela reforma agrária.

Sobre a legalidade, disse que ela está hoje em // nossos corações, já está nas ruas e que nada pode ser feito atualmente contra os interesses do proletariado.

Terminou afirmando que "ignorar o PCB, hoje é um crime contra a democracia brasileira".

Essas palavras, muitas delas transcritas pelo indiciado, e já/mais desmentidas pelo indiciado, demonstram que se trata de um cripto-comunista, aliado ao Partido e que, no entanto, até hoje ocupa uma cadeira no Senado brasileiro. É possível conceber-se que, após a Revolução democrática que procurou varrer das posições-chaves comunistas e seus aliados, possa ainda permanecer nessa eminente posição, decidindo os destinos de nosso regime, um homem que considerava um crime a obediência à Lei de Segurança, atacando frontalmente as instituições legais, em manifestações públicas?

Êste não é porém um episódio isolado na biografia de VASCONCELOS TÔRRES.

Em setembro de 1961, o indiciado compareceu a II Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio, em Niterói,

conclave inspirado e controlado por comunistas.

Em fevereiro de 1962, segundo consta de informes existentes no antigo SFICI e no CENIMAR, o indiciado fêz um discurso demagógico / em Assembléia no Centro de Armamento da Marinha onde declarou:

"Sou de esquerda sim, principalmente porque o Brasil está dividido em esquerda e direita, e a direita é representada por Lacerda"... "Convido os senhores para ajudarem a fazer pressão sôbre o Congresso"... "Eles precisam lembrar que os operários estão politizados e saberão reagir contra êsse bando de gorilas fardados"... "Tenho vários amigos militares e tenho também a // condecoração de mérito que não trago no peito porque quero que meu filho sinta orgulho de a possuir, lembrando que seu pai lutou pelos direitos dos operários, mas se eu vier a saber que as autoridades militares / estão trabalhando contra os direitos dos operários // tratarei de devolver a medalha..."

Por essas palavras podemos avaliar perfeitamente a personalidade do indiciado. De seu prontuário constam outras manifestações demagógicas nitidamente esquerdistas, em assembléias promovidas por / sindicatos comunizados, como, por exemplo, a realizada em Volta Redonda e citada no Doc nº 585 (fls nº 18211, Vol. nº 77).

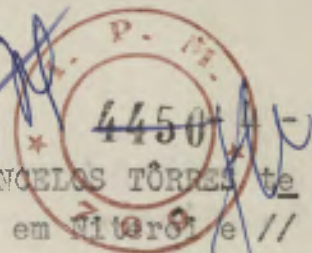
A sua pregação pela legalidade do PCB é também registrada no // Doc nº 557 (fls nº 8453, Vol nº 33), onde o indiciado é citado como tendo assinado um manifesto a êsse respeito.

Na Campanha de "Solidariedade a Cuba" as atividades de Vasconcelos Tôrres foram intensas. Tendo participado da Presidência da Comissão Fluminense de Solidariedade a Cuba (Doc nº 558, fls nº 8454, Vol nº 33), compareceu a ato público, realizado no Teatro Municipal de Niterói, em comemoração ao 3º Aniversário da Revolução Cubana. (Doc nº 535, fls nº 8448, vol nº 33).

De seu prontuário no SNI (Doc nº 255, fls nº 18197, vol. nº 77) constam numerosas atividades nêsse assunto como a subscrição de manifestos, envio de telegramas de protestos, comparecimento a conferências, participação de comissões, assinatura de mensagens, e outras.

Em seu prontuário no DOPS/RJ, consta que foi o Vice-Presidente da Comissão Nacional de Solidariedade a Cuba, que em 17-6-63 compareceu e discursou na exposição sôbre Cuba realizada na Lira de Apolo, que compareceu à exibição de filmes sôbre Cuba na casa de Jacy P. Lima e que seu nome consta em documento apreendido no Sindicato dos Operários Navais, sôbre a Presidência do Encontro de Solidariedade a Cuba.

Em outro registro no prontuário do SNI verificamos que o indiciado participou da Delegação Brasileira à Conferência Mundial da Paz, em Helsinski. (Doc nº 255, fls nº 18204, vol. nº 77).



Vemos também, nesse mesmo documento, que VASCONCELOS TÔRRES teve parte ativa na greve do pessoal dos transportes em diaristas e // S. Gonçalo, deflagrada no dia 1º de junho de 1961.

Sôbre a ação do indiciado em greves operárias, existem também as anotações (provavelmente de Prestes), constantes do Doc nº 695 (fls nº 6345, Vol. nº 24), sôbre a 2ª Resolução do Comitê Central do PCB, dos quais constam:

"Mocanguê - Não representa força para obrigar o / govêrno a considerá-lo. Porisso a greve passou os // seus primeiros dias sem o govêrno dar bola. Fechou / as portas, e só conseguimos abrí-las através de Vas- concelos Tôrres".

Não há dúvida de que o PCB recompensou o indiciado apoiando-o em tôdas as eleições.

No depoimento de Oswaldo José Vicente neste IPM (Doc nº 1723, fls nº 14209, vol nº 55), o referido comunista declara que o / indiciado concorreu às eleições com o apoio do PCB.

Nas Cadernetas de Prestes constam em alguns locais o nome do / indiciado como candidato do PCB a Senador. Veja-se por exemplo a / Caderneta nº 16, <sup>(vê 137)</sup> folhas 39, na qual lemos:

"Eleições - Est. Rio - Senadores  
- Aarão Steinbruch  
- Sen. Vasconcelos Tôrres.

As considerações precedentes deixam bem clara a definição de / VASCONCELOS TÔRRES como um permanente aliado do Partido Comunista. Não se trata evidentemente de uma platônica e inofensiva sociedade. É antes, porém, uma constante troca de benefícios e vantagens, de manifestações inequívocas de mútuos auxílios.

Enquadra-se dest'arte o indiciado nos Art 9º e 10º da Lei nº 1802/53 cuja adequabilidade já manifestamos em várias incrimina-// ções análogas, ainda com o agravamento expresso no parágrafo único do Art 34, da referida Lei.

O encerramento do IPM no cumprimento de ordens superiores não permitiu que fôsses adotadas providências para a obtenção do depoi- mento dêste indiciado.

Fernando de Carvalho  
al

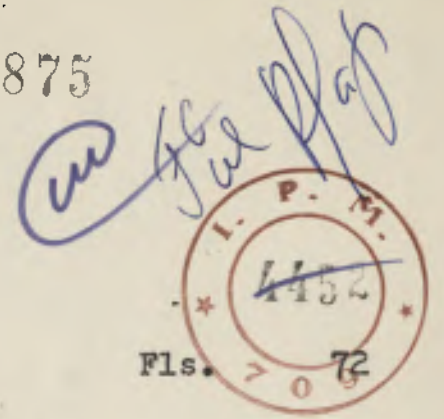
MINISTÉRIO DA GUERRAI EXÉRCITOIPM/709

Indiciado: JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART (JANGO)

ÍNDICE REMISSIVO

A - INCRIMINAÇÃO GERAL	-	fls.	
B - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SÔBRE AS LIGAÇÕES ENTRE O INDICIADO JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART e o PARTI DO COMUNISTA BRASILEIRO	-	fls.	1
I - Fatos típicos da atividade sub versiva do indiciado	-	"	2
a) - Atividades para implanta- ção da República Sindica- lista	-	"	16
b) - Complô em 1960 para impe- dir as eleições e insta - lar uma ditadura	-	"	17
c) - Complô para instalação de um Governo Socialista em 1964	-	"	22
d) - Conspiração para uma con- tra-revolução	-	"	30
II - Aspectos da situação nacional no Governo GOULART	-	"	32
1. As manifestações do PCB	-	"	32
2. A infiltração comunista nos principais setores da vida/ nacional no Governo GOULART	-	"	71

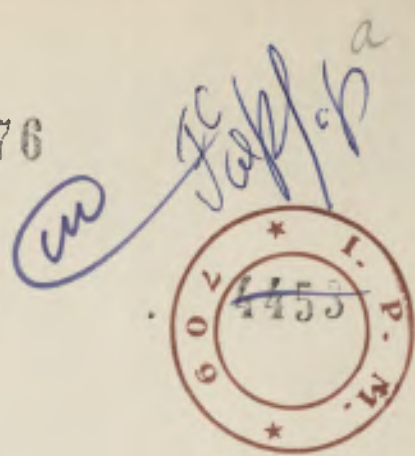
TESTEMUNHOS DA INFILTRAÇÃO  
COMUNISTA EM TODOS OS SETO  
RES DA VIDA NACIONAL ( Doc.  
II Exército).



3 - Testemunhos contemporâneos da ação subversiva de JOÃO GOULART	-	"	114
NOTA DO CHEFE DO ESTADO - MAIOR DO EXÉRCITO	-	"	128
RECOMENDAÇÃO DO CHEFE DO / DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E OBRAS DO EXÉRCITO	-	"	130
DOCUMENTO ENVIADO PELO CHE FE DO EMFA AO PRESIDENTE / DA REPÚBLICA	-	"	132
C - CONSIDERAÇÕES FINAIS	-	"	139

MINISTÉRIO DA GUERRA  
I EXÉRCITO  
IPM/709

23876



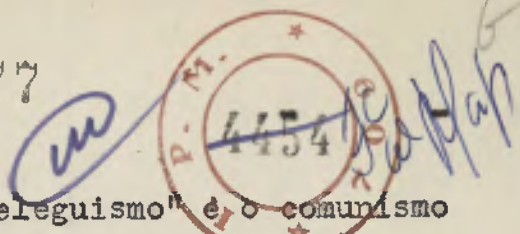
JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART (JANGO)

QUALIFICAÇÃO - Filho de VICENTE GOULART e VICENTINA MARQUES GOULART, 47 anos de idade, casado, natural do RIO GRANDE DO SUL.

A - INCRIMINAÇÃO GERAL

Este indiciado que exerceu os cargos de Ministro do Trabalho, Vice-Presidente e Presidente da República é acusado de ter, por ações e omissões, proporcionado conscientemente incentivos excepcionais para a expansão e recrudescimento da agitação comunista no País, prestigiando os líderes desse movimento, facilitando suas atividades, incrementando a corrupção, engendrando a indisciplina e a subversão nas Forças Armadas, propiciando a corrosão das bases morais e materiais das instituições, estabelecendo o caos político, social e econômico e dessa forma conduzindo a Nação no caminho tortuoso da desordem e da inquietação / que só a poderia levar a um sangrenta guerra civil, insuflada pelos agentes da Guerra Revolucionária comunista internacional.

As ações nefastas que exerceu em sua trajetória, desde a sua repentina ascensão de indigitado sucessor político de Vargas, revelaram-se inicialmente no meio sindical / como o tipo característico do "peleguismo" profissional // que durante muitos anos colocou o operariado brasileiro // sob a influência de ambiciosos sem escrúpulos, exploradores das justas e injustas reivindicações da massa desprevenida. Nessas atividades o indiciado colocava-se ao lado do Partido Comunista, ora como franco aliado e acordante em conlúios de interesses, ora como "companheiro de viagem" numa verdadeira coexistência pacífica.



No terreno da subversão, o "peleguismo" e o comunismo davam-se as mãos, trocavam favores, respeitavam-se mutuamente na execução do mesmo crime contra o povo.

Nessa posição, JOÃO GOULART estimulou o movimento grevista e a formação dos organismos ilegais de centralização sindical para pressão política, como o FUA e o CGT, associando-se ao Partido Comunista, numa simbiose utilitarista / que o PCB admitia como a etapa necessária em sua marcha para o poder.

A expressão dessa sociedade de mútuo favorecimento pode-se encontrar em sua manifestação em agosto de 1960 pela legalidade do Partido Comunista, conforme se pode ler no jornal NOVOS RUMOS nº 181, 3/9 Agô 1962 (página 8).

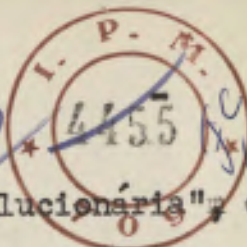
Ao assumir a Presidência da República, em dramáticas/circunstâncias, nem lhe serviu de aviso a firme e equilibrada oposição que lhe fizeram à posse os chefes militares mais responsáveis. Aceitou o cerco formado por um grupo de esquerdistas e, julgando-se sob a cobertura de um apregoado dispositivo militar sem a menor profundidade, procurou expandir a sua atuação corruptora e subversiva, ampliando/progressivamente as dimensões da crise nacional e fazendo/das reformas de base o motivo constante de desordens e de agitação, com o qual procuraria justificar o golpe-de-estado que pemitou e por pouco deixou de executar.

Como aliado e cúmplice do PCB, está enquadrado nos // termos da Lei de Segurança Nacional, ferindo, sob o aspecto da co-autoria, o inciso III do Art. 2º que assim se exprime:

"Tentar ... mudar a ordem política e social / estabelecida na Constituição mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional".

Para ilustrar essa acusação, não podemos deixar de // transcrever, a essa altura, o libelo que apresentou o deputado BILAC PINTO, em entrevista publicada no dia 22 de janeiro de 1964, nos jornais: "O Estado de São Paulo", "Jornal do Brasil", "Diário de Notícias", "Correio da Manhã" e "Correio Brasiliense". Disse o então Presidente da UDN:

"Interpelado pela imprensa sobre as declarações do Sr. João Goulart, em Brasília, nas quais reclamou a comprovação de sua participação no argumento de sindicatos e de grupos que estão sen-



do organizados para a "guerra revolucionária", o Presidente da UDN deu esta entrevista:

A resposta à interpelação do Sr. João Goulart / exige uma introdução de caráter histórico acêrca dos golpes-de-Estado por êle tentados, desde que assumiu o Governo; da firme posição legalista das Fôrças Armadas em todos êsses episódios e da paralela preparação da "guerra revolucionária", que se vem fazendo / com a colaboração - por ação e por omissão - do Sr. João Goulart.

O Sr. João Goulart, durante o sistema parlamentarista, tentou, por duas vêzes, - a primeira em julho de 1962, e a segunda em setembro do mesmo ano, - desfechar o golpe-de-Estado, mediante o fechamento / do Congresso Nacional.

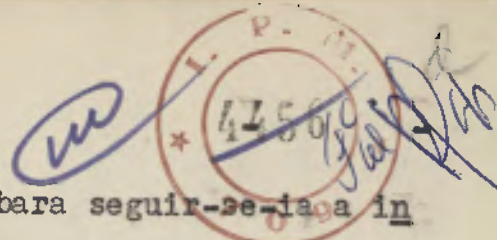
Ambas as tentativas falharam por falta de apoio militar.

Percebendo mais tarde o Sr. João Goulart que o plano golpista que consistia no fechamento do Congresso Nacional poderia malograr-se, porque, reagindo contra o ato material de ocupação do Palácio do Congresso em Brasília, êste poderia reunir-se no Rio ou em São Paulo, cujos governos lhe dariam garantias, S. Exa. passou a considerar que o golpe-de-Estado sômente poderia ser dado com êxito se fôsem feitas, / prèviamente, intervenções na Guanabara e em São Paulo.

O anúncio da intervenção em São Paulo foi profêrido pelo Sr. Bocaiúva Cunha, então líder do P.T.B., da tribuna da Câmara dos Deputados, logo depois de ter o Sr. Ademar de Barros articulado o "Manifesto / dos Governadores", em favor da defesa do Congresso e das instituições.

Na execução dêsse plano, o Sr. João Goulart tentou intervir na Guanabara, mediante provocação de // uma ação de rua que seria desfechada contra a sede / do Governo, partindo de comício que seria realizado no Largo do Machado.

Essa tentativa, que contava com a cobertura do então Ministro da Guerra, não pôde ter prosseguimento em sua execução, porque o General Osvino, então / no Comando do I Exército e que não havia sido consultado sôbre a operação, a ela se opôs. Na época, essa atitude foi explicada como de defesa das esquerdas ,



porque à intervenção na Guanabara seguir-se-ia a intervenção em Pernambuco.

A segunda tentativa de intervenção na Guanabara ocorreu na madrugada do dia 4 de outubro de 1963 e coincidiu com a remessa ao Congresso Nacional da Mensagem Presidencial solicitando a decretação do / estado de sítio.

O malôgro dessa intervenção se deveu à firmeza da posição legalista dos Tenentes-Coronéis Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior e José Aragão Cavalcanti, Comandantes do 1º Grupo de Obuses e do Regimento de Pára-quedistas Santos Dumont, os quais se recusaram a cumprir a ordem ilegal do General Pinheiro no sentido de organizarem expedição destinada a prender o Governador Carlos Lacerda.

Em face dos embaraços opostos poraquêles oficiais superiores, a operação foi retardada e quando o grupo chegou ao local, onde deveria efetuar a detenção do Governador, êste alí já não se encontrava.

Em todos êsses episódios o Sr. João Goulart, / embora contasse com o apoio de seus Ministros da // Guerra, não conseguiu levar a têrmo seus objetivos golpistas, em vista da firme posição tomada pela // maioria dos oficiais das três armas - e sobretudo / do Exército - que, em razão de sua formação democrática e legalista, não se conformaram em participar / da implantação da ditadura em nosso País.

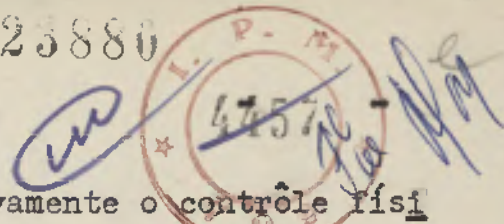
Mais recentemente, o Sr. Ildo Meneghetti, Governador do Rio Grande do Sul, denunciou nôvo movimento sedicioso que está sendo organizado no sul do País.

Diante do insucesso dêsses movimentos golpistas, - todos êles baseados exclusivamente na ação / das Fôrças Armadas, - o Sr. João Goulart percebeu / que com elas não poderá contar para a realização de seus desígnios de suprimir as instituições democráticas.

Resolveu, por isso, preparar nova tentativa // golpista em que possa prescindir do concurso das // Fôrças Armadas.

O único meio que encontrou foi o da "guerra revolucionária".

Êsse tipo de guerra foi criado pelos teóricos marxistas-leninistas e tem sido adotado por movimentos revolucionários diversos, para a conquista do



poder, assegurando progressivamente o controle físico e psicológico das populações com o emprego de técnicas particulares, apoiando-se numa ideologia e desenvolvendo-se em fases sucessivas e bem caracterizadas.

Acontece, porém, que os comunistas já vinham / preparando, desde o início do Governo Goulart, a "guerra revolucionária", tendo para êsse efeito contado sempre com a colaboração - por ação ou omissão - do Sr. Presidente da República.

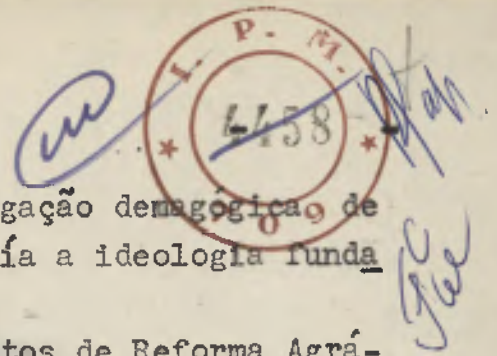
Ajuda importante prestou o Sr. Presidente João Goulart à "guerra revolucionária" quando, cedendo à pressão dos comunistas, repudiou o seu Plano Trienal.

Na sua Mensagem ao Congresso Nacional, em março de 1963, dizia o Sr. João Goulart:

"O desenvolvimento econômico e social requerido pelo povo brasileiro implica, basicamente, em que o Governo discipline sua ação. O planejamento, como instrumento do Governo, responde a êsse requisito. Por intermédio do planejamento, pode-se aumentar a eficiência na utilização dos recursos nacionais. O planejamento adequado evita o desperdício de esforços // com falsos objetivos, ou com a eleição de objetivos contraditórios dentro da própria administração. O planejamento constitui-se, êle próprio, em uma reforma de base, não obstante ser êle instrumental. Os objetivos políticos e sociais da Nação é que ditam o conteúdo do planejamento.

Determinei, por isso, como condição preliminar de minha Administração, a elaboração de um plano para servir de instrumento básico ao meu Governo. O "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social", - ao mesmo tempo em // que é objeto do mais amplo debate democrático / das diversas correntes de opinião do país, - / entrou em execução vigorosa logo após o referendun popular de 6 de janeiro, que determinou a restauração do regime presidencialista."

Abandonando o Plano Trienal, o Sr. João Goulart submeteu-se à liderança dos comunistas e do Sr.



Leonel Brizola, passando à pregação demagógica de reformas de base, que constituía a ideologia fundamental da guerra psicológica.

Um cotejo entre os conceitos de Reforma Agrária que constam do Plano Trienal e do Plano da Sudene e o que agora adota o Sr. João Goulart, nos / seus discursos demagógicos, revela que S. Exa. passou a ser instrumento dos comunistas, visto que aderiu à pregação por êstes sustentadas.

Convém esclarecer que alguns autores militares, analisando a "guerra revolucionária", afirmam que ela se desenvolve geralmente em cinco fases.

As duas primeiras são de "gestação", nelas // predominando a guerra psicológica, a preparação e a criação de um ambiente pré-revolucionário.

A terceira fase é a da subversão da ordem, a quarta a da subversão franca e a quinta e última / de conquista do poder.

Estas três fases finais normalmente se apresentam com ímpeto acelerado e irresistível.

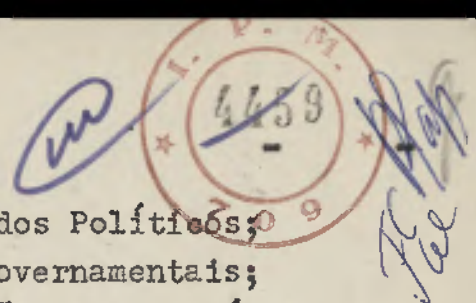
Estudos realizados na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Estado-Maior, por oficiais superiores das nossas Forças Armadas, chegaram à conclusão de que, no Brasil, a "guerra revolucionária" está na terceira fase.

Essa fase é precisamente aquela em que se opera a "obtenção de armas".

Relacionando a conclusão daqueles estudos com informações de que armas foram recentemente distribuídas a sindicatos rurais e da orla marítima; de que há vários núcleos já armados em diversos pontos do território nacional e de que armamentos têm sido apreendidos em diferentes Estados, deliberei, depois de avaliar a gravidade desses fatos, denunciá-los, a fim de alertar a Nação e estimular os civis a se organizarem para a defesa do regime.

A terceira fase da "guerra revolucionária" está adiantada, porque várias das etapas que a caracterizam já foram realizadas, tais como:

- a) ampla infiltração comunista no Governo, em todos os escalões;
- b) infiltração nas Forças Armadas;
- c) promoção de greves com motivação política/ostensiva;



- d) infiltração nos Partidos Políticos;
- e) controle de setores governamentais;
- f) controle de organizações estudantis e trabalhistas.

Constitui ainda um dos elementos caracterizadores dessa fase a organização e o treinamento de guerrilheiros.

Importante documento, que acaba de ser divulgado por Dom Jaime de Barros Câmara e que chegou às / suas mãos por intermédio de fonte oficial, vem confirmar as conclusões a que chegaram os oficiais das Forças Armadas.

Trata-se de circular dirigida aos sindicatos, na qual a "Revolução Popular Brasileira" comunica a organização de um grupo de guerrilhas.

Circula nos meios políticos a informação de / que o plano de desapropriação da SUPRA, abrangendo grande área do território nacional, é medida destinada a estimular a invasão das terras declaradas de interesse social, para fins de desapropriação, por grupos armados, como meio de treinamento de guerrilheiros.

A notícia hoje divulgada de que o Governo pretende entregar a execução das desapropriações da SUPRA às Forças Armadas, se procedente, será mais uma prova de que ele deseja incompatibilizá-las com o povo, no exercício de missão estranha aos seus deveres.

Tendo em vista todos esses fatos, vou passar a analisar a responsabilidade do Sr. João Goulart, - tanto nos golpes-de-Estado, quanto na "guerra revolucionária" em curso.

Para isso, quero recordar previamente o conceito jurídico de prova indiciária e de co-autoria:

a) os indícios, como prova circunstancial ou indireta, desde que reconhecidos, valem tanto quanto a prova direta, porque são processos lógicos de raciocínio que conduzem à única solução possível, demonstrativa da verdade por / eles indicada (Código de Processo Penal, art. 239).

b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime, é por ele responsável como co-autor. (Código Penal, art. 25):.

## GOLPES-DE-ESTADO

Os golpes-de-Estado, tentados pelo Sr. João / Goulart, têm sido reiteradamente denunciados à Nação e a única defesa que S. Exa. até hoje apresentou foi a declaração que fez à imprensa de que muitas vezes o golpe lhe foi proposto, no próprio Palácio do Governo, mas que rejeitou tais ofertas.

Essa defesa comprometeu irremediavelmente o Sr. João Goulart, porque:

- a) evidenciou que os golpistas são homens de sua intimidade;
- b) que S. Exa. não tomou as providências que se impunham de mandar prender e processar os golpistas.

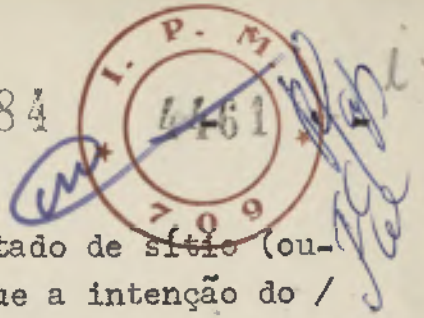
Enquanto S. Exa. não cumprir o seu dever de / denunciar os militares e civis que desrespeitaram sua autoridade de Chefe de Estado, levando-lhe planos de golpes, temos de admitir que essas conversas eram feitas por áulicos que procuravam agradar o Presidente, oferecendo-lhe sugestões para a realização de sua aspiração caudilhesca.

Prova indiciária de sua responsabilidade na tentativa de prisão do Governador Carlos Lacerda, na manhã do dia 4 de outubro de 1963, é a circunstância de ter S. Exa. se empenhado junto ao P.S.D. e ao P.T.B. para que seus representantes na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar / êsse fato, impedissem o seu funcionamento.

Por que o temor do Sr. João Goulart de que deposham nessa C.P.I. os oficiais do Grupo de Defesa Aeroterrestre e os de sua Casa Militar?

As informações que tenho são no sentido de // que tanto o Sr. Presidente da República como o Sr. Ministro da Guerra estão seriamente comprometidos naquela ação criminoso.

A única maneira pela qual S. Exa. poderá afastar de si e de seu Ministro da Guerra a responsabilidade pelo atentado contra a pessoa e a vida do Governador Carlos Lacerda será através do funcionamento normal da C.P.I., que apurará, de maneira definitiva, quais as autoridades superiores que deram ordem ao General Pinheiro para a sinistra dili



gência.

No episódio da farsa do estado de sítio (outubro de 1963), ficou patente que a intenção do / Governo era valer-se da medida extrema para desfazer o golpe-de-Estado.

Somente recuou de seu intento quando percebeu que a maioria do Congresso recusaria o pedido de estado de sítio.

Outra prova indiciária do comprometimento do Sr. João Goulart nas atividades sediciosas em preparação está no fato de que S. Exa. até agora não determinou abertura de Inquérito Policial-Militar para apurar a grave denúncia feita pelo Senhor Governador Ildo Meneghetti.

#### "GUERRA REVOLUCIONÁRIA"

As provas indiciárias de sua co-autoria na / preparação da "guerra revolucionária" são numerosas, a saber:

1) vem permitindo que o Sr. Deputado Leonel Brizola, com violação do Código de Telecomunicações e da Lei de Segurança do Estado, realize, por meio do serviço público de radiodifusão, a pregação ideológica da "guerra / revolucionária" e a organização de guerrilheiros (grupos de 11);

2) tem permitido, - apesar de reiteradas advertências que lhe têm sido feitas, - ampla infiltração de comunistas em todos os escalões do Governo;

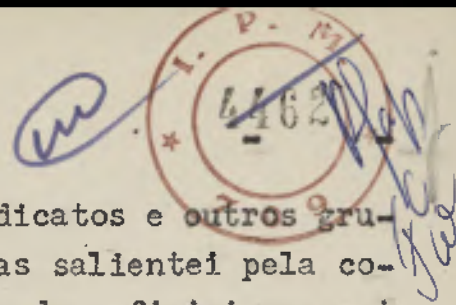
3) estimula e prestigia a influência comunista na Petrobrás;

4) permitiu a criação de órgãos sindicais ilegais como o C.G.T. e P.U.A., controlados por comunistas, aos quais dispensa o apoio do Governo;

5) prestigia e estimula as "greves políticas";

6) tem concorrido para solapar a disciplina no seio das Forças Armadas.

Na "guerra revolucionária" em curso, a ques-



tão da entrega de armas a sindicatos e outros grupos constitui detalhe que apenas salientei pela coincidência entre as conclusões dos oficiais superiores das Forças Armadas e as informações que colhi a respeito.

Desejaria o Sr. João Goulart que eu apresetasse prova de sua responsabilidade nêsse pormenor.

As que lhe trago são muito mais importantes, porque se referem a todo o processo da "guerra revolucionária" para a qual S. Exa. tem contribuído/ de modo decisivo.

Todos os que conhecem a doutrina da "guerra / revolucionária" - e sobretudo os militares - poderão avaliar a importância do concurso que lhe vem prestando o Sr. João Goulart comparando as provas/ acima apontadas com os elementos integrantes de cada uma de suas fases.

As atividades preparatórias da "guerra revolucionária" constituem ilícito penal que incide nas sanções de dispositivo da Lei de Segurança do Estado, e a inestimável contribuição que a elas tem sido dada pelo Sr. João Goulart coloca-o na posição/ de co-autor da infração penal.

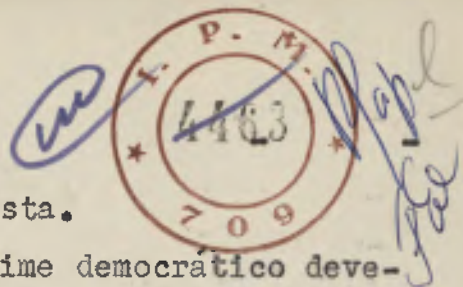
Pela nossa legislação criminal, não há diferença entre participação principal e acessória, entre auxílio necessário e secundário.

"Quem emprega qualquer atividade para a realização do evento criminoso é considerado responsável pela totalidade dêle, no pressuposto de que // também as outras forças concorrentes entraram no âmbito da sua consciência e vontade". A cada um // dos participantes, qualquer que seja o grau de sua participação, deve ser atribuída, solidariamente, a responsabilidade pelo todo.

Ao trazer êsses fatos ao conhecimento da Nação, o que quero é alertá-la para que se coloque / em posição de resistência.

Vários países souberam enfrentar a "guerra revolucionária" e conduzi-la ao insucesso, como o // Irã (1945/1946), as Filipinas (1946/1953) e a Grécia (1946/1949).

As nossas instituições democráticas que têm / dado provas excepcionais de vitalidade, resistindo às reiteradas tentativas golpistas do Sr. João Goulart, sairão vitoriosas dêsse nôvo embate em que



defrontaremos a minoria comunista.

Essa luta em favor do regime democrático deverá ser empreendida simultaneamente com o nosso esforço para resolver os problemas sociais e econômicos do nosso tempo.

Nós da U.D.N. estamos convencidos da necessidade de uma reforma agrária que assegure melhores condições de vida ao homem do campo e de uma reforma / urbana que torne efetivo o direito à casa própria.

Desejamos dar ao crédito autêntico sentido social e econômico com a reforma bancária e transformar os impostos em instrumento, ao mesmo tempo, de coleta de recursos suficientes para as atividades / públicas e para a redistribuição da renda social, / por meio da reforma tributária.

Entendemos, porém, que tais reformas devem ser inspiradas na experiência dos países do Mundo Livre, de modo a assegurar, ao lado da prosperidade social, a liberdade de cada cidadão."

A acusação do deputado mineiro limita-se às circunstâncias da grave conjuntura daqueles momentos em que foi feita. Se considerarmos todavia, o conjunto da crônica pública do indiciado, englobando desde a sua gestão no Ministério do Trabalho até seus últimos dias na Presidência, poderíamos acrescentar um sem número de fatos criminosos aos enumerados pelo parlamentar. A acusação é, todavia, a mesma em uma impressionante tipicidade. O enquadramento jurídico é o mesmo, claro e definido, numa coerência deprimente de atividades delituosas que só encontrariam o melancólico epílogo na violenta deposição e no exílio do indiciado, arrastando em sua amarga ruína, a pequena multidão de corruptos e subversivos que o circundavam.

A Revolução de 31 de março -é assim a prova material indiscutível, insubstituível e insofismável do crime perpetrado. As Forças Armadas, expulsando o prevaricador incorrigível, // através do ato supremo da insurreição armada, constituem para a Justiça, a simbólica testemunha de todos os atentados contra a Segurança Nacional por aquele que deveria ser o maior / responsável na preservação dessa mesma Segurança.

I. P. 137  
4164  
209  
F. C. S. P.

B - RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS LIGAÇÕES ENTRE O INDICIADO JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART E O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO.

23887

Diversamente de que ocorre com a maioria dos indícios dos neste IPM, a dificuldade que se nos depara ao elaborar este Relatório é a abundância extraordinária de fatos públicos e notórios que indicam a todo o momento as relações estreitas de JOÃO GOULART com o movimento comunista/ no Brasil, incluindo o PCB. Praticamente milhões de brasileiros em todo o território nacional poderiam testemunhar tais fatos. E não foi este o principal motivo de sua deposição pelas Forças Armadas a 31 de março ?

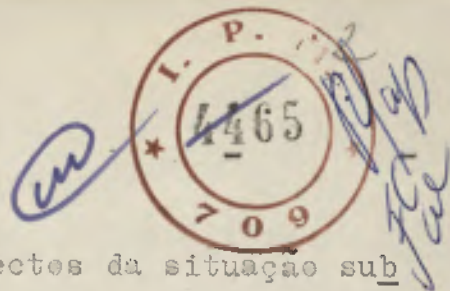
A associação de JOÃO GOULART ao comunismo no BRASIL/ e a todas as demais formas subversivas de mobilização de massas para a destruição do regime e a instalação de um governo socialista é consubstanciada em atitudes que foram prepaladas no país inteiro, conduzindo-o a uma situação calamitosa e insustentável.

Haverá então necessidade de ilustrarmos este libelo/ com uma interminável torrente de fatos que são de recente conhecimento dos julgadores e do público em geral ?

Evidentemente, isto não será aconselhável. E mesmo se intentássemos consignar o maior número possível dessas indicações, o nosso trabalho adquiriria um vulto incomensurável, bem superior às condições materiais de que dispomos.

Desejamos portanto, com o espírito de objetividade / que se impõe, fixar, em nessa exposição, dois conjuntos / essenciais de fatos que proporcionem à Justiça uma base / formal para o enquadramento do criminoso. Esses conjuntos são os seguintes:

- I - Exposição de fatos documentados que sirvam de exemplificação típica e simbólica, denunciadores/ das atividades subversivas do indiciado.



II - Apresentação ampla dos aspectos da situação subversiva que precedeu ao Movimento de 31 de março, fixando a responsabilidade do indiciado como supremo mandatário do País e principal instigador das condições políticas, sociais, econômicas e militares dessa conjuntura caótica.

I - Fatos típicos da atividade subversiva do indiciado.

Esses fatos revelam a constante ação do indiciado, / em oposição aos interesses da preservação da ordem institucional, em uma trajetória política de uma década, desde a sua repentina ascensão, pela indicação de Getúlio Vargas que o trouxe do anonimato de uma mocidade boêmia do interior gaúcho aos auge políticos para os quais não se achava preparado. Esse revolucionário surgimento no panorama nacional, revelou a figura inculta e até ingênua do líder político, mais afeito aos negócios pecuários, que julgou o País um prolongamento de suas fazendas e que via // nas resoluções de vulto nacional a associação constante / com seus interesses pessoais. Foi como se lhe tivessem doado, por herança, uma estância maior, o Brasil, e um aglomerado mais numeroso de empregados, o povo brasileiro.

Assim, em estranho paradoxo, o abastado fazendeiro / transformou-se em associado eficiente do comunismo no Brasil, fornecendo ao Partido ilegal condições jamais alcançadas em outro governo, que ofertava pelos mais variados / motivos, desde a ingenuidade política ao interesse negocista que se traduzia numa constante ambição de se eternizar no poder.

No plano de nosso interesse, podemos configurar-lhe / as atividades essenciais segundo as seguintes asserções / básicas:

- 1º - JOÃO GOULART foi elevado ao poder com o decisivo apoio dos comunistas.
- 2º - JOÃO GOULART no poder se associou estreitamente aos comunistas.
- 3º - JOÃO GOULART protegeu e incentivou o comunismo.
- 4º - JOÃO GOULART apoiou-se no comunismo para manter-se no poder.

23889



5º - JOÃO GOULART concluiu-se com os comunistas para subverter o regime.

Ilustremos cada uma dessas acusações, com alguns fatos que possam servir de amostragem indicadora de uma infinidade de manifestações.

1º - JOÃO GOULART foi elevado ao poder com o apoio/ decisivo dos comunistas.

Em 11 de agosto de 1955, o PCB lançou o Manifesto / de apoio eleitoral a JUSCELINO KUBITSCHEK e JOÃO GOULART, no qual declarava:

"O Partido Comunista do Brasil apóia e indica aos sufrágios do povo as candidaturas à presidência e vice-presidência da República dos Srs. JUSCELINO KUBITSCHEK e JOÃO GOULART, os quais, através de pronunciamentos públicos, já se declararam dispostos a lutar contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo. A vitória de JUSCELINO e Goulart será a derrota dos generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil." (Tribuna Popular nº 1577, / 11 Agô 55)(Doc nº JK7, fls nº 18540, Vol nº 80).

Nesse Manifesto, firmado pelo Comitê Central do PCB, os comunistas declararam, em sua linguagem característica, que a ascensão de KUBITSCHEK e GOULART iria possivelmente alterar "a correlação de forças políticas", o que significa o predomínio do comunismo sobre as demais correntes. GOULART representava assim uma grande esperança para o PCB.

E por essa razão, os comunistas empenharam-se ativamente na campanha eleitoral, principalmente através de frentes legais de ação como o Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT). Sobre essa organização de fachada, /

23890 *W* *4467*  
LUIZ CARLOS PRESTES em seu Informe apresentado em nome  
do Presídium do Comitê Central no Pleno Ampliado de, 10 e  
11 de agosto de 1955, publicado no jornal Notícias de Ho-  
je, nº 1088, de 14 Agô 55, declarava: *JCC*

"Tôdas as agremiações do Partido devem com -  
preender a enorme importância do surgimento do  
Movimento Nacional Popular Trabalhista, como  
nova forma de organização política das mais  
amplas massas trabalhadoras que devemos apoiar  
com tôdas as nossas fôrças, tomando a iniciati-  
va de criar o maior número possível de núcleos  
de base do MNPT nas fábricas e fazendas, nos  
bairros e povoados."

A participação dos comunistas na campanha eleitoral  
de 1955 foi de notória expressão.

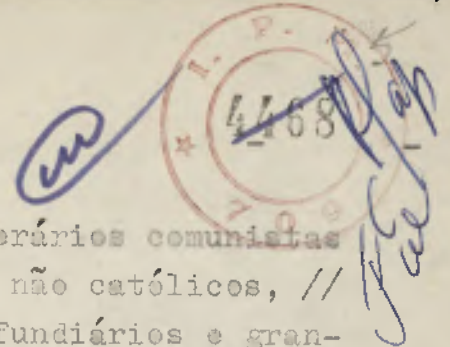
Os órgãos de informações assinalaram os inícios da  
associação entre João Goulart e o PCB.

Em numerosos jornais comunistas da época, como por  
exemplo, "O MOMENTO" de Salvador, nº 2745, de 3 de feve -  
reiro de 1956, sob o título de "UNIDADE, CHAVE DO TRIUN-  
FO", LUIZ CARLOS PRESTES publicou uma entrevista que não  
foi contestada e mostra a participação comunista na elei-  
ção do indiciado. Declaraou PRESTES:

"No próximo dia 31 de janeiro devem ser em -  
possados nos altos cargos a que foram eleitos /  
os Srs. JUSCELINO KUBITSCHKE e JOÃO GOULART. //  
Consuma-se, assim, a vitória das fôrças anti -  
golpistas que se uniram em tórno daqueles nomes,  
impuzeram a realização das eleições, derrotaram  
nas urnas o candidato dos golpistas, afastaram/  
do governo os Srs. CARLOS LUZ e CAFÉ FILHO e des-  
mantelaram a conspiração da camarilha que assal-  
taram o poder em 24 de agosto de 1954 e queria/  
utilizar-se das posições ocupadas para impôr à  
Nação uma ditadura de tipo fascista que liquidas-  
se as últimas liberdades democráticas, entregas-  
se o petróleo brasileiro à Standard Oil e redu -  
zisse o Brasil à colônia dos Estados Unidos".

E mais adiante, no mesmo artigo:

" Na campanha eleitoral foi possível unir em  
tórno da plataforma anti-golpista e  
da defesa das liberdades democráticas/



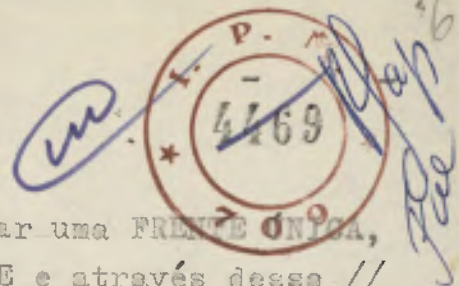
e da constituição, desde operários comunistas e trabalhistas, católicos e não católicos, // até representantes dos latifundiários e grandes capitalistas. Com a apuração do pleito pela Justiça Eleitoral ficou suficientemente // claro que sem o voto dos comunistas e de todos aqueles que os acompanham não teria sido possível derrotar o candidato dos golpistas. Isto não significa, no entanto, que o Sr. JUS CELINO KUBITSCHEK deixe de ser contrário ao programa revolucionário do Partido Comunista, ou, de outro lado, que os comunistas tenham / abandonado por um instante sequer o seu programa ou mudado de opinião a respeito da verdadeira orientação política dos Partidos a que se uniram na campanha eleitoral. Apenas, marchamos juntos por objetivos comuns, impedimos a vitória dos candidatos dos golpistas e derrotamos os planos dos imperialistas norteamericanos."

Mesmo que os comunistas não tivessem a influência / que expressaram, nem assim significaria isto que o seu papel não teria sido relevante na ascensão ao poder do Vice-Presidente JOÃO GOULART.

Como um testemunho dessa importante participação / do PCB nas eleições de 1955, citemos a declaração do bacharel ÁLVARO DA COSTA LIMA, titular da Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança do Estado de Pernambuco:

"PERGUNTADO se no período em que o depoente se refere sobre as atividades do PARTIDO, isto é, de mil novecentos e cinquenta e quatro a fins de mil novecentos e cinquenta e // cinco, o PARTIDO COMUNISTA em Pernambuco participou de algum acordo político com outras / agremiações partidárias visando alguma campanha eleitoral, RESPONDEU afirmativamente, esclarecendo que após o fechamento do PARTIDO e a cassação dos mandatos dos seus representantes nas Casas do Congresso, os comunistas / têm participado de todas campanhas eleitorais em aliança com outros Partidos Políticos, /// acontecendo que no ano de mil novecentos e // cinquenta e cinco, o Partido Comunista, em //

23892



Fernambuco, conseguiu formar uma FRENTE ÚNICA, denominada FRENTE DE RECIFE e através dessa // FRENTE, conseguiu também lançar a candidatura do Engenheiro PELÓPIDAS DA SILVEIRA para PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, em cuja FRENTE DE RECIFE aliavam-se o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL, PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL e PARTIDO REPUBLICANO, inclusive grupo de elementos que formavam o MOVIMENTO NACIONAL POPULAR TRABALHISTA, conseguindo, após uma campanha eleitoral das mais agitadas, o COMITÊ REGIONAL com essa aliança, eleger o Engenheiro/PELÓPIDAS SILVEIRA, PREFEITO DA CAPITAL PERNAMBUCANA, e com essa mesma FRENTE DE RECIFE, o / PARTIDO em Pernambuco participou da campanha / eleitoral para PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, recomendando a votação maciça nos candidatos JUSCELINO KUBITSCHEK e JOÃO GOULART."

Em todos os Estados do BRASIL fatos semelhantes se passaram, o que dá fundamento insofismável às palavras / de PRESTES. E esta é a razão pela qual JOÃO GOULART, // após assumir a vice-presidência da República, demonstrou por atos e atitudes a sua vinculação política aos comunistas com se registra no Informe constante do Doc. nº 627/10.1:

"Fontes acreditadas e ligadas ao cenário político nacional vêm comentando o fato de Sr. / Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart admitir certos entendimentos com elementos reconhecidamente comunistas, ligados à organizações como Liga de Emancipação Nacional, MNPT, Movimento Unitário dos Trabalhadores, Defesa / dos Direitos dos Homens, etc. É dito que alguns desses elementos, que não são recebidos pelo / Sr. Dr. João Goulart, encaminham-se diretamente ao Sr. Alvaro Lins, atual presidente da Casa Civil da Presidência da República." (Doc nº 627/10.1, fls nº 6265, Vol nº 24 ).

Essas ligações eram acompanhadas pelos órgãos de informações que desde a época em que JOÃO GOULART estivera à testa do Ministério do Trabalho assinalavam constan -

23893  
temente os seus contatos com elementos comunistas e subversivos. 4470-  
Pap  
Jae

2º - JOÃO GOULART no poder associou-se estreitamente aos comunistas.

A associação de JOÃO GOULART com os comunistas é constantemente observada em atitudes públicas e notórias durante a sua Vice-Presidência e a sua Presidência. Basta compulsar-se a imprensa diária do País para verificar esse fato. Mostremos, entretanto, algumas indicações interessantes:

Em março de 1958, um informe procedente de S. Paulo, (CSN, fls 2, índice 5 Cad nº 4) consignava:

"Após se reunirem em S.P. sábado passado, os líderes do PSB, PTB e PCB, sob a presidência de Wilson Rabal foi escolhida a Comissão composta dos Srs Frota Moreira, Roberto Gusmão (PTB), Calil Chaad (PCB) e João Tayd (PCB), a fim de virem ao Rio de Janeiro entender-se com Jango / sobre os novos rumos dessa Coligação que agora se inicia." (Doc nº 161, fls nº 18231, Vol nº 78).

Em julho de 1961, segundo informe do CENIMAR, o indiciado participou de uma reunião com militares e civis comunistas e trabalhistas na residência do Brigadeiro Teixeira (comunista) a fins de ser elaborado um questionário político que levaria à China Popular. (Doc nº 441/10.1, Fls nº 6204, Vol nº 24).

Em novembro de 1961, JOÃO GOULART participou da sessão de encerramento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte, no qual fez uso da palavra. Esse Congresso foi promovido e controlado pelo PCB, ocasionando na época uma série de reações. A ele compareceram JULIÃO, líder das Ligas Camponesas e Lindolpho Silva, líder rural do PCB e Presidente da ULTAB. O conclave foi financiado pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual.

Sobre esse Congresso os números de NOVOS RUMOS nº 145 (17/23 Nov 61) e 146 (24/30 Nov 61) publicam amplo noticiário, incluindo neste último Jornal sob o título de:

"Congresso Nacional de Camponeses Decidiu".

"Reforma Agrária na Lei ou na Marra"

vemos a notícia da presença de JOÃO GOULART que assistiu ao discurso de JULIÃO é à leitura da Declaração do Congresso pelo comunista LINDOLPHO SILVA. Assistiu também à leitura da mensagem de PRESTES ao Congresso. Na Declaração aprovada constava o seguinte:

"As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional veem por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma /

agrária radical nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é / adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil."

e mais adiante:

"As massas camponesas sentem agravar-se, a cada dia que passa, o peso insuportável da situação a que estão submetidas. Por isso mesmo, se mobilizam e se organizam para lutar decididamente pela obtenção de seus objetivos, expressos em uma efetiva, democrática e patriótica reforma agrária. Essa luta já se processa e evoluirá até que sejam atingidos e realizados seus objetivos pelos quais as massas do campo não // pouparão esforços nem medirão sacrifícios."

Em documento apreendido no escritório de MARCO ANTONIO (Doc / nº 696/22), sob o título C.O. 25/11 do Rio Grande do Sul, que pa rece indicar: Comissão de Organização, do CE/RS, de 25 de novembro, lê: -se

"Jango: precisa do apoio dos Sargentos - eleitoral, voto analfabeto, 98, Registro do BCB." (Doc nº 696/22, fls nº 19094, Vol nº 84).

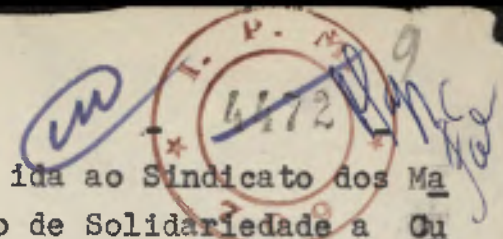
Essa anotação parece relacionar-se a uma ligação entre o Presidente da República e elementos da Comissão de Organização do Comitê Estadual do Rio Grande do Sul. A eles Jango teria declarado que precisava do apoio dos Sargentos para resolver a questão da elegibilidade destes, do voto do analfabeto e do registro do PCB. A data da anotação coincide com a época em que começou a ser posto em foco o problema dos mandatos dos Sargentos do Rio Grande do Sul.

Um outro documento apreendido no mesmo escritório de MARCO // ANTONIO (Doc nº 695/10.1) consigna a ata de uma reunião em Mocanguê, na qual se lê:

"Detalhe: no churrasco dos ferroviários, a um convite / do Sindicato dos Operários Navais de visitar o Sindicato, Jango respondeu que só se concordassem proposta 2 pagamentos. No dia seguinte, sem poder consultar-me concordou // diante do Ministro em q. Jango poderia ir.

Levava em conta o valor pal. da ida de Jango a um Sind. tido como vermelho e q. cedera sede para Congr. Cuba." (F/6345 Vol 24)

O fato é de simples explicação. No início de 1963 os marítimos, como os ferroviários, os bancários, os portuários e outras classes, estavam ameaçando a greve pelo 13º salário. João



Goulart negociava com os comunistas a sua ida ao Sindicato dos Marítimos, onde se iria realizar o Congresso de Solidariedade a Cuba, desde que os marítimos aceitassem o pagamento do 13º Salário em duas prestações.

As duas anotações acima citadas são indícios bem claros de ligações sigilosas de Jango com os comunistas. A presença do Vice-Presidente da República em Congressos Comunistas mostra a sua desenvoltura nas ligações com tais elementos. (Doc nº 668/31, fls nº 18255, Vol nº 78). <sup>Ver</sup>

Na Carta de Humberto Alencar a Miguel Arraes, o autor da missiva declara que, segundo Agostinho Diaz de Oliveira, o PCB havia mantido cordial e interessado diálogo, por duas vezes com Jango, o qual se mostrava disposto a apoiar a Frente Única, com certas restrições. Voltaremos mais tarde a esse assunto.

Na Carta de Anibal Fernandes Bonavides a "Daisa" escrita no Rio, em 3 Mar 64, encontramos o seguinte trecho:

"Nossa viagem a Brasília foi cancelada, pois os assuntos a serem tratados ali foram todos encaminhados aqui mesmo, através de Adahil, Marco Antônio, e outros deputados federais. Hoje à noite, juntamente com o Exedito, teremos uma audiência especial com João Goulart." (Doc nº 1255/3, fls nº 15612, Vol nº 64).

Os fatos acima narrados nas cartas de Humberto Alencar e Anibal Bonavides, indicam outras ligações de João Goulart com elementos dirigentes do PCB.

3º - JOÃO GOULART protegeu e incentivou o Comunismo.

A ação protetora e incentivadora do comunismo por JOÃO GOULART manifesta-se quer indireta, quer diretamente, durante todo o período de sua gestão como Vice-Presidente como Presidente da República.

O Deputado ARMANDO FALCÃO ex-Ministro da Justiça declara em seu livro: "REUS DO FUTURO:

"Pela perseverante linha de sua conduta política, desde quando fôra deposto do Ministério do Trabalho, // Jango criara desconfianças e suspeitas procedentes, /// agravadas pela forma e o fundo dos seus pronunciamentos na China Comunista, a qual fora visitar como emissário especial do Sr. Janio Quadros. Não houvera, ademais, / uma só greve, durante o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, não se registrava um único surto de agitação, no quinquênio 1956-1961, que não contasse com o apoio, a cobertura e o estímulo de chefe do Partido Tra

balhista." (ARMANDO FALCÃO, Reus do Futuro, Ed. "O CRUZEIRO," 1962, pg 95)

Em seu trabalho DENUNCIA AO POVO BRASILEIRO, ARMANDO FALCÃO confirma uma entrevista que deu ao JORNAL DO BRASIL e ao ESTADO DE SÃO PAULO na qual se refere a uma exclamação de JUSCELINO /// / KUBITSCHKEK quando Presidente da República, diante das atividades de agitação promovidas pelo então Vice-Presidente JOÃO GOULART:

"Temos de reconhecer que o chefe do comunismo no Brasil hoje não é mais o Prestes e sim o Jango. Vou romper com êle. O Ministro da Justiça pode redigir uma nota // oficial comunicando a minha decisão".

(ARMANDO FALCÃO, Denuncia ao Povo Brasileiro, Rio 1963, pag 11).

Essa nota, redigida pelo Ministro da Justiça, não chegou a ser emitida.

Ainda em seu livro: RÉUS DO FUTURO, ARMANDO FALCÃO declara:

" Como Vice-Presidente, aliás, o Sr João Goulart fizera, em agosto próximo passado, o elogio rasgado da revolução vermelha, na China, ao visitar oficialmente a velha Nação, por delegação expressa do próprio Jânio /// Seus discursos não se tornaram conhecidos no Brasil, mas se acham publicados na imprensa de Pequim.

Assim, e além de ter usurpado atribuições constitucionais alheias, João Goulart manobrou e, quase de surpresa, no "Dia Nacional de Ação de Graças", forçou a mão, fazendo com que se tornassem efetivos os atos do reatamento.

Algumas horas depois, Jango e o Ministro das Relações Exteriores compareceram, contritos ao Cemitério de São João Batista e reverenciaram a memória dos pobres militares brasileiros miseravelmente trucidados pelos comunistas a serviço da Rússia, em novembro de 1935.

A União Soviética não tinha, nem tem, de verdade, interesse nas relações comerciais com o Brasil, porquanto conhece plenamente a insignificância do seu valor. Foi por isso mesmo que, perante a missão econômica chefiada pelo diplomata Leão de Moura, formulou a exigência preliminar do reatamento das relações diplomáticas, como condição da celebração de qualquer convênio permanente para a troca de mercadorias.

Por que assim agiu o governo soviético? Por que é // precisamente através das legações diplomáticas, usando das imunidades que o Direito Internacional lhes assegura, que os russos reforçam o trabalho desagregador da "quintacoluna" vermelha em cada país.

O Brasil não possui serviço algum de contra-espiona-

gem capaz de opor-se, eficazmente, a infiltração comunista nos mais recônditos setores da vida nacional. Nossos precários segredos táticos e estratégicos, militares ou civis, estarão ao fácil alcance dos russos e dentro de pouco tempo farão parte dos seus arquivos. Os compromissos internacionais do Brasil, nos detalhes mais secretos, as disponibilidades dos recursos e forças com que pode contar a Nação para defender-se \_\_, / tudo isso e muito mais será desvendado e guardado como arma que, posteriormente, contra nós mesmos se voltará.

Só quem não conhece o comunismo e os comunistas pode alimentar ilusões.

A propaganda sutil, envolvente e incontrollável, ora direta, ora insinuada sob mil disfarces, vai brevemente começar.

As "bolsas de estudo" em Moscou, as viagens culturais financiadas, os campeonatos juvenis de confraternização universitária, o intercâmbio estudantil, a silenciosa e corrosiva ação do cupim vermelho, daqui para a frente, tudo fará para penetrar o cerne da formação brasileira e nela inocular as gotas do seu veneno.

Enquanto isso, nós os democratas, nós os homens do centro, que não queremos fascismo nem comunismo, que não aceitamos nem a ditadura da direita, nem a da esquerda, permanecemos na indiferença comodista, ignorando, ou / fingindo ignorar, o perigo que se aprofunda e se alastra.

Quando acordarmos, quando perdermos o medo de ser/injuriados para enfrentar a peito descoberto a insídia comunista, aí talvez já seja tarde demais.

Na hora de cobrar contas ao "Jan-Jan", é possível que até mesmo a dupla Jânio-Jango já não mais possa de pôr para a História.

Pois os atuais responsáveis, como réus do futuro, / também pagarão o preço do seu erro imperdoável na própria bandeja vermelha do camarada Krutchev.

(ARMANDO FALCÃO, Op Cit pg 9).

Todos êsses fatos não são desconhecidos da maioria dos brasileiros que acompanharam os acontecimentos sociais e políticos desde (os acontecimentos sociais e políticos desde) 1955 até 1964.

Vejamos porém alguns outros episódios simbólicos:

Em uma carta, apreendida no Escritório de MARCO ANTONIO (Doc nº 926/5, 927/5, fls nº 5481 e 5482, Vol nº 21), José Pinheiro Tolentino solicita a Prestes para conseguir a nomeação do Eng / Pedro Alberto Bastos para a Comissão Especial da BR-5, dizendo que já contavam com o apoio de Jango, através de Waldir Pires.

Dai se deduzem, nesse fato singelo, as ligações entre Pres-tes e Jango, que se entendiam para nomeações de protegidos.

As manifestações de apoio de Jango às atividades comunistas que se exerciam no CNTI e nos órgãos espúreos como o PUA, o CGT, o CPOS e outros, são do noticiário corrente da imprensa na época.

Dai o prestígio que êsses órgãos desfrutavam, a ponto de estabelecer constantes e insaciáveis exigências, sempre no sentido da comunização nacional.

Assim, "por exemplo", em uma reunião do CGT, realizada na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, entre outras cousas, foi decidido formar uma Comissão, composta de líderes Sindicais a fim de entender-se com o Presidente João Goulart, para situar o pensamento dos trabalhadores, sobre a formação do novo / Ministério, exigindo que o mesmo seja formado com homens com as ideais nacionalistas e democráticos". (Doc nº 73A/50 Jan 63, fls nº 9538, Vol nº 39).

Vejamos alguns outros indícios sintomáticos e característicos encontrados em alguns documentos do arquivo do IPM:

- 1) Manoel Luiz Guedes diz em seu depoimento, que em 1962 recebeu ordens emanadas do Comitê Central do PCB, a fim de fazer campanha pelas reformas de base e prestigiar os governos Arraes e Goulart (Doc nº 41/17, fls nº 7780, Vol nº 31).
- 2) Em um artigo que relata atividades de Marcos Jaimovitch, verifica-se que êste agitador comunista do meio estudantil passou a agir livremente durante o governo Goulart. (Doc nº 233/30.1 - fls nº 9704, Vol nº 39).
- 3) Wilson Carvalho da Silva disse, em seu depoimento, que o CONSINTRA promovia campanha pelas reformas de base e clamava os trabalhadores a lutarem por um governo democrático e nacionalista e para tal era necessário dar todo apoio aos governos Goulart e Arraes (Doc nº 618/17, / fls nº 7859, Vol nº 31).
- 4) No depoimento de Sinval Bambirra, na auditoria da 4a. Região Militar, encontra-se o seguinte trecho:
 

"O depoente cita os nomes de Marco Antonio Coelho e Clodsmith Riani como elementos de ligação entre os comunistas de Minas Gerais, e o então presidente da República, Sr João Goulart, por ocasião das articulações para a legalização do PCB. (Doc nº 1367/31, fls nº 14869, Vol nº 61).
- 5) Do Relatório do IPM presidido pelo Gen Bda R/1, Carlos Pinheiro, no QG-ID/4a RM, Minas Gerais, encontra-se o seguinte:

"Vânia Santaiana visitou Moscou em companhia de seu marido, jornalista comunista Mauro Santaiana, com pas

sagem conseguida pelo Sr Tancredo Neves, então 1º MI nistro (depoimento da indiciada a fls 226 e 229). A indiciada foi ao Chile para tomar parte no Congresso da Juventude (orientação comunista), com passagem paga pelo Sr João Goulart (depoimento da indiciada a fls 227 e 230 e da testemunha Sival de Oliveira Bamberira a fls 242)" (Doc nº 1384/13.1, fls nº 7136, Vol nº 28).

- 6) Cópia do Termo-de-Posse da Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Distrito Federal, cujo texto / reza que o "Exmo Senhor Vice-Presidente da República, Dr João Marques Goulart, presente à solenidade, deu posse solene aos companheiros eleitos para a Comissão Permanente dos Organismos Sindicais do Distrito Federal, criada nesta Convenção, com a finalidade de reunir todos os organismos sindicais desta capital para estudo, debate e solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos que digam respeito à vida do / trabalhador, do povo, e da nação brasileira". É assinado por João Goulart e outros, entre os quais conhecidos líderes comunistas.

(CSN - Fls 17, item 5, dad 4, fls nº 18232, Vol nº 78).

- 7) Cópia da proclamação da Comissão Permanente das Organizações Sindicais, sugerida por esta ao CGT para que a lançasse ao povo, em que é dado destaque à capacidade do CGT de "derrotar os inimigos do povo, estejam // dentro ou fora do govêrno", o hipotecar apoio ao govêrno tendo em vista "saldar os compromissos de honra que assumiu perante o povo, em praça pública". Esclarece-se nesse documento, outrossim, a disposição da deflagração imediata da greve-geral, em apoio às reformas.

(CSN - fl 7 - item 5 - cad 4, fls nº 18233, Vol nº 78).

- 8) Cópia da edição de "O Globo" contendo "violento li belo" contra a infiltração comunista no Govêrno. No artigo estão citados dados referentes à influência do PC por postos-chaves do País, na intimidade do Palácio, nas questões do Planejamento, nas Fôrças / Armadas, e menciona-se ao final e responsabilidade do Presidente da República. O discurso foi pronunciado pelo deputado Anísio Rocha, na tribuna da Câmara Federal.

(CSN - fl 10, item 5 Cad 4, Fls nº 18240, Vol nº 78).

- 9) Cópia da edição de "O Globo", parte da qual é transcrita a seguir: - " Ao fim da noite de anteontem o Presidente João Goulart - segundo fomos informados - convocou os membros do CGT e lhes expôs a situação político-militar do Brasil, terminando por dizer -// -lhes que espera dos trabalhadores apoio total contra as ameaças que pairam contra o seu governo. Foi garantido ao Presidente João Goulart que será deflagrada greve-geral se houver qualquer iniciativa no sentido de limitar as ações do Presidente da República".

*Doc JG 23*  
(CSN-fls 5, item 4 Cad 5, fls nº 18286, Vol nº 78).

- 10) Cópia do ofício, sem data, em nome de Clodsmidt /// Riani representando o CGT, e dirigido ao Presidente da República, pondo-lhe à disposição o esquema da greve-geral pronto a ser desencadeado a qualquer momento.

Em outro trecho afirma o representante do CGT / ao Presidente da República que "consideramos imperiosa a necessidade de uma recomposição ministerial, / incluindo-se no novo Governo cidadãos identificados com a plataforma de lutas dos nacionalistas e democráticas".

*Doc JG 5-*  
(CSN-FI 6 - item 5 Cad 4, fls nº 18242, Vol nº 78)

- 11) "Nota ao Público" elaborada pelo CGT, após reunião nacional, em que, considerando a atuação do Presidente da República, resolve tomar diversas medidas para a efetivação das reformas propostas pelo Governo.

*Doc JG 6-*  
(CSN-Fls 8, item 5 Cad 4, fls nº 18245, Vol nº 78).

- 13) Telegrama original dirigido por entidade organizadora da Greve Geral no Nordeste, ao Sr João Goulart, comunicando o término da greve, em atendimento ao pedido deste último. O telegrama tem uma anotação no alto da fôlha, do punho de João Goulart, alertando a RIFF para dar somente a notícia da conclusão / da greve.

*Doc JG 7*  
(CSN - Fls 7 item 5 Cad 3, fls nº 18248, Vol nº 78).

- 14) Ofício dos dirigentes das Federações dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Minas Gerais, dirigido ao "Exmo Sr Dr João Goulart, DD Presidente da Re

23901

pública", solicitando nomeação do Dr. Acrísio Fenger  
ques de Mendonça para o SAMDU, o que foi autoriza-  
do pelo Presidente.

Segue-se a cópia do telegrama de Clodsmidt ///  
Riani ao Sr João Goulart, pedindo a nomeação do Ten  
Cel Plácido dos Santos para a Chefia do Estabeleci-  
mento Regional de Finanças da 4a. RM. Ainda, offi-  
cio do Cel João Sarmento, chefe interino do Gabinet-  
te Militar da Presidência da República, ao Sr Clodg  
midt Riani, dando explicações sobre encomendas fei-  
tas pela Petrobrás. Está anexo ao officio do General  
Albino Silva ao Chefe do Gabinete Militar da Presi-  
dência da República sobre o mesmo assunto (transfe-  
rência do Cabo eletricista Wilson Gonçalves, segun-  
do o interesse do Partido Politico a que pertencia  
o prefeito de Baturité, CE.

(CSN, fls 13, item 5, Cad 3, fls nº 18250, Vol /  
nº 78).

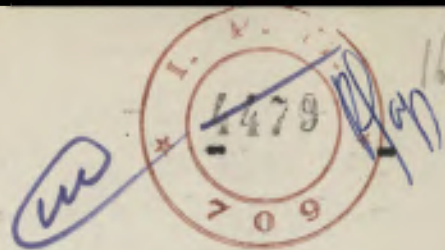
Esses diversos casos são demonstrações do incentivo que ///  
João Goulart, durante a sua trajetória política, ofereceu ao PCB,  
seja sob a forma de apoio, seja fornecendo-lhe o pretexto para as  
suas campanhas de agitação.

4º - JOÃO GOULART apoiou-se no comunismo para manter-se no po-  
der.

Essa afirmação baseia-se essencialmente nos seguintes fatos  
notórios que podem ser comprovados através de inumeráveis demons-  
trações, estampados comumente em toda a imprensa.

- a) JOÃO GOULART utilizou a agitação grevista, entrosado  
com os comunistas, para manter a sua liderança nos  
meios sindicais.
- b) JOÃO GOULART contou com o eficiente apoio do PCB, ///  
exercido através de uma série de atividades, para con-  
seguir assumir o poder, após a renúncia de JÂNIO QU-  
ADROS.
- c) JOÃO GOULART durante o seu período presidencial mante-  
ve permanente identidade de ação com o PCB, procuran-  
do dessa maneira assegurar o seu prestígio nas massas  
populares.
- d) JOÃO GOULART procurou estabelecer com o PCB, uma fren-  
te-única (Frente Popular) que lhe assegurasse a possi-  
bilidade do apoio popular para o golpe-de-estado que  
planejava.

Esse último aspecto será posteriormente examinado, com maio-  
res detalhes.



5ª) JOÃO GOULART concluiu-se com o comunismo para subver-  
ter o regime.

Várias foram as tentativas de JOÃO GOULART em conspira-  
ção contra o regime democrático vigente no país, entre os  
quais se enumeram as seguintes como principais e caracterís-  
ticas demonstrações subversivas:

- a) Atividades para a implantação da República Sindica-  
lista.
- b) Complô em 1960 para impedir as eleições e instalar /  
uma ditadura.
- c) Complô para instalação de um governo socialista em  
1964.
- d) Conspiração para uma contra-revolução.

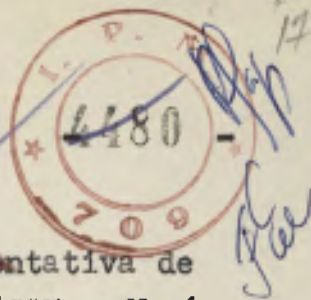
Vejamos sucintamente essas diversas acusações:

- a) Atividades para implantação da República Sindicalista.

Essa manifestação ocorreu na época em que o indiciado /  
foi Ministro do Trabalho e adotou uma série de iniciativas ,  
despertando violenta reação nacional.

Acêrca dêsse assunto o Conselho de Segurança Nacional /  
possui, entre outros, os seguintes documentos:

"Cópia do informe da 2ª Sec do BME dirigido ao  
Chefe do EMEx a respeito do então Ministro do Tra-  
balho, João Goulart, referindo-se a suas atitudes  
e propósitos, finalizando o Cel Antonio de Mendon-  
ça Molina, chefe daquela seção, pela forma trans-  
crita a seguir: "Tais propósitos, cuja gravidade/  
não escapa à percepção de V. Excia, são tão mais/  
assustadoras porque contêm, em seu bôjo, a possi-  
bilidade de estabelecer uma luta de classes e de  
enfraquecer as Fôrças Armadas, acarretando talvez  
dolorosas consequências para a paz e a tranquili-



dade do País, pois podem trazer uma tentativa de implantação do comunismo entre nós." (CSN - fls/s/nº ítem 1 Cad 3). (fls nº <sup>Doc JG 9</sup> 8253, Vol nº 78).

"O Informe do agente nº 24 da 2a Sec/EME - 7a RM - Extrato:- João Goulart era o patrono e idealizador do Partido Popular Democrático, que continha em suas fileiras apenas elementos das lideranças sindicais. O PPD recebeu o apoio do PCB, na palavra de Luiz Carlos Prestes, em uma reunião realizada em Araguari, MG, a que compareceu / um elemento de confiança do Sr. João Goulart. Em outro trecho esclarece que o apoio foi dado por escrito e assinado por Luiz Carlos Prestes.

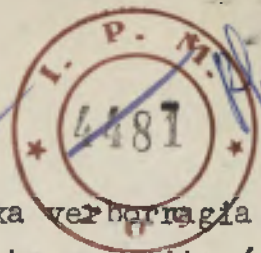
Os elementos a serem lançados nas chapas seriam indicados por "Jango" e Prestes. O Sr. Liventino Isaac Lopes dos Santos, que tinha contatos com o Cel Aloísio Moura, na sede do PTB, 3º andar do Edifício São Borja, à Av. Rio Branco, declarou ao informante que lhe garantia o apoio do PCB, desde que concordasse e cumprisse as exigências feitas por Carlos Prestes." (CSN - fls 1 - ítem 2 - Pasta 4 - fls nº <sup>Doc JG 24</sup> 1837, Vol nº 78).

- b) Complô em 1960 para impedir as eleições e instalar uma ditadura.

Essa tentativa está descrita no trabalho de ARMANDO / FALCÃO, intitulado: DENUNCIA AO POVO BRASILEIRO, no qual / lemos:

" - Não é de hoje que o Sr. João Goulart atua como inimigo jurado do Regime. É S. Exa. um implacável desafeto da Constituição, que na realidade nunca aceitou. Simplesmente a tolera, usa-a até o instante em que lhe seja possível apunhalá-la. Quem, como eu, já conseguiu aprofundar conversas com o Sr. João Goulart sobre os problemas brasileiros - que ele conhece apenas por ouvir dizer - pode ser testemunha da inflexível hostilidade que o Presidente da República sempre exterioriza em relação à Carta Magna. Sua pregação subversiva, aliás, nos últimos tempos, é aberta, frontal e atrevida. Vejamos, dentre muitos outros parecidos, o incendiário discurso de Vitória. Mas não se pense que o Sr. Goulart agride/

23904



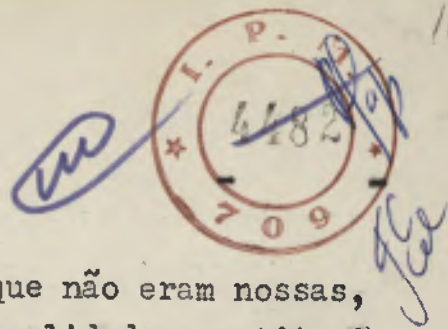
a Constituição só em termos de baixa verborragia demagógica - o que já seria sumamente suspeito / como atitude de um Chefe de Estado. O Presidente da República vai além e aciona, êle próprio, o plano de liquidação da Democracia.

#### TENTATIVAS

- Na segunda metade do quinquênio 1956-1961, / o Vice-Presidente da República ensaiou vários // planos para perturbar a normalidade do processo / eleitoral. Inicialmente, o Sr. João Goulart sustentava que o Presidente Kubitschek não devia // deixar o Poder. Oferecia apoio de sua Bancada, / no Parlamento, e da massa operária, nas ruas, pa- ra criar o clima do continuísmo. Fêz o que pôde para engajar o Governo numa campanha de liquida- ção da proibição constitucional que impossibili- ta a reeleição: O Sr. João Goulart pedia a Kubi- tschek que "deixasse de escrúpulos" e ajudasse a arquitetar o dispositivo político-militar da re- forma constitucional. Já com a candidatura LOTT virtualmente formalizada, o Sr. João Goulart vi- sitava o Ministro da Guerra para dar-lhe solida- riedade verbal e, simultâneamente, fazia sentir / aos coordenadores dessa mesma candidatura um pró- fundo e invencível pessimismo quanto às possibi- lidades de êxito dela. Goulart não se cansava de repetir, nos círculos fechados dos entendimentos políticos, que Lott nos arrastaria à derrota com- pleta, concluindo: "Ainda que o Marechal ganhas- se, nós estaríamos perdidos, pois com aquela ri- gidez dêle não arranjaríamos nem água".

Sempre por meio de manobras ilegítimas o Sr. / João Goulart ora trabalhava para afastar a candi- datura Lott, ora estimulava estranhas combina- ções tipo comitês "Jan-Jan" (Jânio-Jango), ora desenvolvia esforços visando a virar o Regime pe- lo avêso. - O Presidente Kubitschek não aderiu / às maquinações em que procuravam comprometer a / autoridade do Governo com vistas a uma mudança / radical nas regras do jôgo democrático. Em mais / de uma oportunidade, como líder da Maioria e co- mo Ministro da Justiça, pediu e recebeu autoriza- ção do Presidente da República para desmentir as versões que surgiam na Imprensa, atribuindo à si

23905

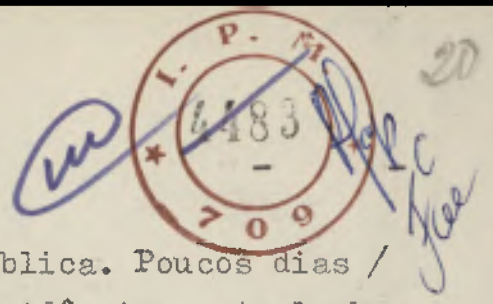


tuação intenções e démarches que não eram nossas, no sentido de interromper a legalidade constitucional. Anulavam-se, tornavam-se vãos todos os passos do Sr. João Goulart com o fim de arrastar o País para a aventura golpista.

#### CONSPIRAÇÃO NO SUL

- Em fins de 1959 ou princípios de 1960, fui / informado pelo Chefe de Polícia do Departamento / Federal de Segurança Pública de que o Governador do Rio Grande do Sul conspirava contra o Regime . Eu era Ministro da Justiça e cientificava-me o Coronel Luiz Inácio Jacques Júnior de que o Sr. Leonel Brizola convidara o General Osvino Ferreira / Alves, Comandante do III Exército, para um encontro no Palácio Piratini, em Pôrto Alêgre, e ali, presente o Vice-Presidente da República, procurara convencer aquele militar da urgente necessidade de uma profunda reformulação da vida geral brasileira, em todos os setores. Isso só seria viável - na opinião do Governador Brizola - se fosse abandonada a "fantasia do processo eleitoral", // passando-se a elaborar os planos de um movimento / sindical-militar. O epílogo seria a implantação / de um Governo "de fato", representado por uma Junta Militar, chefiada pelo General Osvino. A informação do Chefe de Polícia acrescentava que o Sr. / Goulart ouvira calado a proposta do Governador do Rio Grande do Sul ao Comandante do III Exército e que este não aceitara as sugestões do Sr. Brizola, exprimindo a intenção de manter-se fiel à candidatura do seu colega, Marechal Lott.

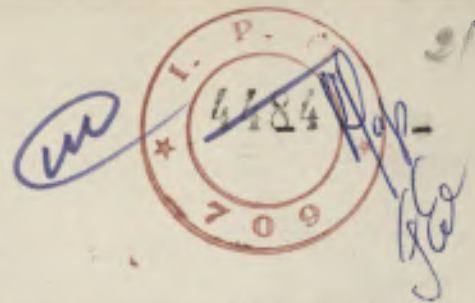
- Dizia-me ainda, o Coronel Jacques Júnior que era amigo do Chefe do Serviço de Informações do III Exército, o então Coronel, hoje General, Arge-miro Assis Brasil. E que, se eu considerasse aconselhável, como Ministro da Justiça, poderia obter a vinda ao Rio de Assis Brasil, que, certamente, de viva voz corroboraria as notícias que me estava transmitindo. Autorizei o Coronel Jacques a // providenciar o convite ao Coronel Assis Brasil pa



ra vir à Capital da República. Poucos dias / após, recebi em minha residência o atual chefe de gabinete Militar da Presidência da República, que, efetivamente, confirmou de modo completo a informação que me dera o Chefe de Polícia do Rio.

- Transmiti o assunto, imediatamente, ao conhecimento do Presidente da República e passei a dispensar especial atenção aos movimentos do Sr. Leonel Brizola, que, não tendo em contrado apoio militar para o seu complô, // continuou, no entanto, a alimentar intuídos/ golpistas contra as eleições de 3 de outubro de 1960.

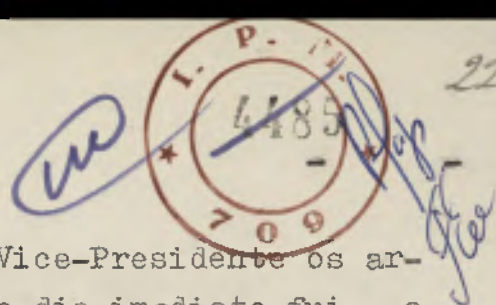
- Algum tempo depois de sua fracassada // tentativa de aliciamento do General Osvaldo, o Governador do Rio Grande do Sul veio ao Rio/ e, por intermédio do Sr. João Goulart, me // convidou para um almoço, em companhia do Vice-Presidente da República. Compareci e, nessa ocasião, um e outro insistiam em me demonstrar que o Marechal Lott estava antecipadamente derrotado. "Jânio Quadros já ganhou" - badalava o Sr. Brizola. "Se vocês deixarem / que haja eleições, Jânio está eleito e toma/ posse. Golpe depois da eleição não se faz // mais. Temos que evitar o pleito. Vamos aproveitar a oportunidade e mudar tudo isso que aí está. Essa estrutura não presta para mais nada." Procurei demover o Governador Brizola das idéias que manifestava e lhe fiz apêlo / para que dinamizasse a candidatura Lott no / Rio Grande do Sul. O Sr. Brizola fincou pé na opinião de que Lott era um candidato totalmente sem chance. O Sr. Goulart não pensava/ de outra maneira. No dia seguinte, dei conhecimento ao Presidente da República de tudo / que ouvira do Governador do Rio Grande do // Sul e do Vice-Presidente.



## ESQUEMA DITATORIAL

- As articulações da campanha sucessória, no campo governamental, se processava com grande / dificuldade, sendo obstáculo semi-intransponível a resistência passiva do Sr. João Goulart / aos acertos finais. A muito custo, admitiu ser companheiro de chapa do Marechal Lott, como candidato a Vice-Presidente da República. O Sr. // Goulart desconversava, relutava, resistia, ia e vinha, adiava uma decisão definitiva. Entendia-se que, sem a participação pessoal do Sr. Goulart na aliança PSD-PTB, seria inexequível atrair os votos dos trabalhistas para a candidatura Lott. Afinal, o Sr. Goulart se comprometeu e ficou combinado que, como o Sr. Juscelino Kubitschek precisaria sair do Brasil, no mês de agosto de 1960, para ir a Portugal, o Vice-Presidente também deixaria o País. Pediria uma licença / e se deslocaria para o Uruguai, durante a ausência de Kubitschek, assumindo a Presidência da / República o Deputado Ranieri Mazzilli. Seria a fórmula que evitaria ficasse o Sr. Goulart obrigado a assumir a chefia do Governo, incompatibilizando-se para a disputa eleitoral. O Sr / João Goulart aceitou essa solução.

- De repente, faltando poucos dias para a // partida do Sr. Kubitschek com destino a Lisboa - prossegue o Sr. Armando Falcão - , o Sr. João / Goulart me procurou em minha residência e fez uma declaração surpreendente: não concordava // mais em ser candidato à Vice-Presidência, desistia da viagem a Montevideu e queria assumir a Presidência da República. "Com a candidatura // Lott vamos todos para a desgraça. A solução é esta: assumo o Governo, você, Falcão, neutraliza o Ministro Denys; faz-se uma greve geral no Rio e em São Paulo e o Brizola vem do Sul, com o General Osório à frente da tropa. Aqui instala mos uma Junta Militar amiga. Fazemos as "reformas de base" e dentro de uns dois ou três // anos o Juscelino pode voltar".



- Opus às palavras do Vice-Presidente os argumentos do bom-senso e no dia imediato fui a Brasília, onde sem perda de tempo comuníquei os fatos ao Presidente da República. Este tomou uma deliberação: cancelou a viagem a Portugal, mandando o Ministro do Exterior fazer as comunicações competentes, com as devidas cautelas e reservas. A reação do Embaixador português foi quase patética: de modo algum o Presidente Kubitschek poderia deixar de ir a Lisboa. O Brasil era também anfitrião nas comemorações henriquinas e a ausência de Kubitschek produziria tremendo impacto psicológico desfavorável da parte da opinião pública lusitana. O presidente da República, então, passou a desenvolver intensos esforços indiretamente, junto ao Sr. João Goulart, tentando demovê-lo do intuito de assumir a Presidência. / Depois de obstinadas gestões, conseguiram arrastar o Sr. Goulart, para uma viagem à Europa, onde iria representar o Brasil numa conferência internacional que se realizava em Genebra." (ARMANDO FALCÃO, Op Cit. pag. 5). (Doc JK61, Fls 18685. Vol 81. -)

Esse testemunho é confirmado em parte por carta do // Gen R/1 Jacques Júnior ao deputado Armando Falcão (Doc nº JK62, fls nº 18692, Vol nº 81).

C) Complô para instalação de um governo socialista em 1964.

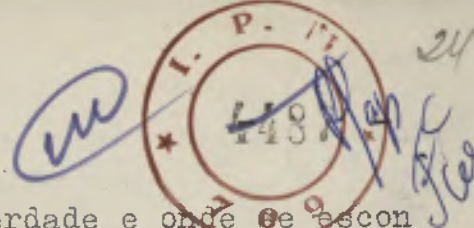
A primeira acusação dessa manobra subversiva de João Goulart encontramos ainda no trabalho já citado de ARMANDO FALCÃO onde se lê:

#### "NOVO COMPLÔ

- Atualmente, brandindo os slogans das chamadas "reformas de base", o Sr. João Goulart mais uma vez se coloca no centro de um complô que tem como alvo principal o Parlamento. O Presidente / da República sabe que a sua pregação reformista / é simplesmente falsa e, por isso, não sensibiliza os representantes do povo. Como não inspira / a mínima confiança, é notório que o Sr. Goulart / não influi no Congresso para emendar a Constitui

ção. Ergueu-se, das bases municipais para Brasília, uma saudável reação democrática, que proporcionou aos Partidos, em tãda a extensão do território nacional, uma firme cobertura de opinião. O Sr. João Goulart sabe e sente que marcha para o irremediável ocaso político. Volta-se, então, mais uma vez, para a solução golpista.

- No episódio do sítio, o Sr. Goulart imaginou uma manobra que se desdobrava em cinco pontos: 1) -- obtenção do sítio em 48 horas; 2) -- intervenção federal nos Estados da Guanabara e São Paulo e prisão dos Governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros; 3) -- fechamento do // Congresso Nacional; 4) -- expedição de decretos-leis instituindo as reformas agrária, urbana e bancária; 5) -- expedição de decretos-leis convocando um plebiscito para dentro de 30 dias e de uma assembléia constituinte para dentro de 60 / dias. Também desta feita o Sr. João Goulart falhou. A recusa da Câmara ao estado de sítio fulminante desmontou o plano. O seqüestro e o eventual assassinato (se houvesse resistência) do / Governador Carlos Lacerda - tramados com o prévio conhecimento do Presidente da República - / eram também peça essencial no desdobramento do esquema arquitetado contra o regime. É claro // que o Sr. João Goulart vai opor "um formal desmentido" à gravíssima acusação que lhe faço. Não vale, contudo, uma simples contestação verbal. / Proponho que o Sr. João Goulart prove que estou mentindo por intermédio da Comissão Parlamentar de Inquérito que se criou para investigar a tentativa de prisão e morte do Governador da Guanabara. O Sr. João Goulart dê instruções ao seu / líder na Câmara para que troque de orientação: / ao invés de procurar torpedear, a qualquer prêço e de qualquer maneira, a CPI, apóie o trabalho investigador. Defira a Maioria as diligências que a Oposição requerer, não levante nenhum / obstáculo à tomada dos depoimentos e se disponha o próprio Sr. Goulart a responder a alguns quesitos que lhe serão formulados. Ver-se-á, nessa

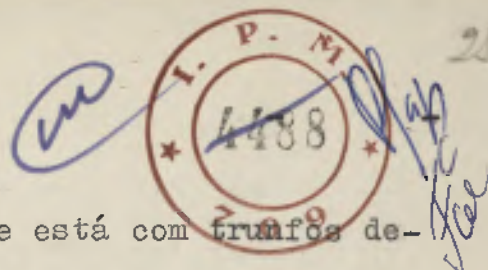


hipótese, quem fala a verdade e onde se escondem a dissimulação covarde, o baixo espírito/ de vingança pessoal, o mais revoltante abuso/ de poder, a mais estarrecedora intenção crimi- nosa." (ARMANDO FALCÃO, Op Cit. pag. 9).

Um outro indício é encontrado na carta de HUMBERTO ALENCAR a Miguel Arraes; cujo original está arquivado / na 2a Sec/EM do IV Exército. Nesse documento lê-se:

"Vamos por ordem:

PC - Estivemos com o Dias. O PC esteve duas / vezes com Jango, mantendo diálogo cordial e / interessado. Apóia a Frente, com certas res - trições, as quais, de certo modo, também são suas. De maneira geral, de acôrdo com a con - versa com o Dias, achei que os pontos de vis - ta são coincidentes, estando êles, entretanto, absolutamente interessados na entendimento ge - ral das forças populares com Jango. A legali - dade do PC é um ponto que os sensibiliza por inteiro. Nessas conversas reclamaram que êsse ponto estava explícito no primeiro documento/ da frente, mas já no segundo passou a implíci - to, o que o partido considera um recuo. Disse - me o Dias que falaram isso a Jango, francamen - te. Declararam ainda que o Jango tem condi - ções de liderar um/ amplo movimento progres - sista e renovador, através de medidas concre - tas. E que, para isso, contaria com o apôio / decidido do PC e possivelmente de tôdas as forças populares. Acentuaram a necessidade / das forças populares, com êsse programa, para que o Presidente se sentisse fortalecido em sua ação. O PC está interessado na frente úni - ca. Acha que um passo adiante, em tôrno de me - didas positivas. Entretanto, não concorda com o entendimento com a cúpula do PSD (Amaral e cia). Entendo mesmo que êsse entendimento des - figura os objetivos da frente. Advogam o diá - logo e o apôio dos pessedistas progressistas , pois com êste é que deve ser o entendimento./ Entendem que o entendimento com o Presidente/ e o apoio à Frente são necessários, pois, se-



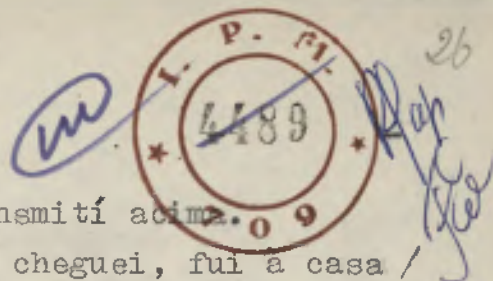
gundo êles, o Presidente está com trunfos decisivos.

Acham que a entrada na frente de forças populares deve ser em bloco, embora estejam conversando diretamente com o Presidente. Acham/ que JG continúa com o plano do golpe e que isso deve, de agora por diante, entrar nas nossas análises, pois o processo político está / se desenvolvendo com incrível rapidez.

Depois dessa ampla conversa, achei de bom/ alvitre com êles credenciassem uma pessoa para ir aí, apresentar-lhe um relatório dessas/ conversações, ligou para o velho, reuniram- / se depois e eis a razão da presença de Marco/ Antonio aí.

San Tiago - Amargurado, o professor. A // Frente dêle desapareceu, para dar lugar diretamente a do Presidente.

Depois da Instrução da Sumoc, que conversa remos mais tarde, achamos de bom alvitre que o Ataíde fôsse ao professor, para saber da posição dêle em relação a essa Instrução. Respondeu êle ao Ataíde que se afastara das articulações, deixando que o próprio Presidente assumisse o comando, para que todos sentissem o grau de interêsse de JG sôbre o assunto. Que a instrução da Sumoc era coisa de Ney para / criar dificuldades à Frente. Que a instrução/ era uma discriminação contra Pernambuco, inconcebível. Que êle estava à disposição do Governador de Pernambuco, para advogar os interesses do Estado junto ao Presidente, pressionando-o para que reveja o assunto. Como você/ vê, o professor está, fóra da área e pretende, com êsse oferecimento, voltar ao palco, desta vez pela sua mão, como seu porta voz. Salienta-se que o Ataíde passou 24 horas para falar com o professor e êle fugia, da casa dele marcavam horas sucessivas para a conversa e êle nunca podia atender na hora marcada. Na décima vez, já às 22 horas, diante da nossa insistência, é que o Ataíde conseguiu falar com //



êle a conversa que lhe transmití acima.

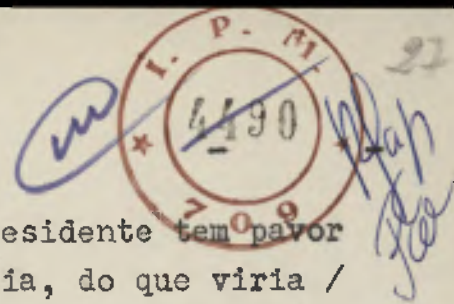
SAMUEL - No dia em que cheguei, fui a casa / do Samuel e tratei apenas do caso da Metropolita na de Santo Antonio, mostrando que você não gostava de fazer pedido pessoal, jamais havia feito. Que o pedido, agora, não era de natureza pessoal, pois tinha sentido político, mas mesmo assim desejava você, se possível, que êle (Samuel) colaborasse, como um dos seus problemas a resolver. Respondeu-me que o Presidente estava na disposição de lhe atender em tudo. Textual: "Não sei o que êle pretende com isso, mas declarou-me êle / que satisfará todos os pedidos e atenderá a tô - das as reivindicações de Arraes." Que no dia seguinte, de manhã, iria a Jacarepaguá e trataria / do assunto. Fêz-me escrever em papel timbrado da Presidência, a reivindicação. No outro dia, voltando de Jacarepaguá, me telefonou, lendo para mim o seguinte despacho de Jango, no papel que / eu havia escrito: "Caillard: pedir ao Medina para atender imediatamente a reivindicação do Governador de Pernambuco". Depois, quando nos reunimos, novamente, para uma ampla conversa de três horas, que vou relatar abaixo, mostrou-me a fotocópia desse documento, que já ontem foi entregue por êle ao Caillard. Acontece, entretanto, que o Medina viajou, devendo voltar no começo da semana. Estarei vigilante, entretanto.

A conversa foi longa e séria, três horas seguidas.

Vamos por parte:

L. Golpe. Entende que o Presidente continua / absolutamente empolgado por essa idéia, já estando convencido entretanto que, a essa altura, não seria mais golpe, mas a própria revolução. Acontece, porém, que isso o preocupa demasiado e só seria demarrado com 100% de garantia de êxito (estou transmitindo a conversa de Samuel, depois comentarei). Que, para isso, entretanto, necessário se torna que haja motivação. Acha possível que a direita bote a cabeça de fóra ou que Brizola / demarre para a sua loucura. Em um ou outro caso, em qualquer deles estaria a motivação. Apesar /

23913



disso - ainda é Samuel - O presidente tem pavor de golpe, das suas consequências, do que viria / depois, de contrôle, que poderia escapar das / mãos.

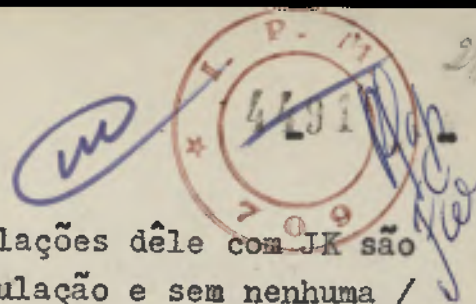
Na semana que passou o Presidente reuniu os comandos militares, e estes se mostraram inteiramente afinados com êle.

Sobre eleições o Presidente - não fala. É assunto que para êle não existe. Diz que a única vez que se referiu foi para dizer que até o Dr. Getúlio se levantaria do túmulo para impedir a ascensão política do seu assassino (Lacerda). / Acha que as eleições são inviáveis, pois o país não suportará 18 meses de campanha de Lacerda, pela violência de que será revestida. Isso seria a subversão. Há o apôlo que terá das forças militares para qualquer esquema que impeça a agitação e a agressão de Lacerda.

A idéia dominante, nêste últimos dias, é a de que o Presidente deve enviar mensagem ao Congresso pedindo a decretação de um plebiscito para reforma da Constituição, no sentido das reformas. Essa mensagem seria apoiada por uma campanha nacional no sentido amplo, comandada por êle Presidente, em pronunciamento incisivos, // com a participação das forças integradas na frente política agora em formação.

O Congresso, eleito pelo IBAD, de certo negará aprovação à proposição - aí teremos então a justificativa para sua dissolução, convocação / de uma Constituinte, decretando concomitante - mente as reformas imediatas e essenciais que foram julgadas assim pelas forças integradas na Frente.

Se nenhum esquema desse tipo der certo, então estaria êle - o Presidente - no propósito / de renunciar, declarando à Nação a impossibilidade das reformas que ela deseja, vinculando-se / ainda mais à sua liderança popular. Esse propósito teria sido comunicado a alguns chefes militares, que não concordaram com a hipótese que, segundo ainda Samuel, também não é esse o desejo do próprio Presidente. Fala nisso - e somente falou duas vezes - com o propósito evidente / de forçar soluções.



Acentúa ainda que as relações dêle com JK são cordiais, sem nenhuma vinculação e sem nenhuma / profundidade.

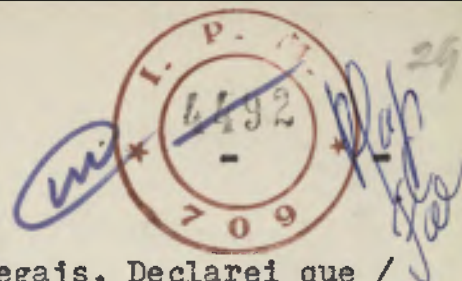
Adverte que agora o Presidente está inteira - mente distanciado de Brizola, sob a alegação de/ que tem executado tôdas as proposições de Brizo - la, mas êste não se contenta e sempre volta que - rendo mais, querendo mais. Que chegou à conclu - são de que Brizola o que deseja é o lugar dêle , Presidente, e êle não quer essa concorrência. // Daí admitir, como já anunciei, que o Brizola saís se para uma ampla convulsão, tipo Lacerda.

Finalmente acha que você deveria se resguar - dar nessa quadra, adiantando que, como você sa - be, o Presidente é de uma instabilidade terrível e tudo isso poderia mudar de uma hora para outra, tomando rumos até então não imaginados.

Interpelei, então, porque Presidente não fala va, francamente com você, não colocava de uma vez por tôdas as cartas na mesa, pois você - tal co - mo havia assegurado na conferência que teve aí / com êle, SW, na minha presença. - vinha colabo - rando de tôdas as maneiras no sentido de criar / condições para que o Presidente governasse.

Respondeu-me SW que fizera a mesma pergunta ao Presidente e que êle respondera: "O que acontece Samuel, é que Arraes não tem confiança em mim, e eu não tenho confiança em Arraes."

Retruquei, então, que isso deveria acabar, em benefício das soluções populares, pois apesar de reconhecer que o Presidente estava muito forte , acreditava que a sua ausência, em qualquer solu - ção, traria sérias dificuldades e que a sua per - feita identidade, juntamente com as fôrças popu - lares, com o Presidente, ofereceria condições // excepcionais para se chegar às soluções almeja - das. Interpelou-e ao invés de me responder - sô - bre duas coisas: a) seu pensamento sôbre a elei - ção, se nós acreditaríamos que o Presidente vies se a apoiar um candidato que disputasse com êle/ a liderança da área popular e b) qual a sua rea - ção em face de soluções extra-legais. Fiz ouvido de mercador sôbre o problema da eleição, e, dire - tamente, sôbre a sua candidatura - que era o que êle concretamente deseja saber - e me fixei no

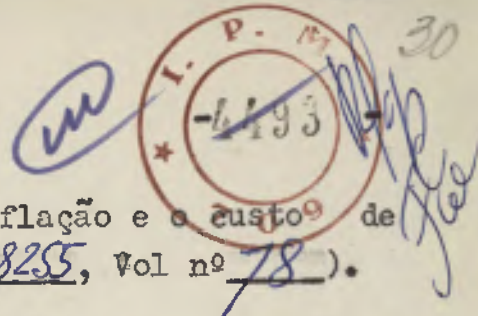


problema das saídas extra-legais. Declarei que / você não tomaria nenhuma posição que atrasasse o desenvolvimento do processo político no sentido / da revolução brasileira, que esta era uma das li / nhas mestras de seu comportamento político. En - / tretanto, os objetivos concretos, o conteúdo de / qualquer solução desse tipo, é que deveria ser / defê / nido com muita precisão. Que a liderança que / você encarna não permitia ir para uma solução // / que a nada conduza, de simples aventureirismo po / lítico.

Retrucou-se, então, que todo o mundo está ca - / indo nos braços do Presidente - o PC já estava / inteiramente afinado com o Presidente, que ago - / ra Almino Afonso já estava indo no mesmo senti - / do, e que o Presidente estava no comando pessoal da Frente Única que é a operação primeira de tu - / do isso. Propôs, que digo, então, que organizás - / semos uma conversa entre você e ele, de modo a / permitir uma conversa ampla e direta, até às úl - / timas consequências. Que checaria o tipo de con - / versa com o Presidente, para depois me propor o / roteiro, de maneira que não falhasse.

Perguntou-me, então, se você viria para o co / mício do dia 13. Diante dessa conversa tôda, dis / se que você estava sendo convidado com insistên - / cia, mas teria me declarado que só viria se o // / Presidente achasse que isso seria de sua conveni / ência.

COMÍCIO DIA 13 - Organizado pelo CGT, para de / fesa das reformas e das liberdades públicas. Não / falará representante do PC. Falariam CGT, UNE, / RPN, CPOS, Elói, Brizola, Arraes e Jango. Enten - / de o PC que êsses oradores teriam a vantagem de / enquadrar Jango, que, falando ao final, não pode / ria usar linguagem diferente dos oradores anteri / ores. SW disse-me que nêsse comício teria de se / reconhecer publicamente que o Presidente estava / tomando medidas de caráter popular e enunciá-las, / de maneira a focar, em primeiro plano, a figura / de Jango. Nêsse comício, atendendo a sugestões / do PC, o Presidente assinaria decretos de conteú / do popular: o da Supra, desapropriação, a encam / pação de Capuava e outros contendo medidas de na



tureza popular, contra a inflação e o custo<sup>o</sup> de vida." (Doc nº 1610, fls nº 18255, Vol nº 78).

Por essa carta se verifica que as medidas iniciais para o golpe-de-estado foram tomadas de comum acôrdo com o PC e o CGT, inclusive o Comício do dia 13 de março.

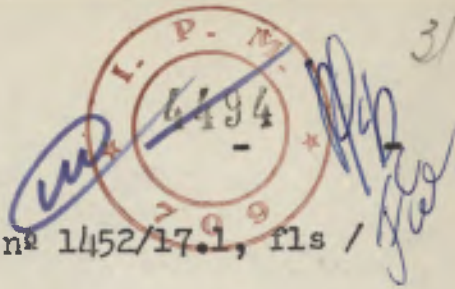
Mais adiante ao tratar das manifestações do PCB no govêrno de JOÃO GOULART pormenorizaremos melhor o assunto.

d) Conspiração para uma contra-revolução.

JOÃO GOULART, exilado em Montevideú, manteve constantemente o propósito de retomar o poder, através de uma contra-revolução. Para êsse fim promoveu uma série de entendimentos que se traduziram em informes assinalados pelos / diversos órgãos de informações e foram confirmados em depoimentos testemunhais. Assim, temos os seguintes registros:

- (1) Pedro Makovsky Clemachuk em sua reinquirição disse que o PORT enviou Claudio Cavalcanti ao Uruguai a fim de manter contatos com João Goulart e Brizola visando uma contra-revolução. (Doc nº .. 42/17, fls nº 7789, Vol nº 31).
- (2) Martinho Leal Campos diz em seu depoimento, que o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista) enviou Claudio Cavalcanti ao Uruguai a fim / de manter contatos com João Goulart e Brizola visando uma contra-revolução. (Doc nº 45/17, fls / nº 13841, Vol nº 56).
- (3) Ayberê Ferreira de Sá diz em seu depoimento que / o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista) decidiu mandar Claudio Cavalcanti ao Uruguai a fim de manter contatos com João Goulart e Brizola visando um movimento contra-revolucionário. (Doc nº 35/17, fls nº 7761, Vol nº 31).
- (4) Relatório Suplementar da Delegacia Auxiliar - Extrato: - ficou estabelecido que o Partido Operário Revolucionário Trotskista mantém um Comitê / Central, com séde em S. Paulo, e que em início / de novembro de 1964, foi designado um dos dirigentes para, em Santiago, junto ao grupo João // Goulart-Leonel Brizola, acompanhar as demarches / de preparação de uma ação contra-revolucionária,

23917



a deflagrar no Brasil. (Doc nº 1452/17.1, fls / nº 8115, Vol nº 32).

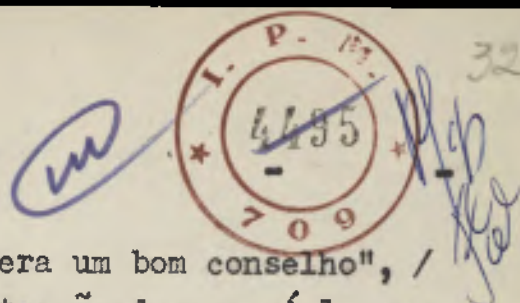
- (5) Informe sôbre a Rêde Contra-Revolucionária montada no Uruguai para a subversão na América Latina - Extrato:- após a prisão do advogado Renato Pardo Manier, proprietário da firma "Leandro Martins Imóveis" o DOPS INTEIROU-SE da rêde supra-citada montada pelos asilados no Uruguai, e liderada diretamente pelos Srs. João Goulart e Leonel Brizola, que compreende um esquema de invasão do Brasil. A séde está montada nas cidades de Mello e Treintaytrês, na República Oriental. (Doc nº 432/30.2, fls nº 9983, Vol nº 40).

- (6) No depoimento de SEBASTIÃO FERREIRA MAIA neste/ IPM consta os seguintes trechos que demonstram/ as intenções subversivas do ex-presidente:

"No final desses dias, o Sr. João Goulart // procurou obter algumas informações sôbre assuntos políticos. Narrou ao depoente várias informações que possuía sôbre a situação no Rio Grande do Sul, sôbre a qual se achava otimista e estava bem informado. Pediu ao depoente a sua impressão sôbre a região central, a respeito de / um movimento contra-revolucionário. O depoente/ manifestou a sua opinião sôbre a inviabilidade/ dêsse movimento que não encontrava condições de sucesso. Disse o Sr. João Goulart sôbre a existência no Sul de militares que lhe prestavam informações sôbre a situação. Ainda nessa ocasião perguntou-lhe sôbre a posição do General Kruel/ a respeito dêsse movimento, tendo o depoente // respondido que nada sabia sôbre tal posição, // tendo então o Sr. João Goulart solicitado ao depoente que procurasse saber, numa conversa com o referido General, qual o seu pensamento a respeito da atual situação."

Mais adiante, SEBASTIÃO MAIA declara que, retornando ao encontro de JOÃO GOULART mostrou - lhe que o General KRUEL reagiu, expressando-se/ inteiramente contrário a tal movimento e ainda/ dissera que JOÃO GOULART devia tirar da cabeça/ semelhantes pensamentos.

Revelou ainda que o indiciado aceitou essa /



afirmação, dizendo que "era um bom conselho", /  
mas não "manifestou a intenção de cumprí-lo ou  
não cumprí-lo."

Todos os elementos acima expostos mostram claramente que JOÃO GOULART promoveu gestões para o inconsciente desencadeamento de uma subversão visando a depor o govêrno/revolucionário implantado no país pelo movimento de reafirmação democrática que evitou justamente fôsse o país conduzido ao inconcebível caos da guerra civil, da desordem/social, da ruína econômica e da anarquia política.

## II - Aspectos da situação nacional no govêrno Goulart.

### 1. As manifestações do PCB.

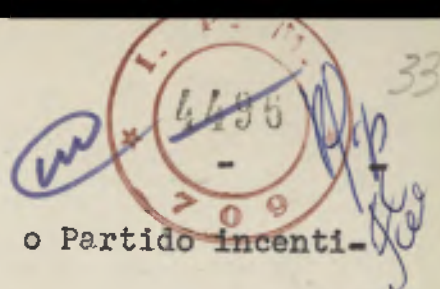
Já expusemos o assunto, em estudo bastante extenso na Introdução do Relatório Geral do IPM. Cabe agora, ao elaborar a incriminação de JOÃO GOULART, apresentar uma síntese geral que demonstre como foi impressionante a liberdade / que o PCB desfrutou para as suas atividades subversivas de doutrinação, infiltração, agitação e propaganda, mobilização de massas e até para ações de violência.

"Por ocasião da crise de agosto-setembro de 1961, quando do episódio da ascensão ao poder de João Goulart pela renúncia de Jânio Quadros, os comunistas mobilizaram todo o seu dispositivo de agitação e propaganda. // Atacaram a emenda parlamentarista e aos que a admitiram:

"Os comunistas denunciam enérgicamente à classe operária e ao povo a infame tentativa de conciliação com o grupo golpista reacionário, contida na proposta da emenda parlamentarista. Qualquer conciliação com o grupo golpista é um crime porque põe em risco tôdas as conquistas da nação, a realização de uma política externa independente e de uma política interna de desenvolvimento/progressista do país e de melhoria das condições/ de vida do povo."

(Novos Rumos nº 133, 1 Set 61, p 1).

23919



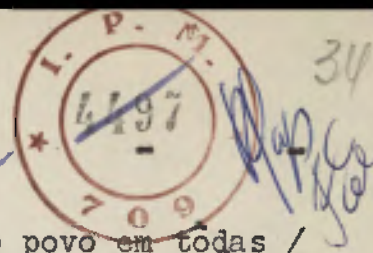
Através de manifestações públicas, o Partido incentivou a greve geral e a reação popular.

Após a posse de João Goulart o Partido levantou a tese da punição dos que a ela se opuseram, recomendando inclusive a deposição de governadores. Declararam aberta a perspectiva de implantação de um governo nacionalista e democrático (socialista), pedindo um plebiscito sobre modificações constitucionais e a legalização do Partido. Prestes publicou em Novos Rumos:

"Nestas condições, os comunistas prosseguem / sua luta pela formação de um governo nacionalista e democrático, único capaz de enfrentar com / êxito a solução dos problemas do povo e de imprimir um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da nação.

Somos favoráveis à realização do plebiscito, reconhecendo a significação democrática de uma / consulta que permita ao eleitorado decidir a respeito das modificações introduzidas na Constituição da República pelo Congresso Nacional. Não é essa porém, a questão decisiva do momento. O // principal agora é mobilizar massas para que exijam do novo governo e do Congresso Nacional o desarmamento dos golpistas, sua destituição de todos os postos de mando e a punição de todos aqueles, como o Sr. Lacerda e seus apaniguados, que cometeram violências e crimes contra o povo. Cabe-nos também mobilizar massas para que exijam / o imediato estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e demais países do campo socialista. O combate a carestia de vida / ocupa um lugar importante na mobilização de massas, visando a exigir do novo governo uma política financeira livre das imposições do Fundo / Monetário Internacional e que assegure a elevação do salário real dos trabalhadores, o imediato congelamento dos preços dos artigos de consumo popular e medidas práticas contra a inflação. Cumpre-nos ainda mobilizar massas para exigir a defesa das empresas estatais, a suspensão imediata da remessa de lucros para o Exterior, a liberdade e autonomia sindicais, a reforma agrária e garantias para a livre organização dos trabalhadores do campo.

23920



Participando juntamente com o povo em tôdas / as lutas por suas reivindicações, pelo bem-estar, o progresso e a independência da nação, os comunistas continuam batendo-se pela mais ampla solidariedade ao povo cubano e tudo fazem pela salvaguarda da paz mundial. É indispensável igualmente intensificar a coleta de assinaturas tendo em vista solicitar dentro do menor prazo possível, / ao Superior Tribunal Eleitoral, o registro do // Partido Comunista Brasileiro."

O Partido Comunista iniciou, desde logo, duas grandes operações. A primeira procurando completar o domínio sindical. A segunda a conquista em uma intensiva campanha para o registro eleitoral do PCB.

Para a hegemonia sindical o Partido necessitava o controle integral de todos os sindicatos e a formação dos comandos centralizados para a greve.

Por outro lado, a campanha para a legalização do Partido Comunista desencadeou-se enérgicamente em todo o território nacional.

Ao mesmo tempo, o PCB incentivava intensamente o movimento grevista e apoiava o lançamento da Frente de Libertação Nacional que era a primeira tentativa de grande vulto / do estabelecimento de uma frente-única das esquerdas em asção.

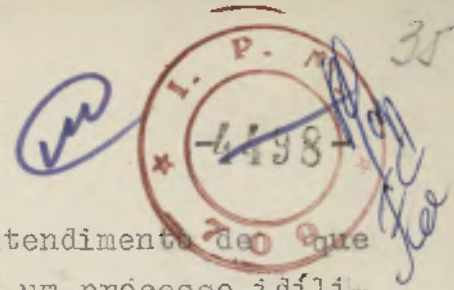
Outro movimento que começou a avultar foi o de aproximação com os países do Mundo Socialista. Tôda a imprensa / comunista desenvolveu temas para os acordos econômicos, e o restabelecimento de relações diplomáticas.

Em outubro de 1961, o Partido julgou oportuno baixar / uma Resolução definindo os rumos de sua linha política. // Nesse documento o Partido se definia em oposição ao governo Jango-Tancredo Neves.

Nessa Resolução encontramos:

"É necessário chamar a atenção para duas incompreensões quanto à nossa linha política, as quais têm acarretado erros na atuação de alguns / camaradas. A primeira consiste na absolutização / da possibilidade da saída pacífica de nossa revolução, isto é, na exclusão da possibilidade de uma saída não pacífica da revolução brasileira. /

23921

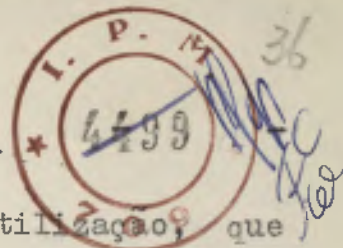


A outra incompreensão é o entendimento <sup>de</sup> que o caminho pacífico significa um processo idílico, sem choques e conflitos sociais, e que, por tal motivo, não devemos aguçar as contradições/ de classes e aprofundar a luta contra o inimigo.

Estamos agora diante de novas e maiores tarefas. Para levá-las a termo é indispensável que cuidemos cada vez mais de reforçar o movimento comunista, desenvolver sua atividade entre as massas e assegurar sua unidade para aumentar // sua capacidade de ação. Os últimos acontecimentos exigem e ao mesmo tempo facilitam a superação das tarefas da construção do movimento comunista. Será essa a melhor forma de capitalizarmos a vitória democrática de nosso povo e o sentimento de satisfação e orgulho que ganha nas fileiras.

Devemos acelerar agora o processo de registro eleitoral de nosso Partido, constituindo as Comissões de patrocínio nos Estados e Municípios, intensificando o movimento de massas e a coleta de assinaturas de eleitores.

Para livrar nosso país dos monopólios norte-americanos e de seus agentes internos, temos // ainda de travar duros combates. Para eles devemos estar preparados. Como ensina o grande Lênin, a história em geral e a das revoluções em particular é sempre muito mais rica do que imaginam os melhores partidos de vanguarda, donde a dupla conclusão de que o proletariado, e particularmente seu Partido, precisam saber utilizar todas as formas de luta e achar-se em condições de substituir, de maneira rápida e inesperada, uma forma por outra. Devemos estar sempre preparados para enfrentar todas as consequências do aguçamento da luta de classes e das crises políticas e, portanto, para rápidas mudanças nas formas de luta. Persistindo na luta contra as tendências de direita, devemos continuar combatendo com firmeza e o oportunismo de esquerda que pretende desconhecer a importância da //



acumulação de forças e da ampla utilização que devemos saber fazer, das formas legais de luta.

As maiores e novas tarefas que temos agora pe la frente constituem um motivo de estímulo à nossa atividade. Adquirimos considerável experiência nas últimas lutas travadas pelo nosso povo. Vimos mais de perto nossos erros e debilidades, podendo assim corrigí-los. Temos consciência das / vitórias do socialismo no mundo inteiro e realizamos nossos trabalhos exatamente quando o glorioso Partido Comunista da União Soviética discutia, em seu XXII Congresso, o no Programa - a Carta do Comunismo - que aponta para todos os povos a perspectiva da vitória final na luta contra a exploração do homem pelo homem. Reforça-se, por tudo isso, a convicção de que também o povo brasileiro vencerá seus inimigos, alcançará a completa emancipação nacional e seguirá pelo caminho do socialismo."

(Novos Rumos nº 143, 3/9 Nov 61, p 8)

O III Encontro Sindical, na Gua nabara e o I Congresso dos Lavradores Agrícolas de Belo Horizonte foram os conclaves mais significativos dêsse período. Os comunistas do mina ram-nos inteiramente.

JOÃO GOULART apoiou inclusive material e financeira - mente a realização dêsse importantes encontros.

A 24 de novembro, o govêrno brasileiro restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética. Luiz Carlos / Prestes enviou ao Presidente João Goulart mensagem de feli citações em nome dos comunistas brasileiros.

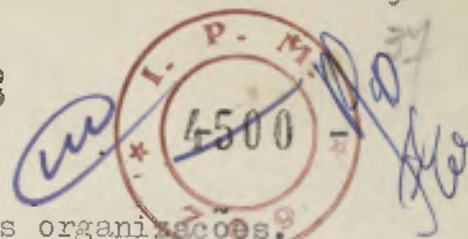
o Partido Comunista começou a desenvolver forte cam - panha contra o Gabinete Tancredo Neves.

Prosseguiram as greves, incentivadas pelos comunistas, salientando-se entre estas a do "abono de Natal" em São // Paulo.

A imprensa comunista excedeu-se em manifestações contra as autoridades. Em Belo Horizonte sérios incidentes // ocorreram, sendo empastelado o jornal marxista "O Binômio!"

As divergênci as internas no Partido assumiram uma / condição crítica. Foram expulsos em dezembro de 1961 Pedro Pomar, João Amazonas, Grabois, Calil Chade e outros diri - gentes.

A penetração na UNE e na Petrobrás asseguravam no iní



cio de 1962 o domínio comunista dessas organizações.

Em janeiro de 1962 realizou-se o VI Congresso dos Ferrovieiros liderado pelo comunista Rafael Martinelli.

A nova diretoria do CNTI, cuja posse contou com a presença de Jango, foi outra consagração da hegemonia comunista no meio sindical. O comunista Clodsmith Riani assumiu a presidência da Confederação. Enquanto falava o Presidente da República os assistentes gritavam: Cuba! Cuba! Cuba! // (Ver Novos Rumos nº 154, 19/25 Jan 62, p 8).

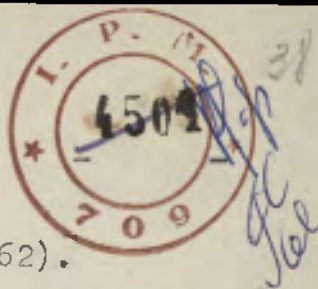
Realizou-se, nessa ocasião, a Conferência dos Chanceleres em Punta Del Este, onde a delegação brasileira chefiada por Santiago Dantas assumiu posição dúbia e tergiversante.

Luiz Carlos Prestes publicou em fins de janeiro o seu artigo sobre o XXII Congresso do PCUS, intitulado: "Os Construtores do Comunismo - Um debate histórico".

No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola encampou em fevereiro de 1962 a Companhia Telefônica, criando um problema sério nas relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos. O PCB apoiou publicamente a atitude do governador gaúcho: "Brizola está certo". (Ver Novos Rumos nº 159, 23-Fev/1º Mar 62, p 1.)

Em março de 1962, os comunistas comemoraram auspiciosamente 40 anos de existência do Partido. Geraldo Rodrigues dos Santos, membro da delegação do PCB à URSS declarou que as vitórias do PCUS eram "um apêlo ao aceleração do processo revolucionário" no Brasil. (Ver Novos Rumos nº 160, 2/8 Mar 62, p 4).

Nessa comemoração do 40º aniversário, Di Cavalcanti// escreveu "saudando a maturidade do meu partido", Mario ... Schemberg discorreu sobre: "Os intelectuais e o Partido Comunista", Moisés Vinhas declarou que "O Partido é indestrutível" e Oduvaldo Vianna saudou "os companheiros de viagem". Prestes fez comício em Piedade e houve festa popular em // Caio Martins, Niterói, onde compareceram ao lado do Secretário do PCB, o governador Celso Peçanha, Tenório Cavalcanti, Vasconcelos Torres, Aarão Steimbruck e Jonas Barbieri. Vasconcelos Torres, hoje senador, declarou hipócritas os / que atacavam o Partido Comunista, tendo sido um dos oradores mais aplaudidos. Em São Paulo, o povo cantou a Internacional no Pacaembú. O deputado Almino Afonso, depois Ministro do Trabalho, saudou calorosamente a Luiz Carlos Pres -



tes. (Ver Novos Rumos nº 163, 30 Mar/2 Abr 62).

Os estivadores declararam-se em greve, na I Conferên-  
cia Nacional, liderada por Oswaldo Pacheco. A UNE lançou/  
moção de apoio a Brizola pela encampação da CTN. O PCB //  
criticou o discurso do Presidente no almoço que lhe ofere-  
cera a Câmara do Comércio Americana (Ver Novos Rumos nº .  
163). O Presidente da República esteve na CNTI onde presi-  
diu reunião ao lado de Clodsmith Riani e Benedito Cerquei-  
ra (Novos Rumos nº 164, 4/12 Mar 62, p 2). Prestes falou  
em concorrido comício em Santos.

Nêsse momento, o PCB intensificou a campanha para a  
encampação das concessionárias de serviços públicos no //  
Brasil.

O Exército foi atacado pela imprensa comunista, acusa-  
do de ter desencadeado o terror contra as Ligas Campone-  
sas de Julião - (Novos Rumos nº 165, 13/19 Abr 62).

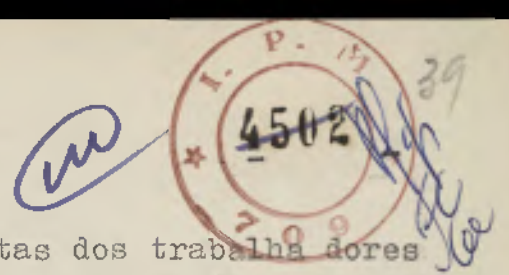
Brizola, apoiado pelo PCB, fazia intensa pregação no  
rádio, na televisão e em comícios públicos pela encampa-  
ção. Ao mesmo tempo Prestes se desincumbia da missão que  
trouxera da Rússia de preparar uma exposição sôbre a URSS  
no Rio de Janeiro. Em todo o país, do Rio Grande do Sul /  
ao Pará desenvolviam-se os incidentes pela disputa de ter-  
ras, com a ocorrência de choques entre as forças legais/  
e camponeses armados.

A 1ª de Maio de 1962, Prestes se dirige ao Povo:

"Façamos dêste Primeiro de Maio, em todo o  
país uma grande jornada de luta em defesa das /  
liberdades democráticas, pelo direito de voto /  
dos analfabetos, soldados e marinheiros, pelo /  
registro eleitoral do Partido Comunista. A lega-  
lidade completa do Partido Comunista é exigênci-  
a democrática cada vez mais inadiável em nosso/  
país.

Façamos dêste Primeiro de Maio uma jornada /  
nacional de protesto contra o assassinio de cam-  
poneses no Nordeste.

Reforcemos a organização da classe operária/  
e a unidade de suas fileiras intensificando as  
manifestações junto ao Congresso Nacional, ten-  
do em vista a aprovação dos projetos de lei que  
instituem o 13º mês de salário, a título de aho-  
no de Natal, e o salário-família, e desenvolvem-  
do a solidariedade a todos os movimentos reivin-



dicatórias. Apoiemos as lutas dos trabalhadores do campo e ajudemo-los a se organizarem. A aliança operário-camponesa constitui base indispensável à unificação de todos os patriotas e democratas, ao poderio da Frente de Libertação Nacional, que pode e deve congregiar todos os que almejam a vitória da revolução nacional e democrática em nosso país.

Unidos, lutemos pela substituição do atual governo por um governo nacionalista e democrático, que realize as reformas de base reclamadas pelos superiores interesses da nação.

A luta, a organização e a unidade da classe operária, das grandes massas camponesas e de todo o povo assegurarão a vitória.

Salve o Primeiro de Maio e a solidariedade internacional do proletariado!

Salve a luta dos trabalhadores de todo o mundo pela paz, a democracia e o socialismo!

Viva o povo brasileiro unido!

Pelos comunistas de todo o Brasil!"

(Novos Rumos nº 167, 27 Abr/3 Mai 62, p 1).

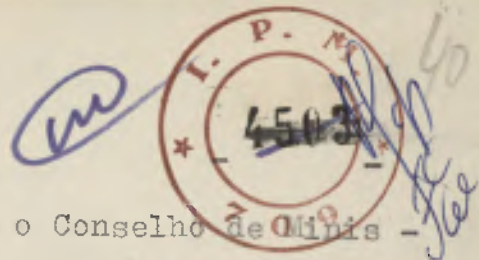
O PCB promoveu um grande comício na Cinelândia, no Rio de Janeiro, onde falaram Prestes, Dante Pelacani, Riani, Benedito Cerqueira e outros. O Ministro do Trabalho, Franco Montoro foi vaiado, ao ser anunciada a sua presença, tendo que se retirar temeroso. Populares agitavam bandeiras vermelhas e faixas exigindo a legalidade do PCB. // Prestes criticou a Aliança para o Progresso e conclamou o povo a se unir em uma frente-única. (Ver Novos Rumos, nº 168, 4/10 Mai 62, p 8).

No nordeste, a sêca agravou intensamente o problema social. Milhares de flagelados invadiram as cidades, criando graves incidentes.

O Movimento de Cultura Popular com o apoio da UNE e do Ministério da Educação e Cultura passou a desenvolver uma campanha de doutrinação marxista em todo o território brasileiro.

Ainda em maio, Brizola lançou o "slogan": "Reforma ou Revolução", "Mais vale perder a vida lutando que perder a razão de viver", disse êle no CACO perante os estudantes.

As Ligas Camponesas se expandiam, principalmente no Nordeste.



O PCB investiu novamente contra o Conselho de Ministros exigindo a sua substituição por outro mais radical. / Em junho a UNE desencadeou a primeira greve geral estudantil pela reforma.

O General Osvino Ferreira Alves anunciou a existência de uma trama golpista, no que foi apoiado pelo General Peri Bevilacqua. Disse o General Osvino em seu pronunciamento / no 1º G CAN AAAé:

"Meus camaradas: quero alertá-los sôbre um movimento que se vem articulando no País, e que, / sob pretexto de combater o comunismo, visa a enfraquecer as Fôrças Armadas e desmoralizar o Governo, por suas mais destacadas personalidades, / para depois jogá-los por terra."

O General Peri Bevilacqua declarou:

"Voltaram a exhibir aos desaviados o bicho pa pão de perigo anticomunista, que já uma vez pôs / em férias a Constituição, em 1937, e agora torna a ameaçar-nos sèriamente, conforme denúncia do digno general Osvino Ferreira Alves, comandante / do I Exército. O marcatismo sepultado nos Estados Unidos resuscitou entre nós, na forma sul-americana do golpismo."

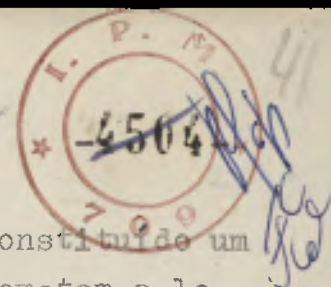
(Novos Rumos nº 172, 1/7 Jun62, ps 3 e 8).

O Presidente da República deu entrevista ao Pravda, declarando que as "relações Brasil-URSS terão grande incremento".

A 15 Jun62, Prestes deu entrevista a Novos Rumos, clamando os trabalhadores a luta para "impedir a conciliação e impôr um gabinete nacionalista". Declarou:

"As fôrças patrióticas e democráticas - os // operários, camponeses, estudantes, a intelectualidade, as camadas médias urbanas e os setores progressistas da burguesia nacional - constituem / a esmagadora maioria da nação. Unidas e atuantes, essas fôrças podem impor sua vontade, derrotar os conciliadores e a minoria reacionária e entreguista, exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, efetivamente capaz de realizar as mudanças que o povo reclama. Repitamos, / porém; essas fôrças devem se unir e agir. Não há tempo a perder. Urge pressionar o presidente da República e o Parlamento no sentido de que seja /

23927



escolhido um primeiro-ministro e constituído um Conselho de Ministros que se comprometam a levar à prática as medidas já apontadas. As organizações populares, estudantis, camponesas e // operárias já estão se movimentando, mas a situação exige que suas ações sejam intensificadas. / E as massas devem manifestar-se em todos os locais e por tôdas as formas. Nas fábricas, usinas, fazendas, escolas, repartições públicas e bairros. Por telegramas, cartas, moções, abaixo-assinados, visitas ao presidente da República e ao Parlamento, comícios, passeatas. Tôdas as // iniciativas enfim devem ser tomadas no sentido / de que as fôrças democráticas e patrióticas, unidas, encontrem o caminho de fazer chegar suas manifestações ao presidente João Goulart, que / deve indicar o primeiro-ministro, e ao Parlamento, que deve aprovar estas indicações e a composição do Ministério."

(Novos Rumos, nº 174, 15/23 jun 62, p 1).

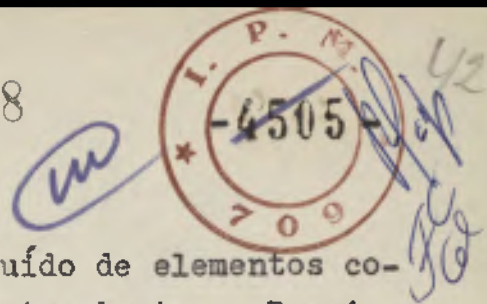
Os universitários decidiram suspender as provas em junho. Ao mesmo tempo João Goulart dirigia-se a Krushev / em carta. As organizações sindicais lançaram um manifesto colocando os trabalhadores de prontidão para a formação / de um govêrno "nacionalista".

O presidente João Goulart tornou pública sua decisão de apresentar o nome do chanceler Santiago Dantas para // substituir Tancredo Neves na chefia do Gabinete. O PCB patrocinou uma concentração popular no Palácio Tiradentes a 22 de junho para exigir um Gabinete "nacionalista e democrático". (Ver Novos Rumos nº 175, 22/28 jun 62).

Enquanto os comunistas incentivavam os protestos populares contra a carestia e anunciavam conferência de / Prestes, no Colégio Cardeal Leme, os estudantes promoviam a greve pela mudança do gabinete. As Confederações dos // Trabalhadores anunciaram a greve geral, através de um Manifesto e o Pacto de Unidade e Ação lançou outra proclamação exigindo um govêrno que fizesse as reformas radicais.

A tensão política tornou-se intensa nêsses últimos dias de junho. A greve glastrou-se por todo o País. / Santiago Dantas, apoiado pelos comunistas, declarou na televisão que "a nossa luta é para libertar o Brasil".

A Câmara dos Deputados rejeitou entretanto a indica-



ção do nome do chanceler.

O Comando Geral da Greve, constituído de elementos comunistas ou a êstes aliados, enviou carta aberta ao Presidente da República, na qual se lê:

" ... Continuamos, porque êste é o desejo manifesto dos trabalhadores, nossa pregação e nossa / mobilização em todo o País para sustentar com a GREVE GERAL, se preciso fôr, a constituição de um Conselho de Ministros Democrático e Nacionalista. As Reformas de Base reclamadas pelo povo são os / temas preferidos nos discursos dessa mesma eventual maioria que obstaculiza, no Parlamento, a tramitação dos projetos inadiáveis. Cansado de tanta demagogia, de tanta insensibilidade, de tanto impatriotismo, o povo já está nas ruas clamando contra a fome, a miséria, o analfabetismo e o subdesenvolvimento. Não sabemos até que ponto poderá / ir a sua e a nossa liderança."

Aprovada a indicação de Auro de Moura Andrade para Primeiro Ministro desencadeou-se a greve geral comandada pelo CGT, com o apoio de Brizola, da UNE e de tôdas as associações esquerdistas.

O Presidente retirou-se para sua fazenda em Uruaçu. // Brizola emitiu pronunciamento, declarando que "o povo brasileiro não pode permanecer a mercê das ambições desenfreadas de cúpulas ou grupos políticos insensíveis às suas aspirações e sofrimentos".

Estudantes ocuparam o Ministério da Educação e o povo, orientado por agitadores comunistas, invadiu e saqueou casas comerciais. Em Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, comerciantes foram trucidades pela massa em fúria.

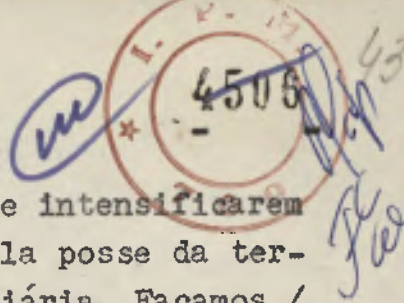
Na Guanabara, enquanto o govêrno estadual procurava // manter a ordem, prendendo agitadores, o govêrno federal /// apoiava as agitações.

Nessa ocasião, Prestes apresenta ao Superior Tribunal Eleitoral, o pedido de registro legal do PCB.

Finalmente foi aprovada a indicação de Brochado da Rocha para Primeiro Ministro, passando o PCB a exigir uma participação esquerdista nessa Gabinete. Francisco Julião e outros líderes comunistas camponeses emitiram um manifesto / conclamando a efetivação de uma reforma agrária radical.

Luiz Carlos Prestes colocou-se desde logo em oposição / ao novo gabinete, publicando a 20 Jul 62, um artigo no qual, conclamava:

"Ajudamos as grandes massas trabalhadoras do /



campo e organizarem suas forças e intensificarem suas lutas reivindicatórias e pela posse da terra, contra a exploração latifundiária. Fazemos / tudo para que o já convocado Congresso de Libertação Nacional, a realizar-se na segunda quinzena de agosto, constitua novo e vigoroso passo no caminho da unidade de todos os patriotas, da constituição definitiva da Frente de Libertação Nacional. Que convenções populares em cada Estado da Federação, nas grandes cidades e outras concentrações populares se realizem em todo o país, // discutindo os problemas que devem ser resolvidos por um governo nacionalista e democrático e elegendo delegados ao grande Congresso de Libertação Nacional."

(Novos Rumos nº 179, 20/26 Jul 62, p 3).

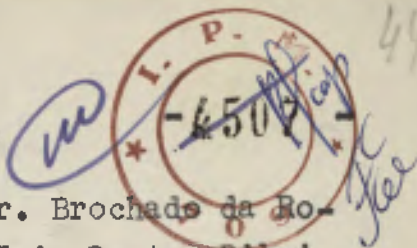
Em agosto, a Frente de Libertação Nacional promoveu um Congresso em São Paulo. Simultaneamente a UNE realizou o XXV Congresso, em Quitandinha, orientado pelo PCB e com a presença de Leonel Brizola. Prosseguia a greve estudantil.

O Comando Geral da Greve de 5 de julho transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e baixou manifesto colocando todas as entidades sindicais em estado de alerta pela greve geral em favor das "reformas de base".

Realizou-se, em São Paulo, o IV Encontro Sindical, controlado pelo PCB onde as entidades sindicais delinearam sobre as formas de base e estabeleceram os "onze pontos de ação imediata".

Nesta situação, o PCB lançou nova Resolução Política/ para aproveitamento do sucesso de suas últimas ações políticas e para orientar as atividades de sua direção partidária nas condições de tensão política que se manifestava.

Nesse ambiente de tensão e expectativa iniciou-se a / campanha para as eleições de 3 de outubro, ao mesmo tempo/ em que líderes esquerdistas, procurando prestigiar-se para tais eleições, lançavam simultaneamente uma campanha para/ antecipação do plebiscito sobre o regime parlamentarista. Instigado por esses elementos, tendo a frente Leonel Brizola, o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, radiografou ao Ministro da Guerra declarando: " Não posso garantir a ordem se o Congresso não der o plebiscito". O General Osmino Ferreira Alves fez também vários pronunciamentos. (Ver Novos Rumos, Edição diária, nº 3, 13 // Set 62).



A 1ª Set, renunciou o gabinete do Sr. Brochado da Rocha. O General Osmino telegrafou ao Gen Jair Dantas Ribeiro dizendo-lhe: "Conte com meu apoio em qualquer circunstância". O CGT decretou greve geral. (Ver Novos Rumos, Ed. diária, nº 4, 14 Set 62). Paralizaram suas atividades cerca de três milhões de trabalhadores, em todo o país. O CGT passou a liderar os acontecimentos. Brizola e Brochado da Rocha denunciaram o Congresso, taxando-o de corrupto. Mauro Borges, governador de Goiás declarou que a "espoliação do povo é a causa da crise". (Ver Novos Rumos, Ed. diária, nº 6, 16 Set 62).

A 18 Set, anunciava-se o novo gabinete de Hermes Lima, entretanto, foi imediatamente hostilizado pelos comunistas pois não atendiam aos interesses radicais do Partido. Foi considerado como um gabinete-tampão visando apenas a preparar o plebiscito de outubro, já concedido pelo Congresso / por imposição das forças esquerdistas.

A 30 Set, o Partido Comunista anunciou os seus candidatos para as eleições em São Paulo, na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro, em sua maior parte pertencentes às legendas do PTB e PST. O CGT baixou manifesto sobre a greve geral, declarando:

"O caminho aberto pelas vitórias das greves de 5 de julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que representa a libertação de nossa Pátria, o bem-estar do nosso povo e a felicidade da Nação Brasileira." (Ver Novos Rumos, Ed. diária, nº 18, 30 Set 62).

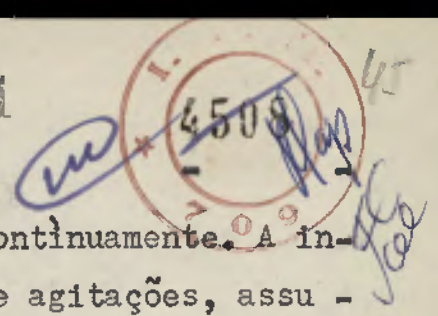
Foi dentro desse quadro que decorreram as eleições de outubro.

No Estado da Guanabara, as forças esquerdistas, apoiadas pelo PCB, obtiveram expressiva vitória.

Em Pernambuco, Miguel Arraes foi eleito governador.

O CGT, prestigiado pelo apoio federal, transformou-se em órgão inexecutável como elemento de pressão política. Impôs ao governo novo salário mínimo, passando a ser assessor do próprio Ministro do Trabalho.

Em novembro, o PCB lançou novo "slogan": "Plebiscito com reformas".



A situação econômica agravava-se continuamente. A inflação acelerada por constantes greves e agitações, assumiu um ritmo cada vez mais intenso.

Leonel Brizola na TV declarava que "a doença do Brasil era a espoliação imperialista". Os marítimos, portuários e ferroviários anunciaram a greve nacional pelo 13º salário. Os sargentos eleitos deputados mobilizavam a opinião pública pela defesa de seus mandatos, aos quais haviam ascendido contrariando dispositivos legais.

O PCB julgou oportuna a emissão de nova Resolução Política. Convocou uma conferência nacional e emitiu a Resolução Política de Dezembro de 1962.

A campanha do plebiscito permitiu ao PCB melhor contato com as massas.

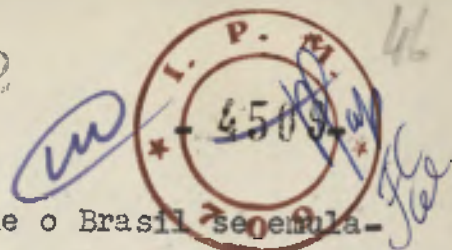
Em um balanço das atividades do ano de 1962, o PCB // conclui que "foi de grande valor para o desenvolvimento // das lutas reivindicatórias dos trabalhadores da cidade e do campo em nosso País". Considera que as greves de 5 de julho e 14 de setembro foram fatos culminantes dessas lutas. (Ver Novos Rumos, nº 204, 11/17 Jan 63, p 8).

A 15 de janeiro, o Gen Osmino Ferreira Alves era oficialmente homenageado por elementos do CGT.

Em fevereiro, Prestes, entrevistado por Novos Rumos, atacou o Ministério e o Plano Trienal, taxando-os de compromissos com o imperialismo e o latifúndio. (Ver Novos Rumos número 207, 1/7 Fev 63, p. 3): Em São Paulo, seis mil soldados, cabos e sargentos realizaram uma passeata pela posse dos eleitos.

O CGT baixou manifesto responsabilizando o governo pela carestia, declarando que o Ministério não inspirava confiança e que o Plano Trienal era contra o povo. Reproduzia a tese de Prestes.

Nesse momento cheio de apreensões, o PCB decidiu lançar o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, com um ato de hostilidade aos Estados Unidos e uma oportunidade de convocação de massas. À frente da Comissão Organizadora, Luiz Carlos Prestes colocou o Gen Luiz Gonzaga de Oliveira Leite. Em virtude de firma posição do governo da Guanabara à realização do conclave nesse Estado, foi ele transferido para Niterói onde teve lugar na sede do Sindicato dos Operários Navais.



Nêsse Congresso, Prestes declarou que o Brasil se enlaxava com os outros paízes latino-americanos na disputa pela // instalação do socialismo no segundo paízes dêste continente e que o Partido Comunista já estava na legalidade "de fato", retardando apenas obter a legalidade "de direito".

Em abril de 1963, o Sargento Garcia, deputado, declarou no Sindicato dos Metalúrgicos que o Gen Krueel, Ministro da Guerra, era um "golpista".

A situação política caminhava para nova crise, e o CGT se declarava "de fato e de direito". (Ver Novos Rumos nº .: 216, 12/18 Abr 63, p 7).

O PCB emitiu nova Resolução Política definindo as reformas radicais que pleiteava. (Ver Novos Rumos nº 219, 1/9 Mai 63, p 8). Conclamava o refôrço da frente-única das esquerdas para "derrotar os gorilas e a política de conciliação."

Nos meados de maio, o Partido conclamou dirigentes sindicais, parlamentares da FLN, líderes estudantis e personalidades a incentivarem uma pressão popular sôbre o Congresso para votar a emenda constitucional que abriria o caminho da reforma agrária radical.

O governador Miguel Arraes denunciou a Aliança para o Progresso e o arquiteto comunista Oscar Niemeyer recebeu o prêmio Lênin da Paz.

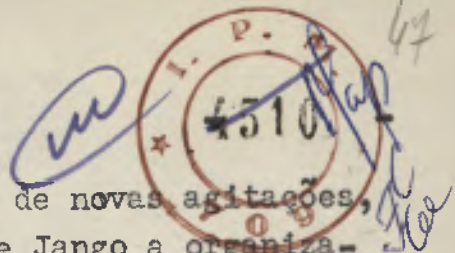
O CGT divulgou uma nota mobilizando os trabalhadores / para a greve pelas reformas. Em São Paulo, os ferroviários / conseguiram vitória em suas pretensões apenas com uma ameaça de greve.

O jornal Novos Rumos exigiu a demissão do general Amury Krueel, ao qual ofensivamente designaram de Ministro Gorila. (Ver Novos Rumos nº 221, 17/23 Mai 63, p 1).

No início de junho o PCB volta a atacar o govêrno, taxando-o de conciliador e incentivando o povo a lutar contra os ministros "agentes do imperialismo e do latifúndio". (Ver Novos Rumos nº 223, 31 Mai/6 jun 63, p 1).

Tendo sido demitido o comandante Paulo Melo Bastos, da Varig, os aeronautas deram um prazo de 48 horas à empresa / para a sua readmissão.

Com a presença de Miguel Arraes e do Ministro do Trabalho, Almino Afonso, uma reunião de líderes sindicais autorizou o CGT a decretar a greve geral pelas reformas, quando / julgasse isso conveniente. Jamgo, Miguel Arraes e Almino // Afonso, em São Paulo fizeram pronunciamentos em várias reuniões tendo em vista as reformas de base. (Ver Novos Rumos, nº 223, 31 Mai/6 Jun 63).



O empréstimo compulsório foi motivo de novas agitações, como a greve de Brasília. O CGT exigiu de Jango a organização de um novo ministério. E emitiu um Manifesto que concluiu com a seguinte ameaça:

"Concluindo cumpre-nos afirmar que as crescentes preocupações dos trabalhadores quanto aos inegáveis prejuízos acarretados à Nação pelo injustificável adiamento daquelas providências por parte dos Poderes Legislativos e Executivos, diariamente se fazem sentir, razões pelas quais, encontra-se devidamente coordenado dispositivo previsto para deflagração de Greve Geral, a qualquer momento, caso perdurem as atividades protelatórias contrárias à aprovação da reforma do parágrafo 16 do artigo 41 da Constituição Federal, a fim de possibilitar a adoção da Reforma Agrária, bem como, contra qualquer tentativa de cerceamento das liberdades democráticas, sindicais e demais reivindicações. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1963. Pelo Comando Geral dos Trabalhadores:

Clodsmith Riani - Dante Pellacani - Huberto Menezes Pinheiro - Alfredo Pereira Nunes."

(Novos Rumos, nº 224, 7/13 jun 63, p 3).

No Estado do Rio, grupos armados iam completando o cerco do Estado da Guanabara, invadindo propriedades nas regiões de Magé, Patacambí, Itaguaí, Cachoeira de Macacu, Caxias e outros locais.

Brizola declarava que a compra da "Bond and Share" era um "crime de lesa-pátria".

A ameaça da greve geral tornou-se uma condição permanente no ambiente nacional tumultuado e inquieto.

O General Osvino Ferreira Alves investiu contra a Aliança para o Progresso taxando-a de suporte do anticomunismo. (Novos Rumos nº 226, 21/27 Jun 63, p 3).

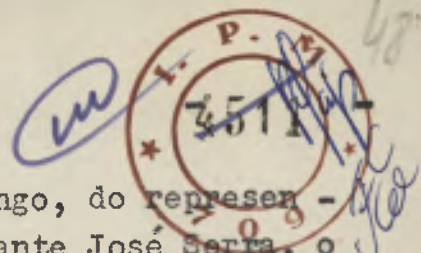
Cedendo as pressões, o Presidente João Goulart reformou o ministério, atendendo assim às exigências dos setores esquerdistas que se sentiam cada vez mais fortificados.

Em julho, o PCB lançou na Resolução Política, mostrando mais uma vez a sua insatisfação pela composição do novo ministério.

Recrudesciam em todo o país as agitações, que os comunistas procuravam incentivar e explorar.

Prestes visitou Recife, discursando em vários comícios ao lado de Miguel Arraes e Pelópidas Silveira.

A 23 de agosto, o CGT convocou grande concentração po-



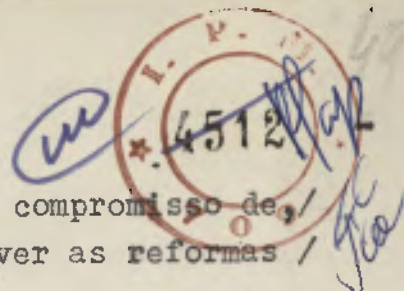
pular na Cinelândia. Com a presença de Jango, do representante do CGT Rafael Martinelli e do estudante José Serra, o comício foi um verdadeiro espetáculo de comunismo e agitação.

Assim descreve Novos Rumos:

"Recebido com enormes aplausos, Jango ouviu no palanque os discursos dos representantes da UNE e/ do CGT. Teve, assim, a oportunidade de presenciar as vaias ao embaixador Liconln Gordon, à Aliança / para o Progresso, à negociata com a Bond and Share e à política de conciliação com os bonzos do PSD, / ao mesmo tempo em que ouviu os ensurdecadores aplausos à exigência de uma verdadeira reforma agrária, de medidas concretas contra a carestia de vida, ao nome de líderes como o governador Miguel Arraes, / ao Comando Geral do Trabalhadores e à União Nacional dos Estudantes.

Fazendo, afinal, uso da palavra o presidente // João Goulart pronunciou, na verdade, dois discursos. O primeiro caracterizou-se (ao que dizem os cronistas políticos, por influência dos "entendimentos" / com a direção do PSD) pelo tom vago e vacilante // com que se referia, repetindo frases já várias vezes pronunciadas, à necessidade das reformas de base e às difíceis condições de vida do povo. Insistiu em usar como argumento declarações pretensamente pré-reformas de "líderes internacionais" (evitando, cautelosamente, mencionar o nome de Kennedy, como fez em ocasiões anteriores) e ia dar por terminado o seu discurso.

Foi quando se verificou a manifestação de desagrado da massa popular, exigindo de Jango a "definição". O presidente mudou, então, visivelmente, o plano do discurso, emprestando-lhe um tom mais vigoroso, embora fugindo, ainda aqui a afirmações de repúdio à política de conciliação. Nessa parte, // fez questão de mencionar o discurso do CGT - a "entidade máxima dos trabalhadores brasileiros", como afirmou -, comprometendo-se a fazer com que em .. 1964, nas comemorações do 24 de agosto já possam / ser festejadas as reformas de base convertidas em realidade. Afirmou que a consecução dessas reformas depende, fundamentalmente, da mobilização dos trabalhadores e do povo, dizendo que "nenhuma reforma social foi feita, até agora, senão sob a /// pressão das massas". Assumiu como o povo carioca -



- e todo o povo brasileiro - o compromisso de, como o apoio das massas, promover as reformas / "a curto prazo".

O comício da Cinelândia constituiu-se, enfim, numa importante vitória das forças nacionalistas e democráticas, do movimento nacional pelas reformas de base, contra o golpismo, o entreguismo e a conciliação."

A greve de Santos foi nessa época a manifestação mais grave do ambiente de agitações que se desencadeavam com / frequência crescente.

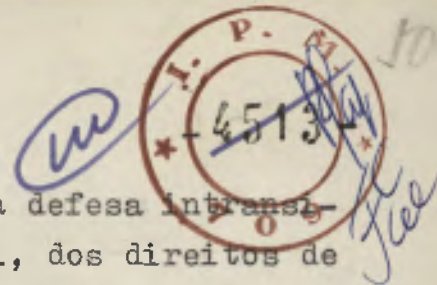
Os incêndios do Paraná completaram o quadro de inquietação que se desenhava no País. Marítimos, metalúrgicos e bancários paralizaram suas atividades. Arraes e Brizola faziam pronunciamentos cada vez mais audaciosos. O PCB clamava o povo para a luta. O CGT entrou em estado de alerta.

Foi nêsse ambiente de tensão violenta que na madrugada de 12 de setembro, sargentos da Marinha e Aeronáutica / levantaram-se em Brasília contra a decisão do Supremo Tribunal Federal. Apenas o Ministro Hermes Lima havia votado / a favor da elegibilidade dos sargentos e Evandro Lins e // Silva se considerara impedido. O Presidente, estranhamente, se retirara de Brasília que durante horas esteve ameaçada / pela revolta afinal dominada. Os elementos esquerdistas, / tendo a frente o deputado Neiva Moreira apoiaram a insurreiçãõ e exigiam anistia para os revoltosos. (Novos Rumos, nº 239, 20/26 Set 63, p 8).

Nos primeiros dias de outubro os acontecimentos se / precipitaram. A malograda tentativa de prisão do Governador Lacerda e o pedido de estado de sítio que teve de ser retirado por imposição do PCB e das forças esquerdistas, foram expressões da crise de autoridade de um govêrno dominado / pelo CGT e pelo PC. Assim se manifestou o PCB diante da situação:

" Os comunistas consideram que o rumo dos acontecimentos depende agora, fundamentalmente, da / luta dos trabalhadores e do povo. As condições / atuais são plenamente favoráveis a novos e grandiosos avanços do povo brasileiro no caminho de sua libertação. Sõmente através da luta às forças populares hão de garantir o respeito às liberdades democráticas e impedir os direitos constitucionais. A classe operária, em particular ,

23936



deve manter-se vigilante na defesa intransigente da liberdade sindical, dos direitos de reunião, de associação e de greve. Os comunistas consideram necessária, hoje mais do que nunca, a ação unificada e a coordenação de tôdas as fôrças nacionalistas e democráticas. Unidos, os operários, camponeses, estudantes, militares patriotas e parlamentares ligados ao povo constituem uma fôrça poderosa, cuja voz não pode deixar de ser ouvida, cuja influência pode pesar seriamente nas decisões.

Por medidas enérgicas para esmagar a reação e avançar no caminho da libertação nacional!

Contra a implantação do estado de sítio e pela garantia das liberdades democráticas do povo!

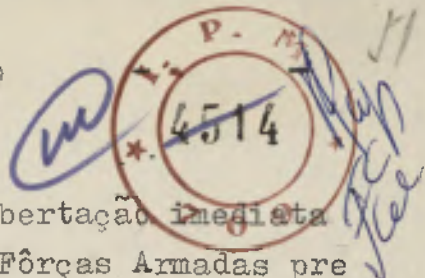
Por um govêrno nacionalista e democrático, capaz de empreender as reformas de base que a Nação exige!"

(Novos Rumos nº 242, 5 Out 63, p 1).

Após a retirada do pedido de estado de sítio (Ver Novos Rumos nº 242, 11/17 Out 63, p 8), o PCB dirigiu/ à Nação o seguinte documento:

"1 - As fôrças nacionalistas e democráticas, derrotando a tentativa de implantação do estado de sítio, alcançaram importante vitória política. Os fatos revelaram que a unidade da frente única atingiu um nível mais alto e que sua amplitude é maior, crescendo, conseqüentemente, sua influência na vida do País. Sua participação no desenrolar da crise foi decisiva e a vitória alcançada cria condições para que o movimento patriótico e democrático, estreitando mais ainda sua unidade, tornando com empenho sua atividade, // avance e conquiste novos êxitos."

"Para atenuar a situação aflitiva em que se encontram as massas trabalhadoras, vítimas da brutal elevação do custo de vida, impõe-se o reajustamento geral dos salários, o rezoneamento e a fixação imediata de novos /



níveis do salário mínimo.

O povo exige também a libertação ~~inegieta~~ dos graduados e praças das Forças Armadas presos em consequência do protesto de Brasília; a abolição das medidas discriminatórias adotadas contra os sargentos; a revogação do decreto nº 9.070 que ameaça o direito de greve.

Existem tôdas as condições favoráveis a novos êxitos das forças antiimperialistas e democráticas. A Unidade de ação dos trabalhadores, camponeses, estudantes, militares patriotas, de todo o povo brasileiro, é o fator decisivo para o esmagamento da conspiração reacionária, a derrota da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio e a conquista de um govêrno nacionalista e democrático, que realize as medidas reclamadas pelos / interêssrs da Nação.

Rio, outubro de 1963".

(Novos Rumos nº 242, 11/17 Out 63, p 1).

A campanha pela moratória foi nêsse momento outra/ iniciativa do PCB para tumultuar a vida nacional que as incontáveis greves transformavam em verdadeiro pandemônio.

A encampação das refinarias particulares foi também uma palavra-de-ordem do PCB. Capuava entrou em greve sob a ação de um comando de agitadores extremistas. (Ver Novos Rumos nº 247, p 8).

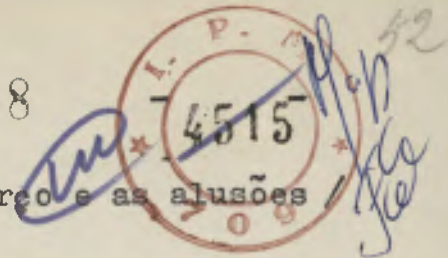
O PCB exigia impacientemente a anistia dos sargentos. (Ver Novos Rumos nº 251, 13/19 Dez 63, p 8).

Os comunistas anunciavam que só uma solução existia para a crise permanente do govêrno Goulart: a constituição de um novo govêrno baseado nas "forças progressistas". O socialismo estava à vista.

Iniciava-se o ano decisivo de 1964. Em janeiro re-  
cradescia a agitação. Em fevereiro o CGT mobilizava os trabalhadores de todo o país para o aumento de 100% no salário mínimo.

A desordem, a anarquia e a crise de autoridade imperavam em todos os setôres.

Na carta de Humberto Alencar a Miguel Arraes, já / transcrita, aparece distintamente as gestões entre João Goulart com o Partido Comunista para a formação da Fren



te Popular e o comício do dia 13 de março e as alusões ao planejado golpe-de-estado.

Chegavamos aos dias agitados de março de 1964.

A 13 de março de 1964, no comício na Central do Brasil (denominado Comício das Reformas), João Goulart anunciou diante de duzentas mil pessoas a adoção de várias / medidas radicais como:

- Envio de mensagem ao Congresso, exigindo as reformas e alterações da Constituição;
- Decretação da encampação das refinarias particulares;
- Decretação do tabelamento de aluguéis de imóveis;
- Decreto da desapropriação de terras que margeiam as rodovias federais.

Brizola exigiu o fechamento do Congresso e a convocação de uma constituinte.

Arraes verberou contra a minoria fascista e reacionária.

O CGT para garantir as reformas (Novos Rumos, Edição Extra, 15 Mar 64).

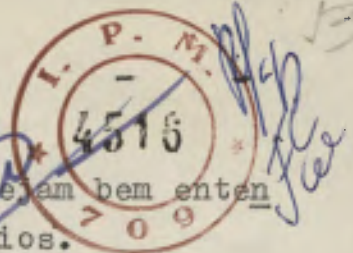
Foi o seguinte o discurso de João Goulart:

"Brasileiros, valoroso povo do Estado da Guanabara, devo agradecer em primeiro lugar as organizações oficiais promotoras desta grande manifestação; agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração extraordinária que assistimos emocionados aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer também aos Sindicatos / que, de todos os estados, mobilizaram os seus / associados, dirigindo minha saudação a todos / os patrícios que, neste instante, mobilizados / em todos os recantos do País, me ouvindo, o povo, através do rádio e da televisão.

Dirijo-me a todos os brasileiros. Não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol-a-sol pela grandeza / deste País.

Presidente de oitenta milhões de brasilei-

23939



ros, quero que minhas palavras sejam bem entendidas por todos os nossos patriotas.

Vou falar em linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera e sem subterfúgios. É também uma linguagem de esperança de quem quer // inspirar confiança no futuro, mas que quem tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura / realidade que vivemos.

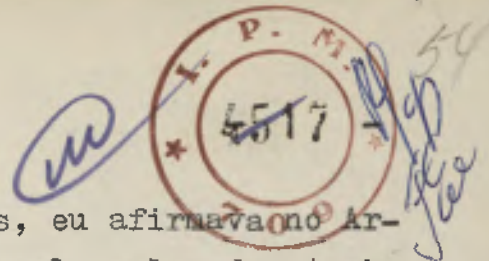
Aqui estão os meus amigos trabalhadores, // vencendo uma campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável / encontro entre o povo e o Presidente, na presença das lideranças populares mais expressivas deste País que encontram-se também conosco nesta hora cívica.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato // atentatório ao regime democrático, como se, no Brasil, trabalhadores, a reação ainda fôsse do na da democracia e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tivesse / que ser defendida por êsses democratas. Democracia para êles, não é o regime da liberdade / de reunião para o povo; o que êles querem é // uma democracia de povo emudecido, de um povo / abafado nos seus anseios e de um povo abafado / nas suas reivindicações.

A democracia, trabalhadores brasileiros, a democracia que êles desejam impingir-nos é a democracia do anti-povo, a democracia da anti-reforma, a democracia do anti-sindicato, ou seja, a democracia que melhor atenda aos seus interesses, ou dos grupos que êles representam.

A democracia que êles pretendem é a democracia dos privilégios, é a democracia da intolerância, é a democracia do ódio.

A democracia que êles querem trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás; é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais: a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o Grande Presidente Vargas ao supremo sacrifício.



Ainda ontem, trabalhadores, eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores daquela Marinha que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, a rua que é do povo.

Democracia, meus patrícios, é o que meu Governo vem procurando realizar, como é do meu dever, não só para interpretar os anseios populares, // mas também para conquistá-los pelo caminho do entendimento e da paz.

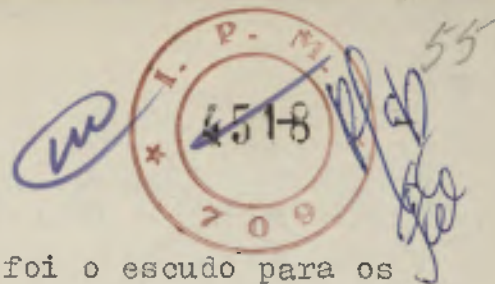
Não há ameaça mais séria à democracia, trabalhadores do que a democracia que desconhece os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas reivindicações.

Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o // regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos / da Nação, desta Nação e dêste reclamos, que de norte a sul, de leste a oeste, levantam o seu / grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será / um complemento da abolição do cativo para de / zenas de milhões de brasileiros que vegetam no / interior, em revoltantes condições de miséria.

Ameaça a democracia, enfim, não é vir confra - ternizar com o povo na rua. Ameaça a democracia / é empulhar o povo brasileiro, é explorando seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria de um anti-comunismo, insurgindo o povo / até contra os grandes luminosos ensinamentos // dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do Episcopado Nacional.

O inolvidável Papa João XXIII é quem nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa / humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos.

É dentro desta autêntica doutrina que o Governo Brasileiro vem procurando situar a sua política social, particularmente no que diz respeito a



nossa realidade agrária.

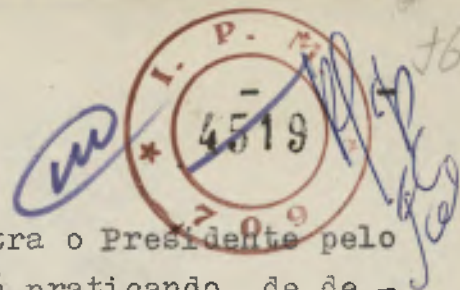
O Cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres . Nem, também, trabalhadores, nem, também, brasileiros, nem também os rosários poder ser / levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo / que tanto espera uma justiça social mais humana para a dignidade da vida brasileira. Os rosários podem ser erguidos contra aqueles / que reclamam a disseminação da propriedade / da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos , de tão pequena minoria.

Brasileiros, aqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranquilizadora para a Nação, aqueles que em todo o // Brasil nos ouve nesta oportunidade, o que poso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social. Perdem o seu / tempo aqueles que imaginam que o Govêrno seria capaz de sufocar a voz do povo ou de abafar as suas reivindicações. Perdem o seu tempo os que temem que o Govêrno passa a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais; como perdem // também o seu tempo, trabalhadores, os que // esperam dêtse Govêrno uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos e contra as suas reivindicações.

Ação repressiva, trabalhadores, brasileiros, ação repressiva, bravo povo carioca, é a que o Govêrno está praticando e vai ampliála cada vez mais e mais implacavelmente, // aqui na Guanabara e em outros Estados contra aqueles, brasileiros, contra aqueles que especulam com as dificuldades do povo, contra / aqueles que exploram o povo e que sonegam gêneros alimentícios ou que jogam com os seus / preços.

Ainda ontem, trabalhadores, ainda ontem , povo carioca, dentro de Associações de cúpula, de classes conservadoras, ibadianos de

23942



ontem levantaram a voz contra o Presidente pelo crime que o Presidente está praticando, de de - fender o povo contra aqueles que o exploram na rua, contra aqueles que o explora nos seus la - res, através da exploração e da ganancia.

Mas, trabalhadores, mas, povo brasileiro, não me tiram o sono as manifestações de protesto / dos gananciosos, mascarados de frases patrióti - cas, mas que, na realidade, traduzem suas espe - ranças e os seus propósitos de restabelecer a impunidade para as suas atividades anti-popula - res e anti-sociais.

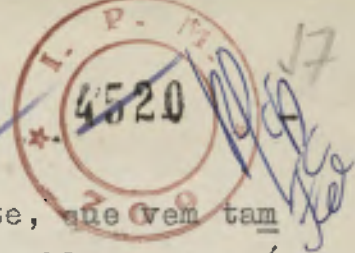
Por outro lado, povo brasileiro, não receio ser chamado de subversivo pelo fato de procla - mar e tenho proclamado e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria - a necessida - de, trabalhadores, da revisão da atual Constitu - ição da nossa República, que não atende mais // aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvi - mento desta Nação.

Essa Constituição atual, trabalhadores, é // uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma es - trutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia; que se ponha fim aos privi - légios de uma minoria; que a propriedade da ter - ra seja acessível a todos; que a todos seja fa - cultado participar da vida política através do/ voto, podendo votar e podendo ser votado.

Que se impeça a intervenção no poder econômi - co nos pleitos eleitorais e que seja assegurada a representa ção de tôdas as correntes políti - cas, sem quaisquer discriminações ideológicas / ou religiosas.

Todos brasileiros, todos têm direito a liber - dade de opinião e de manifestar também sem te - mor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem contido na própria Carta/ das Nações Unidas e que temos o dever de assegu - rar a todos os brasileiros.

Está nisso, trabalhadores, está nisso, povo/ brasileiro, o sentido profundo desta grande e in - calculável multidão que presta, neste instante,



a sua manifestação ao Presidente, que vem tam  
bém prestar-lhe contas do seu problema, mas /  
também das suas atitudes e da sua posição na  
luta que vem enfrentando, luta contra forças/  
poderosas, mas confiando sempre na unidade do  
povo e das classes trabalhadoras, unidade que  
há de imputar o caminho da nossa emancipação.

É apenas de se lamentar que parcelas ainda  
ponderáveis que tiveram acesso a instrução su  
perior continuem insensíveis, de olhos e ouvi  
dos fechados à realidade nacional.

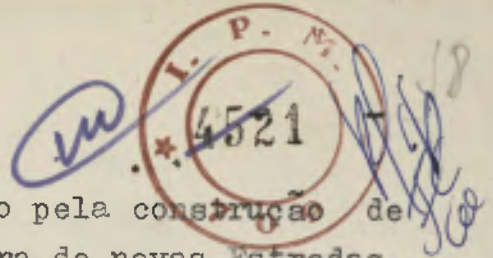
São certamente, trabalhadores, os piores /  
surdos e os piores cegos, porque poderão, com  
tanta surdez e com tanta cegueira, ser amanhã  
os responsáveis perante a história pelo sangue  
brasileiro que possa ser derramado, ao preten  
derem levantar obstáculos à caminhada do Bra  
sil e à emancipação do povo. - brasileiro.

De minha parte, à frente do Poder Executi  
vo, tudo continuarei fazendo para que o pro  
cesso democrático siga o caminho pacífico, pa  
ra que sejam derrubadas as barreiras que impe  
dem a conquista de novas etapas e progressos.

Que podeis estar certo, trabalhadores, de /  
que juntos - Governo e povo - operários, cam  
poneses, militares, estudantes, intelectuais  
e patrões brasileiros que colocam os interês  
ses da Pátria acima de seus interesses, have  
remos de prosseguir, e prosseguir de cabeça /  
erguida, a caminhada da emancipação econômica  
e da emancipação social deste País.

O nosso lema, o nosso lema, trabalhadores/  
do Brasil, é: "Progresso com justiça e desen  
volvimento com igualdade."

A maioria dos brasileiros já não se confor  
ma com uma ordem social imperfeita, injusta e  
desumana. Os milhões que nada têm impacientam  
se com a demora, já agora quase insuportável,  
em receber os dividendos de um progresso tão  
duramente construído, mas construído também /  
com o esforço dos trabalhadores e com o patri  
otismo dos humildes.



Vamos continuar lutando pela construção de novas Usinas, pela abertura de novas Estradas, pela implantação de mais Fábricas, de novas Escolas, por Hospitais para o povo sofredor, mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá // sentido profundo se ao homem não fôr assegurado o sagrado direito ao trabalho e uma justa / participação do desenvolvimento nacional.

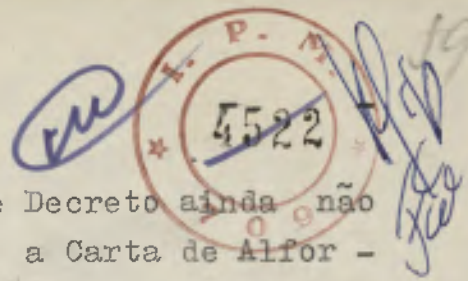
Não, trabalhadores, não, brasileiros, sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria neste País; nada adianta dar-lhe aquela // aparência bem comportada com que alguns pretendem iludir e enganar o povo brasileiro.

Meus patrícios, a hora é a hora das reformas. A hora das reformas, brasileiros, reformas de estruturas, reformas de métodos, reformas de estilo de trabalho e reformas de objetivos para o povo brasileiro. Já sabemos, já / sabemos que não é possível progredir sem reformas. Que não mais é possível acomodar, que não é mais possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões e milhões de brasileiros e da portentosa civilização industrial, dela só conhecem apenas a vida cara, as desilusões, os sofrimentos e as ilusões passadas.

O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada, pelas realidades do tempo em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o Decreto da Supra. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria.

Porém, é necessário que se diga, que o Decreto da Supra não é ainda aquela Reforma Agrária pela qual nós lutamos. Representa, como / ainda ha pouco afirmava o Governador de Pernambuco, apenas um passo, um passo a frente no caminho das grandes reformas de Estrutura. Ela /



ainda não representa, êsse Decreto ainda não representa, trabalhadores, a Carta de Alfórria do Camponês abandonado. Mas é, repito, o primeiro passo. Representa uma porta que se abre para a solução definitiva do problema // agrário brasileiro.

O que se pretende com o Decreto que considera de interêsse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam os eixos rodoviários, os leitos de ferrovias, açudes públicos Federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou sub-utilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, a um comércio odioso, a um comércio intolerável.

Não é justo, trabalhadores, que o benefício de uma estrada construída com o dinheiro do povo venha beneficiar apenas as pequenas minórias latifundiárias dêste País.

Não se compreende que uma estrada como a / Rio-Bahia, que os oitocentos quilômetros asfaltados da Rio-Bahia que custaram setenta bilhões de cruzeiros (Cr\$ 70.000.000.000) ao povo brasileiro venham a beneficiar aos latifundiários que têm multiplicado nas suas propriedades.

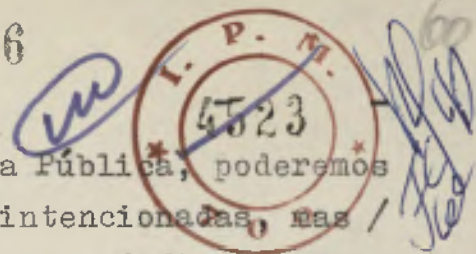
Se aquela estrada foi feita com dinheiro / do povo brasileiro, o povo tem que participar daquela estrada e das terras situadas ao lado do seu eixo.

Mas, trabalhadores, Reforma Agrária com pagamento prévio em dinheiro não é Reforma Agrária, trabalhadores brasileiros.

Reforma Agrária, como consagra a nossa Constituição, precisando pagar a vista e pelo justo valor, não é Reforma, é negócio agrário // que interessa apenas aos latifundiários.

Sem Reforma Constitucional, trabalhadores/ brasileiros, não poderá haver uma Reforma // Agrária autêntica que atenda aos anseios desta Nação e aos reclamos do povo brasileiro.

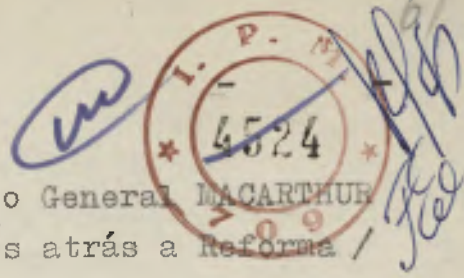
Sem emendar a Constituição, que tem acima/ dela o povo, que tem acima dela esta multidão



que aqui está nesta Praça Pública, poderemos votar Leis Agrárias bem intencionadas, mas nenhuma delas será capaz de modificar as estruturas profundas que devem ser modificadas em benefício dêste País.

Graças aos convênios, à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a Supra, graças a essa colaboração, meus patrícios, eu espero que dentro de menos de sessenta dias, já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, já comecem a ser divididos os latifúndios aos lados das ferrovias, aos lados dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizados com o sacrifício da Nação. E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhe dará um pedaço de terra própria para êle trabalhar, um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e a sua família, sua família sofrida, irá trabalhar para êle, porque até aqui êle trabalha para o dono da terra que êle aluga ou para o dono da terra que êle entrega o dinheiro, a sua produção e não se diga, trabalhadores, e não se diga, povo brasileiro que há meio de fazer a reforma sem mexer a fundo na nossa Constituição. Em todos os Países, em todos os Países civilizados do Mundo já foi suprimido o texto Constitucional, aquela parte que obriga, para desapropriação de interesse social, o pagamento prévio, o pagamento em dinheiro.

No Japão, brasileiros, há mais de vinte anos, no Japão, já se fez a Reforma Agrária pagando em títulos e bônus daquele País ao prazo de vinte anos (20) e ao juro de 3%. E naquele tempo quem promoveu e iniciou a Reforma Agrária no Japão foi um General Americano que não podia ser chamado de comunista, nem de agitador e nem de inconveniente aos /



interesses nacionais foi o General MACARTHUR que realizou, ha vinte anos atrás a Reforma Agrária daquele País.

Na Itália, já também ha mais de quinze // anos, realizou-se uma reforma popular. A Itália, como a Calábria, passaram-se a multiplicar a sua produção e os colonos Italianos // passaram a ter o seu pedaço de terra própria para produzir.

No México, já ha mais também de doze anos, está se completando a Reforma Agrária, onde se entregou mais de trinta milhões de hectares/ de terras aos trabalhadores mexicanos, tam - bém com pagamento em vinte e cinco anos e ju ro nunca superior a 5%.

Na própria Índia, também, já se fez a Reforma Agrária de mais da metade da área cultivável daquele País.

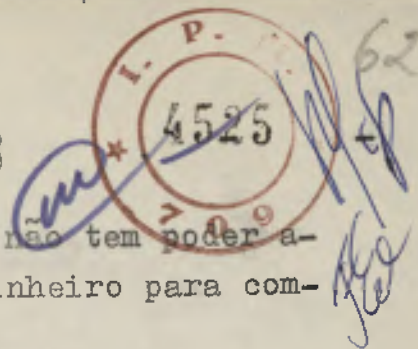
Portanto, não existe argumento capaz de / poder afirmar que no Brasil, Nação jovem que se projeta para o futuro graças a sua povo , não se possa também fazer a Reforma da Constituição para a Reforma Agrária autêntica e verdadeira.

A Reforma Agrária não é capricho de um Go verno, de uma pessoa ou de um programa de // Partido. A Reforma Agrária é produto de demasiada necessidade de todos os povos do Mundo e, aqui no Brasil, ela constitui a legenda / mais viva da esperança do povo brasileiro, / especialmente dos trabalhadores rurais da // nossa Pátria.

A Reforma Agrária também é, trabalhadores, uma imposição do próprio imperativo do progresso nacional. É também a maneira de melhorarmos e, ampliarmos o nosso mercado interno, que necessita aumentar sua produção para poder sobreviver.

Os tecidos, os sapatos, sobram nas prateleiras das lojas e das nossas fábricas, que estão produzindo ainda muito abaixo da sua / própria capacidade, Mas enquanto sobram os / tecidos nas prateleiras o povo brasileiro vive nu no interior da nossa Pátria, a crian-

23948



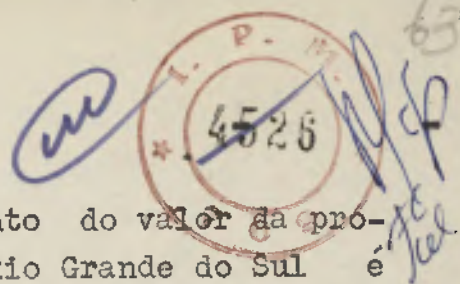
ça vive sem calçado, porque não tem poder aquisitivo, porque não tem dinheiro para comprar êsses produtos.

Assim, a Reforma Agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho a nossa indústria e melhor remuneração / ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, a todos os industriais e a tôdas aquelas forças produtoras que se interessam realmente / pelo desenvolvimento do nosso País. A Reforma Agrária é necessária, enfim, a nossa vida social econômica, para que o País possa progredir, em sua indústria e no bem estar do / seu povo.

Como garantir, trabalhadores, o direito / de propriedade autêntica, quando quinze milhões de brasileiros que trabalham na terra, apenas dois milhões e meio são proprietários dessa terra?

Estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma, especialmente da reforma agrária, não é diferente, portanto, do que / se fez em todos os países subdesenvolvidos / do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e que haveremos de conquistar, trabalhadores brasileiros.

Esta manifestação deslumbrante que apresentamos diante de nossos olhos é um testemunho mais vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga alugueis da terra que vão a mais de cinquenta / por cento da produção obtida naquela terra, / não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social. No meu Estado, por exemplo, no meu Estado, Estado do Deputado / Leonel Brizola, sessenta e cinco por cento / da produção de arroz é realizada em terras / alugadas e o arrendamento já vai a mais de



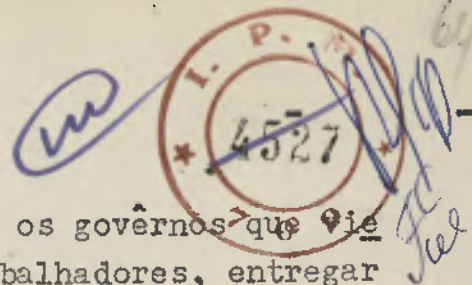
cinquenta e cinco por cento do valor da produção. O que ocorre no Rio Grande do Sul é que um arrendatário de terra para um plantio de arroz paga, em cada ano, o valor da terra que êle produz, para o proprietário. Esse inquilinato rural, desumano e medieval, é o grande responsável pela produção insuficiente e cara que torna também cada vez mais insuportável a vida para as classes populares em nosso País.

A Reforma Agrária, trabalhadores, e o povo sabe, só prejudica a uma pequena minoria de insensíveis que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável processo de vida.

E é claro, trabalhadores, que só pode ser iniciada uma Reforma Agrária se em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos tentar uma Reforma Agrária para atender os anseios do povo lá no Estado do Amazonas ou do Pará. A Reforma Agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.

Govêrno nenhum, trabalhadores, Govêrno nenhum, por maior que seja o seu esforço a até mesmo o seu sacrifício poderá enfrentar um monstro inflacionário que devora salários, que inquieta o povo e assalariados, se não forem efetuados as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação.

Tenho autoridade, povo brasileiro, para lutar pela reforma da atual Constituição, porque essa reforma é indispensável e porque ela tem como objetivo único e exclusivo abrir caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem nosso povo. Não me animo, trabalhadores, não me animo, povo brasileiro, e é bom que a Nação me ouça, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão, acima tudo, o povo // brasileiro e os govêrnos que me sucederem.



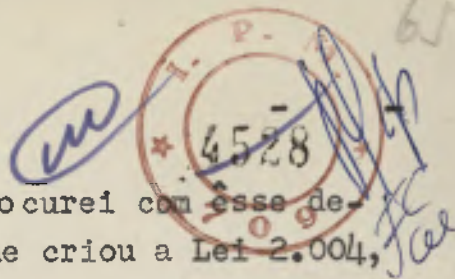
Será o povo brasileiro e os governos que vierem, ao qual desejamos, trabalhadores, entregar uma Nação engrandecida, emancipada e cada vez / mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido / mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História nos legou.

Dentro, trabalhadores, de quarenta e oito horas, vou entregar à consideração do Congresso / Nacional a Mensagem Presidencial deste ano. Nesta Mensagem, trabalhadores, nesta Mensagem, povo brasileiro, estão bem claras e expressas as intenções e os objetivos deste Governo. Espero // que os senhores Congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste País e assegurar aos brasileiros / melhores condições de vida e de trabalho, pelo caminho do entendimento, isto é, pelo caminho / da Reforma Agrária e democrática.

Mas estaria faltando ao meu dever se não // transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome desta 150 ou 200 mil pessoas que // aqui estão, o nosso caloroso apêlo ao Congresso Nacional, para que êle venha ao encontro das reivindicações populares, para que êle, em seu patriotismo, seja sensível aos anseios de uma Nação que quer abrir o caminho, pacífica e democraticamente, de melhores dias e de dias mais / felizes para o povo brasileiro. Mas, também, // trabalhadores, antes de finalizar, quero também referir-me, trabalhadores, referir-me, povo brasileiro, também a um outro ato que acabo de assinar, interpretando sentimentos nacionalistas / desta Nação. Acabei de assinar, também hoje, ao dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de tôdas as refinarias particulares.

A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, meus patrícios, a Capuava, a Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Distilaria Riograndense pertencem ao povo, passam / a pertencer ao patrimônio Nacional.

Procurei, trabalhadores, depois de estudos / cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, de -



pois de estudos profundos, procurei com esse decreto ser fiel ao espírito que criou a Lei 2.004, Lei que surgiu inspirada, povo brasileiro, dos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro / também que continua imortal em nossa alma e nosso espírito.

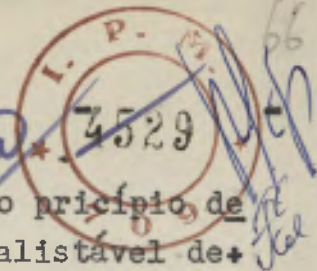
Ao anunciar, à frente desta multidão incalculável, o decreto de encampação de tôdas as Refinarias particulares eu desejo prestar, meus patricios, eu desejo prestar com o povo brasileiro, uma homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi solidário com o sentimento do nosso povo. Quero prestar uma homenagem ao grande e imortal Presidente Getúlio Vargas.

Ele, trabalhadores, o imortal e grande patriota Vargas, tombou, mas o povo continuou a sua caminhada e eu vivo hoje um momento de profunda // emoção ao poder dizer que soube interpretar o // sentimento do povo brasileiro.

Ao lado dessas medidas de maior significação / para o desenvolvimento do nosso País e para participação do povo brasileiro nas nossas riquezas, especialmente nessa riqueza criada pela luta do povo brasileiro, que foi a luta memorável pelo Petróleo e pelo monopólio, quando anuncio estas medidas, eu sinto que, para medidas como essas, e para medidas nacionalistas dessa significação, o povo estará sempre presente nas ruas e nas praças públicas. Estará sempre nas praças públicas, para, prestigiando o govêrno que pratica atos como êsse, mostrar às fôrças reacionárias que o govêrno há de continuar a sua caminhada.

Essa Mensagem, trabalhadores, que enviei à // consideração do Congresso Nacional, está também / bem consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro exige porque é uma exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia.

Refiro-me à reforma eleitoral, a reforma ampla que permita a todos os brasileiros, maiores / de 18 anos, também ajudarem a decidir seus destinos; que permita a todos os brasileiros, que lutam pelo engrandecimento de seu País, a também poderem participar dos destinos gloriosos do Bra



sil. Nesta Reforma, propugnamos pelo princípio de democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível, isto é, que também deve ser tratado como tal.

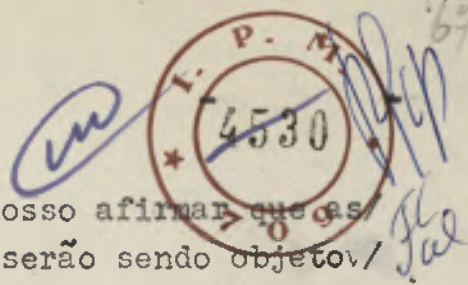
Também está consignada nesta Mensagem, a reforma universitária reclamada pelos estudantes / brasileiros, reclamada pelos universitários, que sempre têm estado corajosamente, na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas.

Ao lado dessas medidas e desses decretos e dessas providências, o Governo continua examinando / outras medidas e outras providências de fundamental importância para a defesa do povo, para a defesa especialmente das classes populares.

Dentro de poucas horas, outro decreto será // também dado ao conhecimento da Nação. Trata-se / do decreto que vai regulamentar o preço extorsivo e abominável dos apartamentos e residências / que estão desocupados e que hoje chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamentos em dólares para um apartamento brasileiro, que deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste País. Estejam / tranquilos que dentro de breve esse decreto será uma realidade.

E realidade há de ser também a rigorosa e implacável fiscalização para que seja cumprido o decreto do aluguel, para que seja cumprido o decreto referente ao apartamento, assim como também o Governo, apesar dos ataques que tem sofrido, apesar dos insultos, não recuará nenhum centímetro sequer na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo. Eu faço um apêlo / ao povo carioca para que ajude o Governo na fiscalização da exploração contra o povo, da exploração contra o Brasil. Aqueles que faltarem à // Lei, aqueles que desrespeitarem a Lei explorando o povo - não interessa o tamanho da sua fortuna, lá na Olaria ou aqui na Rua do Acre - há de pagar perante a Lei, a responsabilidade pelo seu crime.

Aos servidores públicos desta Nação, aos médicos, aos engenheiros do serviço público, que também não me têm faltado com seu apoio e com o ca-



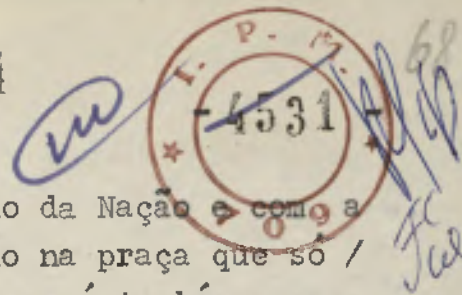
lor de sua solidariedade, posso afirmar que as suas reivindicações justas serão sendo objeto de estudo final e que também em breve, servidores públicos, médicos e engenheiros terão suas justas reivindicações atendidas. Atendidas porque o Governo deseja cumprir o seu dever com // aqueles que permanentemente cumprem com o seu / dever para com o País.

Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento do nosso dever. À medida que esta luta apertar eu sinto-me confortado porque sei que o povo também / apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles / que exploram o povo e contra aqueles que exploram a Nação.

Eu sei, trabalhadores, das reações que nos / esperam, mas eu estou tranquilo, tranquilo porque cumpre com o meu dever e tranquilo, acima / de tudo, porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e da sua unidade e que não faltará com o seu // apoio às medidas de sentido popular e nacionalista.

Quero, trabalhadores, agradecer, mais uma // vez, esta extraordinária manifestação, onde os mais significativos líderes populares vieram // dialogar com o povo brasileiro, em especial com o bravo povo carioca, a respeito dos problemas / que preocupam a Nação e que aglitem a todos os nossos patrícios.

Quero dizer, também, ao finalizar, que nenhuma força será capaz de impedir que o Governo // continue assegurando absoluta liberdade ao povo brasileiro. Nenhuma força impedirá que o povo / se manifeste livre e democraticamente e, para / isto, povo brasileiro, nós podemos fazer com orgulho que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas desta Nação.



Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só / ao povo pertence, o Governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar, de lutar com tôdas as suas fôrças pela reforma da sociedade / brasileira. Não apenas pela Reforma Agrária, mas pela Reforma Tributária, pela Reforma Eleitoral / ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida / democrática, pela emancipação econômica, pela // justiça social, e ao lado do povo, pelo progresso do Brasil."

A 27 de março o Partido Comunista baixou um manifesto para intensificar as ações de massas: "Exijamos portanto / outros decretos que enfrentem questões como o monopólio do câmbio, a moratória para a dívida externa, a encampação // das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, o monopólio da exportação do café, a entrega a Petrobrás da distribuição em grosso dos produtos de petróleo, revogação das leis reacionárias e de quaisquer discriminações ideológicas, revogação de leis sindicais, anistia ampla e legalização do PCB."

Anunciou também a constituição da Frente Popular, visando a sustentação da mensagem presidencial de 15 Mar para a qual o Presidente tivera entendimentos diretos com o PCB.

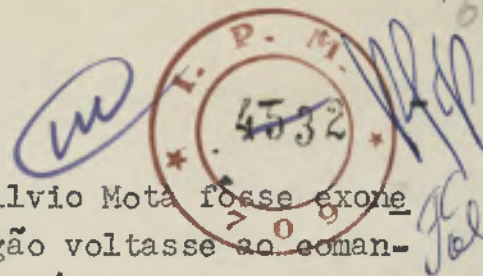
Nessa mesma data registrava-se a rebelião dos marinheiros e no dia 30 a famigerada sessão do Automóvel Clube.

Assim descreveu um jornal da época:

#### O Motim da Marinha

"A 27 de março, um pequeno grupo de marinheiros e fuzileiros navais, sob a liderança do cabomarinheiro José Anselmo, amotinou-se, refugiando-se no Sindicato dos Metalúrgicos. O Almirante Cândido Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e homem de confiança de João Goulart, colocou-se ao lado dos amotinados, o que fez com o que / o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, ordenasse sua prisão. Aragão desprezou a ordem e // manteve-se com os rebeldes. Estes, depois de 24 / horas de resistência no interior do Sindicato, // conseguiram que o Presidente João Goulart os li -

23955



bertasse, que o Ministro Silvío Mota fosse exonerado e que o Almirante Aragão voltasse ao comando dos Fuzilheiros Navais. Vitória completa da disciplina e desmantelamento completo da hierarquia militar.

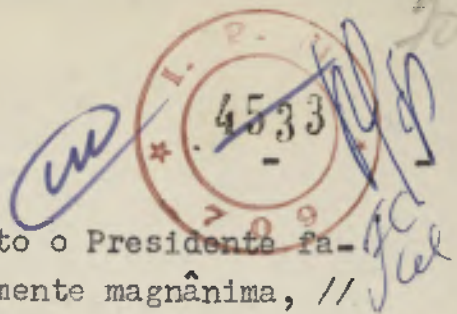
#### Ameaça de Greve

Horas mais tarde, o presidente do CGT, Deputado Clodsmith Riani, declarou que o Governo fôra obrigado a transigir com os sediciosos, pois se não o fizesse até às 18 horas o País seria paralizado por uma greve geral. A diretoria da Associação dos Cabos e Marinheiros confirmou essa declaração. Tanto o CGT quanto a Associação fizeram circular a notícia de que o novo Ministro da Marinha, o Almirante reformado Paulo Mário da // Cunha Rodrigues, de conhecidas tendências esquerdistas, havia sido indicado para o Pôsto por // aquelas entidades, com o apoio do próprio Presidente Goulart e dos almirantes Suzano, Goiano e Aragão, velhos protetores dos comunistas nas Forças Armadas.

#### No Automóvel Clube

Mas João Goulart ainda desejou dar o golpe de misericórdia nas Forças Armadas com o desrespeito final a suas tradições de guardião do regime / democrático. Na noite do dia 30, a pretexto de / festejar no Automóvel Clube o 25º aniversário da Associação de Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, reafirmou sua posição ao lado dos marinheiros e fuzilheiros sublevados, a quem libertara no dia anterior, e sem qualquer consideração pelo ato de rebeldia daqueles militares, declarou:

"Eu estava no Sul, quando soube da crise que irrompia na Marinha de Guerra. Desloquei-me imediatamente para o Rio de Janeiro. E aqui, a // minha primeira recomendação foi a de que eu não permitizia jamais que se praticasse qualquer violência contra aqueles brasileiros que se encontravam na séde de um sindicato."

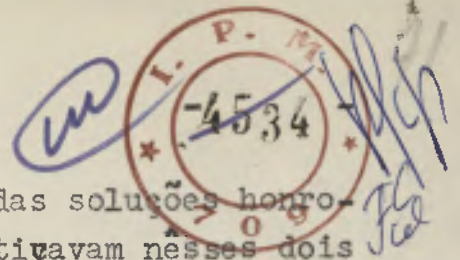


Mas, no mesmo dia, enquanto o Presidente fazia essa declaração aparentemente magnânima, // uma outra declaração do Próprio Presidente da / Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha, Davi Bezerra Falcão, desmascarava o propósito presidencial de encobrir com sua falsa bondade a intenção de enfraquecer a resistência democrática das forças Armadas. Disse o presidente da Associação:

"Precisamos agora, quando a incompreensão de elementos preparados por doutrinação estranha à Marinha do Brasil levou aos extremos da intolância irmãos nossos, firmar propósitos e manifestar às mesmas autoridades, que nós, os suboficiais e sargentos, de modo algum nos deixaremos levar pelos leguleios dos interessados na destruição do princípio da autoridade e da disciplina para, à nossa custa, à custa do nosso / sangue e do sangue generoso dos nossos irmãos, colher benefícios para si próprios."

Encerrava-se a última cena de um governo em decadência. No dia 31 de março as tropas da 4ª Região Militar // deixavam os quartéis em direção ao Rio de Janeiro. Jango deixava o País pela mesma porta onde ingressara, sob o mesmo clamor da agitação revolucionária.

Analisando de um modo amplo a tática do Partido Comunista durante o governo Goulart verificamos a sistemática / aplicação do princípio dos objetivos limitados. O PCB, sempre na oposição, colocava, após cada ganho obtido, a meta / um pouco mais distante dentro do caminho da socialização paulatina do País. As suas frentes legais, semi-legais e / ilegais, tendo como organismo máximo o CGT, empreendiam a constante e incansável mobilização de massas, sob os mais variados pretextos, para tê-las permanente à mão, como elementos de pressão: um verdadeiro exército com poucas armas, mas uma força política de rôlo compressor. O prolétariado / era excitado em suas angústias pelas dificuldades de vida que eles próprios agravaram num movimento grevista intenso e crescente. Essas dificuldades se multiplicavam quase automaticamente como uma fogueira cuja combustão criasse o seu próprio combustível. O campesinato, manipulado por agitadores audaciosos, transformara as suas justas reivindicações, em bandeira de agitação armada, intensificando os /



ódios incompatíveis com o racionalismo das soluções honrosas e legais. Das violências que se praticavam nesses dois campos, aos quais o Partido Comunista se infiltrava como elemento de exacerbação constante, jamais se poderia engendrar uma evolução pacífica e harmoniosa.

O caminho pacífico da revolução que o Partido proclamava ostensivamente era inteiramente incompatível com a // sua técnica de agitação extremada que só poderia levar as massas ao desespero e à insurreição.

O governo Goulart procurou mostrar-se complacente com esse processo, e chegou mesmo a participar dele.

Fez constantes entendimentos com os órgãos controlados pelo PCB e, em várias ocasiões, como para a organização da Frente Popular, dialogou diretamente com o próprio Partido. Daí Prestes considerar que o PCB já tinha a sua // legalidade "de fato" perfeitamente reconhecida.

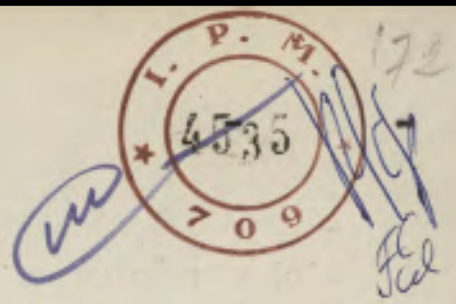
Os que se opunham ao avanço do comunismo eram afastados e perseguidos. O anti-comunismo foi considerado como // uma paixão doentia de uns poucos alienados no ambiente geral do avanço inexorável do socialismo.

A Revolução de 31 de março representou uma reação violenta contra essa evolução quase incontrolável. O governo/depôsto firmou-se na memória nacional exatamente como o // descreviam os comunistas: "o símbolo da conciliação com intenções excusas."

## 2. A infiltração comunista nos principais setores da vida nacional no governo JOÃO GOULART.

Sobre a infiltração comunista nos diversos setores da vida nacional, durante o Governo de JOÃO GOULART, atividade de nenhum modo coibida, por vários modos apoiada e por todos os modos reconhecida, existe, hoje em dia, um número imenso de publicações que podem, com a maior autenticidade atestar a extensão e a profundidade desse terrível processo a que foi submetido o nosso País.

Ao invés de descrevê-lo com palavras pessoais, preferimos utilizar um documento oficial, publicado pelo Comando do II Exército, sob o título: A GUERRA REVOLUCIONÁRIA E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, no qual encontramos o seguinte texto: (Doc JG25, fls 1829/Vol. 78.)



TESTEMUNHOS DA INFILTRAÇÃO COMU-  
NISTA EM TODOS OS SETORES DA VI-  
DA NACIONAL.

8 - INTRODUÇÃO

Para que se faça uma idéia, conquanto muito pá-  
lida, do grau de desenvolvimento alcançado pela Guer-  
ra Revolucionária no Brasil, serão apresentados os  
fatos e dados concretos que para isso servem de elo-  
quentes testemunhos. Com tal propósito, serão pinça-  
dos aquêles mais expressivos, por isso que seria ab-  
solutamente impossível registrar tudo o que serve /  
de comprovações irretorquíveis da infiltração comu-  
nista em todos os setores da vida nacional. Mesmo  
porque se torna sobremodo difícil fazer história //  
com acontecimentos que ainda estão sendo intensamen-  
te vividos.

O que vai ser explanado a seguir deve ser con-  
siderado como uma amostra, uma exemplificação, do /  
fenômeno geral, de cujo verdadeiro vulto, de cujas/  
perigosas proporções, a consciência nacional ainda/  
não pôde apresentar-se com nitidez e precisão.

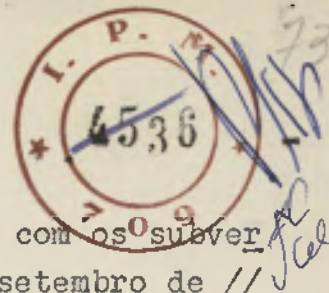
9 - EXAME DOS SETORES INFILTRADOS

9.1 - SETOR POLÍTICO-PARTIDÁRIO

Ausente oficialmente, o Partido Comunista assi-  
nalou suas atividades em tôdas as agremiações parti-  
dárias nacionais, seja através de seus representan-  
tes diretos seja através de grupos dóceis ou interes-  
sados, embora de momento, em endossar suas proposi-  
ções. É o que veremos.

9.1.1 - Partido Social Progressista - PSP

Êste partido apresenta um grupo, sob a lideran-  
ça de NEIVA MOREIRA, que aderiu ostensivamente ao  
credo comunista. Foi NEIVA MOREIRA que, de público,



solidarizou-se, passando mesmo à ação, com os subver-  
sivos rebeldes de BRASÍLIA, em 12 de setembro de //  
1963.

#### 9.1.2 - Partido Socialista Brasileiro - PSB

Estudos feitos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - (IPÊS) concluíram que entre dez parlamentares socialistas nove apoiavam o credo vermelho. O mais ativo representante deste Partido era FRANCISCO JULIÃO, mentor das Ligas Camponesas. Tu-  
multuou os meios rurais brasileiros e as consequên-  
cias todos sabemos; seu pretexto era a luta pela //  
conquista de melhores condições para o homem do cam-  
po. Fomentou a luta, que às vezes sangrenta aconte-  
ceu, entré empregados e patrões; criou a intranqui-  
lidade e a insegurança, chão propício às suas verda-  
deiras intenções.

#### 9.1.3 - Partido Social Trabalhista - PST

Um homem conduzia este partido ao embalo das /  
doutrinas comunistas: MARCO ANTONIO COELHO que, em  
plena campanha eleitoral, lançou, a título de propa-  
ganda, o dístico que inseria ter sido ele secretári-  
o particular de LUIZ CARLOS PRESTES.

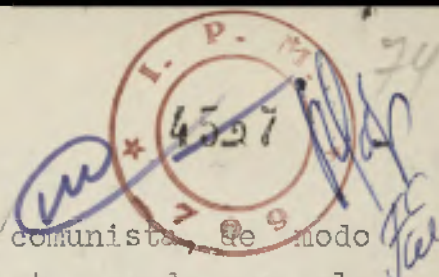
#### 9.1.4 - Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Sofreu bastante a ação da infiltração comunis-  
ta. Calcula o IPÊS que quasi um têrço desse Partido  
trabalhou, conscientemente ou não, para o Partido /  
Comunista. A presença comunista é assinalada, entre  
outros, pelo fato do grupo acima falado adotar exa-  
tamente as posições do militante comunista LICIO /  
HAUER, ex-deputado, que também gozava de alguma in-  
fluência na PETROBRÁS. Nêste grupo sobressaía-se a  
figura de ALMINO AFONSO.

Em SÃO PAULO, os estrítórios políticos do PTB/  
eram palcos de líderes agitadores das diferentes //  
classes.

#### 9.1.5 - Partido Social Democrata - PSD

Não ficou imune. Também apresentou uma ala es-



querdista que favorecia a ação comunista, de modo consciente ou não, particularmente quando com ela se alinhava somando votos para silenciar as vozes/democráticas que se erguiam contra a política as - saz esquerdizante que se pretendia, por vêzes, impor à Nação. Isto foi bastante favorecido pela // ação do então Ministro da Justiça, ABELARDO JUREMA.

#### 9.1.6 - União Democrática Nacional - UDN

Também como o PSD, tornou-se vulnerável à infiltração da política comunista. Havia um grupo // que se alinhava sempre com as idéias emanadas da ação do comando comunista. PEDRO COSTA, SEIXAS DÓRIA, JOSÉ APARECIDO e outros compuzeram o grupo de que falamos.

#### 9.1.7 - Partido Democrata Cristão - PDC

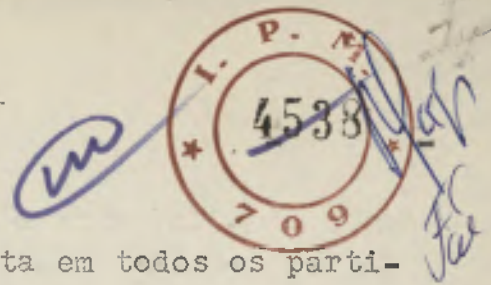
Este Partido, calcado tradicionalmente nos p/ princípios doutrinários da democracia cristã, também cooperou com a diretriz comunista. PAULO DE / TARSO, lançando-se na campanha de alfabetização, / criou facilidades para que fôsem difundidas idéias marxistas, no fomento à luta de classes, que se procurou inculcar nos estudantes.

9.1.8 - En síntese, podemos afirmar que a maior penetração comunista ocorreu no PTB e no PSB, se bem que tenha havido, em menor escala, em todos os demais partidos políticos.

Não citamos LEONEL BRIZOLA nesta parte do trabalho, porque julgamos que sua ação no seio da // agremiação partidária foi superada pelas suas atividades no que diz respeito:

- primeiro, à facilidade e prestígio que possuía para indicar pessoas à ocupação de cargos importantes;

- segundo, quanto à ação que desenvolveu junto às massas com vistas a agitações, greves, pseudo-reivindicações, subversão, etc.



Esta infiltração comunista em todos os partidos políticos, por certo somada a outros fatores, acarretava no plenário da Câmara um fenômeno bastante visível. As lutas parlamentares, não se travaram mais árduas entre Oposição e Governo. Fazia-se entre a FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA e a FRENTE DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR. A FRENTE PARLAMENTAR / NACIONALISTA juntamente com a FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR, chegou a somar 70 (setenta) deputados. Esta FRENTE era ativa e não se limitava às discussões de plenário. Agia sempre que seus votos eram necessários para apoiar idéias e manobras que acabavam, quase sempre, favorecendo a ação comunista.

A infiltração comunista nos Partidos Políticos alcançou, em parte, seus objetivos. Conseguiu/ desagregá-los, tornando alguns completamente despidos de personalidade própria.

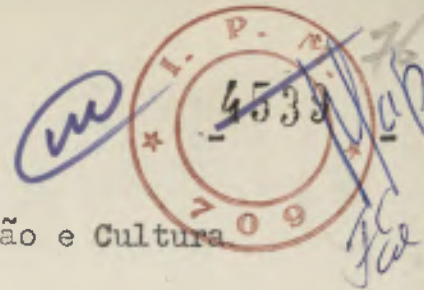
Nas diferentes funções legislativas, as cassações de mandatos decorrentes do Ato Institucional/ somaram 116. Até certo ponto ligadas a isto, foram efetivadas 378 suspensões de direitos políticos.

#### 9.2 - SETOR DO GOVERNO E ORGANISMOS ESTATAIS

Os órgãos do Governo e os diferentes organismos estatais sofreram fortemente a ação da infiltração comunista, apesar das advertências feitas / em tempo, particularmente, pelas Forças Armadas. / Esta ação não foi restrita ao governo central; fêz-se também nos Estados. A incapacidade administrativa e de decisão, reveladas pelo presidente deposto, deve-se grande parcela de responsabilidade pela // evolução que fez sentir na esfera administrativa / da União, quanto ao problema ora focalizado.

Os dois Gabinetes Presidenciais, Civil e Militar, diretamente ligados ao Presidente, chegavam a assessorá-lo de acôrdo com as diretrizes do Partido Comunista. Isto aconteceu mais fácil durante // respectivamente as gestões de DARCY RIBEIRO e ASSIS BRASIL.

Examinemos alguns órgãos do governo e organismos estatais onde se constatará a influência da // vontade vermelha.



### 9.2.1 - Ministério da Educação e Cultura

Aqui podemos apontar o funcionamento de verdadeiros centros de comunização, inspirados na doutrina difundida pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Esta orientação disseminava-se // através de numerosos organismos ministeriais, bastante influenciados pelos comunistas tais como:

- Divisão de Educação Extra-Escolar
- Campanha de Assistência ao Estudante
- Movimento de Cultura Popular (MCP)
- Campanha Nacional de Alfabetização
- Etc ...

As verbas adequadas, do Ministério da Educação, na prática eram distribuídas às organizações estudantis em parcelas diretamente proporcionais ao grau de docilidade às diretrizes comunistas. Eram bem // aquinhoados os seguintes organismos:

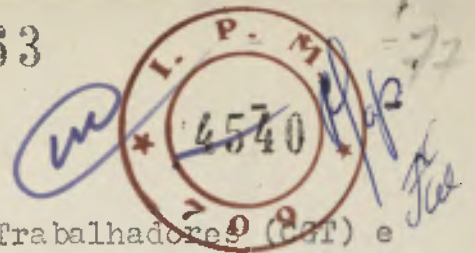
- UNE: UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.
- UBES: UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS.
- CENTRO ACADÊMICO XI DE AGÔSTO (São Paulo).
- Etc ...

A infiltração comunista no MEC faz-se presente, também na sua estação radiotransmissora. Foi ela // agente de propaganda subversiva. Achamos, pois embora sejamos sintéticos na exposição dos fatos, bastantes conhecidos que são do auditório, que dificilmente poder-se-á dizer, mais tarde, que o MEC não / participou voluntariamente ou não, de uma intensa / preparação psicológica, modalidade perfeitamente de finida na ação de uma Guerra Revolucionária.

### 9.2.2 - Ministério do Trabalho

A infiltração comunista no Ministério do Trabalho conseguiu sua maior intensidade após o passo dado pelas administrações ALMIR AFONSO e PINHEIRO NETO.

À testa do Serviço de Previdência Social, apresenta-se o Sr. DANTE PELLACANI, que é o próprio pre



sidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e ou Comando de Greve dos Trabalhadores. Além de facilitar a infiltração comunista, PELLACANI pregou/abertamente o exemplo comunista. Em novembro de // 1961, pressionou os Sindicatos da Indústria e ROBERTO MORENA, militante comunista, foi eleito para o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência respectivo, onde passou a comandar um orçamento de milhares de milhões de cruzeiros. Foi ainda, devido à ação do Sr. PELLACANI, designando ROBERTO MORENA representante do Ministério do Trabalho em RECIFE, que tôdas as delegações locais daquele Estado caíram sob a direção comunista. Isto foi decisivo para a manobra comunista no Nordeste; PERNAMBUCO era a peça principal.

O Ministério do Trabalho, a essa época, registra imediatamente os novos sindicatos "pregressistas"; os democratas tinham seus processos dificultados. Era o próprio Ministério que pressionava as organizações no sentido de readmitirem os militantes comunistas expulsos dos Sindicatos; publicações marxistas ou leninistas foram editadas por // êle como por exemplo, o "Direito Trabalhista", de autoria de AMORIM ARAUJO.

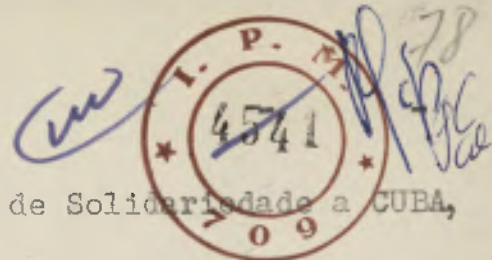
Algumas eleições sindicais, onde triunfavam / não comunistas, eram anuladas; e escritórios da // Previdência Social eram postos à disposição de sargentos para reuniões subversivas.

As publicações que nos têm sido dadas a ler, / contam que, de um modo generalizado, os Institutos de Previdências cooperaram nas ações subversivas / através de desvios de grandes verbas.

### 9.2.3 - Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Teòricamente, êste é o órgão do Govêrno, no Escalão ministerial, encarregado da repressão ao comunismo. Não a tendo realizado, já é motivo suficiente para que seja alinhado entre os que favoreceram a infiltração comunista na vida nacional.

Três fatos poder ser considerados nêste sentido: o Ministério da Justiça negou-se:



- a proibir o Congresso de Solidariedade a CUBA, realizado em abril de 1963;

- a expulsar o sacerdote português, agitador / ostensivo, ALÍPIO DE FREITAS;

- a sustar as irradiações subversivas da rádio MAYRINCK VEIGA.

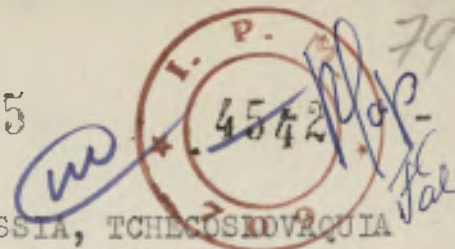
O problema do CGT merece citação especial ao / tratarmos do Ministério da Justiça, pôsto que se esquivou sempre a tomar medidas contra a sua ostensiva atividade contrária à Segurança Nacional. Uma // das justificativas apresentadas por êste Ministério, para não agir em prol do fechamento do CGT era de / que "como não tem existência legal não pode ser objeto de uma medida judicial". A sua existência era um fato, que podia ganhar foros de legalidade, pois que eram recebidos seus representantes, oficialmente, pelas mais altas autoridades da República.

#### 9.2.4 - Ministério da Viação

Seu quadro de funcionários foi um grande centro de infiltração comunista, sendo por demais comecidas no RIO DE JANEIRO, as suas célebres equipes / de "pintores", cuja missão era o pinchamento de muros com os dísticos adequados às diferentes campanhas e situações. O Departamento de Estradas de Ferro era considerado como o grande centro a facilitar a ação das células comunistas. Entretanto, bastante grave a nosso ver, era a situação do Departamento / de Correios e Telégrafos (DCT). Grande era o domínio comunista nêste órgão; tinham, os comunistas, praticamente, o contrôle da maioria dos setores das comunicações no território nacional. Uma afirmação // disto, eram as Centrais de Telex, não só no RIO DE JANEIRO mas também nos grandes centros como SÃO PAULO, por exemplo. Isto correu, principalmente, sob a direção do então Ten Cel DAGOBERTO RODRIGUES, que sofria total influência de um de seus mais chegados auxiliares, comunista militante, DALMO GASPAR.

O DCT, um dos mais importantes órgãos da Segurança Nacional, era o veículo através do qual circulava, no BRASIL, tôda a propaganda comunista par

23965



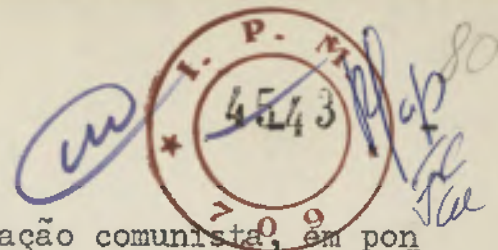
ticularmente com orgiem na RUSIA, TCHECÓSLOVÁQUIA e CUBA.

#### 9.2.5 - Petrobrás

Sabe-se, porque notório, eram os Sindicatos / que comandavam tôda a política da empresa. Nenhuma nomeação era feita sem a aquiescência do comitê, // fôsem ou não os candidatos aprovados em concurso, Aquêles que já se encontravam na Petrobrás, e das idéias comunistas não Participavam, ou a elas não se tornavam dóceis, sofriam perseguições e eram // postos em situação de difícil sustentação. Os Sindicatos da Petrobrás chegaram a constituir uma poderosa força de pressão contra a qual, por várias vezes o Governo mostrou-se impotente e desprovido/ de autoridade. Tôdas as reivindicações, justas ou não, dentro dêsse clima, eram sistematicamente // atendidas. O ponto alto do domínio da empresa pelo grupo comunista dos sindicatos, foi atingido quando o Governo não teve outra saída que não só nomear diretores aquêles que fôsem indicados pelos // grupos operários dominantes e comunizados. Dois nomes devem ser citados, ao falarmos da infiltração/ comunista na Petrobrás: HUGO REGIS e JAIRO JOSÉ FARIAS, sem esquecermos de mencionar as facilidades/ encontradas, no que toca à citada infiltração du - rante a administração MANGABEIRA.

A ação comunista na Petrobrás pode ser assinada nos seus principais elementos tais como:

- Serviços locais
- Divisão de Petroquímica
- Seção Econômica
- Divisão Orcamentária
- Refinaria de Duque de Caxias
- Refinaria de Cubatão, onde se encontrava GERALDO SILVINO, possuidor de curso especiali zado feito em PRAGA.
- Refinaria de Mataripe
- FRONAPE
- Etc ...



Era uma verdadeira ocupação comunista, em pontos que, no momento oportuno, uma ação mobilizaria tôdas as tropas moto-mecanizadas para não nos alongarmos enumerando outras atividades básicas da nação.

Documentos, por nós consultados, afirmam que/ os depoimentos dos Gens. PERY BEVILACQUA e ALBINO/ SILVA, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de apurar a corrupção e infiltração comunista na Petrobrás, não deixam dúvidas quanto ao domínio completo que os comunistas exerciam na empresa. O Gen ALBINO SILVA denunciou, inclusive, // contrabando de metralhadoras, que houvera sido feito por ocasião da importação de sondas da RUMANIA, armas essas que teriam sido distribuídas aos homens que trabalhavam no campo.

Onde estão essas metralhadoras? Foram encontradas? Não sabemos.

#### 9.2.6 - Superintendência da Reforma Agrária - (SUPRA).

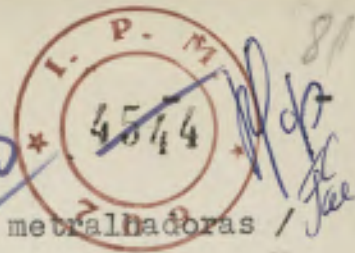
A SUPRA não pode fugir ao impetativo de passar para a história como órgão, subordinado diretamente à Presidência da República, através do qual encontraram caminho fácil a infiltração comunista/ e a corrupção. Cooperou para o acirramento da tensão entre os camponeses e fazendeiros, acenando // com uma mística repartição e ou desapropriação de terras, o que não se consumou jamais.

Era a SUPRA que incitava e comandava invasão/ de terras; quando negociava, era sempre de modo a provocar ou deixar suspeitas.

JOÃO PINHEIRO NETO deixou seu nome definitivamente ligado a tudo isso.

Uma invasão de terras, em que transpareceu nitidamente a presença da SUPRA, foi a realizada no/ Estado do RIO, alcançando inclusive terras da Fábrica Nacional de Motores. Era chefiada pelo falso padre ANIBAL. Os pretensos guerrilheiros mantiveram a ocupação do terreno por quatro dias e, só se retiraram, mediante acôrdo realizado com a SUPRA. Estavam armados, e, informações em nosso poder assi

23967



naram a presença, entre eles, de metalbadoras / INA.

#### 9.2.7 - Banco do Brasil e Caixas Econômicas Federais.

Estes estabelecimentos tiveram sua participação na infiltração comunista que se efetuou no Governo. Os empréstimos eram canalizados, por certos auxiliares do governo, para atrair certas classes/ para a área de influência desejada. Mesmo assim, ainda se verificava o seguinte: os empréstimos // eram concedidos pelo Governo, mas nem todos efetivados, pois que havia de permeio um "grupinho" que monopolizava com fins políticos, as concessões reais. Despachos presidenciais, com a respectiva / assinatura chegaram a ser falsificadas.

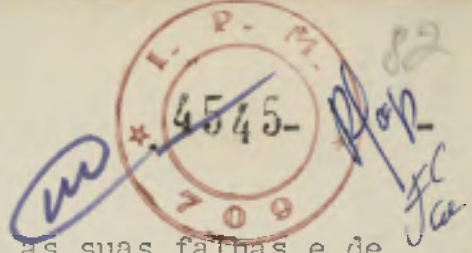
#### 9.2.8 - Transportes.

Os órgãos estatais de transportes, marítimos/ e ferroviários, constituíram uma situação grave. / Não houve forças que contivessem as reivindicações dessas classes consideradas sem favor, privilegiadas e a já deficitária situação desses transportes agravou-se de forma tremenda. Seus Sindicatos bastante infiltrados pelos comunistas estavam sempre/ presentes nos movimentos grevistas, mesmo de outras classes e quase sempre alimentados por interesses políticos. RAFAEL MARTINELLI e DEMÍSTÓCLIDES BASTISTA eram seus ativos líderes.

Em fins de 1963, realizou-se em RECIFE um Congresso Nacional de Ferroviários, ao qual compareceram representantes dos países da Cortina de Ferro/ e da ITÁLIA; foi uma orgia de propaganda comunista que atingiu o cume quando, no ato de inauguração / ou encerramento, foi tocada a Internacional Comunista. Este Congresso recebeu subvenção do Governo.

No setor de transportes marítimos, encontramos os "Marajás da República", salários altíssimos, // companhias de navegação deficitárias, fretes absurdamente elevados.

Um fato, entretanto, deve ser ressaltado; esta situação agravou-se no governo passado, porém /



já lhe era anterior; com tôdas as suas falhas e de sajustes prestou-se de forma fácil ao agravamento/da infiltração vermelha.

#### 9.2.9 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

A SUDENE constituiu também um dos objetivos / da infiltração comunista dada a sua destacada missão de solucionar a crise econômico-social que assola grande parte da imensa região nordestina.

Seu êxito não era visto com bons olhos pelos/ homens do credo vermelho, interessados em manter / vivo o antagonismo altamente explorável e reinante na região: miséria e descontentamento.

É por isso que foi iniciada a formação de células comunistas, na SUDENE, desde o começo de sua vida.

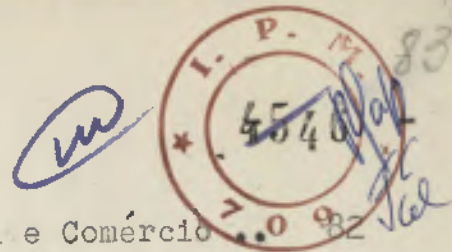
Um fato é incontestável, a SUDENE foi prática mente paralizada em sua ação, e isso satisfazia à diretriz comunista. Mantinha-se no nordeste o "status quo". Até sabotagem aconteceu nos trabalhos da SUDENE.

9.2.10 - Em seis meses de vigência, o Ato Institucional enquadrou em suas penalidades 4.454 servidores federais, dado êste que se aproxima bastante da realidade final. Nêste total, estariam incluídos:

- 2.757 militares;
- 1.697 civis.

Quanto aos civis se bem que ainda não definitivo, os dados, podemos enumerar:

- Ministério da Educação .....	109
- Ministério da Fazenda .....	357
- Ministério do Trabalho .....	265
- Ministério da Agricultura .....	19
- Ministério da Saúde .....	10
- Ministério do Exterior .....	5
- Ministério das Minas e Energia ....	13
- Ministério da Viação .....	598
- Ministério da Justiça .....	46
- Ministério do Interior .....	40



- Ministério da Indústria e Comércio .....
- Prefeitura de Brasília ..... 24
- Novacap ..... 29

### 9.3 - SETOR SINDICAL

#### 9.3.1 - Meios Urbanos

##### a. Liderança

Na classe operária o trabalho de liderança era encarado, pelo PCB, como já realizado. Sua principal preocupação estava sendo a de formar a Central/Sindical, cujo primeiro passo foi o CGT com a finalidade de "obter maior repercussão dos seus movimentos e aumentar as possibilidades de pressão política". Esse aumento do prestígio da classe, do mesmo modo que desperta a cobiça e o cortejamento por parte das correntes político-eleitorais, faz com que os dirigentes sindicais, comunistas em sua maioria, co-eleitorais, passem a desfrutar de grande influência dentro dos escritórios dos partidos com tendência populista e também, em menores proporções, dos não populistas.

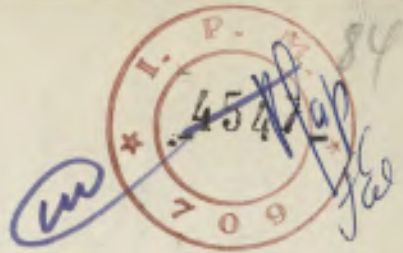
Dêsse contato surgem, então, os mais variados/acôrdos político-eleitorais que gravitam, quase sempre, em torno dos seguintes pontos:

- programa mínimo do PCB;
- legalização do PCB.
- ampliação dos direitos de greve;
- admissão de comunistas nas legendas partidárias;
- defesa das organizações sindicais ilegais;
- cooperação na organização da Central Sindical Única;
- etc.

##### b. A União Operário-estudante-camponês.

A União já era considerada, pelo PCB, como praticamente assegurada. As campanhas conjuntas, não.

23970



c. Central Sindical

A centralização do sindicalismo sempre constituiu uma velha aspiração do Comunismo Internacional. Nêsse sentido êle atua:

- No campo internacional através da Federação Sindical Mundial que, por sua ação, pretende congregiar as entidades sindicais de todo o mundo;

- No campo continental, por meio da Confederação dos Trabalhadores da América Latina; e

- no Brasil através de uma Central Sindical, já materializada pelo CGT, para cuja conquista os comunistas concentravam todos os seus esforços.

O movimento tendente a efetivar essa Central/Sindical vinha tomando, últimamente, bastante incremento.

O PCB considerava como elementos principais, para colimar êsse objetivo, os seguintes:

1º Elemento

- A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, sob completa influência do Partido. Essa Confederação congrega cêrca de um milhão de trabalhadores da indústria e constitui um órgão de cúpula de primeira ordem, pois, com sua estrutura, poder-se-ia converter, com facilidade, na almejada Central Sindical.

Esta Confederação congrega:

O Sindicato dos Metalúrgicos, então sob a direção de comunistas militantes;

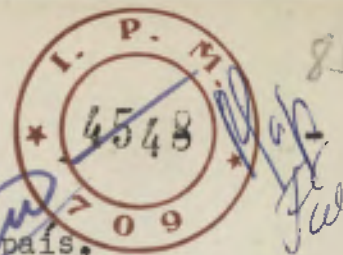
O Sindicato dos Marceneiros, dirigido, também como o anterior, por comunistas militantes;

Sindicatos dos Têxteis, a Federação dos Gráficos, os Sindicatos de Eletricidade e Gás, do Petróleo, etc, todos sob a direção, também, de comunistas militantes.

2º Elemento

- O Pacto de Unidade e Ação (PUA). Essa entidade relacionava-se com os transportes e congrega os estivadores, portuários, marítimos, ferroviários e aviários, possibilitando o controle dos //

23971



principais meios de transporte do país.

Esse Pacto era chefiado por comunistas militantes e reunia as Federações dos Estivadores e Marítimos, dos Acorviários e Aeronautas, dos Rodoviários, etc.

### 3º Elemento

- Comissão Permanente das Organizações Sindicais, que engloba grande número de Sindicatos, entre os quais se destaca o dos Metalúrgicos, sob direção, como já foi dito, de comunista militante, em tão Dep. Federal, com imunidades parlamentares por conseguinte.

Esses três elementos principais eram de âmbito nacional, e qualquer reivindicação de uma entidade associada deveria ser apoiada pelos demais. / Não obstante serem ilegais, pois congregavam sindicatos no sentido horizontal, vinham sendo considerados, por sua expressão política, como organizações legais.

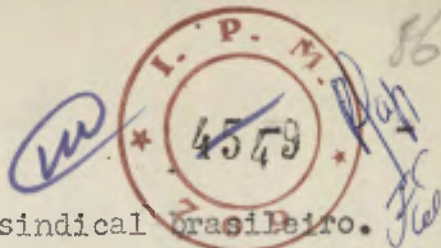
Essas organizações permitiriam a realização / da mais importante das tarefas nas quais se empenham os comunistas no meio sindical; conseguir a unidade da classe operária sob sua direção.

O caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria demonstra, bem a capacidade da infiltração do PCB.

Esta Conferência pertence à CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres), organismo fundado pelo bloco democrático para opor-se à Federação Sindical Mundial. Com assombro geral, conseguiu o PCB, através de sua apurada técnica de infiltração apoderar-se daquela entidade para transformá-la no núcleo da futura Central Sindical, já esboçada no CGT.

### d. Greves

As greves que vinham sendo realizadas no BRASIL, obedeciam, não pode haver mais dúvidas, a um planejamento que visava a conduzir a classe operária a uma supervalorização, pela união, em entida-

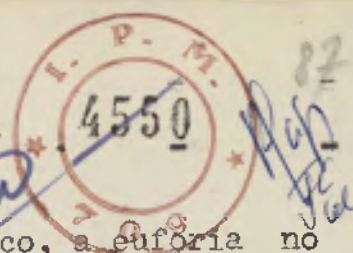


des única, de todo o sistema sindical brasileiro. Os movimentos grevistas não tinham mais no BRASIL, o simples significado de desajustamento entre pequenas parcelas da sociedade brasileira, restringindo-se ao seu campo puramente local e específico. As greves vinham sendo aproveitadas como o // maior veículo para a consecução de reivindicações consideradas indispensáveis à projeção da classe operária, como instrumento político, e serviam como elemento estimulador da associação sindical, / tôda vêz que eram vitoriosas. As greves, última - mente realizadas no país, mostravam que os movimen - tos reivindicatórios básicos obedeciam a uma li - nha única em todo o território brasileiro, e, qua - se sempre, orientado no sentido político.

A constância com que se agitavam demonstrava claramente o desejo de treinar e formar líderes, / de aperfeiçoar o sistema de comando e de sentir a disposição e capacidade de reação das autoridades competentes.

Aos poucos, as greves iam crescendo de impor - tância e de volume, à medida que se aperfeiçoavam os líderes e que se revelavam mais fracos os sis - temas de repressão. A cada concessão correspondia um avanço; é o processo das "concessões sucessi - vas", no qual os comunistas são habilíssimos. Ne - gociam sempre. Havia além disso, grande interêsse por parte do PCB em levar os trabalhadores a per - mitir que as reivindicações justas ao invés de se - rem resolvidas pelos trâmites normais, com apêlo / ao dissídio, se transformassem em greves ilegais.

Os constantes movimentos em prol de reivin - dicações dos trabalhadores e as sucessivas confe - rências e congressos, onde pontificavam as mani - festações dos comunistas, infiltrados na adminis - tração dos sindicatos, mostravam, claramente, o / interêsse em levar a agitação e a desordem aos // meios sindicais com reflexos altamente aproveitá - veis para a causa do PCB. O principal objetivo // dos dirigentes sindicais comunistas, sonho de mui - tos anos, era a deflagração de greves gerais de âmbito nacional, como teste de sua força e de sua organização.



Era já grande, até há bem pouco, a eufória no partido, pois julgavam os seus dirigentes que aquele ideal já se havia concretizado e que o momento / da vitória final já se achava bem próximo.

Os membros do Comitê Central do PCB já decidiam para a nação, e de certa forma, o conseguiam. // São líderes autênticos, sabem hipnotizar as massas, que aprendem a obedecê-los. Via-se, assim, uma grande maioria de não comunistas sendo conduzida, cegamente, por comunistas, em greves políticas, distúrbios, etc.

Na última conferência do CGT, conforme ata /// apreendida, ficara deliberado:

- Incrementar as greves políticas de âmbito nacional;
- Agravar as contradições básicas da sociedade brasileira;
- Agravar a luta de classes;
- Intensificar a luta anti-imperialista e anti feudal.

e. Principais setores de influência comunista.

A influência da infiltração comunista, faz -se sentir, particularmente nos seguintes setores:

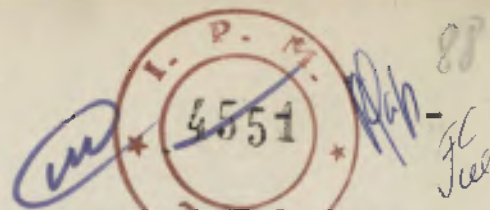
- Dos Transportes, que tinha como órgão de cúpula o "Pacto de Unidade e Ação (PUA)", liderado // por OSWALDO PACHECO DA SILVA, comunista, e que comandava todos os sindicatos de transportes.

Nêste setor, a ação dos comunistas era mais // acentuada nos portos, nas ferrovias e nos transportes aéreos.

Nos trabalhos dos portos impunham-se pelo domínio das federações, sob o comando de RAIMUNDO CASTELLO DE SOUZA, JOSÉ RAULO DE SOUZA e FELIPE RAMOS RODRIGUES.

Nos transportes ferroviários, o grande trabalho era realizado pela Federação Nacional dos Ferroviários e pelo Sindicato dos Ferroviários da GUANABARA, dirigidos, respectivamente, por RAFAEL MARTINELLI e DEMISTOCLIDES BATISTA, já citados.

No setor dos transportes aéreos, o comandante/ PAULO DE MELO BASTOS e OTHON CANEDO LOPES detinham/



o poder. A simples demissão do primeiro pela VARIG, levou os funcionários da mesma a se declararem em greve até a sua readmissão.

- De Crédito, então manipulado pelos vermelhos, através da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito) e Sindicatos com líderes ativos como HUMBERTO MENEZES PINHEIRO, ARMANDO ZILLER, LUIZ VILGAR DA MOTA LIMA, OSWALDO STAFFORD DA SILVA, GERALDO MAGALHÃES e muitos outros.

A CONTEC foi criada, especificamente, como órgão de cúpula dos vermelhos entre os bancários.

Após um período de vida ilegal, em agosto de 1960, apesar do Parecer contrário do Ministério do Trabalho, foi inexplicavelmente reconhecida.

- Da Indústria. Nesse setor destaca-se a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Sua direção estava entregue a comunistas como: CLODSMITH RIANI, DANTE PELLACANI e BENEDITO // CERQUEIRA, eleitos em princípios deste ano, com o apoio do Governo.

À referida Confederação estavam filiados, entre muitos outros, os sindicatos:

- dos metalúrgicos, sob a direção de BENEDITO / CERQUEIRA, e que serviu de palco à indisciplina dos marinheiros, verificada em fins de março de 1964.

- dos têxteis, liderado pelo agitador vermelho HERCULES CORREIA DOS REIS, constituindo-se num dos mais eficientes órgãos da subversão na GUANABARA, tanto pela propaganda como pela iniciativa dos movimentos e arregimentação da massa operária.

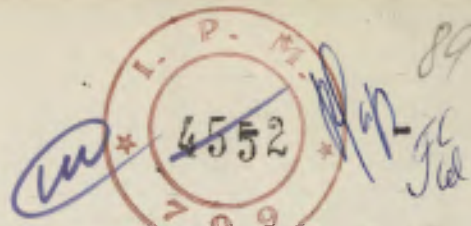
Não menos importante era o Sindicato dos Marceneiros, que tinha a dirigir-lo um dos mais ativos elementos do Comunismo brasileiro, ROBERTO MORENA.

A estes, somavam-se outros de menor importância, como o dos gráficos e o das indústrias de eletricidade e gás.

#### f. Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)

Originou-se do Comando da Greve de 5 de julho de 1962, e foi confirmado, em resolução do 4º Encontro Sindical, encerrado em 19 de agosto do mesmo ano, em SÃO PAULO.

Constituiu-se, em face dos seus objetivos, na



maior esperança do comunismo no Brasil. O seu principal objetivo era conquistar o Sindicalismo.

Assim, o CGT, explorando a sua importância política junto ao Governo deposto, procurou, por todas as formas, adquirir existência legal, embora notoriamente conhecido como órgão de alta expressão no mundo comunista.

Com a legalização, uniria sob sua direção o movimento sindical democrático, ficando o trabalhador à mercê do sindicalismo internacional. Mas a legislação brasileira impedia o seu reconhecimento e até mesmo a sua existência.

Do Manifesto à Nação, resultante do 4º Encontro Sindical, constou a reafirmação de lutar, com o apoio do que os comunistas chamam de forças nacionalistas e democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio, considerados por eles, como causas da atual crise.

Da sua direção faziam parte, entre outros, os comunistas: HÉRCULES CORREIA, ROBERTO MORENA, OSWALDO PACHECO DA SILVA, DANTE PELACANI, HUMBERTO MENEZES PINHEIRO, ARMANDO ZILLER e BENEDITO CERQUEIRA.

Observa-se que os seus dirigentes estavam distribuídos pelos mais diferentes Sindicatos e Federações de Trabalhadores da Indústria, de modo a possibilitar melhor a doutrinação e aglutinação da massa operária em torno do mesmo objetivo, o domínio, sob a égide do comunismo, do sindicalismo brasileiro.

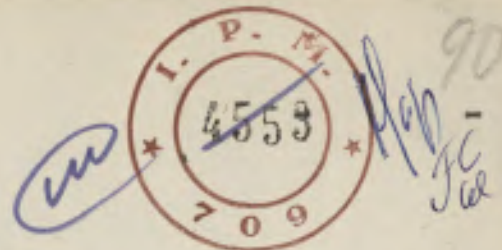
Embora ilegal, atuou muito, de modo que sua ação foi a mais danosa possível tumultuando a vida nacional, através das constantes greves e mantendo em sobressalto a família brasileira.

Tal ação, porém, não se limitava apenas ao âmbito trabalhista. Estendia-se a outras áreas, sobretudo a política, onde fazia pear o seu pensamento / nas decisões governamentais.

Em consequência dessas pretensões extemporâneas foi-lhe oposta desassombrosa repulsa, principalmente pelas Forças Armadas.

Apesar disso, o Governo não somente o tolerava como também o recebia, com ele se entendia em matéria política.

23976



g. Congresso da CUTAL.

A Central Única dos Trabalhadores da AMÉRICA LATINA tentou realizar, em BELO HORIZONTE, um congresso comunista. O povo mineiro reagiu e o Congresso foi realizado em BRASÍLIA. Comunistas militantes foram hóspedes do govêrno no Hotel Nacional e a verba solicitada através do Ministério do Trabalho pelo Sr OSWALDO PACHECO, aproximava-se / da casa dos Cr\$ 25.000.000,00.

9.3.2 - Meio Rural

a. Histórico.

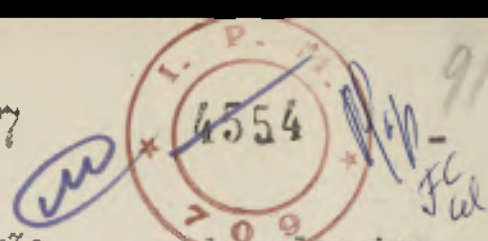
Data do cancelamento do registro do Partido/ Comunista, o início, praticamente de suas atividades junto às populações rurais do país, notadamente na região nordeste e mais especificamente - .. PERNAMBUCO.

Assim, em 1946, foram criadas nêsse Estado, as primeiras associações rurais, chamadas comumente de "Ligas Camponesas". Elas foram organizadas/ para possibilitar o prosseguimento das atividades até então exercidas pelo PCB e constituíram, na verdade as células iniciais de arregimentação dos trabalhadores do campo.

Em 1950, foi organizado o primeiro órgão de cúpula destinado a coordenar essas células - a Federação dos Trabalhadores Assalariados do Estado de PERNAMBUCO. Entidade comunista, que passou a comandar a luta de classes com base na chamada/ contradição "Camponeses X Latifundiários". Dentro dessa Federação, as Ligas Camponesas foram transformadas em sindicatos.

Em 1953, êsses sindicatos, bem como a Federação a que nos referimos foram fechadas por atividades subversivas.

Em 1955, no entanto, foi encontrada uma nova fórmula - a fundação de uma Sociedade Agrícola // que teria a finalidade de proporcionar assistênci a jurídica aos trabalhadores do campo. A ela associaram-se em seguida, as <sup>L</sup>igas Camponesas. A nova



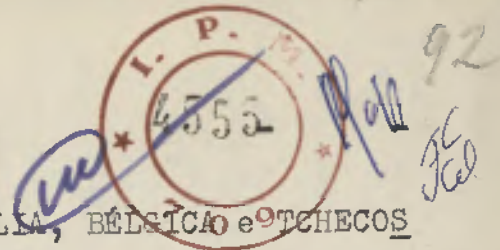
Sociedade presidida por JULIÃO, amparada pelas imunidades parlamentares dos seus mentores, possibilitou a expansão das chamadas Associações Rurais, ou melhor, das Ligas Camponesas.

b. As Ligas Camponesas.

No início do segundo semestre de 1963, as Ligas Camponesas apresentavam a seguinte ordem de batalha:

Amazonas	.....	5
Pará	.....	8
Maranhão	.....	12
Piauí	.....	4
Rio G. do Norte	.....	5
Alagoas	.....	5
Sergipe	.....	4
Bahia	.....	7
Minas Gerais	.....	9
Espírito Santo	.....	3
Paraná	.....	11
Santa Catarina	.....	4
Rio Grande do Sul	.....	5
Mato Grosso	.....	6
Ceará	.....	10
Goiás	.....	12
Rio de Janeiro	.....	14
Paraíba	.....	15
São Paulo	.....	15
Pernambuco	.....	64=218 Ligas.

Estas Ligas ocupavam-se, essencialmente, de mobilizar trabalhadores agrícolas, de douriná-los, animá-los e incitá-los à invasão de propriedades/particulares, de preferência as que dispunham de áreas cultivadas. Possuíam armamento heterogêneo, que ia desde a foice à pistola automática e ao fuzil de caça. Em alguns casos, chegou-se a encontrar armas de guerra provavelmente, fruto de roubos ocorridos nas Forças Armadas. Juntamente com revistas cubanas e manuais de táticas de guerrilhas de MAO-TSE-TUNG, foram encontradas algumas /



armas contrabandeadas da ITÁLIA, BÉLGICA e OTECOS  
LOVAQUIA. As Ligas Camponesas, entre outros fatos, caracterizam sua ação subversiva pelos seus componentes que, em grande parte, são lavradores apenas na denominação. Na realidade, existiam em sua organização funcionários públicos, sapateiros, estudantes, farmacêuticos, etc.

Em PERNAMBUCO, tiveram sua ação facilitada pela política do governador MIGUEL ARRAES; frequentemente, tornava-se sangrentas.

Nas áreas em que agiam, implantou-se o regime do terror, que ia desde simples ameaças até a execução plena e criminosa.

Usavam uma estratégia tipicamente, militar. / Instalavam-se em pontos importantes do terreno; // ora cercando os grandes centros; ora barrando os principais eixos; ora isolando os locais de onde pudesse partir a reação contra a ação delas. Isto/ foi uma das causas do aumento de efetivo do IV // Exército.

Três figuras estão diretamente ligadas à ação das ligas:

- FRANCISCO JULIÃO, nos Estados de PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO DE JANEIRO e MINAS GERAIS.
- JOSÉ PORFÍRIO, em GOIÁS.
- JOÃO PINHEIRO NETO, por sua atuação frente/ à SUPRA.

c. União dos Lavradores Agrícolas do Brasil - (ULTAB).

Desastrosa foi a ação da ULTAB, órgão comunista, na zona rural do Brasil. Militantes comunistas compunham sua staff.

### 9.3.3 - Ligação entre as atividades rurais e urbanas.

A ligação entre as atividades, em curso, nas Zonas Rurais e Urbanas vinha sendo assegurada através:

- das atividades relacionadas com a Revolução Cubana;



- da ULTAB;
- das organizações estudantis;
- do funcionamento de cursos teóricos nos centros urbanos;
- do apoio mútuo em atos públicos, congressos e etc.

Vejamos separadamente cada uma dessas atividades, de forma resumida.

a. Atividades relacionadas com a Revolução Cubana.

Essas atividades foram de grande interesse / pois serviram ao PCB, como o principal traço de união de suas atividades, entre os operários, estudantes, trabalhadores do campo e intelectuais. Considerava o PCB como tendo sido a mais rendosa atividade nêsse sentido.

O fenômeno das "atividades cubanas" na AMÉRICA e em particular no BRASIL, foi perfeitamente de finido.

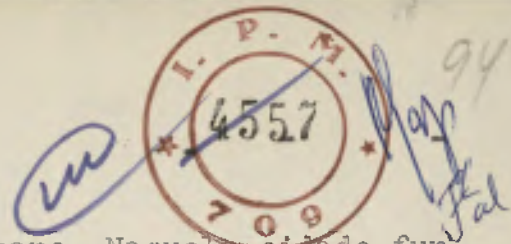
Eram atividades orientadas e financiadas pelo comunismo internacional, que se empenhava numa intensa política de penetração, na AMÉRICA LATINA, / com o objetivo imediato de criar, nos diferentes / países do continente, uma força de pressão política popular "fidelista", capaz de:

- influenciar as decisões dos Governos Latino Americanos;
- conter quaisquer ações externas contra o regime revolucionário de CUBA;
- comunizar a AMÉRICA LATINA.

O PCB, assumindo no BRASIL, a liderança do movimento, como cobertura às suas atividades e propósitos, executou ativíssima campanha de agitação e de propaganda.

Como resultado dessa ação, incidente sôbre todo o território nacional, nasceu e desenvolveu-se, com grande vigor, a mais poderosa "frente" de que / se tem notícia na América, e, particularmente, no Brasil assim reconhecida pelo PCB - a "Frente de / Solidariedade à Cuba".

Havana é hoje o maior centro político do Comu

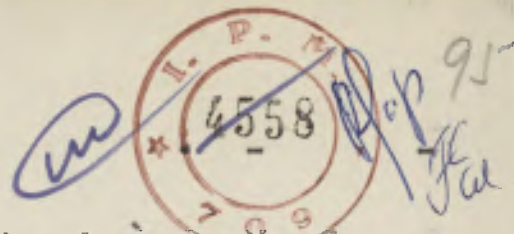


nismo, no Continente Americano. Naquela cidade funciona, há mais de dois anos, uma "Internacional", integrada por técnicos russos e chineses, que dirige e financia a propaganda para t<sup>o</sup>da a América Latina.

A grande e intensa propaganda subversiva que se irradiou, de Cuba para o Brasil, foi fruto, como já dissemos, do planejamento e da ajuda dos chamados países socialistas. Ela foi realizada, particularmente, com o auxílio da própria Embaixada de Cuba, aproveitando-se das franquias diplomáticas e do apoio do PCB.

Entre alguns exemplos de atividades dessa Embaixada, agência política das mais ativas, podemos citar:

- organização ou apoio ostensivo a atos públicos (comícios, conferências, encontros, etc);
- cobertura a agentes comunistas, especialistas em propaganda e agitação (diplomatas expulsos de outros países por atividades subversivas vinham sendo lotado nessa Embaixada);
- financiamento de propaganda, em particular/ a realizada por entidades estudantis e sindicais (cartazes, material para trotes e comícios, etc);
- fornecimento de transportes para atividades políticas de estudantes e operários (os líderes, normalmente, eram conduzidos em automóveis da Embaixada);
- recintos para reuniões;
- projeção de filmes, em particular nos sindicatos e organizações estudantis (de preferência versando sobre os combates e a ação dos guerrilheiros cubanos).
- distribuição, em particular nas escolas, de abundante literatura revolucionária. Consta mesmo, que a tradução do livro "Guerra de Guerrilhas, de "Che Guevara", foi financiado por essa mesma Embaixada;
- encontro periódico de diplomatas em diferentes sindicatos;
- levantamento de simpatizantes de todo o ter



ritório nacional, visando à remessa de correspondência de Cuba e distribuição de propaganda. (Só no Rio de Janeiro chegava, diariamente, uma média de 300 cartas, informando frequências de ondas, distribuindo selos postais e material de propaganda.)

O MEC, através da Campanha de Assistência ao Estudante, incumbia-se da distribuição de grande parte do material de propaganda subversiva proveniente de Cuba.

b. Atividades da ULTAB

O funcionamento da ULTAB vinha sendo orientado no sentido de, progressivamente, transformá-lo no Comando Centralizado Camponês, o qual, através da centralização e do controle das atividades de todas as Associações Rurais do País, integraria, juntamente, com o Comando Sindical, organizado com base na CNTI, o Comando Político Unificado.

c. Atividades Estudantis.

As atividades estudantis, através da UNE e da UBES, volantes, se faziam por equipes, com permanência nas áreas rurais do país.

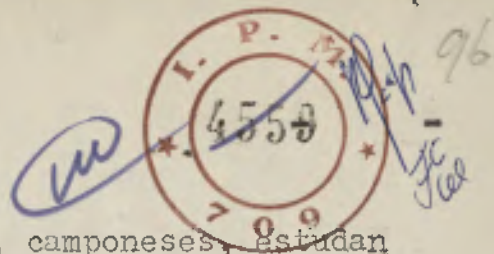
d. Cursos.

Os cursos teóricos para líderes camponeses vinham funcionando nos principais centros urbanos do país, em particular nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, com a finalidade, também, de assegurar um contato mais íntimo com o proletariado industrial. Nesses cursos, além de aulas sobre a teoria marxista-leninista, ensinava-se a manejar armas e explosivos. Ao trabalhador do campo, era ensinada a guerra de guerrilhas, e aos operários, o combate de localidade.

e. Congresso e Atos Públicos.

Por fim, a ligação era, também, realizada com

23982



a participação de operários, camponeses, estudantes e intelectuais em todos os Congressos e atos públicos, de interesse rural ou urbano.

#### 9.4 - SETOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

##### 9.4.1 - Exploração por parte do PC das divergências em países latino-americanos.

A divergência mais explorada pelo PC, imprensa, pelos discursos, etc, foi a da posição assumida pela VENEZUELA, em franca atitude contra a ação dos adeptos de FIDEL CASTRO que tentavam incrementar ou instalar a guerra revolucionária nos países latino-americanos.

Também as divergências, havidas nos pontos de vista de nosso país, quer dentro da OEA ou da ONU, referente, particularmente, à questão da autodeterminação dos povos ou da independência dos povos africanos, foram exploradas dentro do prisma da concepção comunista, sempre acusando o "imperialismo capitalista".

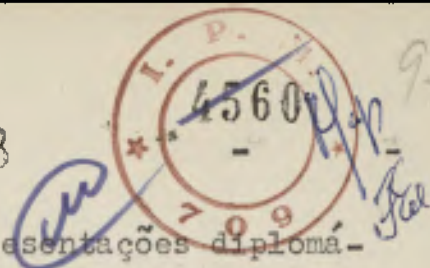
Outras vezes, os acordos ou tratados bilaterais quer econômicos ou de defesa mútua, sofreram uma campanha de descrédito em que a análise comunista procurava caracterizar uma posição de subserviência aos objetivos dos países líderes / da democracia.

Os aplausos comunistas a uma "política independente" visavam a popularizar uma campanha de simpatia e tolerância para com os países socialistas e a impopularizar a tradicional amizade / do BRASIL, com os povos ocidentais, em particular os ESTADOS UNIDOS.

##### 9.4.2 - Desprestígio dos organismos internacionais.

A OEA, a JD e, algumas vezes a própria ONU, eram desgastadas pelas críticas comunistas, desde que suas decisões ou atitudes não fossem concordes com os interesses ou com a linha política do partido.

23983



9.4.3 - Atividades das representações diplomáticas.

A EMBAIXADA DE CUBA era um verdadeiro centro de propaganda do regime comunista e um foco de agitação e subversão da ordem do BRASIL. Patrocinava a distribuição de propaganda escrita, promovia as reuniões, palestras, exposições, etc, ressaltando-se a participação ativa e proeminente do próprio embaixador, em tôdas aquelas atividades.

Assim, manteve êle contatos com dirigentes / estudantis, entrevistou-se com líderes comunistas brasileiros e realizou conferências em que aconselhava a revolução no BRASIL, nos moldes da de CUBA.

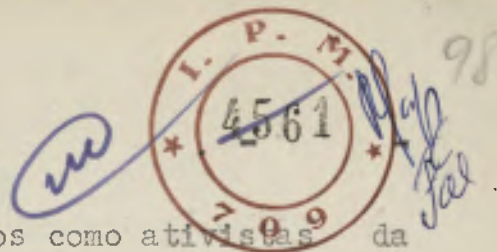
Através dessa Embaixada, vários parlamentares, estudantes, jornalistas, homens das Ligas // Camponesas viajaram à HAVANA, seja como bolsista, seja como simples interessados no conhecimento // das obras da revolução cubana e de FIDEL CASTRO.

Como verdadeira Central de Informações de CUBA, funcionava a PRENSA LATINA, que recebia variada documentação de propaganda e subversão, para / reimpressão e distribuição no Brasil. Grande parte da correspondência torçada entre líderes comunistas, que se encontram no exterior, era feita / através dêste órgão.

A prisão em flagrante de ZDENEK KVITA, da Embaixada da TCHECOSLOVAQUIA, espião acobertado pelas imunidades diplomáticas, realizada pela polícia do Estado da GUANABARA, e sua posterior retirada do BRASIL, deixou em má situação aquela Embaixada.

Há suspeitas de que, de certas Embaixadas de países socialistas, se originava o auxílio financeiro à grande maioria das atividades subversivas, bem como, à cobertura das despesas de viagens, visitas, bôlsas de estudos, delegações artísticas, etc, realizadas ou patrocinadas pelos países comunistas, e da ação de missões comerciais. Nêsse último setor missões comerciais, ressaltam-se a dos chineses, convidados oficialmente pelo governo anterior, e cujos membros foram presos pela Secretaria de Segurança do Estado da GUANABARA, estão //

23984



êles gravemente comprometidos como ativistas da subversão da ordem.

#### 9.4.4 - Ajuda financeira.

##### a. INTERNAS

Como já ficou dito, quando se tratou de infiltração e em outros pontos tendo os comunistas conseguido a direção de algumas posições no governo e atingido a cúpula de entidades de classes, obtiveram a ajuda financeira de grande vulto.

Foram créditos para as associações de classes e sindicatos; foram empréstimos diversos, a particulares e a entidades; foi o custeio de operações, como de pressões sobre o Congresso; foi o patrocínio da propaganda em jornais, rádio e televisão; era o fornecimento de folhetos e impressos; eram as liberalidades no uso de meios oficiais, como transportes, franquias, etc, que favoreceram, aos comunistas e subversivos, meios necessários a montar um aparelho capaz de impressionar a todos, como se nada mais os pudesse derrotar.

##### b. EXTERNAS

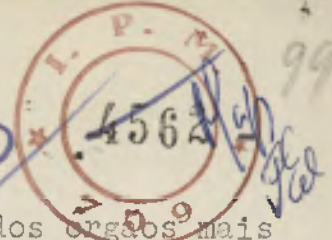
Há informes de boa fonte e indícios bem acreditáveis de que foram fornecidos meios, originários de CUBA, da CHINA e TCHECOSLOVAQUIA, não só para os comunistas como, também, para os subversivos elementos de BRIZOLA.

Êsses auxílios chegaram ao País por intermédio de agentes "diplomáticos", de "pombos-correio", ou missões culturais ou econômicas.

Com os chineses presos, já citados anteriormente, foi encontrada quantia vultosa em dólares e em moeda nacional.

#### 9.5 - SETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Setor econômico-financeiro do País sofreu também, grandemente, a influência comunista e esta se fez sentir, particularmente, pela falta de uma



política bem definida pela direção dos órgãos mais responsáveis pela estrutura econômica financeira / do País.

Assim vimos:

- O "Plano Trienal" que deu, inicialmente, algumas esperanças de que a inflação fôsse contida / ser inexplicavelmente abandonado após alguns meses de existência mais ou menos precária.

- A SUMOC e CACEX - órgãos responsáveis pela nossa política financeira e pela exportação - tentar anular a entrada de capitais ocidentais, hostilizando-os ao máximo.

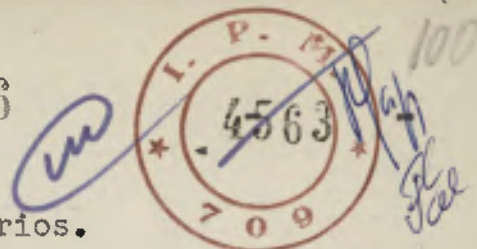
- A campanha encetada contra o "imperialismo econômico" tentar nos afastar do mundo ocidental, para incentivar o comércio com o bloco comunista.

- Sob o pretexto de nacionalismo, vimos a ação comunista prejudicar o setor econômico com a campanha estatizante desenvolvida e com as pressões contra várias organizações privadas estrangeiras e, mesmo nacionais.

- Vimos ainda: o desfêcho de greves contínuas em diversos setôres prejudicando a economia, pela queda da produção, pela falta de transportes, pela instabilidade política, pela desconfiança nos investimentos e nas relações entre empregadores e empregados. Somente em São Paulo, no decorrer do ano de 1963, tivemos de enfrentar 445 greves nos mais variados setôres.

- Constatamos a atuação comunista nos meios / diplomáticos, através das missões comerciais, que aqui vinham a título de incrementar as nossas relações comerciais com os países da Cortina de Ferro, como aconteceu com a China Comunista que, enviando uma missão comercial, autorizada pelo então, Presidente da República, esta se tornou um núcleo de espionagem e de propaganda subversiva, como ficou // comprovado após a Revolução. Esse gênero de comércio nos afastou um pouco da linha tradicional do nosso intercâmbio internacional, sem que houvesse / qualquer compensação, pois a balança com os países do bloco comunista não se elevou, nem nos deu créditos compensadores.

- Vimos as nossas finanças serem prejudicadas pelo desequilíbrio e desordem salarial, como resultado, ainda, das greves de classes mais atuantes /



ou infiltradas como os portuários.

Temos exemplos da ação comunista na obstrução de projetos a serem financiados pela Aliança para o Progresso, no objetivo de anular a ajuda externa de capitais ocidentais. Além disso, infiltrados // nas grandes empresas de economia mista, os comunistas protegiam seus interesses, premiavam seus aliados, corrompiam personalidades e manipulavam vultosos recursos financeiros. Foram desviadas da Petrobrás, do Lóide Brasileiro, do SAPS e da Fábrica Nacional de Motores, dentre outras verbas consideráveis para propaganda, a gitação e manutenção de entidades comunistas.

Tôdas estas ações muito prejudicaram o desenvolvimento e a economia nacional, acarretando enormes prejuízos, descrédito internacional, fuga de capitais e aumento do custo de vida. Nosso índice de desenvolvimento, que era em 1962 de 8,4%, em fins de 1963 desceu a menos de 2%.

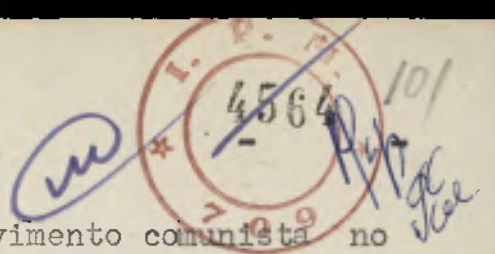
#### 9.6 - SETOR CULTURAL

Seria necessário conhecer muito mal os comunistas, para imaginar que uma de suas maiores preocupações não tivesse sido a infiltração no vasto campo cultural, abrangido por vários setores, como estudantil, o da imprensa, das rádio-comunicações, da propaganda, dos intelectuais, etc, setôres estes // que sofriam, direta ou indiretamente, a influência / nefasta do Ministério da Educação.

É surpreendente a ação exercida pelos comunistas no Ministério da Educação, nas gestões DARCY RIBEIRO e PAULO DE TARSO, onde funcionavam, sob a proteção do dito Ministério, verdadeiros centros de comunização da mocidade brasileira.

##### 9.6.1 - NO MEIO ESTUDANTIL

- A importância capital do setôr estudantil, / tendo em vista que todos os grandes movimentos da História do Brasil contaram com a larga participação dos estudantes, despertou especial atenção da propaganda marxista.



- O processo do desenvolvimento comunista no seio da classe estudantil é, sem dúvida alguma um fato de bastante gravidade.

- Incrustado em quase todos os lares e nas diversas camadas sociais, o estudante influencia a / sociedade por inteiro.

- Constitui o estudante um admirável veículo/ propagador de idéias. E o comunismo, bem compreendendo tudo isto, emprestou particular ênfase à infiltração em tôdas as atividades estudantis.

#### FINALIDADES DO PC NO MEIO ESTUDANTIL.

O PC atua no meio estudantil com as seguintes finalidades principais:

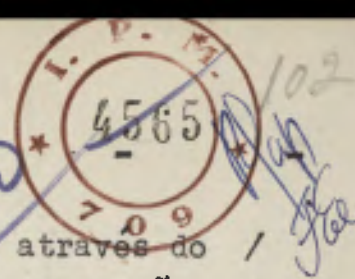
a. Realizar a agitação, lançando os estudantes em defesa de idéias políticas, econômicas ou reivindicatórias, favoráveis à luta partidária. Isto estava acontecendo no Brasil, onde os estudantes chegaram a assumir um papel de verdadeiros mentores do País, e em vez de defenderem os interesses de sua classe, no que se refere ao ensino, seus órgãos coletivos viviam a fazer proclamações políticas de tendências nitidamente esquerdistas.

b. Incrementar, cada vez mais, a união estudante-operários-camponeses, através de ações conjuntas o que estava sendo conseguido pela identificação da UNE com o CGT.

c. Catequizar a mocidade, desde o início de / sua formação, atraindo-a para a ideologia comunista e para as teses que defende; esta ação se fez presente também nas campanhas de alfabetização, com o emprego de novos métodos.

A deturpação do ensino, neste últimos anos, / foi intensa e efetiva, e se fez sentir na educação primária, secundária e universitária, com a orientação do Ministério da Educação através dos organismos por êle controlados como: Campanha Nacional de Alfabetização - Divisão de Educação Extra-Escolar, Campanha de Assistência ao Estudante, Movimento de Cultura Popular e outros.

Na residência de MARCOS JAIMOVICH, militante/ comunista, idealizador e planejador da subversão / no seio estudantil foi apreendido um relatório, de próprio punho, sobre a situação do Movimento de //



Cultura Popular em todos os Estados, através do qual se verifica a profundidade da infiltração e existente, feita por membros do PC, da Ação Popular e elementos independentes.

#### A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NAS FACULDADES E ESCOLAS.

A infiltração comunista no seio estudantil se processou com grande intensidade:

1ª) Nas universidades recém criadas, como as de Brasília e Goiás, que receberam a orientação direta de DARCY RIBEIRO.

2ª) Nas Faculdades e Escolas, pela existência de grande número de professores simpatizantes, e mais ou menos na seguinte prioridade:-

- Faculdade de Filosofia - pela duração mais curta do curso e, principalmente, porque os formandos são logo aproveitados no magistério, assegurando assim, a permanência de contato com os estudantes.

- Escolas de Jornalismo, que possibilitam aos formandos atuar logo na imprensa.

- Escolas de Agronomia, pelo contato com o // camponês.

- Faculdades de Direito, de onde egressam os futuros juizes, auditores, advogados e políticos.

- Faculdades de Medicina, que facilitam o contato dos formandos com as classes menos favorecidas.

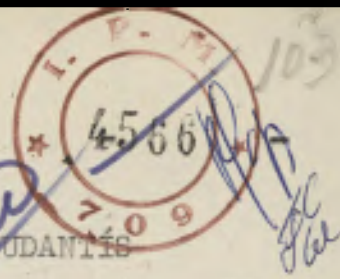
- Universidades Católicas, que propiciam a infiltração no setor religioso.

- As demais.

Os últimos inquéritos procedidos nas Faculdades de Filosofia do Rio e S. Paulo e na de Medicina de São Paulo trouxeram à luz dados que comprovam a infiltração comunista naquelas faculdades, particularmente pela ação e omissão de professores mais antigos alguns de alto renome. Só na Faculdade de Medicina de São Paulo, foram indiciados em IPM cerca de 30 professores e destes, para 11 foi solicitado o enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

23989

A INFILTRAÇÃO NAS ENTIDADES ESTUDANTÍAS



Infiltrando-se em todos os setores de atividade de estudantil, conseguiram os comunistas atingir / uma situação que não tinha paralelo com qualquer / outra até então desfrutada. A UNE, os Diretórios / Acadêmicos, os Grêmios das Faculdades, as Associações Estudantís, os Congressos de Estudantes, Seminários e Cursos foram as principais entidades visadas pela ação comunista.

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - U N E

Entidade máxima dos estudantes no Brasil. Orienta, coordena e executa tôdas as atividades importantes relacionadas com os estudantes universitários. Congrega a UNE cêrca de 300 escolas superiores com mais de 150.000 universitários, que constituirão no futuro, a elite intelectual do País.

O PC considera de capital importância o domínio da UNE, o que praticamente conseguiu, pelo número de elementos infiltrados em sua direção. Este órgão deixou de ser uma organização estudantil brasileira para se transformar em um instrumento de / agitação comunista.

Uma minoria de estudantes, ativa e bem orientada pelos comunistas, tinha transformado a entidade em um órgão político fomentador de greves e de reivindicações sociais, que junto com os sindicatos, se julgavam no direito de opinar e influir decisivamente em tôdas as atividades do País.

Suas lutas políticas eram alicerçadas no ponto de vista de que os estudantes não eram feitos somente para estudar, mas sim para participar ativamente da vida política do País, pois que serão os seus futuros dirigentes.

Últimamente, a propaganda comunista se fazia sentir através da "UNE VOLANTE", cujos integrantes exibiram, em várias regiões do País até peças teatrais de fundo subversivo.

OS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS

Cada Faculdade possui o seu Diretório Acadêmi



co, este organismo é de capital importância para a infiltração comunista, pois é ele que mantém, praticamente, o contato diário com os estudantes, É / na conquista desses Diretórios que os comunistas / mais se engajam, aplicando a mais apurada técnica. Vários foram os Diretórios Acadêmicos envolvidos / pela ação comunista, como por exemplo o da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira - CACO) que foi considerado pelos próprios estudantes como uma célula do PC e, / até hoje, agita o meio estudantil do Rio, o mesmo acontecendo em São Paulo, com o Centro Acadêmico / XI de Agosto, Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, Grêmio Politécnico e outros.

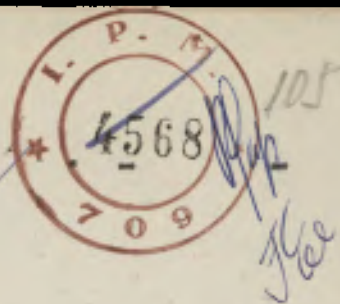
Generalizando, podemos dizer que os principais órgãos estudantis infiltrados, além da UNE e dos Diretórios Acadêmicos foram:

- As Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE), a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES), de âmbito também nacional, que congrega os estudantes secundaristas, os Diretórios Centrais das Universidades, o Centro Popular de Cultura, a União / da Juventude Comunista e outros. A esses Centros e Grêmios de estudantes, eram distribuídas grandes / verbas. O MEC financiava a imprensa Estudantil. // Congressos e Cursos que na realidade, eram apenas / instrumentos de disseminação da propaganda ideológica.

Diversas técnicas de influência comunista, na orientação da educação, foram aplicadas pelo PC, / como aquela conhecida dos "estudantes profissionais", isto é, elementos que se matriculavam em Faculdades e ficavam repetindo durante vários anos / os mesmos cursos. Usavam, também, o artifício de / se matricularem em várias faculdades de uma mesma Universidade.

Nos últimos anos, os comunistas passaram a eliminar o "estudante profissional", fazendo a preparação de uma "elite" de propagandistas e agitadores que se sucediam, em cada gestão de Diretoria. / Essa elite era orientada por professores e, desse modo, atendiam melhor ao recrutamento e rejuvenescimento nos quadros de agitadores no setor da educação.

23991



9.6.2 - IMPRENSA

A Imprensa era outro terreno de intensa propaganda comunista. Poucos jornais se mantiveram com a sua fisionomia democrática inalterada em todo esse período de coação ideológica. Além dos jornais / comunistas ostensivos começou a aparecer, em periódicos de grande aceitação popular, tradicionalmente democráticos, certos artigos de fundo comunista ou comunizante, como resultado de uma infiltração / cuidadosamente preparada. A grande maioria das seções de crítica, literatura, cinema, etc. de quase todos os jornais e revistas era considerada, pelo Partido, como infiltrada. A influência do PC é nesse setor, orientada, particularmente, para as direções dos jornais, tendo em vista a seleção e eliminação de matérias, de acordo com o interesse do Partido. O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, estava há muitos // anos, nas mãos de elementos esquerdistas.

Os principais meios de divulgação do PCB no // Brasil eram dentre outros:

Jornais:

GB - "Novos Rumos" - órgão oficial do Partido - //  
"Semanário" - "Democracia Popular" - "Problemas" - "Gazeta Sindical" - "Coluna" - "Bancário".

SP - "Hoje" e "Paralelo".

R G NORTE - "Folha Popular".

PE - "Fôlha do Povo".

ESPÍRITO SANTO - "Fôlha Capixaba".

PARANÁ - "Jornal do Povo" - "Hoje".

R G SUL - "Tribuna Gaúcha" - "Tribuna do Povo" - //  
"Voz do Povo".

MG - "Jornal do Povo" - "Voz do Povo" - "Nossa Luta" - "Edifício" - "Binômio".

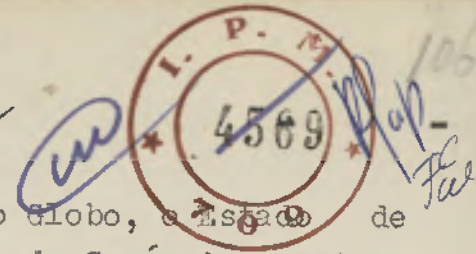
GOIÁS - "Estado de Goiás" - "Agora".

MT - "O Democrata".

Sofreram, ainda infiltração, a Última Hora, em todas as suas sucursais, o Correio da Manhã, o Diário de Notícias, a Fôlha da Manhã e outros em menor escala. Essa infiltração parece insignificante

23992

23992



em órgãos de imprensa, como o Globo, o Estado de São Paulo, O Jornal, O Jornal do Comércio e outros.

Revistas: "Problemas da Paz e do Socialismo" - "Estudos Sociais" - "Revista Brasiliense" - "Cadernos Brasileiros" - "FN" e outras / de menor circulação.

Mas, em que se pese essa infiltração, a democracia encontrou na imprensa o grande veículo de esclarecimento do povo, face ao perigo que o ameaçava.

### 9.6.3 - RÁDIO-COMUNICAÇÕES

O setor de rádio-comunicações sofreu a influência comunista, também em larga escala. A Federação dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Rádio-Telegráficas e Rádio-telefônicas estava comunicada.

Uma estação de Rádio, a Mayrinck Veiga, dirigida por Leonel Brizola, emissora oficial dos "Grupos dos Onze", líder de uma cadeia radiofônica consagrava livremente sua programação diária à propaganda subversiva, no que era secundada pela Rádio/Marconi de São Paulo.

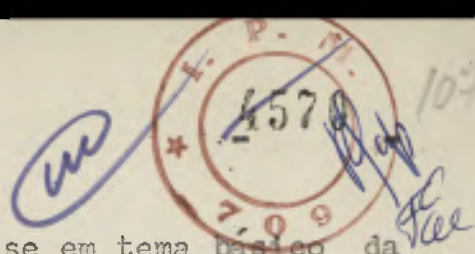
A Rádio Mauá, propriedade do Ministério do Trabalho, deturpava as teses trabalhistas, ao sabor dos comunistas. A Rádio Ministério da Educação era, muitas vezes, utilizada na difusão de propaganda que servia aos interesses comunistas. A infiltração penetrou inclusive nas TV e, entre elas, a TV Excelsior foi a mais atingida.

### 9.6.4 - A PROPAGANDA

Para atingir seus objetivos, os comunistas desenrolaram com particular cuidado uma intensa ação psicológica, visando a conduzir, particularmente as massas estudantis, operárias e rurais, para a consecução dos seus designios.

Buscaram despertar as emoções e o sentimentalismo de uma ponderável parcela da população brasileira, explorando os seus anseios, mediante a apresentação de temas reconhecidos como aspiração generalizada em todos os setores da vida nacional. A lu

23993



ta pelas reformas constituiu-se em tema básico da propaganda.

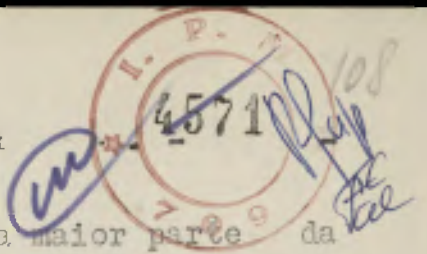
A reforma agrária foi focalizada e explorada/ com excepcional intensidade. Usavam os comunistas/ uma técnica hábil, moldada numa ação psicológica / meticulosamente preparada, no sentido de tirar o máximo partido das dificuldades naturais. Atribuindo ao Governo incapacidade para resolvê-las nos / moldes constitucionais, criavam um clima de des - crença no regime democrático e estimulavam, na exe - cução de uma propaganda farta e bem conduzida, a exarberbação de uma inquietação crônica. Era a difu - são sistemática de uma propaganda revolucionária / extremista. Os temas reforma agrária, reforma uni - versitária, lei de remessa de lucros, reforma ban - cária, direito de greves, reforma constitucional, / encampação de refinarias e outros foram exaustiva - mente explorados pelos comunistas. Essa propaganda subversiva que, em outros países se desenvolve den - tro de uma relativa clandestinidade, no Brasil ela se desenrolou ostensivamente, sob o beneplácito // das autoridades e com uma forte ação psicológica. / Esta ação se processou através de meios promocio - nais, como sejam: relatórios, contatos, boletins , conferências, serviço de imprensa, filmes, rádio , televisão e, por último, em comícios.

#### 9.6.5 - NOS MEIOS INTELECTUAIS.

Os intelectuais, no entender do PC, podem re - presentar, se convenientemente dirigidos, conside - rável força no trabalho de expansão do comunismo / no Brasil. Vários são os escritores de tendências / nitidamente de esquerda e cujos livros têm grande / aceitação pública, fruto da propaganda comunista.

A União Brasileira de Escritores é o órgão de cúpula nesse setor e tem grande influência sobre / os críticos de literatura, artes e cinema.

A atuação dos críticos comunistas visa a en - caminhar os leitores para as obras de escritores / da esquerda e, ao mesmo tempo a desacreditar o va - lor das demais. No setor das editoras, o processo / do PC foi considerável. Já possuía muitas delas em vários Estados. Destacaram-se no Rio: a Editora Vi



tória, que editava e distribuía a maior parte da literatura vermelha, a Editôra Futuro, Editôra Universitária, Editôra Nova Cultura, Problemas Contemporâneos, Editôra Fulgor, em São Paulo, Editôra Civilização Brasileira e muitas outras.

A intimidação intelectual e motivos de ordem financeira estavam silenciando muitas vozes. O povo de maneira geral, vinha sendo politizado, diariamente num sentido unilateral.

#### 9.7. - SETOR RELIGIOSO.

O comunismo não poderia ficar indiferente ante a Igreja. Tudo fêz para envolvê-la, explorando, a seu modo, o pensamento da mesma em torno da questão social brasileira.

As duas encíclicas papais estabelecendo uma nova doutrina social para se contrapor ao comunismo - o Solidarismo Cristão - foram deputadas e exploradas ao máximo pelos comunistas, aproveitando algumas concessões feitas por João XXIII, fruto da grande fôrça do PC na Itália (45%).

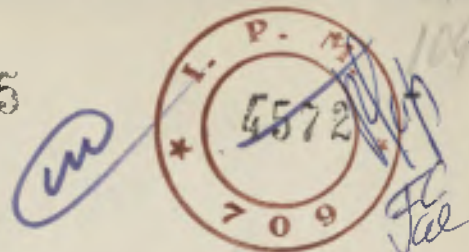
Inúmeros católicos deixaram-se envolver pelos laços do "Plano de Ação" que, na América Latina, foi traçado pelos comunistas chineses. Em virtude disso, alguns bispos, sacerdotes e organismos religiosos afastaram-se da doutrina e dos métodos da Igreja e, arrastados para a política, se constituíram em instrumentos eficazes dos comunistas.

Vimos bispos e padres escrevendo e agindo dentro da linha de agitação social, provocando antagonismos de classes, pregando a revolução, deturpando as encíclicas papais e apoiando e defendendo políticos esquerdistas que se diziam católicos.

As organizações da Ação Católica Brasileira (no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Recife) tornaram-se centros de agitações sociais. Acentuou-se a divisão entre as nossas principais autoridades // eclesiásticas; de um lado, D. Jaime de Barros Câmara de outro D. Carmelo de Vasconcelos Mota, surgindo ainda D. Helder Câmara na Política de aproximação com as hostes governamentais.

A infiltração penetrou nos seminários e congregações.

Alguns sacerdotes e, até, algumas freiras se deixaram empolgar pela nova linha, chamada a linha



progressista da Igreja.

Chegou-se ao ponto de publicar um documento / oficial do Episcopado Nacional deturpado, conforme foi denunciado publicamente pelo Cardeal da Silva.

As Universidades Católicas também sofreram o impacto da ação psicológica vermelha, nelas havendo agitadores comunistas; delas saíram os dois últimos presidentes da UNE.

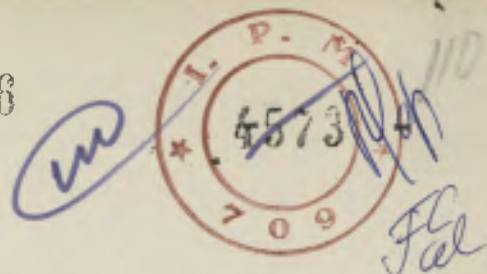
Comprova a infiltração comunista no setor religioso a atuação de inúmeros sacerdotes, em várias / regiões do país. É bem conhecida a atuação subversiva do "Padre Alípio de Freitas", processado por autoridades militares; do Frei Josaphat, líder dos padres dominicanos, na linha progressista e na imprensa subversiva de São Paulo; do Bispo Dom Milton Cunha, da Igreja Católica Brasileira, com sede em Barretos, pela sua atuação subversiva junto aos sargentos do II Exército e às ligas camponesas; do Bispo Aires da Cruz, dirigente das células criadas entre os cismáticos e que pregavam, pela Última Hora, o nacionalismo e o combate ao regime capitalista.

Digno de registro é o fato ocorrido durante / uma reunião realizada no mês de julho último no Seminário do Ipiranga (SP), no qual se encontravam / reunidos cerca de 70 sacerdotes; a maioria "progressista" fez uma propaganda marxista-leninista / tão provocadora que suscitou sérios conflitos pessoais e terminou com o encerramento prematuro da reunião.

Os comunistas encontraram, ainda, ambiente favorável à sua infiltração nos meios católicos em movimentos como a:

-Ação Católica, a Juventude Universitária Católica (JUC), e a Juventude Operária Católica (JOC)

Os fatos acima citados nos dão uma pálida // idéia de como o Clero brasileiro sofreu a ação comunista, embora seja de justiça ressaltar que a // Igreja constitui ainda, uma das fortes trincheiras à infiltração do comunismo.



## 9.8 - SETOR MILITAR

Sabedores de que as Fôrças Armadas se constituíam no maior baluarte da defesa contra a comunização do País, tentaram os comunistas o enfraquecimento das mesmas, através dos mais variados processos, entre os quais se salientam os seguintes:

- Desenvolvimento, no seio das Fôrças Armadas, do sentimento nacionalista, elegendo nas mesmas os militares considerados pelos comunistas como "nacionalistas autênticos".

- Aliciamento de elementos dos quadros das praças, a fim de enfraquecer a autoridade dos oficiais, minar a hierarquia e a disciplina.

- Tentativa de despertar entre os sargentos um sentimento de classe e de importância política, com o apoio à "Campanha de elegibilidade de Sargentos".

- Designação de oficiais com tendências esquerdistas para posições de destaque.

- Debilitação do espírito militar pelo emprêgo da tropa em missões secundárias e incompatíveis com sua instrução e organização, como: distribuição de gêneros alimentícios, proteção de comícios de Sindicatos e ajuntamentos comunistas, etc.

- Infiltração nos Clubes Militares e Associações de Graduados, as quais, passaram a se constituir em centros de polêmicas ideológicas, de pronunciamentos subversivos e de radicalização de seus // membros em apoio a correntes políticas.

- Atuação da Frente Militar Nacionalista, com orientação direta do PC.

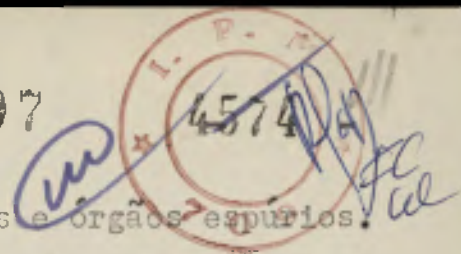
- Campanhas de desmoralização, dirigidas contra chefes militares que se empenhavam em salvar o princípio de autoridade.

- Influência política e ideológica, particularmente nas promoções de generais e oficiais superiores, preterindo a competência profissional e os valores morais.

- Insuflamento de civis contra militares, valendo-se sobretudo de problemas salariais.

- Transferências de militares por injunções políticas.

- Tentativa de envolvimento de militares e As-



sociedades das FA, com sindicatos e órgãos espúrios.

-Criação de "slogans" depreciativos a militares e de propaganda emotiva como: "Gorilas" - "Reacionários" - "Meio Homem" - "Sargento também é povo" - / "De fuzil na mão, ao lado do povo, pela grandeza da Pátria" que passaram a ecoar em assembleias militares e sindicatos.

- Empreendimento de campanhas de desmoralização, movidas por certos órgãos da imprensa, sob os pretextos mais diversos, procurando caracterizar um inexistente militarismo retrógado e totalitário.

Esta campanha incentivada pela transigência e/ tolerância de alguns chefes militares ambiciosos, / teve extraordinária repercussão, a ponto de provocar um sentimento geral de frustração e de incapacidade de recuperação do organismo militar profundamente / abalado e oprimido.

#### 9.8.1 - FATOS ILUSTRATIVOS.

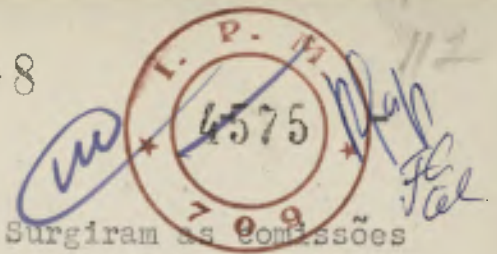
No decorrer do ano de 1963 e início de 1964, / vários acontecimentos ocorridos no âmbito militar, vieram demonstrar como adiantada estava a infiltração comunista em nosso setor.

O Governo prestigiava ao máximo as autoridades militares consideradas "nacionalistas", visadas no meio militar por suas tendências esquerdistas e cujos líderes principais eram: Gen Osvino, Almirante Aragão, Almirante Suzano, Brigadeiro Teixeira, Gen-Assis Brasil e outros.

Estes militares muito contribuíram para a aproximação de líderes sindicais com militares e para a consequente quebra da disciplina nos escalões mais/ inferiores.

A deliberação dos Sargentos de ingressarem na/ política é outro fato que graves consequências acarretaria para a disciplina e a hierarquia.

Apesar da clareza do texto constitucional, houve, não se sabe como, o registro de candidaturas a cargos eletivos de vários subtenentes e sargentos / em vários pontos do País, sob a lègendão de partidos políticos, legalmente constituídos. A ascensão/ política, todavia, não se fêz normalmente. O problema da elegibilidade gerou alguns casos de indisciplina, agitando o círculo de graduados e facilitan-



to o trabalho de aliciamento. Surgiram as Comissões pró-elegibilidades dos sargentos e reuniões foram / levadas a efeito nos mais variados locais, procuran- do criar a união de políticos, operários, estudan- tes e camponeses com os sargentos.

Uma série de fatos devidamente planejados , quer quanto à forma de materializá-los, quer quanto aos efeitos a serem obtidos, vão se processar no // campo militar, já sofrendo as influências da ação / comunista, que iriam abalar a unidade militar e com- prometer a disciplina.

No dia 12 de maio de 1963, no auditório do // IAPI, uma reunião de sargentos convocada sob o pre- texto de homenagear o Gen Osvino, dá ensejo ao pri- meiro pronunciamento de caráter político em têrmos/ agressivos, do Sub Ten GELCI RODRIGUES, em favor da elegibilidade dos sargentos e com ataques às autori- dades superiores.

Em setembro do mesmo ano, quando da decisão do STF, não reconhecendo o direito à diplomação de um sargento eleito, isto serviu de pretexto à eclosão/ de uma rebelião de graduados em Brasília, a qual // praticamente não teve a participação direta de ele- mentos do Exército, cuja ausência foi fator prepon- derante para o seu fulminante aniquilamento. Inves- tigações realizadas posteriormente concluíram pela extensão do movimento em outros Estados da Federa- ção, como São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio Gran- de do Sul, felizmente controlados antes de sua de- flagração.

Imediatamente foi levantada a bandeira da anis- tia que uniu mais ainda a "Classe dos Sargentos" a seus possíveis patronos. Foi lançada a Frente de Mo- bilização Popular em favor da classe dos sargentos, de cambulhada com os comunistas, líderes operários, camponeses e parlamentares nacionalistas, tendo como uma de suas reivindicações a anistia.

Comícios promovidos pela Frente de Mobilização Popular, guarnecidos pelas Fôrças Armadas, foram le- vados a efeito na Cinelândia e, posteriormente, na Central do Brasil. A estas concentrações agitadas / e subversivas, compareceu e usou da palavra o Coman- dante-em-Chefe das FA, acompanhado do Ministro da/ Guerra e outros Ministros. Apesar da presença de tô

113  
 4576  
 I. P. A.  
 O. S. S.

das essas autoridades, o Congresso e generais foram rudemente atacados por líderes estudantis e sindicais reconhecidamente comunistas. Também, cartazes/portados por manifestantes eram ofensivos às FA, e a foice e o martelo exibidos ostensivamente.

A omissão de determinados chefes e, mesmo, a conivência de outros, de muito facilitou o processo de deterioração da disciplina, que atingiu sua climax em fins de Março de 1964, quando marinheiros revoltados se reuniram na sede de um sindicato, justamente um dos mais comunizados; o dos Matelúrgicos. Alí se declararam em sessão permanente, visando a coagir seu Ministro e libertar companheiros presos.

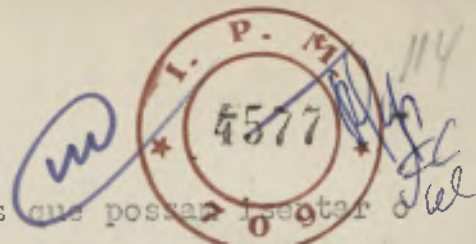
Naquela oportunidade, ficou patente a ligação/dos insubordinados com notórios elementos comunistas.

O episódio dos marinheiros revoltados conduziu nos ombros Almirantes, pelas avenidas da Guanabara, dificilmente será esquecido, pois se tornou a consagração da desordem, atingindo profundamente a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas.

Praticamente, o último fato que deixou mais // uma vez comprovada a infiltração comunista no setor militar, foi a Assembléia dos Subtenentes e Sargentos realizada no dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, fato êste que marcou o início de acontecimentos decisivos para a Nação e para o próprio Continente."

(MINISTÉRIO DA GUERRA, II EXÉRCITO, QUARTEL GENERAL - EMG - 2a SEÇÃO - A GUERRA REVOLUCIONÁRIA E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL - SÃO PAULO (SP), 22 OUT 64, pag. 29).

O trabalho acima transcrito fornece uma ampla visão do panorama subversivo nacional no governo de JOÃO GOULART. A ascensão do indiciado à presidência da República marcou uma fase histórica no País, caracterizada por um ambiente revolucionário extremamente agitado e explosivo, no qual a corrupção era um grande fator de progressiva corrosão dos valores / morais e dos padrões políticos, sociais e econômicos que determinava a crescente deterioração da autoridade e das instituições.



Não há, por conseguinte, argumentos que possam isentar o indiciado da responsabilidade principal por um estado de coisas que êle propiciou, engendrou ou garantiu. Não é possível isentá-lo de toda a culpabilidade que lhe é atribuída como o grande esteio da guerra revolucionária comunista no Brasil, / alimentada pelas omissões, pelas ambições, pelas pusilanimidades, pelas indecisões, pelas transigências e pelos ajustes / ilegítimos de um governo de incompetentes e corrompidos.

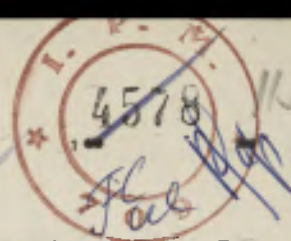
### 3. Testemunhos contemporâneos da ação subversiva de JOÃO GOULART.

Não é necessário convocarmos eminentes autoridades para testemunha neste IPM sobre as circunstâncias explosivas que viveu o País no agitado período governamental do indiciado. / Quase todas essas personalidades manifestaram-se na época, em protestos veementes, nas tribunas do Poder Legislativo, em documentos oficiais ou pela imprensa. Há, por conseguinte, // maior autenticidade na reprodução literal de suas palavras naqueles dias dramáticos da vida nacional, onde as incertezas / do futuro ameaçador se misturavam às violências inomináveis / dos atos inconscientes.

Todavia, antes de transcrever os depoimentos testemunhais constituídos por documentos publicados naquele período, valê relembrar o Manifesto dos três ministros militares ODI- LIO DENYS, SILVIO HECK e GRUM MOSS, quando, ante a renúncia / de JÂNIO QUADROS, decidiram alertar a Nação sobre os perigos / da investidura de JOÃO GOULART na Presidência da República, / em proféticas palavras que demonstraram o discortínio e o patriotismo desses cidadãos. É o seguinte o seu integral texto:

"No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus Ministros, manifestaram a S. Exa. o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, / a absoluta inconveniência, na atual situação, do // regresso ao País do Vice-Presidente Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardaram elas, / ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos

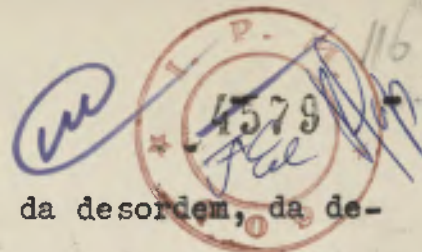


vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm -se constrangidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram/ aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes/ nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira/ foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais de ativos e conhecidos agentes / do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou/ sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo/ ostensivamente, manifestações grevistas promovidas/ por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como/ representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito // das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social; com tantos e tão urgentes problemas, / para reparação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos - não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo /



vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Fôrças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País/ um período de inquietações, de agitações sôbre agi- tações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim , através da qual acabarão ruindo as próprias insti- tuições democráticas e, com elas, a justiça, a li- berdade, a paz social, todos os mais altos padrões da nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atri- bui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos/ aquêles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Fôrças Ar- madas, infiltradas e demesticadas, transformar-se- iam, como tem acontecido noutros países, em sim- ples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das in- trigas e das acusações mais despuradoras, para di- zer a verdade tal como é, ao Congresso dos repre- sentantes do povo e, agora, ao próprio povo brasi- leiro.

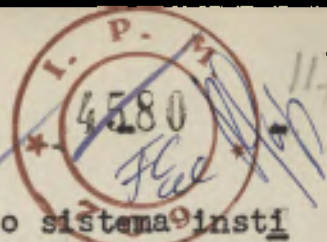
As Fôrças Armadas estão certas da compreensão / do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E / permanecem, serenas e decididas, na manutenção da / ordem pública."

(Publicado em "O GLOBO", de 3 Abr 64).

Recordemos agora, alguns trechos do discurso do deputa- do BILAC PINTO, na Câmara Federal, na sessão de 25 de junho/ de 1963, muitos meses antes dos dramáticos dias que precede- ram de imediato ao Movimento de 31 de março. Dizia o deputa- do BILAC PINTO:

"Quando a autoridade do Presidente da República entra em processo de deterioração e desgaste, - co- mo está ocorrendo com o Sr. João Goulart, - cumpre a quantos desejem o funcionamento normal das insti- tuições perquirir e apontar as causas da queda de prestígio do Presidente para que êste possa restau- rá-lo.

A nosso ver, a causa imediata da crise de auto- ridade de que estão padecendo o Sr. João Goulart /



decorre de sua pretensão de inovar o sistema institucional e a teoria política no que concerne à liderança unívoca e indelegável que deve ser exercida pelo Presidente da República.

O Sr. João Goulart, em vez de exercer, pessoal e exclusivamente, a vigorosa liderança presidencial/ que conduz ao êxito da administração, instituiu // uma liderança dupla, contraditória e polêmica.

Dividiu a liderança do poder com um membro de / seu próprio partido, a êle ligado por laços de família, criando, assim, uma personalização binária/ do poder em que duas figuras humanas - que denominaríamos ego e alter ego - passaram a falr ligua - gens diferentes: o primeiro, em tom moderadamente // progressista, e o segundo, em jargão marxista e re- volucionário.

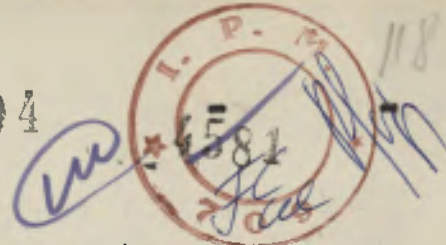
Ao adoar êsse tipo de liderança pluralista e con- traditória, S. Exa. alienou a possibilidade de re- alizar a personalização do poder e desencadeou o processo de destruição de sua própria autoridade e prestígio.

Alguns exemplos dessa liderança dual e incompre- ensível, relacionados com a política externa, a re- forma agrária, a administração militar e a políti- ca sindical, revelarão expressivamente a técnica / adotada e convencerão de que não existe processo / mais eficiente de anulação da autoridade presiden- cial."

O orador discorre a seguir sôbre as contradições da po- lítica externa do governo GOULART e a seguir encara a crise/ nas Fôrças Armadas:

"Também no setor das Fôrças Armadas se observa/ o mesmo fenômeno da liderança pluralista e contra- ditória do Senhor Presidente da República, embora/ não seja utilizada a técnica do alter ego.

Esquecido de que a disciplina e a hierarquia // são pressupostos fundamentais da eficiência e do / préstígio das corporações militares, o Presidente/ João Goulart, por ação ou omissão deliberada, favo- receu movimentos de indisciplina nas Fôrças Arma- das e ainda procurou criar dispositivos pessoais / que certamente não se destinavam a manter a ordem/ e as instituições, visto que, para êsse efeito, po- deria sempre contar com a totalidade dos oficiais e inferiores das três armas."



E mais adiante:

"Enquanto o Sr. Presidente da República procurava dar à Nação a impressão de ser árbitro das tensões sociais e de estar empenhado em evitar e resolver rapidamente os litígios, diligenciava no sentido de preparar os sindicatos para os movimentos grevistas de natureza política.

Autorizou a reorganização do C.G.T., - que havia sido declarado ilegal por decisão da Justiça, - e deu-lhe apoio tão decisivo, que, com o impulso recebido, essa entidade passou a agir autonomamente, // perdendo o Sr. Presidente da República o controle / sobre esse organismo,

Quando percebeu o risco que corria com a autonomia do C.G.T., mandou que um de seus assessores sindicais organizasse outra entidade para contrapor-se àquela, de modo a ter sob seu exclusivo comando um dispositivo capaz de deflagrar as greves políticas / e regular sua duração.

Nessa luta silenciosa em que procura disputar o comando das greves políticas, o que se desgasta irremediavelmente é a respeitabilidade do Presidente / da República.

A excessiva força política dada pelo Sr. João // Goulart a certas organizações sindicais tem também / concorrido para desmoralizar sua autoridade.

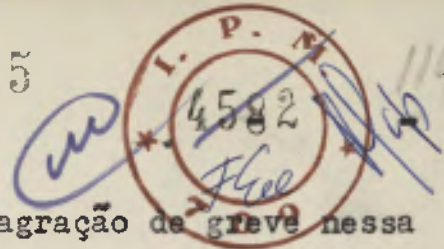
Basta citar o caso da substituição do Presidente e dos Diretores da Petrobrás.

O prestígio emprestado pelo Sr. Presidente da República aos sindicatos de trabalhadores da Petrobrás foi de tal ordem, que, quando desejou demitir o /// Prof. Francisco Mangabeira - fortemente apoiado por aqueles sindicatos, - sentiu que lhe faltava autoridade para praticar o ato.

Foi por isso forçado a entrar em entendimento // com as referidas entidades de classe, que somente / concordaram com a demissão do Sr. Francisco Mangabeira mediante a entrega de duas diretorias a elementos por elas indicados.

O Presidente João Goulart capitulou e submeteu-se à exigência formulada pelos sindicatos

O abuso no exercício do direito de greve nos serviços públicos chegou a tal ponto, que, há poucos / dias, a prisão em flagrante, por porte de arma, de um maquinista da Central do Brasil que não estava /



em serviço, determinou a deflagração de greve nessa ferrovia.

As greves de servidores públicos e de bancários/ em Brasília já se tornaram acontecimentos banais. / Qualquer pretexto basta para que as greves sejam decretadas. A presença e a autoridade do Governo são completamente ignoradas pelos órgãos que as comandam.

Na exposição que acabamos de fazer, surpreendemos o processo mediante o qual vem sendo corroída e solapada a autoridade presidencial.

O recente episódio da modificação do Ministério documenta expressivamente que o processo de degradação da autoridade do Sr. João Goulart entrou num ciclo perigoso, que é aquele em que a autoridade // institucional do Presidente passa a ser eclipsada / pela autoridade pessoal de seu alter ego.

O Sr. Presidente da República, sentindo-se sem / autoridade até mesmo para conversar com seus antigos ministros sobre a necessidade em que se encontrava de modificar o seu Ministério, teve a tarefa/ facilitada por seu alter ego, que investiu publicamente contra a honra dos principais ministros visados, criando a crise que abriu caminho à reforma // dos quadros ministeriais.

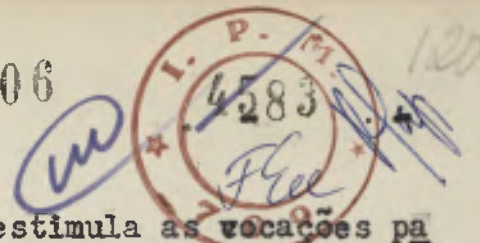
A crise política em que o País está mergulhado // não se resume apenas na deterioração da autoridade/ presidencial, embora seja este o seu aspecto mais grave.

A sua segunda componente é a crise de moralidade em que chafurdou o Governo.

Embora saibamos que a corrupção política e administrativa constitui um dos mais salientes vícios / dos regimes políticos latino-americanos e que se desenvolve ante a apatia da opinião pública, entendemos que ela deve ser profligada sempre que surjam / indícios do seu recrudescimento e agravação,

A corrupção política é um desses delitos em que/ a prova é quase sempre impossível, por isso que os indivíduos ou empresas que se constituem em agentes ativos ou passivos dessa aberração ética se recusam a dar o seu testemunho a respeito dos subornos pagos ou das extorsões de que são vítimas.

O relaxamento da moralidade de um governo, alia-



do à certeza da impunidade, estimula as vocações para a conquista da fortuna fácil e ilegítima.

A comprovação do enriquecimento ilícito somente é possível quando os governos corruptos são derrubados por uma revolução ou quando o decurso do tempo elimina os riscos da delação."

Encara, em seguida, alguns aspectos da corrupção:

"A respeito do atual Governo são cada vez mais insistentes os rumores de que o nível de moralidade em certos setores da administração está baixando perigosamente.

Ainda há poucos dias o Deputado Elói Dutra, que integra a bancada do PTB, nesta Casa, - com a insuspeição da sua posição política, - denunciava que o Governo estava se atascando em um "mar de lama".

Somente graves e fundadas motivações poderiam // ter levado o representante carioca a vir denunciar de público o alarmante processo de corrupção administrativa e política de que está padecendo o Governo.

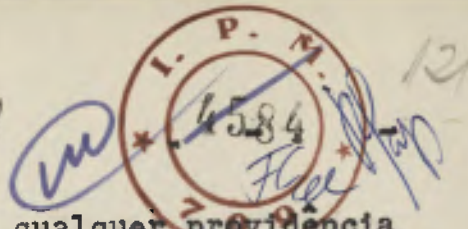
Na semana passada, outro ilustre parlamentar, - o Deputado Antonio Carlos Magalhães - (UDN -Bahia), - de posse de informes de fonte segura, denunciou à Câmara um processo de enriquecimento ilícito que se está generalizando impressionantemente no D.N.E.R.

Políticos influentes têm solicitado, por cartas/ dirigidas ao Sr. Presidente da República, a dispensa de concorrência pública ou administrativa para a construção de certos trechos de estrada de rodagem.

Atendidos nesses seus pedidos pelo Sr. João Goulart, muitas vezes por meio de despachos exarados / nas próprias cartas, levam esse documento à direção do D.N.E.R. e acertam a entrega da construção a determinadas firmas empreiteiras, fazendo jus a comissões vultosas e previamente ajustadas."

"Circulam também informes de que, nas grandes operações do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, existem quase sempre intermediários poderosos que se insinuem junto aos mutuários que têm pedidos de empréstimos pendentes // desses bancos, assegurando o êxito da transação mediante participação percentual.

Embora esses fatos sejam notórios, o Sr. Presidente da República, responsável pela moralidade do



Govêrno, não tomou até agora qualquer providência corretiva.

Não está ao alcance da oposição pôr paradeiro nessas operações ilícitas.

O Sr. Presidente da República, que é responsável pelos bons ou maus atos do Govêrno, responde/por sua omissão nessa matéria."

"Ainda agora, ao deixar o cargo de Contador-Ge-ral da República, o Sr. Raul Fontes Cofia, velho/servidor da Fazenda, declarou que "uma quadrilha/se instalou no Tesouro" e que hoje "é um verdadei-ro drama exercer função pública no Brasil".

Essa notícia foi publicada no Jornal do Brasil do dia 22 do corrente. Qual a providência tomada/pelo Sr. Presidente da República para apurar essa gravíssima denúncia? Nenhuma. Nessas omissões do Presidente, encontramos a causa principal do cli-ma de relaxamento moral que domina o Govêrno."

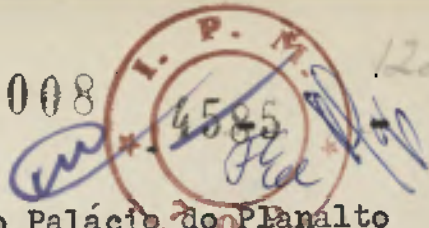
"Outro setor, Senhor Presidente, onde negocia-ções ilícitas e fabulosas estão ocorrendo é o Ins-tituto Brasileiro do Café. As operações de vendas de café para o estrangeiro por intermédio de cer-tas firmas nacionais estão envôltas em impenetrá-vel mistério. Ainda a respeito das exportações de café, o próprio I.B.C. declara ignorar o destino/dado pelo Govêrno aos ágios arrecadados. Não tem havido prestação de contas dêsses vultosos recur-sos arrancados dos cafeicultores brasileiros. O desconhecimento do destino dado a êsses ágios, // num govêrno moralmente tão comprometido, suscita/fundáveis suspeitas.

A última componente da crise política, afinal, é a crise administrativa.

A transferência parcial dos órgãos ministeri-ais para Brasília vem sendo, há três anos, motivo de insuperáveis embaraços na solução dos assuntos administrativos.

Essa situação está sendo sensivelmente agrava-da pela omissão do Sr. Presidente da República em despachar o expediente normal da presidência.

S. Exa. dedica tôda sua tenção às conversas po-líticas e não reserva tempo necessário para o des-pacho dos processos administrativos que dependem/de decisões suas.



Os processos se acumulam no Palácio do Planalto e a administração do País está quase que paralisada.

Terminamos aqui, Sr. Presidente, a análise das três componentes da crise política brasileira; a crise de autoridade, a crise de moralidade e a crise administrativa."

Com essa exposição, o Deputado BILAC PINTO estabelece / conclusões sobre a incapacidade de JOÃO GOULART para as atribuições que lhe competem. Declara o orador:

"Meditando-se sobre as características da crise de autoridade presidencial, chega-se à conclusão / de que o Sr. João Goulart não tem capacidade para / o exercício da função, nem está interessado em realizar qualquer plano administrativo.

Se fôsse capaz de bem desempenhar o cargo e de realizar uma obra de Governo, S. Exa. não teria escolhido os processos contraditórios de liderança / política, que tão decisivamente contribuíram para / enfraquecer sua autoridade institucional.

Mas, se o Sr. João Goulart não tem capacidade / para assumir os poderes e responsabilidades que o sistema presidencial confere ao Chefe de Estado, por que se empenhou S. Exa., com tanta pertinácia, em derrubar o sistema parlamentar e em restabelecer o sistema presidencial?

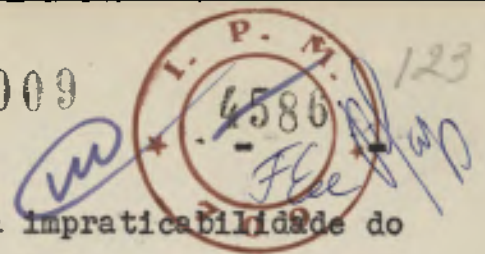
Se o Presidente da República, neste último sistema, tem como função exclusiva a administração do País, como se poderá explicar o estranho comportamento do Sr. João Goulart, o Presidente que não governa e não administra?

Para a interpretação dessa conduta, aparentemente incompreensível, do Sr. João Goulart, deveremos recordar alguns fatos importantes.

Durante o ano de 1962, por duas vezes, o Congresso Nacional esteve na iminência de ser fechado; esses golpes-de-Estado somente não foram consumados porque o Sr. João Goulart foi forçado a recuar por dificuldades surgidas nos momentos finais.

Para criar condições para essa subversão das // instituições, foram feitos movimentos de pressão / contra o Congresso.

O pretexto para as duas citadas tentativas de /



fechamento do Congresso era a impraticabilidade do sistema parlamentar.

Feito o plebiscito e restaurado o sistema presidencial, iniciou-se novo ciclo da luta política // contra o Poder Legislativo.

As reformas de base passaram a ser o tema das novas pressões articuladas pelo Governo contra o Congresso Nacional. Iniciou-se, paralelamente, a propaganda de processos revolucionários para a solução das reformas que estão pendentes de decisão/parlamentar.

O objetivo visado continua sendo o mesmo: golpe -de-Estado, mediante o fechamento do Congresso Nacional.

Quando o General Amaury Krueel, no exercício do cargo de Ministro da Guerra, restabeleceu a disciplina no Exército e passou a constituir um embaraço aos planos golpistas, foi sacrificado.

O Sr. Governador Ademar de Barros, desde que articulou o Manifesto dos Governadores em favor da / defesa do Congresso Nacional e das instituições, / caiu no desagrado do Sr. Presidente da República.

Sofreu desde logo a ameaça de intervenção federal no Estado de São Paulo, anunciada neste plenário pelo líder do P.T.B., e viu seu Partido excluído da participação no Governo, na recente reforma/ ministérial.

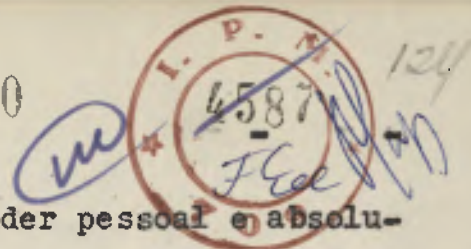
Como o Governo do Estado da Guanabara representa outro bastião de resistência contra qualquer // tentativa golpista, por duas vezes, o Senhor João Goulart já tentou fazer a intervenção nesse Estado.

O País não pode tolerar por mais tempo essa postura.

O povo brasileiro não deseja que caia sobre a Nação o terrível flagelo da ditadura, que, - além de não resolver nenhum dos problemas da massa trabalhadora, - custará o alto preço do sacrifício de sua liberdade.

Quais os títulos, as credenciais, as mensagens que traz o Sr. João Goulart para pretender submeter um país de setenta e cinco milhões de habitantes / ao seu processo ditatorial?

Se ele não foi capaz de exercer a chefia do Estado nem no regime parlamentarista, nem no presidencialista, como ousa tramocar a subversão da ordem



constitucional em busca de poder pessoal e absoluto?

Para que desejará mais poderes, se não sabe / exercer os amplíssimos poderes que já tem?

Meditada consideração sobre os fatos e circunstâncias aqui recordados revela que a crise de autoridade presidencial não decorre propriamente de deficiências pessoais do Sr. João Goulart. Homens mais modestos e talvez menos dotados já governaram bem o nosso País.

O aspecto grave da crise de autoridade analisado é que ela resulta da irresistível vocação caudillesca do Sr. João Goulart e de seu firme desígnio de suprimir as instituições democráticas que nos regem.

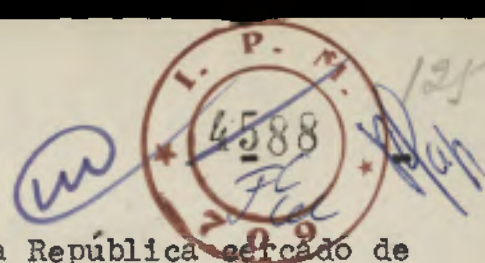
Com esse comportamento, entretanto, o Senhor // Presidente da República está traindo o mandato que recebeu do povo, está traindo o Brasil."

Esse é um testemunho importante. E não há necessidade / de convocar o ilustre deputado mineiro para que ele confirme as suas palavras, pronunciadas da Tribuna de uma Casa do Poder Legislativo e constante dos Anais do Congresso Nacional. Ele já as reafirmou em livro publicado sob o título de "GUERRA REVOLUCIONÁRIA" (Ed. FORENSE, Julho 1964).

Em entrevista publicada no "O Estado de São Paulo", de 9 de fevereiro de 1964, o deputado BILAC PINTO desafiou ... JOÃO GOULART a reunir o Alto Comando do Exército para opinar sobre a grave situação nacional no que respeitava à Guerra / Revolucionária. É o seguinte o texto dessa entrevista:

"O Sr. Presidente João Goulart que sempre se // utilizou - com êxito e sem riscos - do apoio dos comunistas em proveito de sua carreira política, / ainda não se deu conta de que presentemente os partidários do Sr. Luiz Carlos Prestes é que dele se estão aproveitando para imprimir ritmo acelerado à "guerra revolucionária", em curso no Brasil, que / visa a tomada do poder para a implantação de um regime comunista.

É mesmo possível que o Sr. João Goulart jamais / tivesse ouvido falar em "guerra revolucionária" e que ainda hoje ignore o que ela significa e quais / os processos técnicos usados pelo P.Ú. para submeter um país ao jugo soviético.



Estando o Sr. Presidente da República cercado de comunistas e de criptocomunistas, nas suas casas militares e civil, é provável que o tenham convencido / de que a denúncia, por nós formulada, era obra de / pura ficção. Essa foi, pelo menos, a opinião manifestada pelo líder do P.T.B., Senhor Deputado Doutel de Andrade, em discurso que proferiu, na Câmara dos Deputados, depois de ter conferenciado demoradamente com o Sr. Presidente da República.

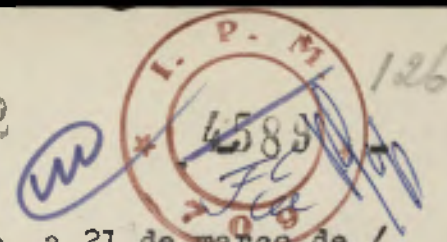
Se o Sr. João Goulart desejar sinceramente inteirar-se dos riscos que correm as instituições democráticas e o seu próprio mandato, em face do processo da "guerra revolucionária" em curso, poderá solicitar ao Sr. Ministro da Guerra que reúna o Alto Comando do Exército, na sua presença, para o exame sigiloso dessa grave matéria.

Nessa oportunidade, o Sr. Presidente da República poderá se informar pessoalmente sobre o mecanismo da "guerra revolucionária"; a respeito das várias fases do seu desenvolvimento; acerca das técnicas da guerra psicológica empregadas pelos comunistas para a destruição da ordem social, econômica e jurídica de um país; sobre o sistema de hierarquias paralelas e às técnicas construtivas que adotam para a implantação de um regime comunista.

De posse desses esclarecimentos, o Sr. João Goulart estará habilitado a formar seu próprio juízo a respeito da marcha da "guerra revolucionária" no Brasil.

Se aqueles dados não lhe permitirem, entretanto, extrair, de imediato, uma conclusão, restar-lhe-á o recurso de solicitar ao Alto Comando do Exército // que emita, desde logo, seu parecer técnico a respeito do processo da "guerra revolucionária" em nosso País; da fase em que se encontra e dos meios que devem ser adotados pelo Governo para enfrentar esse perigo iminente.

Somente fazemos essa sugestão porque o Senhor .. João Goulart, ao que parece, ainda não se apercebeu do alto e grave sentido de nossa advertência, pois suas palavras e atos mais recentes revelam que S./ Exa. - consciente ou inconscientemente - aprofunda / cada vez mais o seu comprometimento no processo da "guerra revolucionária".



Em conferência pronunciada em Recife, a 21 de março de / 1964 e publicada a 12 de abril do mesmo ano no JORNAL DO BRASIL, o deputado BILAC PINTO, declara ainda:

"Em seu estágio atual a "guerra revolucionária"/ brasileira apresenta caracteres que se revestem de grande originalidade.

Entre êles, enumeraremos os seguintes:

1ª) O Governo apóia a "guerra revolucionária".

Contrariamente ao que acontece em todos os países latino-americanos, nos quais os respectivos governos procuram deter a marcha da "guerra revolucionária", combatendo-a em todos os fronts de suas complexas operações, no Brasil o Presidente da República vem dando ajuda decisiva à "guerra revolucionária".

O Presidente João Goulart e seu cunhado, Deputado Leonel Brizola, que também exercem a presidência e vice-presidência do Partido Trabalhista Brasileiro, respectivamente, assumiram ostensivamente a liderança da pregação ideológica da "guerra revolucionária".

Além disso, tem o Presidente João Goulart permitido a infiltração comunista nas Forças Armadas, na administração civil, nas autarquias, nas sociedades de economia mista e nas empresas públicas, bem como fomentando a indisciplina nas Forças Armadas.

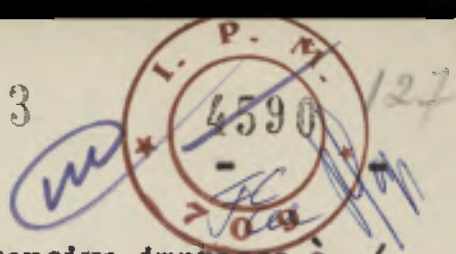
2ª) Ausência de líderes autênticos e indiscutíveis.

A circunstância mencionada no item anterior tem permitido o rápido desenvolvimento da "guerra revolucionária", embora não exista à sua frente um líder revolucionário autêntico e indiscutível, de tradição irrepreensível e de espírito de luta inquebrantável, qualidades que caracterizam os líderes revolucionários históricos, inclusive os da atualidade/ como Mao Tse-tung, Ho-Chi-Minh, Fidel Castro e outros.

Esse fato pode não comprometer a eficiência da / ação revolucionária, mas é sólida arma psicológica/ anti-revolucionária.

3ª) Caráter ostensivo da propaganda revolucionária.

No Brasil se observa atualmente um fato que concorre para proporcionar relativa eficiência à ação



revolucionária; o caráter ostensivo impresso à propaganda, da qual participa o próprio Presidente de República. Inúmeras organizações e atividades que, em outros países, só são possíveis sob condições de extrema clandestinidade, apresentam-se, em nosso País, abertamente.

4º) Localização dos focos de maior intensidade subversiva.

De modo geral, os mais sucintos levantamentos/das possibilidades nacionais demonstram que a área crítica da economia brasileira abrange o triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte.

As demais regiões brasileiras, particularmente o norte e o nordeste, são áreas de economia dependente, incapazes de sobreviver isoladamente. Nessas áreas, a "guerra revolucionária" encontra campo para ações esparsas e intermitentes, do tipo guerrilha, mas uma conflagração de vulto estaria fadada ao insucesso, se o poder legal conseguisse o isolamento da região, o que é um dos fundamentos da ação repressiva.

Todavia, as manifestações de caráter revolucionário no interior ou vizinhança do triângulo mencionado, como as do Vale do Rio Doce e do Estado do Rio de Janeiro, adquirem outras expressões, // porque interessam a áreas sensíveis do País.

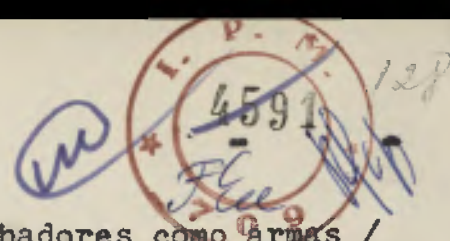
5º) Ação das Forças Armadas.

Enquanto alguns - percebendo que o próprio Chefe do Estado está comprometido no movimento - assistem aos acontecimentos, externando incredulidade sobre sua natureza e gravidade, outros, em muito maior número, julgam que o problema se reveste do caráter de ameaça que atinge os princípios de preservação da ordem legal e das instituições vigentes.

Em sua maioria, os militares pressentem que um sério perigo se adensa nos horizontes, que se vão turbando pelo desvirtuamento das finalidades das Forças Armadas, pela crescente indisciplina e pela apatia dos responsáveis.

6º) Ação de comandos sindicais.

Os órgãos sindicais e os comandos ilegais como CGT, PUA e outros, dirigidos por comunistas, constituem elementos fundamentais de apoio da ação revolucionária. Essas organizações manipulam as gre



ves e concentrações de trabalhadores como armas / de intimidação e persuasão, desafiando e pressionando os poderes legais, que aceitam de bom grado êsses desafios e pressões. A desenvoltura de sua ação, cada vez mais audaciosa, submete as populações a constantes testes de insegurança e sacrifício. A opinião pública já percebe, entretanto, // seus reais objetivos e não encara tais manifestações como exercício normal do direito a justas // reivindicações."

Nêsses trabalhos do deputado BILAC PINTO, na época Presidente da União Democrática Nacional, sente-se nítido o ambiente inquietante que se foi criando, num contínuo recrudescimento de incontroláveis tensões, no prenúncio angustiante de graves conturbações.

Outros documentos testemunhais da mais elevada importância foram a Nota do Chefe do Estado Maior do Exército, o então General-de-Exército HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, a Recomendação do Chefe do Departamento de Produção e Obras, General ARTUR DA COSTA E SILVA e o documento dirigido pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General / PERY CONSTANT BEVILÁQUA, ao Presidente da República. Transcreveremos êsses depoimentos indiscutíveis:

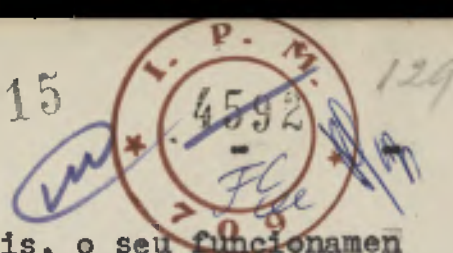
"NOTA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.

Compreendendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subseqüentes / ao comício de 13 do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhe são dependentes, mas também / na tropa, nas demais organizações e nas duas ou / outras corporações militares. Delas participo e // elas já foram motivo de uma conferência minha com o Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra.

São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder / do C.G.T. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.

Para o entendimento do assunto, há necessidade de alguns considerações preliminares.

Os meios militares nacionais e permanentes não são pròpriamente para defender programas de govêrno, muito menos a sua propgganda, mas para garan-



tir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou àquele Poder. Se lhes fôsse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria necessariamente o direito de também/se oprimem a uns e outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que seria também admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

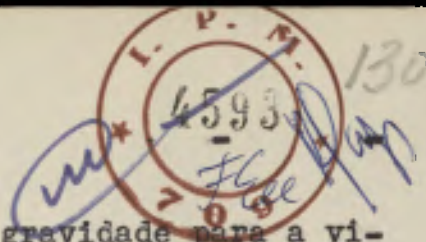
A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece/que ainda não.

Entrarão as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo / para mandar e desmandar e mesmo para gozar o Poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? / Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isso, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Forças Armadas não podem atrair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O C.G.T. anuncia que vai promover a paralisação do País, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas / fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão?

Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por



ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação.

Tratei da situação política, somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento além de legal, de elevada compreensão/face à dificuldade e desvios próprios do estágio/ atual da evolução do Brasil. É, mantidos, como é do seu dever, fiéis à vida profissional, à sua // destinação e com continuada respeito a seus chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverarem, sempre "dentro dos limites da lei". Estarem prontas para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral/ dos três Podêres constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo / eleitoral e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo C.G.T. e contra o desvirtuamento / do papel histórico das Forças Armadas.

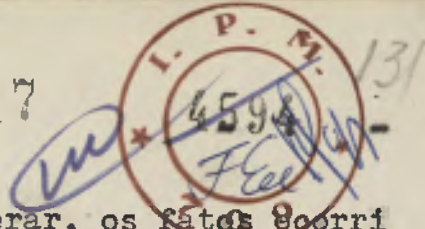
O Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, às eleições e à posse do candidato eleito. E já se declarou, também, que não haverá documentos dos ministros militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer, em consideração à intranquilidade e indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar."

(Publicada no Diário de Notícias, de 1 Abr 64).

"RECOMENDAÇÃO DO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E OBRAS DO EXÉRCITO.

Inteiramente de acordo com os conceitos emitidos pelo Exm<sup>o</sup> Sr General Humberto de Alencar Castelo Branco, em documento de 20 de corrente mês / em curso e dirigido aos Srs. Generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e organizações militares subordinadas, recomendo aos Exm<sup>os</sup> Srs. Generais e oficiais subordinados a este D.P. O; a leitura do citado documento.



Mais do que se poderia esperar, os fatos ocorridos, em dias transatos, na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, vieram demonstrar o acerto das previsões do Exm<sup>o</sup> Sr. General Castelo Branco, no que respeita ao desencadeamento, em maior escala, de agitações generalizadas do ilegal poder do C.G.T.

Agora, o C.G.T., em conluio com elementos reconhecidamente comunistas, mas ao seio das Forças Armadas, começando pela gloriosa Marinha do Brasil.

As agitações da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais foram - e isto é público e notório - preparadas, incentivadas e desencadeadas por comunistas e membros atuantes do chamado C.G.T., que, ao final, não tiveram influência decisiva na lamentável solução da crise.

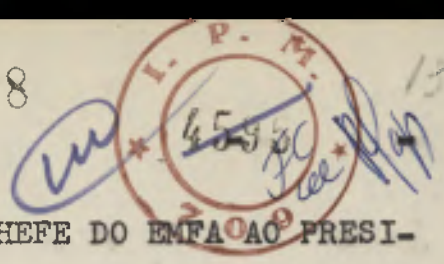
A subversão total dos mais elementares princípios hierárquicos, a indisciplina, o aviltamento / da autoridade de chefes militares, dignos e respeitáveis, constituíram a tônica dos acontecimentos / já de todos conhecidos.

Tudo leva a admitir que, amanhã será a vez do Exército ou da Aeronáutica. E, então, teremos o destrocamento total das Forças Armadas, pela violenta destruição dos princípios estruturais que // são a razão mesma da existência das organizações / militares; hierarquia e disciplina, como define a Constituição da República em seu art. 176.

Eis por que considero de toda oportunidade e // conveniência a leitura do documento do General Castelo Branco, para que seja bem considerado e meditado.

A definição das atribuições das Forças Armadas, feita pelo General Castelo Branco, no documento em causa, é a doutrina certa - "as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil".

(Publicada no Diário de Notícias de 3 Abr 64).



"DOCUMENTO ENVIADO PELO CHEFE DO EMPA OAO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

O Estado-Maior das Forças Armadas, órgão da Presidência da República diretamente subordinado ao Chefe da Nação, é encarregado de preparar-lhe as decisões relativas à organização e emprêgo em conjunto das Forças Armadas, da elaboração dos planos correspondentes e de colaborar no preparo da mobilização total da Nação, para a guerra. Sendo êle o Estado-Maior do Comando Supremo, o seu Chefe exerce, // funcionalmente, atribuições de assessor do Presidente da República em tudo o que concerne à Segurança Nacional.

Explícitamente, o Regulamento para o Estado - Maior das Forças Armadas especifica ser da sua competência:

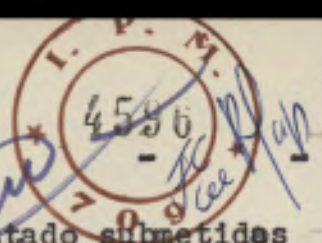
- Sugerir medidas ou emitir parecer sôbre todos os problemas atinentes à Segurança Nacional relacionados direta ou indiretamente com o equipamento, o preparo e, de modo geral, a eficiência das // Forças Armadas;
- Exercer a alta direção do Serviço de Informações e Contra-Informações Militares;.

Assim, Senhor Presidente, julgando cumprir um dever funcional, e com a lealdade que ponho em todos os meus atos, venho trazer a Vossa Excelência / informações sôbre o estado moral e disciplinar das Forças Armadas, as repercussões sôbre elas das ocorrências político-militares havidas e um impressão / sôbre a situação, no que concerne à Segurança Interna, que hoje sobreleva como parte inseparável da Segurança Nacional.

aExame da situação militar.

## 2.1 - Moral e disciplina.

O estado moral e disciplinar do Exército e da Aeronáutica, a despeito das apreensões que pesam sôbre o espírito dos chefes militares em constante estado de alerta para impedir as infiltrações de elementos subversivos que chegam a iludir a boa-fé de certas autoridades, apesar de ainda poder-se considerar bom, apresenta-se suscetível de bruscas varia



ções, devido à tensão a que têm estado submetidas pelo processo comuno-desagregador em desenvolvimento no País, culminando com a indisciplina militar da Semana Santa.

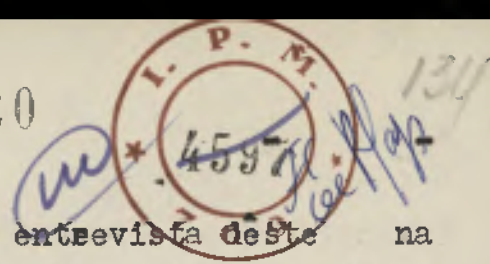
A Marinha se acha ainda em recuperação da grave crise disciplinar por que acaba de passar. A restauração da disciplina será abreviada mediante algumas medidas adequadas, baseadas principalmente na aplicação rigorosa e impessoal de prescrições/regulamentares e na instrução e no trabalho profissional intensos. O restabelecimento da unidade moral com base no respeito à Lei e na confiança recíproca entre comandantes e comandados irá depender principalmente da ação do Governo e da capacidade de comando dos oficiais.

Em essência, o desenvolvimento dêsse processo subversivo, sem que medidas governamentais objetivas sejam adotadas, em particular as preservadoras da hierarquia e restauradoras da disciplina - fundamentos básicos da organização militar, bem acentuados na Constituição - não permitirá, dentro de muito pouco tempo, que os Chefes militares mantenham seus comandos coesos, por lhes falecerem aquêles elementos essenciais de aglutinação / de qualquer Fôrça Armada.

## 2.2 - Ocorrências político-militares recentes e repercussões nas Fôrças Armadas.

Há no País, incontestavelmente, um clima de apreensão e intranquilidade em face da ação desenvolvida por alguns políticos que, com grave desprestígio para os partidos democráticos existentes, procuram substituí-los por ajuntamentos dominados por comunistas e que, ao arrepio da lei, // buscam petulantemente pressionar os Podêres da República mediante coação sindical através de greves políticas ou ameaça de greves. E o aspecto de uma ditadura comuno-sindical se alteia sobre a comunidade nacional, contribuindo para agravar a inflação que tanto sofrimento tem acarretado ao povo brasileiro.

O comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, convocado pelo C.G.T. e órgãos congêneres e, ao que consta, resultante de sugestão feita ao Professor Sant. Tiago Dantas pelo líder comunista/



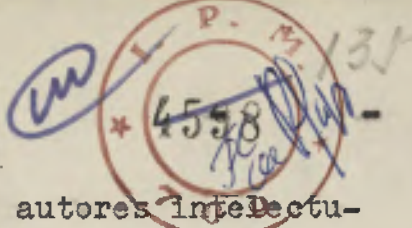
Luiz Carlos Prestes, conforme entrevista deste na A.B.I., publicada no Jornal do Brasil de 18 de março corrente, alarmou a opinião pública e teve funda repercussão nos meios militares. Redundou êle, pela palavra de vários oradores, em agravos ao Poder Legislativo, virtual declaração de guerra às instituições democráticas e verdadeiro desafio às Forças Armadas, fiéis ao juramento de defender os Podêres da União, harmônicos e independentes, a Lei e a Ordem. Os chefes militares das três Forças Armadas, em todos os graus de hierarquia, vêem com crescente apreensão o desenvolvimento da grave crise de autoridade que, nos dias que correm, forma, com a crise inflacionária, um círculo vicioso, a um tempo causa e efeito / dos males que assoberbam a vida do nosso Povo.

A ignomínia de uma ditadura comuno-sindical - é fora de dúvida - paira sôbre a Nação Brasileira; os seus audaciosos arquitetos, escancaradamente, aprazaram o Congresso Nacional para que, dentro de trinta/dias, a contar da data do seu ultimato, atenta ao pedido de reforma da Constituição contido em mensagem/presidencial, sob a ameaça de tomarem "medidas concretas", segundo a expressão dos dirigentes do famigerado C.G.T., não excluindo a hipótese de uma paralização geral das atividades em todo o País. É o mesmo que os malfetores indiferentes às Leis do País e em atitude de desafio às autoridades públicas se reunirem e proclamarem a decisão de assaltar determinadas propriedades se não fôr atendida, dentro de certo prazo, a intimação feita - "a bolsa ou a vida!.."

O sistema comuno-sindical-grevista, na medida / em que se fortalece e amplia, torna-se cada vez mais perigoso para a segurança do País.

Reafirmo a Vossa Excelência o que já, de algum tempo, venho assegurando e estou certo de expressar / a opinião dominante entre os chefes militares, de // que as Forças Armadas não podem dividir com nenhuma organização as suas atribuições constitucionais; a / segurança do Governo e das instituições democráticas só pode repousar nas Forças Armadas - na sua lealdade e em sua honra militar. Não é possível, neste terreno, a coexistência pacífica do Poder Militar com o "poder sindical" subversivo e fora da lei.

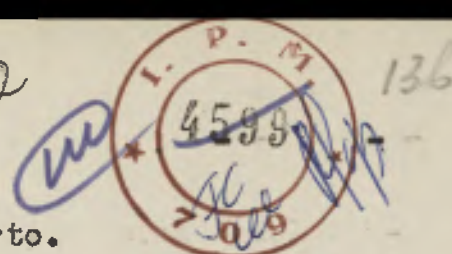
Inimigos das reformas são os empreiteiros da desordem, aqueles que a "exigem" em tom de ameaça de



fechamento do Poder Legislativo, autores intelectuais da intentona de Brasília e da recente rebelião de marinheiros e fuzileiros navais. A facção sindicalista revolucionária que nos ameaça, através de hierarquias paralelas, visa ao enfraquecimento do princípio de autoridade e, mediante greves parciais e sucessivas, tais como engajamentos preliminares, pretende chegar à greve geral, equivalente à batalha de aniquilamento, com que conta tomar o poder político. Nessa ocasião, o governante democrata, // iludido em sua boa fé, será eliminado do Poder // que não pode ser dividido; seria um corpo estranho no organismo da ditadura férrea e impiedosa.

Com a autoridade na matéria, que ninguém lhe / pode negar, Lênine proclamou ser a inflação monetária, nos países capitalistas, precioso aliado do Comunismo, pois que trabalha, silenciosa e sistematicamente, em seu favor. E os dirigentes desse sindicalismo revolucionário que controlam vários sindicatos de atividades essenciais e dominam órgãos espúrios e marcadamente comunistas - CGT, PUA, CPOS, .. PAC, Forum Sindical de Debates (Santos) etc., os // quais, em Nota de Instrução nº 7, de 15 de setembro de 1963, ao II Exército, denominei de serpentários / de peçonhentos inimigos da democracia, traidores da consciência democrática nacional - desvirtuando as altas finalidades do sadio sindicalismo, conforme / concebido pelo Presidente Getúlio Vargas, parece // adotarem, consciente e cavilosamente, duas linhas / de ação convergentes; aprofundar o mais possível a inflação monetária (que tantas desgraças tem trazido ao povo brasileiro, inclusive o suicídio do Chefe de Estado de 1954) e o solapamento da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, mediante uma // ação insidiosa que vêm exercendo sistematicamente / junto a sargentos, cabos, soldados, marinheiros e / fuzileiros navais.

Os resultados dessa impatriótica ação desenvolvida por inimigos do Brasil e das suas Forças Armadas, a que se tem juntado alguns deputados que se dizem nacionalistas, aí estão aos olhos de toda a Nação, que não se deixa ludibriar por falsos reformistas e pseudomentores da opinião pública. Os tristes acontecimentos da Semana Santa, envolvendo marinheiros e fuzileiros, iludidos na sua boa-fé, são

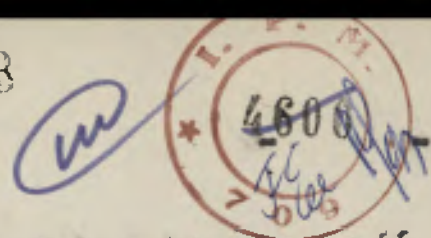


prova irretorquível dêsse acêrto.

Uma República Sindicalista, nos moldes da apre-  
goada pelos integrantes dos órgãos espúrios a que a-  
cima me referí, só poderia ser implantada sôbre o ca-  
dáver moral das Fôrças Armadas e os escombros da De-  
mocracia Brasileira - republicana, federativa e re-  
presentativa. A recente rebeldia dos marinheiros e  
fuzilêiros, valendo-se de motivos perfeitamente sus-  
cetíveis de serem tratados no âmbito da própria Fôr-  
ça, e que, por sí só, não justificariam a atitude ra-  
dical assumida, foi por êles fomentada, dirigida e  
alimentada; ainda emociona a Nação, justamente apre-  
ensiva com o espectro do comunismo que busca, na des-  
truição da hierarquia e da disciplina das Fôrças Ar-  
madas, criar as condições básicas para os seus crimi-  
nosos desígnios.

Ainda está em tempo de resguardar a hierarquia  
e a disciplina militares, alicerces das Fôrças Arma-  
das, da ação maléfica dos seus inimigos e que são //  
inimigos mortais das instituições democráticas. O ma-  
nifesto de 26 do corrente do CGT e os manifestos de  
vários sindicatos que nêle se inspiraram, de solida-  
riedade aos marinheiros e fuzileiros rebelados, im-  
pregnados de caluniosas acusações às autoridades na-  
vais, intrigas e ameaças costumeiras, não deixou a /  
menor sombra de dúvida quando à autoria intelectual/  
dos gravíssimos acontecimentos que acabam de abalar/  
a Nação inteira, tal como em 1º de setembro do ano  
passado com a intentona de Brasília, apoiada, senão  
promovida, pelas mesmas figuras cuja impunidade tem  
servido para aumentar-lhes a desenvoltura na prática  
dos mesmos crimes contra o Brasil, suas Forças Arma-  
das e suas instituições democráticas.

As Fôrças Armadas estão prontas a levantar a lu-  
va atirada à face da Nação por êsses criminosos; es-  
tão prontas a cumprir o seu dever e assegurar, em tô-  
da a plenitude, o livre exercício dos Podêres da ..  
União, dentro dos limites da Lei, como assegurar, tam-  
bém, o funcionamento dos serviços essenciais à vida  
da população - ameaçam êsses brasileiros inimigos de  
sua Pátria desencadear uma greve geral e total para/  
impor a sua vontade ao Congresso à custa do sofrimen-  
to de todo o povo brasileiro, convertido, assim, em  
indefeso refém. Isso, porém, que seria a implantação  
de uma indisfarçada e hedionda ditadura comuno-sindi



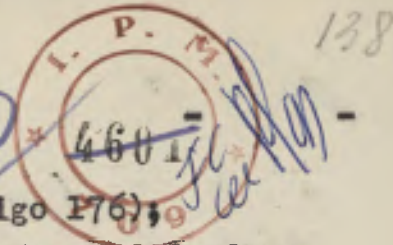
cal que arrazaria o princípio da autoridade e o próprio regime constitucional, somente poderia ocorrer com a capitulação do Governo legalmente constituído, o qual contará sempre, para cumprir o seu dever e para a sua defesa, com a lealdade das Forças Armadas, fiéis ao seu compromisso de honra perante a Bandeira. Os comunistas sabem perfeitamente disso e, não podendo derrotá-las de frente, pela força, buscam / solapar-lhes a hierarquia e a disciplina, que são os seus fundamentos vitais.

As Forças Armadas do Brasil - afirmo a Vossa / Excelência, Senhor Presidente, com legítimo orgulho e absoluta certeza por estar com elas identificado / e servi-las há 47 anos - são profundamente democráticas e, portanto, favoráveis às Reformas de Base, / cristãs e democráticas, em benefício do povo brasileiro e não contra o povo brasileiro, servindo de / mero pretexto para manobras políticas de ambiciosos e desalmados inimigos da "Ordem e Progresso", que supõem poder reduzir a nossa gente a um povo sem // ideal cívico, de eunucos morais, destituídos de /// amor à Liberdade e incapazes de reagir. A nossa História desmente essa falsa perspectiva. A consciência cristã e democrática do nosso povo reagirá aos liberticidas e com êle, coerente com as suas tradições, as Forças Armadas, que nada mais são do que o povo fardado. Assim foi em todas as épocas, como recentemente, na crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

2.3 - Impressão sobre a situação no que concerne à Segurança Nacional.

Apesar da ação impatriótica de alguns políticos que pretendem, como é patente, arrastar as Forças Armadas para o terreno movediço das incursões / no campo de ação privativo dos partidos, dando cobertura aos seus despropósitos, elas se mantêm prontas a fazer cumprir a Constituição e as leis do // País que a todos obrigam; têm elas sempre presentes os impostergáveis princípios constitucionais, definidores de sua finalidade.

- "As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade / suprema do Presidente da República e dentro dos li-



mites da lei." (Constituição, artigo 176);

- "Destinam-se as Fôrças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem". (idem, art. 177).

Sente-se, Senhor Presidente, que as Fôrças Armadas continuam integradas no seu dever e que Vossa Excelência, nelas apoiado, poderá exercer, em tôda plenitude, dentro dos limites da lei, as suas atribuições constitucionais, consoante o compromisso solene que Vossa Excelência assumiu com a Nação Brasileira, ao cingir a faixa presidencial, desde/que prontamente seja restabelecida o princípio de autoridade e o clima de disciplina militar profundamente abalados pelas últimas ocorrências verificadas na Marinha. Dessa forma poderá Vossa Excelência, tranquilamente, agir com energia contra aquêles inimigos que buscam solapar a disciplina das Fôrças Armadas.

Julgo ainda do meu dever, referir-me à má repercussão nas Fôrças Armadas do fato de haver o Presidente da República comparecido ontem à noite/ao "Automóvel Clube" para receber homenagem dos // Sargentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e das Polícias Militares, a qual degenerou, através de alguns discursos, em verdadeira apologia da indisciplina e da rebeldia, dolorosa impressão que as palavras de Vossa Excelência em prol do respeito à hierarquia não conseguiram desfazer.

Entendo que ainda será possível restabelecer/ a necessária confiança entre o Comando Supremo das Fôrças Armadas e estas, mediante ações e atitudes/ afirmativas de Vossa Excelência que o seu agudo // senso político ditará. Dentre estas, permita-me // Vossa Excelência lembrar a principal: uma formal / declaração de Vossa Excelência de que se oporá à deflagração de greves políticas, anunciadas pelo / C.G.T., que ordenará a intervenção nos sindicatos/ que, porventura, infringirem as claras disposições legais a respeito e determinará a aplicação de sanções penais adequadas de conformidade com a legislação em vigor - Código Penal; Lei de Segurança; / Lei de Greve (Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946) e Consolidação das Leis do Trabalho.

Reafirmo a Vossa Excelência: Os militares, // Senhor Presidente, somos favoráveis às sentidas re

24025

136  
I. P. M.  
460  
J. P. M.  
100

formas de base, democráticas e cristãs, desde que dentro de um clima de ordem, confiança e respeito/ aos poderes da União, harmônicos e independentes. A ditadura comuno-sindical que nos ameaça, como ficou expresso anteriormente, só poderá implantar-se sobre o cadáver moral das Forças Armadas e os destroços da Democracia.

2.4 - Esta, Senhor Presidente, é, data vênia, a apreciação que, no desempenho da atribuição funcional do Estado-Maior das Forças Armadas e, portanto, de assessoria à Presidência da República, / julgo do meu dever encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência, dado o clima de intranquilidade e apreensão que, no momento, atravessa o // País.

Finalmente, Senhor Presidente, cumpre-me realçar que a apreciação aqui apresentada não traduz, apenas, o pensamento do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; reflete o sentimento dominante da maioria dos escalões de comando militares e dos integrantes dos diferentes graus da hierarquia militar.

Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para renovar a Vossa Excelência os protestos de // meu mais profundo respeito.

General-de-Exército Pery Constant Bevilacqua, Chefe do EMFA."

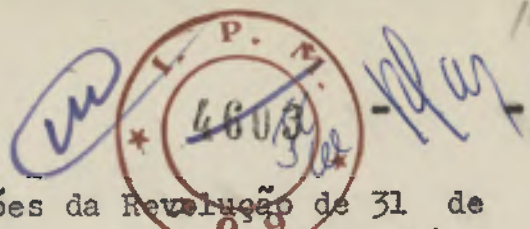
(Publicado no Diário de Notícias de 4 Abr 64).

#### C - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição que precedentemente apresentamos, sobre as implicações de JOÃO GOULART no processo relativo ao Partido Comunista Brasileiro, revela que o indiciado em toda a sua ação política como Vice-Presidente e Presidente da República / foi um constante aliado do comunismo no Brasil, facilitando e apoiando, por ações e omissões a sua expansão e atividades, / dentro do quadro geral da Guerra Revolucionária no Brasil.

O fato de terem as Forças Armadas se levantado maciçamente, com o apoio do povo, para se contrapor a tal situação, // dispensaria obviamente qualquer outra prova documental ou testemunhal sobre a culpabilidade do indiciado.

24026



140

Estão pois nas próprias razões da Revolução de 31 de março a maior comprovação do crime cometido e todos aqueles que se levantaram em protestos escritos ou de armas na mão poderão apresentar na Justiça o seu unânime libelo sobre as supremas responsabilidades de JOÃO GOULART nesse // crime indiscutível contra as instituições nacionais.

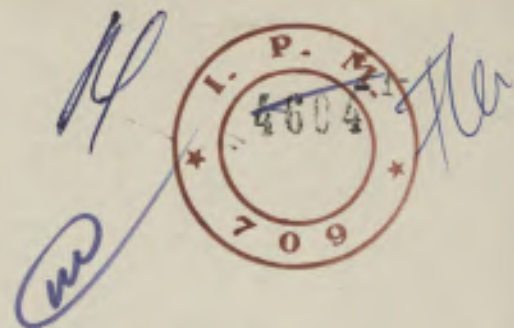
Fernando de Carvalho  
Cel

70

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JOÃO MASSENA DE MELO

24027

João Massena de Melo, 46 anos de idade, filho de Sebastião Massena de Melo e de Olímpia Melo Maciel, solteiro, natural do / Estado de Pernambuco, operário têxtil, residente na Rua Luiz Del fino nº 48 - Cascadura - GB.

O presente indiciado atuou como membro do Comitê Estadual da Guanabara. Mas suas atividades não se prenderam somente a esse órgão do Partido Comunista Brasileiro. Compôs também sua direção Nacional integrando o Comitê Central como suplente.

Tomou parte ativa em reuniões de órgãos dirigentes, bem como em atos públicos patrocinados pelo Partido, onde acontecia serem tomadas decisões e diretivas para a Política partidária.

Esteve prêso diversas vezes por agitação e articulação / de atividades subversivas não só em seu estado natal como na Guanabara.

Finalmente, numa demonstração do conceito em que era tido no seio do Partido, foi designado para uma viagem à URSS, onde permaneceu longo tempo.

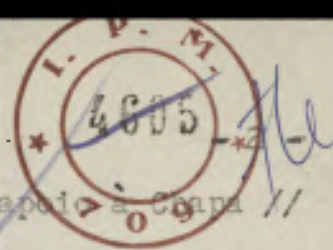
Este IPM, faz as seguintes acusações ao indiciado em causa:

Inicialmente encarêmo-lo como pertencente ao Comitê Central.

Armando Maia, em seu depoimento esclarece que "no meado de 1960, participou da Conferência pro V Congresso, do Comitê Regional Marítimo, levado a efeito na sede do jornal A Orla Marítima, situado à rua Senador Pompeu, nº 123, nesta cidade, que contou com a presença não somente dos membros dirigentes do Comitê Regional Marítimo como régular número de Delegados representando diversas organizações intermediárias desse Comitê, inclusive à / presença de Luiz Carlos Prestes, JOÃO MASSENA... representantes do Comitê Central". (DOC 2021 (fls 1 vol 47) 41618).

Pedro Tôres presta também idênticas informações em seu depoimento. (DOC 1721- fls 14456 vol 59).

O documento nº 51 (fls 58/5 vol 23), confirma, que como pertencente ao Comitê Central, compareceu à reunião do Comitê Regional do Rio, realizada em agosto de 1960, na sede da Associação /



Brasileira de Imprensa, para que fôsse decidido o apoio à Campanha // LOTT-JANGO.

- Já no Escritório de Marco Antônio Tavares Coelho, foi apreendido um documento datilografado, intitulado "Balanço da Campanha Eleitoral" (Dezembro de 1960). No fêcho do documento, em manuscrito há uma citação sobre JOÃO MASSENA (do CC) - (Doc 952 - / fls 7532, vol 30 ).

Em princípios de julho de 1961, na sede do Jornal Orla Marítima houve um ativo de tôdas as Organizações de Base dos setores Marítimos e Portuários. Nessa reunião representou o Comitê // Central, JOÃO MASSENA. (Doc 547, fls 6247, vol 24 ).

Vejamos agora, no setor estadual.

Do documento 433, fls 6201, vol 24, colhemos o seguinte "Em obediência às instruções da direção central do PCB, os elementos componentes do Comitê Estadual da Guanabara, a 6 de setembro p/ passado, (1963), promoveram uma reunião, a fim de analisar a situação política dêste Estado visado o próximo pleito eleitoral de 1965. Participaram dessa reunião, que foi levada a efeito na sala 2128 do Edifício Marquês do Herval, os seguintes dirigentes Comunistas da Guanabara:... JOÃO MASSENA DE MELO".

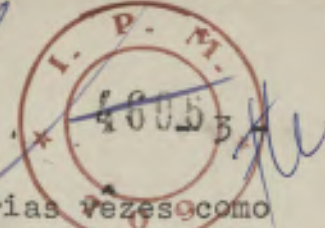
- Como componente do Comitê do Estado da Guanabara também compareceu a uma Reunião realizada no dia 6 de dezembro de 1964, / em uma fazenda do município de Itaguaí (RJ) onde foi feita uma análise da posição dêsse órgão face os acontecimentos de 31 de março dêsse mesmo ano. (Doc 373, fls 5985, vol 23 ).

Por ocasião da VII Conferência Regional do CE da Guanabara levada a efeito pelo Partido Comunista de 16 a 27 de fevereiro de 1962, com sessões no Edifício Clória e na sede do jornal Orla Marítima, o indiciado JOÃO MASSENA DE MELO, foi eleito 3º secretário da Comissão Executiva. ( Doc 225, fls 5943, vol 23 ).

Suas atividades como comunista são também notórias. Valendo-nos do depoimento de Sinval de Oliveira Bambirra, verificamos que o depoente declara ter, em 1955, feito um curso de capacitação política denominado Curso Stalin na cidade do Rio de Janeiro. "Esclarece ainda o depoente que dêsse curso, participaram cerca de / vinte militantes e dentre êles recorda-se de JOÃO MASSENA DE MELO". (Doc 1720, fls 4862, vol 61 ).

O indiciado viajou para a URSS, onde esteve por mais de / ano fazendo um Curso de Capacitação Política. O depoimento de Lindolfo Hill esclarece "que em 1953, o depoente foi convidado para viajar à União Soviética" e mais adiante acrescenta "que lá permaneceu cerca de dezessete meses como componente da delegação composta de ...JOÃO MASSENA". ( Doc 15, fls 13528, vol 55 ).

O prontuário do indiciado revela a sua grande atividade



partidária. Nas Cadernetas de Prestes é citado várias vezes como MASSENA.

Logo na fôlha 22 da Caderneta nº 1 há uma longa intervenção sua na Conferência anotada por PRESTES. Diz êle:

"Nesta Conferência deveríamos ter realizado o balanço de nossa atividade e em segundo lugar tratar do problema da organização. Como está na parte política não vai ajudar o P. - vai estimular o revolucionarismo de palavras. Na / Guanabara temos defeitos, mas avançamos entre os metalúrgicos. Ninguém se queixa porque não fazemos críticas suficientes. Na Guanabara temos vacilações - Uma reunião / dirigida por Teles emitiu críticas a Jango, JK e Brizola que ao terminar não se sabia quem era amigo ou inimigo. Nossa linguagem depende de uma força. Esquecer isto é tomar o caminho do Manifesto de Agosto, queiram ou não. A burguesia chega ao poder, tendo que se discutir e apoiar-se na classe op. As greves de julho e setembro não devem subestimadas - (revela tudo o que houve de avanço no movimento de massas e ao que parece para justificar que não se deve combater a conciliação). Temos procurado educar o P. a respeito do caráter duplo e conciliador da burguesia - Por que conquistamos o CNTI. - Junto com o governo avançamos pouco a pouco. Ainda conquistamos pouco. Ainda são grandes as deficiências do mov. sindical. Proposta - 1) fazer um balanço nacional de atividade do P; 2) tomar / medidas para ampliar as posições no mov. sindical. Federação dos Carris e Conf. de transporte; 3) medidas práticas para elevar o nível político e ideológico dos quadros sindicais; 4) rever o funcionamento da Seção Sindical.

Essa intervenção de Massena é interessantíssima porque / não só o revela elemento atuante do Partido no meio sindical, como também é o reconhecimento de aliança entre os comunistas e o PTB: "Junto com o governo avançamos pouco a pouco. Ainda conquistamos pouco".

Além dessa anotação, MASSENA é citado em varias outras / como as seguintes: fls 172 da Cad. nº 1, fls 85 e 101 da Cad. nº 3; 34, 119 e 124 da Cad. nº 13 e 95 da Cad. nº 15.

O indiciado candidatou-se e foi eleito deputado estadual pela Guanabara em 1962, tendo tido seu mandato cassado pelo Ato Institucional de 9 de Abril de 1.964, JOÃO MASSENA DE MELO tendo sido convocado para depor neste IPM, em edital publicado no D.O. de 28 de setembro de 1965 não se apresentou.

Jordano de Santa Rê  
Cel

71

MINISTÉRIO DA GUERRA

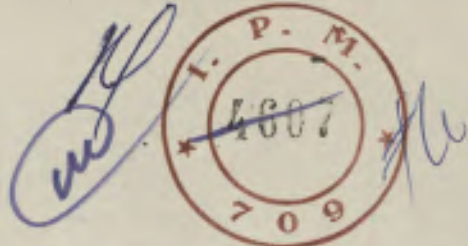
I EXÉRCITO

IPM/709

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA

24030

*W*



Qualificação:- Joaquim Câmara Ferreira, filho de Joaquim Batista Ferreira Sobrinho e de Cleonice Câmara Ferreira, 52 anos de idade, casado, natural do Estado de São Paulo, residente na rua Cardeal Arcoverde, nº 2875.

Foi um dos dirigentes centrais do Partido Comunista Brasileiro, tendo integrado também o Comitê Estadual de São Paulo e como tal, desenvolvido intensa ação partidária.

Ministrou aulas em Cursos de politização em São Paulo. Es-têve na URSS, em companhia de Luiz Carlos Prestes em viagem a serviço dos interesses Comunistas.

Atuou na imprensa, em jornais comunistas, realizando campanha de agitação de ordem pública.

Esteve, por diversas vezes, prêso por atividades subversivas tendo sido condenado em 1940.

Contra êsse indiciado pesam as seguintes acusações: Dirigente Comunista ativo, membro do Comitê Central do Partido.

Em uma relação manuscrita apreendida no Comitê Estadual do Ceará, contendo nomes dos elementos do Comitê Central do PCB, consta o nome de "CÂMARA FERREIRA - São Paulo", antecedido do nº 25. (Doc 231, fls 970/Vol 39)

De um documento referente a Fabrício Soares da Silva, extraímos:

" ...Manteve contacto com o Comunista JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, membro do Comitê Central do Partido Comunista, residente na Guanabara, quando de sua estada em Belo Horizonte ..." (Doc 1000, fls 2, Vol 50) (fls. 12.342.)

Referência sobre a participação do indiciado no C.C. é encontrada também no Doc 402, fls X, Vol 24. fls 6095

Nos escritórios de Luiz Carlos Prestes, foi apreendida documentação referente a XI Reunião do Comitê Central do Partido Comunista, onde foram discutidas particularmente, as Teses para o VI Congresso que deveria ser realizado durante o ano de 1964. Dessa documentação faz parte o rascunho de Ata dessa XI Reunião, de onde extraímos, com referência à 5ª Sessão, realizada no dia 22 de novembro de 1963, o seguinte:

24031

"... às 12.30 foram suspensos os trabalhos para o almoço e convocada outra sessão de acordo com o regimento aprovado. Falaram na sessão os camaradas ... Câmara ..." (Doc 698, fls ~~18~~, Vol 41) *fls. 10.244*

Outra prova patente de sua condição de dirigente comunista ativo, retiramos da página 11, ainda do supracitado documento onde consta:

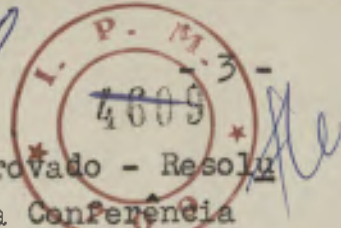
"... às 8.05 h. do dia 23/11/63, foram iniciados os trabalhos da 7ª Sessão, sob a presidência do camarada Jaime, dando prosseguimento aos debates do 4º ponto da ordem-do-dia. Às 12,30 foi encerrada a discussão do 4º ponto da ordem-do-dia, de pois de falarem os seguintes camaradas:..Câmara".

As resoluções do Comitê Central sobre o projeto de teses para o Congresso retromencionado, constam de outro rascunho que acompanhava a documentação apreendida no escritório de Prestes. Dê-le transcrevemos:

"...O CC. em sua XI Reunião plenária, realizada em novembro de 1963, resolve: Sobre o projeto de teses: a) que o projeto deve ser reelaborado de acordo com o espírito dominante no debate, aproveitando-se as críticas, as sugestões e as propostas de emenda apresentadas pelos membros e suplentes do CC. b) Entregar a tarefa do item 1º à mesma Comissão que elaborou o projeto. Levandose em conta a dificuldade de comparecimento do camarada Pacheco e a situação de Saúde do camarada Elson, a êste respeito consultado, a comissão ficará doravante assim constituída: ... Câmara Ferreira..." (Doc 699, fls ~~18~~, Vol 41) *(fls. 10.249)*

Aliás, o documento 701, fazendo parte da documentação manuscrita a que nos estamos reportando, é uma intervenção de JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, referente ao 1º ponto da reunião sobre as teses para o VI Congresso, (Doc 701, fls ~~18364~~ Vol 49) bem como o de nº 773 (fls ~~18362~~ Vol 49) é uma opinião do indiciado a respeito das teses distribuídas para a discussão.

O documento 685, também dos escritórios de Prestes, dá-nos prova insofismável do comprometimento do indiciado nas lides dos dirigentes comunistas, recebendo missão de relêvo como podemos constatar do extrato que se segue:



"...Reunião do CC, em 6-12-62 - Aprovado - Resolução - Reunido após a realização da Conferência Nacional, resolve o CC: 1ª)... 2ª)... 8ª) Determinar que a Comissão de resoluções da presente reunião do CC, constituída dos camaradas ... Câmara Ferreira ...apresente na próxima reunião do CC um relatório sôbre as demais propostas encaminhadas ao CC pela Conferência Nacional ..." (Doc nº 685, Vol. 41). (fls. 10.231)

Mas as atividades de JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, tiveram um amplo campo de ação. Batalhou no setor da educação político-comunista ministrando aulas a cursos de politização em São Paulo.

Do depoimento de José Américo de Moraes valemo-nos da presente transcrição:

"... que em maio de 1962, a direção do Partido em Belo Horizonte, achou por bem encaminhar o depoente a São Paulo a fim de tirar um Curso Médio, para que pudesse exercer atividade política em certos escalões do Partido e assim participou do referido curso na sede do Comitê Regional em São Paulo, situado em uma sala do Edifício Martinelli, na avenida São João na Capital Paulista, cujo curso fôra ministrado pelos seguintes dirigentes do Partido daquele Estado: ... JOAQUIM CÂMARA FERREIRA..." (Doc 16, fls 11, Vol 27) (fls. 6654).

Essa sua atividade é ratificada no documento 204, fls 1, Vol 37. (fls. 9.175)

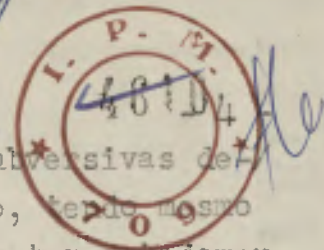
Este indiciado trabalhando ainda pelos interesses do Partido Comunista, esteve na URSS, em companhia de Prestes, O documento 1275, apreendido de Anibal Fernandes Bonavides, notório dirigente comunista, em Fortaleza-Ce, relata-nos:

"... Informação do Comitê Estadual - Reunião do CC ... 1º ponto. a) Relações internacionais (divergências inter-partidárias - Relatórios: Câmara e M. Alves) b)... c)... e) Delegação brasileira (Prestes e Câmara Ferreira) já em Moscou..." (Doc 1275, fls 1, Vol 54). (fls. 13474).

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, candidatou-se a deputado em São Paulo, como sempre a serviço dos ideais comunistas.

Esteve ligado à imprensa como jornalista, chegando a ser redator-chefe do jornal "Hoje" de São Paulo, tendo como tal, publicado artigos de caráter nitidamente subversivo. (Doc 2084, fls 18.376, Vol 79) chegando a atuar também no Jornal Novos Rumos. (Doc 2085, fls 18.370, Vol 79).

24033



Esteve prêso inúmeras vezes por atividades subversivas demonstrando não se ter afastado de sua linha de ação, tendo mesmo chegado a ser condenado em 1940, como podemos constatar sobejamente no documento 2084, fls 183/5, Vol. 79 ).

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, como um dos principais dirigentes do Partido, no Estado de São Paulo e militante antigo e experiente do movimento comunista no Brasil, é muito citado nas Caderne- / tas de Prestes onde suas intervenções nos debates acham-se regis- / tradas em mais de 50 fôlhas diferentes.

Os seus antecedentes revelam sua periculosidade como agita- / dor e fomentador de greves e a sua condenação, em 1940, é uma in- / dicação convincente desse fato. Anistiado, em 1945, o indiciado / prosseguiu em suas atividades extremistas, e as Cadernetas de /// Prestes, dentro do seu prontuário bastante fértil de anotações, / constituem uma insofismável prova de sua persistência na ação mar- / xista.

Nos registros de Prestes depreende-se que o indiciado reali- / zou curso de capacitação ideológica no estrangeiro, o que lhe cre- / denciou, evidentemente, como elemento de responsabilidade em co- / missões de redação de documentos de orientação política do Parti- / do, conforme se depreende de várias citações como por exemplo, a / da fôlha 172 da Caderneta de Prestes nº 1. (Vol 102)

Intimado para depor em edital publicado no Diário Oficial / de 23 de setembro de 1965, não compareceu.

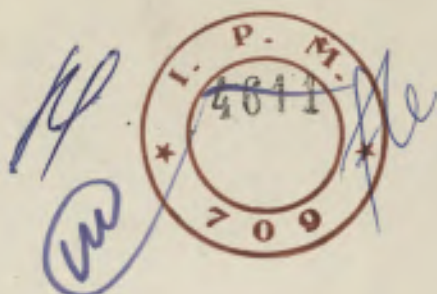
*Fernando de Carvalho*  
cel

72

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JOAQUIM JOSÉ DO REGO

24034

Qualificação: Joaquim José do Rego, com 58 anos de idade, filho de Manoel José do Rego e Emília Maria da Conceição, casado, natural do Estado do Rio Grande do Sul, portuário, residente na Ladeira do Fa--ria nº 119, Estado da Guanabara.

Este indiciado era membro efetivo do Comitê Regional Marítimo, órgão do Partido Comunista Brasileiro que atuava entre os portuários, estivadores, marítimos e demais operários navais dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Portuário por profissão era considerado líder sindical de importância para o P.C.B.

Como membro do C.R.M. realizou trabalho de agitação nas organizações sindicais daquelas classes de trabalhadores, explorando problemas que constituíam as bandeiras do Partido Comunista, como o plebiscito de 1963, as reformas de base reclamadas durante o Governo João Goulart, revogação da Lei de Segurança Nacional, direito de voto dos analfabetos e praças de pré.

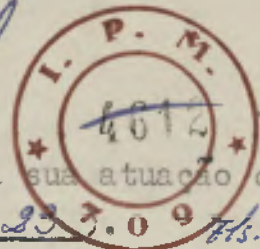
Vejamos os fatos que são arguídos contra este indiciado.

Membro efetivo do Comitê Regional Marítimo.

Sobre isto há os Docs. nºs. 451, fls. 9990, Vol. nº 40, que é um levantamento da organização do Partido Comunista Brasileiro na Guanabara e 95, Vol. nº 23, <sup>fls. 5859</sup> que é convite expedido por comissão do C.R.M, encabeçada por este indiciado, e dirigido aos trabalhadores marítimos em geral para prestigiarem as comemorações do 40º aniversário do P.C.B., transcorrido em 26 de março de 1962.

Exercício de atividades como membro do Comitê Regional Marítimo.

Participou, em junho de 1961, de reunião do C.R.M. para análise das atividades sindicais na Guanabara durante o mês de maio daquele ano,



ano, ocasião em que, dentre outros, teve elogiada sua atuação como líder sindical efetivo do PCB (Doc nº 101, Vol nº 23, 09 fls. 5865).

Em novembro de 1962, participou de reunião do C.R.M. para // tratar entre outros assuntos "da posição a ser tomada pelos comu- / nistas em relação ao 13º salário, auto-determinação de Cuba, pala- / vra de ordem do Comando Geral dos Trabalhadores sobre a situação / atual, ameaçando greve geral caso não sejam atendidas as reivindi- / cações acima citadas". (Doc nº 613, Vol nº 66). (fls. 16.237).

Em dezembro de 1962, participou de reunião de membros do /// C.R.M. com altos dirigentes do PCB, entre os quais Luiz Carlos /// Prestes. Este encontro realizou-se na Fazenda Modêlo, Município de Caxias, para tratar dos grandes temas políticos em voga na ocasião. (Doc nº 600, Vol 84). (fls. 19.164).

Fernando de Azevedo  
Cel

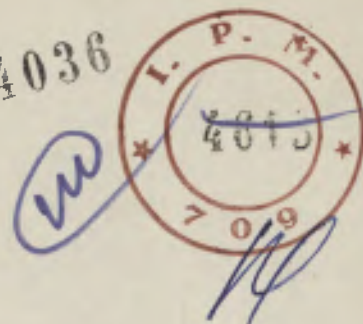
23

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

24036



JOAQUIM PEDRO MAYRINK FILHO

Qualificação: - Joaquim Pedro Mayrink Filho, filho de Joaquim Pedro Mayrink e Maria Linhares Mayrink, com 46 anos - de idade, brasileiro, profissão ignorada, casado, residente à Rua Manuel Nogueira, 497-São Gonçalo-RJ.

Este indiciado, dirigente comunista pertencente ao Comitê Estadual do Partido no Estado do Rio, desenvolveu sua atividade de agente subversivo principalmente no meio sindical. Tendo ocupado - funções destacadas neste setor, como sejam as de Presidente do Sindicato de Condutores de Veículos e Anexos de Niterói e Presidente do Conselho Sindical do Estado do Rio, aproveitou-se largamente de sua situação para a realização dos planos de subversão a que estava integrado como membro atuante do Partido Comunista. No trabalho ostensivo, por exemplo, é bastante verificar o apóio que sempre dispensou às campanhas pró-Cuba. Também era um obstinado promotor de greves e agitações no meio sindical. Sua importância no seio do Partido revela-se pelos cargos que sempre ocupou e pela consideração que lhe era dispensada, tendo inclusive viajado para a União Soviética como representante do Partido.

Dentre as atividades de natureza subversiva desenvolvidas pelo indiciado, podemos destacar as seguintes, que bem evidenciam sua culpabilidade.

Em Julho de 1960, como Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Niterói, patrocinou uma Comissão de Solidariedade a Cuba, e foi um dos oradores no ato público realizado no Sindicato dos Rodoviários. Em Julho de 1961, fazendo uso da palavra em solenidade realizada no Teatro Municipal de Niterói, disse o seguinte: "... a revolução poderia ser feita a partir daquele momento, as armas poderiam ser tomadas das Forças Armadas". (Doc. nº 511 - Vol. 39). - Já em Janeiro de 1962, participou da mesa de trabalhos na Conferência proferida pelo Embaixador de Cuba no Brasil versando sobre a Revolução Cubana. Tal fato foi noticiado com destaque em artigo de "Novos Rumos", jornal do Partido Comunista. (Doc. nº 559 - Vol. 33). - Prosseguindo em seu apoio ostensivo ao Partido Comunista e suas frentes, em Março de 1962 participa da mesa que dirigiu os trabalhos de comemoração do 40º aniversário do PC em Niterói, ainda na qualidade de Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Niterói e Presidente do Conselho Sindical do Estado do Rio. (Doc. nº 79 - Vol. 39). - Também utilizando subversivamente sua liderança sindical, em Outubro de 1962 assina a convocatória para a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, a realizar-se no Brasil e em Março de 1963. Em Dezembro desse mesmo ano o nome do -

indiciado aparece assinando uma mensagem em apelo do Movimento Brasileiro de Solidariedade a Cuba. Dos fatos acima con-  
clue-se que o indiciado utilizava sua liderança sindical -  
sempre no sentido da subversão. Como agitador, participou  
praticamente de todas as greves e comícios realizados em -  
Niterói durante os anos de 1960 e 1964. (Doc. nº 511 - fls. 2 -  
Vol. 79). (Fls. 18389)

Ultrapassando até suas atividades propriamente sin-  
dicais, fez agitação e subversão em outras áreas, como por  
exemplo no caso da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do  
Estado do Rio de Janeiro em julho de 1963, sempre se utilizando de -  
suas prerrogativas de Presidente de Sindicato.

Vejamos agora as atividades do indiciado como diri-  
gente comunista propriamente dito. É um dos líderes comu-  
nistas no Estado do Rio (Doc. 53 - fls. 5 - Vol. 33). (Fls. 8282)

Nas atas do PCB - Comitê Estadual do Rio de Janeiro,  
consta seu nome por diversas vezes como elemento de -  
prea das Comissões Auxiliares Sindical, Massas, Agitações -  
e Propaganda. Presidente do Conselho Sindical e membro do -  
C G T e PUA (Doc. nº 53 - fls. 24 - Vol. 33). (Fls. 8300)

O nome do indiciado surge várias vezes em documen-  
tos apreendidos em órgãos do Partido Comunista. Assim, num  
manuscrito contendo Ordem do Dia do Comitê do Rio de Janeiro  
existe uma intervenção de MAYRINK, que entre outras coi-  
sas afirma: "A massa rodoviária está afiliada para as lutas -  
salariais, mas precisamos politizá-las". Referindo-se a um  
elemento do Sindicato da Estiva de Niterói - "um anti-comu-  
nista ativo", diz "...não é um aliado, e seu dever é lutar  
para a derrubada dele". Neste mesmo documento o indiciado -  
se oferece para ajudar na agitação no campo: "Viveu mais -  
de 20 anos no campo. Pode ajudar o partido nessa frente" -  
(Doc. 971 - fls. 1 - Vol. 34). (Fls. 8553)

Sua proposta foi aceita, porquanto participou no -  
trabalho de campo em companhia de outros notórios comunis-  
tas nos municípios de todo o Estado do Rio (Doc. nº 1966 - Vol. 54). (Fls. 13.453)

Sobre a importância que o indiciado desfrutava no -  
Partido Comunista é bastante mencionar que foi um dos mem-  
bros de delegação fluminense a comparecer ao Congresso Sin-  
dical Mundial realizado em Moscou de 4 a 16 de dezembro -  
de 1961. Existem, com referência ao fato, duas cartas envi-  
adas de Moscou pelo indiciado ao líder comunista ANÍBAL -  
BENEVIDES (Doc. 1252 - Vol. 64). (Fls. 15609)

Nos depoimentos existentes fica claramente eviden-  
ciada a posição do indiciado como dirigente, agitador e a-  
tivistista pertencente aos quadros do Partido Comunista no Es-  
tado do Rio.

WALTER GONÇALVES, em suas declarações revela "...

Foi convidado, em meados de 1962... para participar de uma conferência do Comitê Regional do Estado do Rio de Janeiro... cuja conferência teve lugar na Associação Fluminense Feminina que contou com a presença de cerca de cem membros do Partido, de todo o Estado e, dentre os presentes o depoente recorda-se de... JOAQUIM PEDRO MAYRINK ... Comitê Regional do Estado do Rio, que se não lhe falha a memória, o mesmo ficou assim constituído:... membros efetivos foram escolhidos os seguintes militantes... JOAQUIM PEDRO MAYRINK FILHO" (Doc. 2035-Fls. 1001-62).

No depoimento de OSWALDO JOSÉ VICENTE, o mesmo faz referência à Conferência já anteriormente mencionada e a condição de indiciado como membro efetivo do Comitê Regional do Estado do Rio, acrescentando: "E com relação às organizações intermediárias, em pleno funcionamento, os seguintes Comitês: Comitê Municipal de Niterói - que contava com os seguintes dirigentes... JOAQUIM PEDRO MAYRINK" (Doc. 1723 - Fls. 26 - Vol. 58).

FRANCISCO WALTER, depondo, confirma a condição de dirigente comunista do indiciado: "Perguntado se se recorda dos dirigentes estaduais do movimento comunista, respondeu que se recorda de alguns, entre eles... JOAQUIM PEDRO MAYRINK FILHO" (Doc. nº 1728-Fls. 2 - Vol. 76).

No depoimento de LINDOLPHO HILL fica evidenciado que o indiciado era membro atuante do Partido: "...das reuniões que participava... se realizavam em sua maioria nas salas números 105 e 403 do edifício AJAX, situado na Rua Almirante Tefé, nº 632, em Niterói, e nessas reuniões sempre se encontravam presentes os seguintes dirigentes do Partido, naquele Estado... JOAQUIM PEDRO MAYRINK FILHO". (Doc. nº 1727-Fls. 15 - Vol. 55).

O indiciado, em sua condição de ativista do PC, não perdia oportunidade de atuar.

Assim é que, além de Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Niterói, foi também Presidente do Conselho Sindical do Estado do Rio, ampliando seu trabalho de subversão a outras localidades fluminenses. É o que nos revela os depoimentos que se seguem:

LÚCIO XAVIER DE ALMEIDA declara: "tendo participado do Conselho Sindical de Niterói, para o qual chegou a ser eleito Presidente e JOAQUIM PEDRO MAYRINK foi eleito Secretário. Contudo, visto falta de capacidade para dirigir os destinos desse Conselho, o mesmo era exercido por JOAQUIM PEDRO MAYRINK". (Doc. nº 2021-Fls. 2 - Vol. 55).

Em seu depoimento esclarece ALTAMIRO IGNÁCIO DE OLIVEIRA. "Perguntado se o Conselho de que fazia parte recebia assistência do Conselho Estadual, respondeu afirmativamente, esclarecendo a ainda que dos assistentes que compareciam em Cabo Frio, recorda-se de JOAQUIM PEDRO MAYRINK" (Doc. 1716-Vol. 46).

O indiciado chamado por edital publicado no Diário Oficial de 8 de novembro 1965 para depor neste I P M, não compareceu.

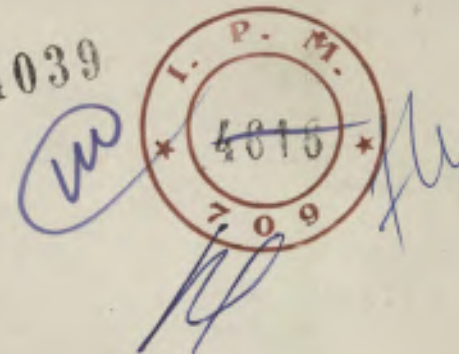
24

24039

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JOSÉ DE ALBUQUERQUE SALES

Qualificação: José de Albuquerque Sales, com 26 anos de idade, filho de Benjamim da Rocha Sales e Maria Dulce de Albuquerque, natural do Estado da Bahia, estudante e residente na Rua Antônio Parreiras, nº 60, aptº 504, Guanabara.

Este indiciado, como membro do Comitê Estadual da Guanabara, era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro, hierarquia a que ascendeu em Novembro de 1964, isto é, após a institucionalização do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964.

Estudante universitário, integrou, também, o Comitê Universitário do P.C.B. na Guanabara, sendo um dos grandes responsáveis pela infiltração comunista nos meios universitários. Nessa qualidade prestara assistência à "Organização de Base" do Partido instalada na Faculdade Nacional de Filosofia.

Em abril de 1961, foi prêso por distribuir panfletos subversivos em plena via pública.

Contra êste indiciado são argüidos os seguintes fatos:

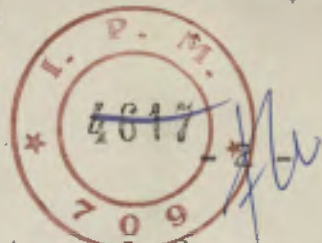
Membro do Comitê Universitário do P.C.B. na Guanabara.

Sôbre êste fato encontra-se no depoimento de Jackson de Carvalho Sampaio, ao aludir às reuniões que se processavam na "Organização de Base" da F.N.Fi., o seguinte:

"...a assistência a essas reuniões era dada por... e José de Albuquerque Sales, na qualidade de membros do Comitê Universitário do Partido." (Doc. nº 2015, fls. 6573, Vol. nº 25 ).

Êste fato é ratificado por Horácio Monteiro em seu depoimento através de duas citações: a primeira quando responde à pergunta específica a respeito dos quadros dirigentes do Comitê Universitário que prestavam assistência à "Organização de Base" da Faculdade Nacional de Filosofia e a segunda, quando se refere às eleições havidas, em janeiro de 1962, para o Comitê Universitário e que é a seguinte:

"... em janeiro de 1962, participou de uma conferência que teve por objetivo, além de debater assuntos relacionados com o grupo divisionista do Partido (refere-se ao grupo que dissentiu da linha de ação pacífica e fundou o P.C. do Brasil — é nosso o esclarecimento) eleger os novos membros do Comitê Universitário, ocasião em que fo



"ram eleitos quinze membros efetivos e sete suplentes e dentre os eleitos o depoente recorda-se apenas de... José de Albuquerque Sales... (Doc. nº 2016, fls. 6578, Vol. nº 25 ).

Este fato encontra-se, também, relatado no Doc. nº 1183, Vol. nº 79, que aduz a respeito d'êste indiciado: (fls. 18410)

"... considerado a segunda pessoa no P.C.B. após o agente internacional... responsável pela penetração comunista no..."

Apresenta-se, também, contra êste indiciado o aliciamento de elementos para órgão do P.C.B.

Reportemo-nos, de novo, ao depoimento de Jackson de Carvalho Sampaio (fls. 6572) que diz ao responder pergunta específica:

"através de... e de José de Albuquerque Sales, ambos estudantes da F.N.Fi., onde o depoente estudava, lhe permitiram o ingresso no Partido, passando a frequentar reuniões da Organização de Base, como já foi dito acima, que se realizaram em uma sala do 21º andar do Edifício Marquês de Herval...".

Outro fato que apresentamos contra êste indiciado é sua participação a reuniões da "Organização de Base" da Faculdade Nacional de Filosofia. Sobre isto diz Horácio Monteiro no depoimento já citado:

"... esclarecendo mais que de cêrca de três reuniões que participou tiveram lugar em uma das salas do 21º andar do Edifício Marquês de Herval, onde também funcionava um escritório eleitoral do ex-deputado Hércules Correia dos Reis, cujas reuniões, se não lhe falha a memória, contou com a participação dos seguintes estudantes de Filosofia que pertenciam à citada "Organização de Base":... José de Albuquerque Sales e outros de que não se recorda no momento."

Em outro trecho de seu depoimento Horácio Monteiro refere-se a José de Albuquerque Sales, dentre outros, com quem manteve entendimentos logo de seu ingresso no P.C.B. e na supra citada "Organização de Base" da F.N.Fi.

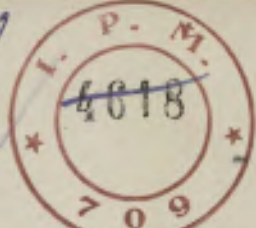
As ligações de militante comunista d'êste indiciado com notórios membros do Comitê Universitário do P.C.B. na Guanabara e "Organização de Base" daquela Faculdade é comprovada, ainda, pelo Doc. nº 1940, Vol. nº 46. (fls. 11195 e 1196).

Para concluir, apresentaremos contra José de Albuquerque Sales o fato de pertencer ao Comitê Estadual do PCB na Guanabara, conforme se comprova pelo Doc. nº 1183, Vol. nº 79. (fls. 18410)

A atuação de José de Albuquerque Sales, como líder aliciador e orientador no meio estudantil empresta-lhe caráter de alta peri-

24041

*Handwritten signature*

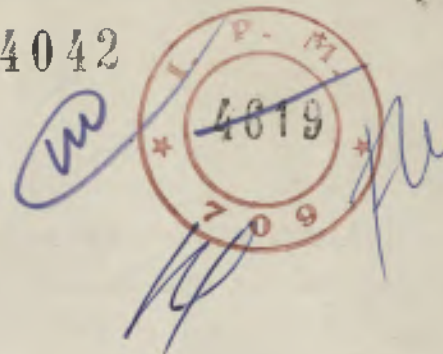


*Handwritten initials*

culosidade. É no seio da mocidade que o Partido comunista realiza o seu trabalho mais eficiente e destrutivo. E Sales era neste setor um dos mais eficientes ativistas.

Intimado a depor neste I.P.M. por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, não compareceu.

*Ferdinand de Saussure*  
*cel*

MINISTÉRIO DA GUERRAI EXÉRCITOIPM/709JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA

Qualificação: José Francisco de Oliveira, com 68 anos de idade, filho de Damião Francisco de Oliveira e Alexandrina Maria da Conceição, casado, estivador, natural de Pernambuco, residente na Avenida Sul, s/nº, Recife-Pernambuco.

Este indiciado integrou os quadros de direção do Partido Comunista Brasileiro desde o ano de 1945.

Suas atividades compreenderam os setores estadual e nacional do Partido. Assim, fêz parte do Comitê Central e do Comitê Estadual de Alagoas.

Caracterizemos sua posição face ao Partido Comunista Brasileiro, através de sua citação nos seguintes documentos:

Doc. nº 204, <sup>(Alb. 9176 verso)</sup> Vol. nº 37: refere-se ao indiciado como pertencente à direção nacional do P.C.B. e membro efetivo do Comitê Central;

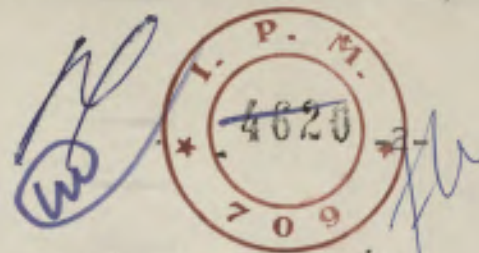
Doc. nº 1348, <sup>(Alb. 13.290)</sup> Vol. nº 54: que se refere ao indiciado como um dos dirigentes do Comitê Estadual de Alagoas.

Caracterizemos suas atividades como elemento da direção do P.C.B.

Assim, José Lira Alves Sobrinho declara em seu depoimento a respeito de seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro:

"... foi recrutado por José Francisco de Oliveira para participar do movimento comunista, ingressando então no Partido Comunista do Brasil, seção do Estado de Alagoas, passando a atuar organizadamente no Comitê Municipal de Rio Largo..."

(Doc. nº 1348, Vol. nº <sup>(Alb. 13.290)</sup> 54).



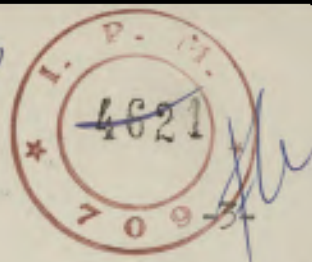
Importante documento de sua lavra, apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes nesta cidade, são as emendas que apresentou ao Comitê Central às teses para o VI Congresso do P.C.B. que foram distribuídas aos membros do Comitê Central no segundo semestre de 1963 para apresentação de sugestões. Transcrevamos certos trechos das emendas que apresentou que assim começa:

"Esta é a minha primeira contribuição ao trabalho por vocês elaborado até o quarto caderno. Primeira - no 3º caderno, pag. 29, art. 17, linha 7, proponho que seja acrescentado no trecho "fortalecimento político, orgânico e ideológico do movimento operário", intensificação da luta de classe." A 2ª emenda que apresentou foi a seguinte: "no mesmo caderno e na mesma página, na linha 8, em sequência a "Organização e combatividade cada vez maior dos camponeses", acrescentar: da juventude estudantil e operária, dos funcionários públicos e dos intelectuais."

Interessante é a 4ª emenda apresentada que se refere à situação dos comunistas na chamada "Frente Única". Transcrevamo-la: "4ª - no 4º caderno, página 42, art. 3º, 1ª linha, quando se coloca "reivindicar", dizer, lutar pela sua participação em um governo conquistado pela Frente Nacionalista e Democrática e imprimir-lhe uma orientação cada vez mais consequente."

Merece especial destaque a justificativa que apresentou para essa 4ª emenda. Diz em seu documento êste indiciado:

"Penso que sendo nós os vanguardeiros e organizadores da Frente Única, não temos por que reivindicar e nem mesmo a quem reivindicar, Mas lutar por nossa participação nesse governo, se de fato é um governo conquistado pela Frente." (Doc. nº 733, Vol. nº 79). (Ass. 18.420).

*WJL*

Por fim, fazemos referência à intervenção deste indiciado na reunião do Comitê Central efetuada em novembro de 1963 para discussão das teses para o VI Congresso do Partido, conforme documento apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes:

"Sou partidário dos companheiros que exigem uma análise da nossa linha, da aplicação da nossa linha, porque me parece que nós não vamos levar para o Congresso uma nova linha política. Apesar da justeza da linha política, não conseguimos ganhar todo o Partido para a compreensão exata dessa linha política. O Partido cresce e vem arrastando para si um grande setor da classe operária e do meio estudantil..." (Doc. nº 740, Vol. número 79). (fls. 18.421)

Nas Cadernetas de Prestes, encontramos duas citações de JOSÉ FRANCISCO. Na Caderneta nº <sup>(Vol. 125)</sup> 4, fôlha 41, encontramos-lo participando de uma reunião do C.C. o que confirma os registros precedentes.

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, não compareceu.

*Ferdinando de Carvalho*  
*cel*

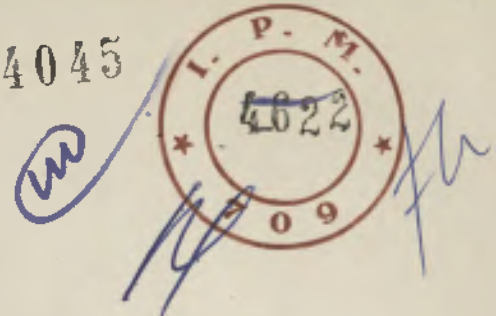
46

24045

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JOSE GONCALVES

Qualificação: Não foi qualificado neste IPM.

Este indiciado era membro do Comitê Regional Marítimo, organização do Partido Comunista Brasileiro que atuava na Guanabara e Estado do Rio de Janeiro junto às classes trabalhadoras dos marítimos em geral.

Funcionário do Lóide Brasileiro e militante do P.C.B. integrava, também, a direção de "Organização de Base" do Partido infiltrada no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Passemos aos fatos que são arguídos contra este indiciado.

Membro do Comitê Regional Marítimo.

Em seu depoimento, Pedro Torres declara ao referir-se à conferência do C.R.M. efetuada em princípios do 2º semestre de 1960, na sede do jornal "Orla Marítima":

"... Quanto à nova direção do Comitê Regional Marítimo, ficou assim constituída:... e como suplentes... José Gonçalves, serventuário do Loide e conhecido pelo nome de China..." (Doc. nº 1721, fls. 4456, Vol. nº 59).

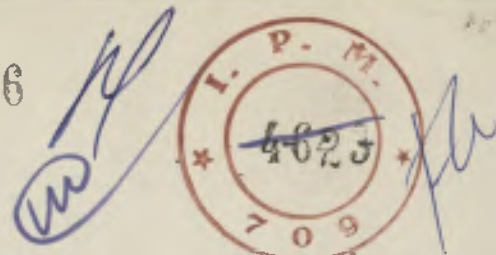
Armando Maia em seu depoimento confirma esta declaração (Doc. nº 2021, fls. 4619, Vol. nº 47).

Membro da "Organização de Base" do P.C.B. instalada no I.A.P.M.

Ainda é Pedro Torres, no depoimento já citado que se refere a este fato ao aludir às OOBB do CRM disseminadas junto aos diferentes órgãos ligados aos marítimos:

"A Organização de Base do Instituto de Aposentadoria e

24046



"e Pensões dos Marítimos era dirigida por... José Gonçalves, conhecido por China,..."

Outro fato importante que se argúe contra êste indiciado é sua participação a uma reunião do C.R.M. efetuada em meados de 1963 na ilha de Mocanguê, onde funcionam os estaleiros do Lóide Brasileiro. Sôbre êste fato transcrevamos a intervenção dêste indiciado na referida reunião:

"O Mocanguê não é uma base qualquer, como... (a reticência é do texto); e nós sempre demos atenção igualitária. Necessitamos nos despir de vaidades: o Senador (não diz o nome — é nosso o esclarecimento). Preocupamo-nos demasiadamente em manter a atenções e aliados e nos esquecemos das massas." (Doc. nº 695, <sup>fls. (6347/v)</sup> Vol. nº 24). Êste documento é um rascunho-resumo dessa reunião apreendido no escritório de Luiz Carlos Prestes, nesta cidade, no qual êste indiciado é tratado pelo nome de "China", por que era conhecido no Partido.

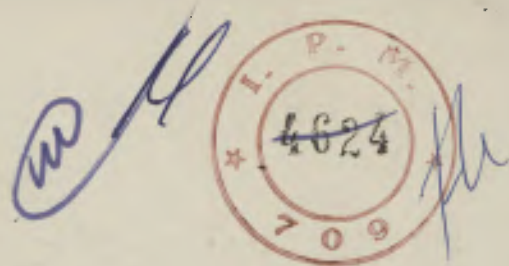
Finalmente, apresentamos contra êste indiciado, reafirmando sua condição de militante comunista, o fato de ter frequentado um dos cursos do Partido Comunista Brasileiro, conforme se verifica pelo Doc. nº 216, Vol. nº 23, cuja fls. 5942 é encabeçada pelo título "Relação de alunos que tiraram o curso — O Partido e seus princípios.

Intimado a depor nêste I.P.M. por edital publicado no Diário Oficial de 15 de Fevereiro de 1966, deixou de comparecer.

*Fernando de Castro*  
Cel

77  
116

MINISTÉRIO DA GUERRA  
I EXÉRCITO  
IPM/709



JOSÉ LEITE FILHO

24047

Qualificação: José Leite Filho, com 50 anos de idade, filho de José Leite da Silva e Celina Renaux Duarte / Leite, casado, natural de Recife, Pernambuco, indus- / triário, residente na Rua Conselheiro Aguiar, nº 498, Recife, Pernambuco.

Este indiciado era um dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro.

Militante de Recife, Pernambuco, integrou o Comitê Estadual do Partido desde o ano de 1948, tendo ocupado os cargos de Secretário de Massa Eleitoral e Secretário de Finanças.

Exerceu importante atuação, como membro do P.C.B., na / campanha de Miguel Arraes ao Governo do Estado, cabendo-lhe a / tarefa de compor, com outros companheiros, o Comitê de propagan- / da a cargo do Partido.

Contra este indiciado são apresentadas as seguintes acu- / sações.

Membro do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasilei- / ro em Pernambuco.

Em seu depoimento, José Lira Alves Sobrinho, referindo- / se a seu ingresso no P.C.B. em agosto de 1948, declara:

"Ao ser incluído como membro do Comitê Estadual de / Pernambuco, naquela época, o mesmo era constituído / como se segue:... Secretário de Massa Eleitoral José / Leite Filho...". (Doc. nº 1348, fls. 3.292, Vol. nú- / mero 54).

Mais adiante, neste mesmo depoimento, José Lira Alves / Sobrinho diz a respeito de uma conferência regional efetuada em / julho de 1959, em que se tratou da homologação pelo PCB da can- / didatura Miguel Arraes à Prefeitura de Recife e da reestrutur- / ação do Comitê Estadual:.

"... Nessa conferência foi modificado, isto é, rees- / truturado Comitê Estadual de Pernambuco que passou a / desenvolver suas atividades assim constituído: ... / José Leite Filho...".

Em 1962, este indiciado era conservado membro do Comitê / Estadual do P.C.B., conforme se verifica no depoimento de Cíce- / ro Targino Dantas ao referir-se a um pleno ampliado do Comitê /

Estadual de Pernambuco para reestruturar a direção do Partido:  
"... que, processada a eleição, ficou constituída a seguinte organização: ... Secretário de Finanças ... José Leite Filho..." (Doc. nº 19, fls. 15916/97, Vol. nº 65).

Esta mesma citação encontra-se no depoimento de José / Lira Alves Sobrinho, dizendo que o "Pleno" do Comitê Estadual / foi realizado em fins de 1962 e que teve como objetivos proceder ao balanço da campanha eleitoral desse ano e reestruturar / o Comitê (Doc. nº 1348, fls. 13.310, Vol. nº 54).

Vejamos, agora, as atividades exercidas por este indiciado como membro do Comitê Estadual do P.C.B.

Encontra-se no Doc. nº 1611, fls. 15695/496, Vol. nº 63, que Agliberto Vieira de Azevedo em 1950, cumprindo encargo da / direção nacional do PCB, foi apresentado por José Leite Filho a um funcionário civil da Base Aérea do Recife com a finalidade / de reestruturar a "célula" comunista que nessa ocasião funcionava naquela Base.

A propósito de seu comparecimento a reuniões do Comitê / Estadual do PCB em Pernambuco, encontra-se no depoimento de Cícero Targino Dantas:

"... que, nesse mesmo ano de 1962, participou de um / pleno ampliado do Comitê Estadual de Pernambuco, na residência do Professor Eduardo Lima, em Pôrto de Ma deira, o qual tinha por objetivo as eleições para / reestruturação do referido Comitê, ao qual compareceram-... José Leite Filho" (Doc. nº 19, fls. 15916 / 1 Vol. nº 65).

Outra atividade importante desenvolvida por este indiciado foi durante a campanha eleitoral de 1962 que levou Miguel Arraes ao governo de Pernambuco com o apoio do P.C.B.

Sobre isto diz José Lira Alves Sobrinho em seu depoimento, referindo-se ao "pleno" do Comitê Estadual de Pernambuco efetuado em junho de 1962 que homologou a candidatura Miguel Arraes ao governo do Estado:

"... que contou com a presença de todos os quadros / dirigentes do Partido e delegações de Comitês municipais do interior do Estado, foi a aprovação do lançamento da candidatura do Dr. Miguel Arraes a Governador do Estado de Pernambuco para concorrer ao pleito de outubro daquele ano. Após essa decisão, foi criada uma comissão composta de... José Leite Filho... para comunicar oficialmente ao Dr. Miguel Arraes o lançamento de sua candidatura ao governo do Estado, assim

como promover entendimentos com outras facções de grupos políticos para, em forma de "frente única" apoiar aquele candidato." (Doc. nº 1348, fls. 13.309, Vol. nº 54).

Mais adiante, lê-se nesse mesmo depoimento:

"Acertados, finalmente, todos entendimentos e convênios políticos para apoio às candidaturas acima referidas e homologadas numa sessão solene levada a efeito no Teatro do Parque, fundou-se, em seguida, o comitê estadual pró-candidatura do Dr. Miguel Arraes para o governo do Estado que tinha como principais dirigentes... José Leite Filho...".

O Papel desempenhado por José Leite Filho na campanha eleitoral de 1962 em Pernambuco pode ainda ser avaliado por um manuscrito de autoria de David Capistrano da Costa, líder do PCB neste Estado e intitulado "Plano da campanha eleitoral de nossos candidatos a deputados federais e estaduais". Neste documento às fls. 8, lê-se:

"... quanto aos dois outros candidatos a deputados federais, que estamos dando cobertura, precisamos trabalhar com eles para criar ou fortalecer o Partido nos seguintes municípios: Caruarú, Pesqueira, Paulista, Goiana, Cabo, Escada, Ribeirão, Moreno, São Lourenço, Timbaúba, Jaboatão - os companheiros José Leite e... formarão o G.T. que planejará como executar essa tarefa." (Doc. nº 1316, Vol. nº 66) (14.16.175)

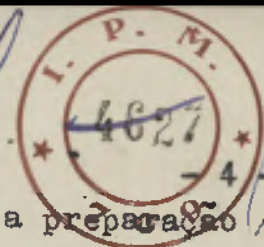
O encargo atribuído a este indiciado pelo Comitê Estadual de Pernambuco não cessou com a eleição do Governador Miguel Arraes. Assim, Cícero Targino Dantas no depoimento já citado, à fls. 15.911, declara a respeito de "pleno" efetuado pelo Comitê Estadual após as eleições de 1962:

"... que ainda nessas reuniões o Comitê deliberou / poderes ao Secretariado Executivo de manter contatos de natureza política e sindical, diretamente, com o Dr. Miguel Arraes, governador do Estado de Pernambuco, cujo Secretariado logo depois deliberou que... ficassem com a incumbência de manter os contatos sindicais e os companheiros José Leite Filho... os contatos de caráter político."

Para concluir, reportar-nos-emos, mais uma vez, ao depoimento de José Lira Alves Sobrinho que, a fls. 23, diz ao ser perguntado sobre a posição do Partido à Revolução de 31 de março de 1964:

"que à noite de 1º de abril o depoente ainda tomou parte em uma reunião juntamente com... e José Lei-

24050



te Filho com a finalidade de debater a preparação de um movimento de resistência em favor do governo/ do Dr. Miguel Arraes de Alencar. Assim, após alguns debates sôbre o assunto, decidiu-se enviar compa- / nheiros para o interior do Estado a fim de organiza- rem a reação à mão armada...".

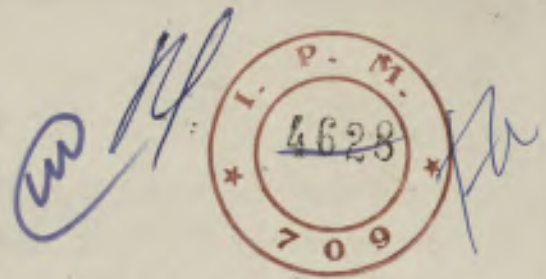
Essa resolução indica o caráter periculoso do indiciado.

Intimado a depor neste I.P.M. por edital publicado no Diário Oficial de 15 de Fevereiro de 1.966, deixou de comparecer.

*Fernando de Carvalho*  
*al*

28

24051



MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709

JOSÉ MARIA CAVALCANTI

Qualificação: José Maria Cavalcanti, com 51 a nos de idade, filho de João Rocha Cavalcanti/ e Rosa de Albuquerque, casado, natural de Ca- jueiro, Alagoas, comerciário, residente na // Rua Câmara Coutinho, nº 11, Niterói, Estado / do Rio de Janeiro.

Este indiciado era um dos dirigentes do Comitê Regio- / nal Marítimo, organização do Partido Comunista Brasileiro que, na Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, atuava à classe dos maríti mos em geral.

Suas primeiras atividades, como membro do P.C.B., fo- / ram no Estado de Alagoas, onde integrou o Comitê Estadual.

Militante comunista da velha guarda, esteve envolvido na Intentona Comunista de 1935, o que lhe acarretou a expulsão// do Exército e a condenação a cinco anos de prisão.

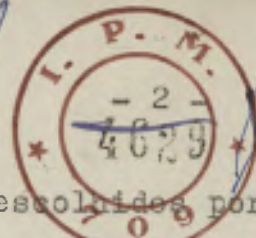
Por indicação do PCB, foi deputado estadual em Alagoas, tendo tido seu mandato cassado, em 1947, pelo Superior Tribunal/ Eleitoral, e vereador em Niterói, Rio de Janeiro.

Realizou viagem à China Comunista e à União Soviética, onde frequentou curso de capacitação política.

Vejamos o que se argúi principalmente contra este indi ciado.

Membro dirigente do Comitê Regional Marítimo.

Sobre este fato, Armando Maia em seu depoimento decla- ra, referindo-se à reunião efetuada pelo Comitê Regional Maríti- mo em 1960, preparatória do V Congresso do P.C.B.:



"... e, para finalizar, foram escolhidos por eleição os dirigentes que deveriam compor o Comitê Regional Marítimo que ficou assim constituído: Comissão Executiva: José Maria Cavalcanti..." (Doc. nº 2021, fls. 11.619, Vol. nº 47).

Mais adiante, diz:

"... Dentre êsses companheiros, foi escolhido um Secretariado que passou a funcionar com a seguinte composição: José Maria Cavalcanti..."

O Doc. nº 451, fls. 9990, Vol. nº 40, também se refere à condição dêste indiciado como Membro do Comitê Regional Marítimo.

Vejamos as atividades exercidas por José Maria Cavalcanti como dirigente do C.R.M.;

Participou do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro, realizado em 1960, na qualidade de representante do Comitê Regional Marítimo, conforme se verifica no depoimento retromencionado de Armando Maia (fls. 11.619).

Prestava assistência, como dirigente do C.R.M., à "organização de base" instalada no sindicato dos taifeiros, culinários e panificadores marítimos. É o que declara Pedro Tôrres em seu depoimento:

"... e por ocasião das reuniões da "organização de base" acima citada recebia assistência do Comitê Regional Marítimo através de... José Maria Cavalcanti..." (Doc. nº 1721, fls. 14.456, Vol. nº 59).

Passemos a outros fatos a respeito dêste indiciado.

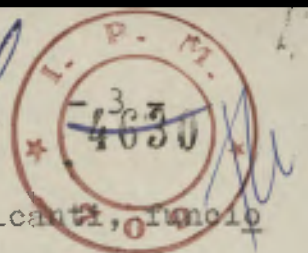
Permitia a reunião em seu escritório, em Niterói, de "organização de base" do P.C.B.

A êste respeito encontra-se no depoimento de Lúcio Xavier de Almeida ao referir-se às reuniões da "organização de base" da SERVE (Serviço de Viação Estadual):

"... essas reuniões eram levadas a efeito no escritório eleitoral do vereador José Maria Cavalcanti, sito à Rua Marquês de Caxias, nº 24 no centro da Cidade" (Doc. nº 2024, fls. 13606, Vol. nº 55).

Esta declaração é corroborada por Floriano Peixoto Soares em seu depoimento (Doc. nº 1717, fls. 12.407, Vol. nº 50),

24053



acrescentando que, no escritório de José Maria Cavalcanti, funcionava, também, o Comitê Municipal de Niterói.

Sua eleição para a Câmara Municipal de Niterói por indicação do P.C.B. encontra-se relatada no depoimento de Oswaldo José Vicente ao referir-se à eleição de 1962:

"... e, assim, o Partido conseguiu eleger, ainda, José Maria Cavalcanti, vereador pelo município de Niterói, ..." (Doc. nº 1723, fls. 14.222, Vol. nº 58).

Sua participação no Comitê Estadual de Alagoas, anteriormente, à sua remoção para o Rio de Janeiro, encontra-se declarada por José Lira Alves Sobrinho, referindo-se à composição do P.C.B. alagoano por volta de 1954:

"Nessa época, o Comitê Estadual de Alagoas era dirigida pelos seguintes companheiros: ... José Maria Cavalcanti..." (Doc. nº 1348, fls. 13.290, Vol. nº 54).

Para concluir, faremos referência a uma reunião, efetuada em abril de 1965, por militantes do P.C.B., cuja principal finalidade foi a discussão da tese de mudança da "linha pacífica" adotada pelo Partido. (Doc. nº 968, Vol. nº 25). (fls. 6487)

A análise do prontuário do indiciado demonstra que se trata de um desses persistentes profissionais do Partido Comunista cujo único trabalho é o de agitar as massas, exacerbá-las para explorá-las em proveito do movimento marxista-leninista.

Intimado a depor neste IPM. por edital publicado no Diário Oficial de 28 de setembro de 1965, deixou de comparecer.

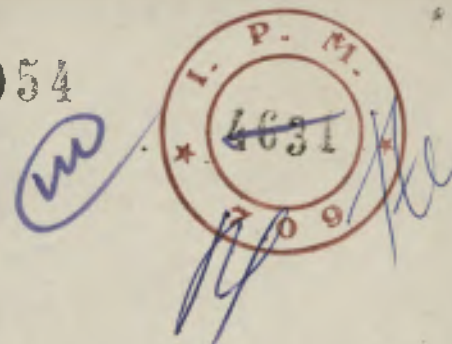
*Fernando de Carvalho*  
cel

24054

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



JOSÉ MARIA CRISPIM

Qualificação: José Maria Crispim, com 54 anos de idade, filho de Antônio Pedro Crispim e de Josefa Amália da Costa, casado, natural de Santa Maria de Guamar, Estado do Pará, profissão ignorada, residente na Rua General Glicério, nº 549, Santo André, Estado de São Paulo.

Este indiciado é um dos mais antigos dirigentes comunistas // país.

Membro do Partido Comunista Brasileiro até o ano de 1952, integrou a bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946, fêz parte do Comitê Estadual de São Paulo e do Comitê Central do Partido.

Por divergência de natureza ideológica foi expulso do P.C.B. em 1952, passando a atuar independentemente durante algum tempo, // vindo mais tarde a ser um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, onde é, atualmente, um dos seus principais dirigentes.

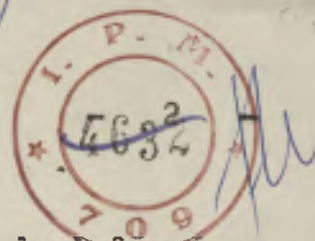
Como membro do P.C. do Brasil, participou de articulações // com militares com a finalidade de estender ao Estado de São Paulo o movimento rebelde eclodido em Brasília em Setembro de 1963.

Mais recentemente, em Setembro de 1964, participou da organização no Estado de São Paulo de grupos de guerrilheiros.

Sua atuação, contudo, não se circunscreveu ao âmbito nacional, pois se estendeu a outros países do continente. Assim, em /// 1950, participou de movimentos insurrecionais na Colômbia e Bolívia, onde foi prêso e recambiado ao Brasil.

Em virtude de sua atuação como elemento divergente e expulso do P.C.B., a documentação comprobatória das atividades dêste //

24055



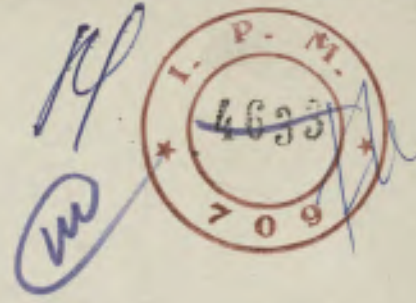
subversivo inveterado é escassa. Há um grande número de informes que lhe atribuem atuações com tendências Trotskistas. De um modo geral êsses informes caracterizam JOSÉ MARIA CRISPIM como elemento perigoso, capaz de articular e organizar ações de violência.

Intimado a depor por edital publicado no D.O. de 15 de / Fevereiro de 1966, não compareceu.

*Fernando de Azevedo*  
*cel*

MINISTÉRIO DA GUERRAI EXÉRCITOIPM/709

24056

JOSE PUREZA DA SILVA

Qualificação: José Pureza da Silva, com 45 anos de idade, filho de Joaquim Pureza Filho e de Laudelina Pureza da Silva, casado, natural de Maceió, Estado de Alagoas, lavrador, residente na Fazenda do Imbé-Campos-Estado do Rio.

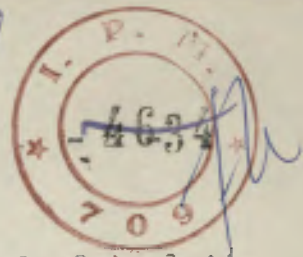
José Pureza da Silva, comunista atuante, desempenhava suas atividades na zona rural, no interior do Estado do Rio, como membro do Comitê Estadual, tendo sido prêso diversas vezes por atividades subversivas no Estado do Rio.

Já em 9 de janeiro de 1953 foi detido em Duque de Caxias por atividades subversivas. Em 20 de novembro de 1956 foi novamente prêso em Cachoeira de Macacu, tendo sido encontrado em seu poder grande quantidade de documentos de propaganda comunista (Documento nº 1955, Vol. nº 79). *fls. (18.474)*.

A atuação do indiciado como dirigente do Partido Comunista no Estado do Rio de Janeiro, é atestada pelas declarações de Oswaldo José Vicente de que o indiciado compareceu, no segundo semestre de 1958 a uma Conferência Regional do Partido Comunista do Rio de Janeiro e que, em setembro de 1960 tomou parte numa Conferência Regional do PCB no Estado do Rio pró V Congresso do Partido, ocasião em que foi eleito membro efetivo do Comitê Regional do Estado do Rio. (Doc. nº 1723, Vol. nº 6). *(fls. 1232)*.

Corroborando esta declaração, há o depoimento de Lindolpho Hill, no qual se constata que o indiciado participava das reuniões do Comitê Regional do Estado do Rio, realizadas nas salas nºs. 105 e 403 do Edifício Ajax, em Niterói. (Doc. nº 1727, Vol. nº 55). *fls. 1354*.

Continuou suas atividades no Comitê Regional, atual Comitê Estadual do Estado do Rio, pois em 1962, na Conferência reali-



realizada no mês de junho, extraordinária, o indiciado foi eleito membro efetivo do citado Comitê, de acordo com as declarações de Oswaldo José Vicente (Doc. nº 1723, Vol. nº 58), Walter Gonçalves (Doc. nº 2035, Vol. nº 62) e Francisco Walter de Souza Mota (Doc. nº 1728, Vol. nº 16). (Fls. 14.214), (Fls. 15.100), (Fls. 17.55).

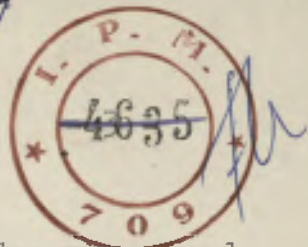
As tarefas atribuídas ao indiciado pelo Comitê Estadual com a finalidade de agitar o meio rural são comprovadas pelos seguintes fatos:

No ano de 1962, o Comitê Estadual do Estado do Rio, em obediência às diretrizes traçadas pelo Comitê Central do Partido Comunista, decidiu planificar a invasão de propriedades no Estado do Rio, através de associações de lavradores e da SUPRA. Assim, foi determinada a invasão da fazenda do Imbé, no Município de Campos, da América Fabril, no município de Magé e foi determinada a permanência de camponeses que já se encontravam ocupando terras no Capivari, Município de Caxias e do Núcleo de Santa Alice, próximo do município de Nova Iguassú. No município de Itaboraí, foi determinada a permanência de certo número de camponeses que lá já se encontravam. Para o cumprimento desta tarefa o Comitê Estadual do Estado do Rio designou o indiciado, entre outros. (Doc. nº 1723, Vol. nº 58), depoimento de Oswaldo José Vicente. (Fls. 14.221/8)

É certo que o indiciado procurava se desincumbir de sua tarefa, pois em julho de 1963 aparece como indiciado em inquérito na Comarca do Município de Duque de Caxias, acusado por ocupação de terras e expulsão de seus proprietários. (Doc. nº 1955, Vol. nº 79). (Fls. 18.474)

Na atuação do Partido Comunista no meio sindical rural do Estado do Rio de Janeiro, visando à criação de Conselhos Sindicais no campo, o indiciado tem papel destacado. Assim, quando da transformação da Associação dos Lavradores do Estado do Rio em Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, em obediência às Resoluções da Conferência Regional do Comitê em 1958, o indiciado foi um dos seus principais dirigentes. (Doc. nº 1723, Vol. nº 58). Mais tarde, representando aquela Federação, participou do 1º Congresso Sindical

24058



Sindical Mundial, realizado em Moscou de 4 a 16 de dezembro de 1961, utilizando o passaporte nº 353.729 (Doc. nº 1955, Vol. 79 nº fls. 13474).

As atividades do indiciado desenvolvidas no campo eram de batidas no Comitê Estadual do Estado do Rio. Em uma reunião deste Comitê, constou a intervenção do indiciado:

"O Partido vem crescendo assustadoramente. Antes o C.E. nada ajudava. Hoje estamos contra a realidade do campo. Os camponeses esperam que os conduzamos de modo a êles conquistar efetivamente a terra. Devíamos estar num processo adiantado de preparação de invasões." (Doc. nº 971, fls. 8559/v, Vol. nº 34).

JOSÉ PUREZA DA SILVA é, como vimos, elemento renitente e profissional do Partido Comunista. Como agitador no setor rural demonstrou periculosidade de sua eficiente atuação.

Intimado a depor neste I.P.M. por edital publicado no Diário Oficial de 8 de novembro de 1965, deixou de comparecer.

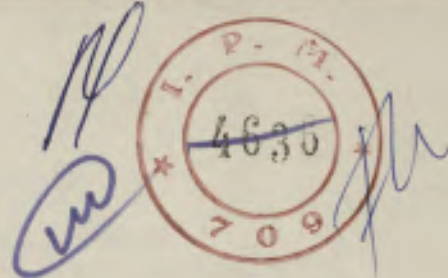
*Ferdinand de Cawel*  
cel

81

MINISTÉRIO DA GUERRA

I EXÉRCITO

IPM/709



24059

OSÉ RAIMUNDO DA SILVA

Qualificação:- José Raimundo da Silva, filho de Raimundo Veríssimo Ferreira e de Otília Ferreira da Silva, com 41 anos de idade, casado, natural de Bonito, Estado de Pernambuco, bancário, residente na rua Tupinambás, nº 458, Recife, Pernambuco.

Este indiciado era um dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro em Pernambuco.

Bancário por profissão, esteve ligado às atividades do PCB nos meios sindicais, tendo sido membro do Comitê dos Bancários e um dos dirigentes estaduais do COSINTRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores), órgão que coordenava as ligações dos meios sindicais com o Partido Comunista.

A eficiência de sua atuação proporcionou-lhe acesso ao Comitê Estadual do Partido, onde desempenhou importantes funções.

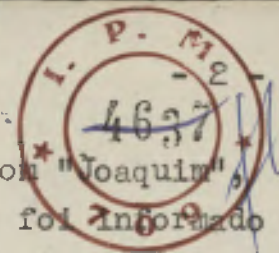
Caracterizemos, inicialmente, sua posição de militante comunista junto a organizações sindicais.

Em seu depoimento, Airton Felix Correia, ao referir-se à sua eleição para o sindicato dos Bancários, declara:

" ... que, eleito e empossado, o depoente continuou frequentando o sindicato, agora como um dos diretores; que na época a confusão política era geral, as greves se sucediam e o depoente nos movimentos paredistas muito trabalhava a fim de cumprir o seu dever como membro da diretoria e representante da classe; que, nessas circunstâncias, travou conhecimento com autênticos líderes esquerdistas, como José Raimundo, ..." (Doc nº 1705, (fls <sup>1182</sup> 4, Vol 45)).

A importância de José Raimundo como militante comunista nos meios bancários é mais bem evidenciada por Ladário de Souza Filho que, em seu depoimento, declara:

" ... não podendo, portanto, frequentar com assiduidade as reuniões do Comitê (refere-se anteriormente ao Comitê dos Bancários - é nosso o esclarecimento), o que impossibilitou, inclusive, de



...manter o seu primeniro contato com José Raimundo da Silva - na ocasião foi informado apenas que deveria ser apresentado a "Joaquim", elemento de grande importância no setor bancário. ..."(Doc nº 1704, fls <sup>13.486</sup> ~~B~~ Vol 55).

A esta altura, já podemos mostrar sua ligação com o Partido comunista, citando José Pedro da Cruz a respeito de reuniões com elementos do Comitê Municipal de Recife:

"... que, na época em que foi eleito (em outubro de 1963, para o Comitê Municipal de Recife - é nosso o esclarecimento), o Comitê Municipal ainda funcionava no edifício Vieira da Cunha, onde teve oportunidade de assistir a várias reuniões com a presença de vários dirigentes sindicais, entre os quais José Raimundo da Silva, ... além de alguns dirigentes do CM, como sejam ..." (Doc nº 1179, fls <sup>13.373</sup> ~~B~~, Vol 54).

Focalizemos, agora, a posição de José Raimundo como dirigente do COSINTRA.

Em seu depoimento, Pedro Torres declara a respeito de suas ligações como delegado do Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos com o PCB:

"... sendo que as atividades eram feitas através do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (COSINTRA), órgão do Partido que funcionava com caráter legal, o qual era dirigido por José Raimundo da Silva ..." (Doc 1721, fls <sup>17.435</sup> ~~Z~~, Vol 59).

Esta declaração é ratificada por Moacyr Cortez (Doc. nº 1178, fls <sup>13.954</sup> ~~Z~~, Vol 57) e Cícero Targino Dantas (Doc nº 19, fls <sup>15.944</sup> ~~B~~, Vol 65) que, além disso, ao final de seu depoimento, declara:

"... a fração do Partido no COSINTRA é composta de José Raimundo da Silva, ..." .

É interessante observar que o COSINTRA, organizado em Pernambuco em 1956, atingiu posição de relêvo no governo Miguel Arrais. Vejamos o que a respeito diz José Lira Alves Sobrinho em seu depoimento:

"... Tomadas essas providências e após a posse do Dr. Miguel Arraes no governo do Estado, criaram-se comissões para um melhor desenvolvimento das atividades do Partido, haja visto que foi criada uma fração governamental sob a responsabilidade

24061

...de David Capistrano, Antônio Fausto do Nascimento e outros de que não se recorda no momento, uma organização de base na Secretaria de Assistência e, em seguida, a fração do COSINTRA que era composta por ..., José Raimundo da Silva, ..." (Doc nº 1348, fls <sup>13, 31</sup> ~~12~~, Vol 54).

Mais adiante, declara José Lira:

"... e através dessa entidade, o Partido tinha a oportunidade de conduzir os trabalhadores sindicalizados através de suas entidades de classe; assim, sempre que havia condições se promoviam greves, principalmente aquelas de natureza política ..."

Analisemos sua posição de dirigente estadual do Partido Comunista Brasileiro.

O primeiro registro de que dispomos é sua participação, em julho de 1954, na conferência promovida pelo então denominado Comitê Regional de Pernambuco, preparatória para o IV Congresso do Partido. Vejamos o que consta a respeito no depoimento de José Lira Alves Sobrinho:

"... participar da conferência estadual pró IV Congresso que teve lugar durante o mês de julho de 1954, em Recife, da qual o depoente se recorda terem participado os seguintes militantes: ... José Raimundo da Silva ..." (Doc nº 1348, fls <sup>13, 297</sup> 8 e <sup>13, 298</sup> 9, Vol 54).

Mais adiante, José Lira declara a respeito da reestruturação então havida no Comitê:

"... e, em seguida, foram eleitos, como é de praxe, os novos dirigentes do Comitê Estadual de Pernambuco que ficou assim constituído: ... José Raimundo da Silva, como secretário sindical ...".

Em 1957, o PCB pernambucano encontrava-se em dificuldades, pois a repressão policial retraíra inúmeros militantes, desfalcando os quadros dirigentes. No entanto, entre os que permaneceram à testa do Comitê Estadual encontrava-se José Raimundo da Silva, conforme declara Álvaro Gonçalves da Costa Lima em seu depoimento. (Doc nº 2054, fls <sup>31, 33</sup> 8, Vol 32).

Em julho de 1959, processou-se nova reestruturação do Comitê Estadual por ocasião de conferência cujo tema principal foram as eleições municipais de Recife. Transcrevamos, mais uma vez, o depoimento de José Lira que, a fls 14, diz:

"... Nessa conferência foi reestruturado o Comitê Estadual de Pernambuco que passou a desenvolver suas atividades assim constituído: ... José Raimundo ... que formavam a Comissão Executiva."

Em abril de 1960, os Comitês Estadual e Municipal de Recife promoveram uma reunião para balanço da situação política e elaboração de carta reivindicatória ao então Prefeito Miguel Arraes que continha entre outros pontos a idéia da criação do Movimento de Cultura Popular e da qual participou José Raimundo da Silva, conforme depõe Álvaro Gonçalves da Costa Lima (Doc nº 2054, fls <sup>8/24</sup> 10, Vol 32).

Em 1962, José Raimundo participa de reunião do Comitê Estadual com o fim de proceder a nova reestruturação de sua direção, conforme consta do depoimento de Cícero Targino Dantas (Doc nº 19, fls <sup>11/26</sup> 4, Vol 65).

A esta reunião, também, se refere José Lira Alves Sobrinho, a fls 21 do depoimento já mencionado, acrescentando que José Raimundo foi eleito membro efetivo do Comitê Estadual.

Na campanha eleitoral de 1962, José Raimundo teve participação efetiva como dirigente do PCB, conforme consta em manuscrito de David Capistrano, então Secretário do Partido em Pernambuco e no qual figura como componente de grupo-de-trabalho organizado para criar comitês eleitorais próprios do Partido nos municípios e zonas da capital do Estado (Doc nº 1316, fls <sup>16/13 e 16/14</sup> 8 e 7, Vol 76).

Em 1963, José Raimundo da Silva atuava no Comitê Estadual como dirigente da Comissão Sindical, conforme se verifica no depoimento de José Lira Alves Sobrinho a fls 23. Aliás, como dirigente dessa Comissão, José Raimundo foi designado, juntamente com outro companheiro, para manter contactos com o governo Miguel Arraes, conforme se verifica no depoimento de Cícero Targino Dantas (Doc nº 19, fls <sup>11/26</sup> 4, Vol 65).

Sua ligação não se limitava, no entanto, ao governo estadual, pois abrangia a própria pessoa do governador, o que se verifica pelo Doc nº 763, fls <sup>12/89</sup> 1, Vol 52. Após o Movimento Revolucionário de 1964, exatamente em maio, José Raimundo participou de reunião de dirigentes estaduais do PCB para análise da situação política e lançamento de campanha financeira do Partido a pretexto de socorrer as famílias dos prêsoes políticos, o que se encontra relatado no depoimento de Álvaro Gonçalves da Costa Lima (Doc nº 2054, fls <sup>8/36</sup> 10, Vol 32).

Intimado a depor por edital publicado no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1966, não compareceu.



